

Praça Sen. Florêncio, 1960. Fonte: <https://prati.com.br/fotosantigas/fotos-antigas-porto-alegre>



**Espaço social:
uma análise metodológica do patrimônio
cultural da Praça da Alfândega,
Porto Alegre/RS.**

Rossanna Prado Perez, julho de 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL**



Dissertação de Mestrado

**ESPAÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA PRAÇA DA ALFÂNDEGA, PORTO ALEGRE- RS**

Rossanna Prado Perez

Pelotas, 2019

Rossanna Prado Perez

**ESPAÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA PRAÇA DA ALFÂNDEGA, PORTO ALEGRE- RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, na Linha de Pesquisa Patrimônio e Cidade.

Orientador: Sidney Gonçalves Vieira

Pelotas
2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P896e Prado Perez, Rossanna

Espaço social : uma análise metodológica do patrimônio cultural da Praça da Alfândega, Porto Alegre-RS / Rossanna Prado Perez ; Sidney Gonçalves Vieira, orientador. – Pelotas, 2019.
300 f.: il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Espaço social. 2. Patrimônio cultural. 3. Método regressivo-progressivo. 4. Praça da Alfândega. 5. Porto Alegre/RS. I. Vieira, Sidney Gonçalves, orient. II. Título.

CDD 363.69

Rossanna Prado Perez

Espaço social: uma análise metodológica do patrimônio cultural da Praça da Alfândega, Porto Alegre - RS.

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelo Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 24 de julho de 2019.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (Orientador). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

.....
Prof. Dra. Clarice Maraschin (Examinador externo) Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dra. Juliane Conceição Primon Serres (Examinador interno) Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

A
Marco,
Ignacio e Frederico,
porque si.

Agradecimentos

Agradeço por estar digitando agradecimentos - é porque cheguei até aqui. Muitas pessoas devem ser citadas: inolvidables, agradezco a mis padres, Don Prado y Doña Rosa, por todo; hermanos y parentela, los amo, todos insoportables y divinos, tengo saudades; y a la Abuela Coca - donde estés, un beso.

Uma dissertação parece simples, dois anos, mas não é. Agradeço ao meu orientador, Prof. Sidney, que fazia tudo parecer fácil e apresentou bibliografias estupendas. Aos colegas de pós-graduação e de trabalho, pela paciência frente a ideias, perguntas e dúvidas; às instituições públicas nas quais estudei e trabalhei, por permitirem entender a importância da construção de políticas públicas de cultura multidisciplinares - e a necessidade de efetivá-las, hoje. Principalmente, quero agradecer à grande quantidade de pessoas que trabalham com patrimônio sem saber, e que este estudo permitiu descobrir.

Sem falar nas pessoas que trabalham com patrimônio e sabem: agradeço aos amigos Carmen, Roberto e Letícia, bravos companheiros de projetos e de realizações; a companheiros de realizações recentes, como Letícia de Cássia; às parcerias de trabalho - Eiko, Monica, Rejane, Marília (*in memorian*) - que me ensinaram que aquilo que deve ser feito, tem que ser bem feito, e que aquilo que vivemos e aprendemos nós naturalmente repassamos, sem esperar retorno.

E agradeço especialmente, com muito carinho, a Marco e Marilei, incansáveis incentivadores! Incansáveis!

Muchísimas gracias.

Resumo

Este estudo apresenta um olhar sobre o conceito de espaço social (LEFEBVRE, 2013), e a aplicabilidade do método regressivo-progressivo em análises do tema patrimônio cultural de natureza imaterial que compõem um centro histórico, ao longo do tempo. Usando como referencial teórico a discussão de patrimônio cultural e espaço social, o estudo apreendeu e analisou o espaço social do local que deu origem à cidade, a Praça da Alfândega de Porto Alegre/RS, onde incide uma delimitação de sítio histórico com intervenções de natureza patrimonial. Foram utilizados os três momentos do método regressivo-progressivo em busca de atividades informais que permanecem na área e de relações perdidas com a beira do rio, ambiência natural modificada por aterros ao longo do crescimento do núcleo urbano. Na descrição horizontal da Praça (1º momento), baseada na tríade de espaços percebido, concebido e vivido, foram encontradas atividades informais que, pela análise histórica vertical da formação antrópica (aterros) da área (2º momento), estiveram presentes no lugar, ao longo dos anos, passíveis de proteção. Atualizando o entendimento do espaço social à condição de “espaço patrimonializado” (3º momento), surge um conjunto de especificidades e permanências apontando para os *possíveis*, referentes ao espaço social como patrimônio cultural da Praça da Alfândega. As conclusões indicam a efetividade da análise do espaço social através do método regressivo-progressivo para subsidiar a elaboração de um possível, um Plano de Gestão de Centro Histórico.

Palavras chaves: espaço social; método regressivo-progressivo; patrimônio cultural; Praça da Alfândega; Porto Alegre.

Abstract

This study presents a look on the concept of social space (LEFEBVRE, 2013) and the applicability of the regressive-progressive method on analyzes on the theme of cultural inheritance of immaterial nature that composes a historical center through time. Using as theoretical reference the discussion on cultural inheritance and social space, the study seized and analyzed the social space of the place that originated the city – the Praça da Alfândega in Porto Alegre, where there is a delimitation of historical site of heritage nature. Using the three moments of the progressive-regressive method in search of informal activities still in place in the area and the lost relations with the riverbank, the natural environment modified by landfill throughout the growth of the urban center. In the horizontal description of the Praça (1st moment), based on the triad of perceived, conceived, and lived space, we found informal activities awaiting protection that according to the vertical historical analysis of the anthropic formation (landfills) of the area (2nd moment) remained present in the space throughout the years. Refreshing the understanding of social space and the condition of “space of heritage” (3rd moment), arises a set of specificities and permanencies pointing to the possible referents to social spaces as cultural inheritance of the Praça da Alfândega. The conclusions indicate the effectiveness of the analysis of the social space through the regressive-progressive method, which could subsidize the elaboration of a possible, Management Plan of the Historical Center.

Keywords: Social space; regressive-progressive method; cultural inheritance; Praça da Alfândega; Porto Alegre.

Lista de Figuras

Figura 1: Traçados das poligonais - sítio histórico urbano tombado em nível federal e traçado da área de atuação do Programa Monumenta - Porto Alegre (RS).....	34
Figura 2: Formantes dialeticamente interconectados.....	58
Figura 3: Figura tridimensional da Dialética.....	60
Figura 4: Visual da Praça da Alfândega na década de 1930.....	83
Figura 5: Centro Histórico de Porto Alegre/RS e bens sob as esferas de proteção federal (IPHAN), estadual (IPHAEE) e municipal (SMC).....	85
Figura 6: Única placa da Praça que resgata a ambiência histórica do lugar - Arte de Joaquim da Fonseca. Ao fundo, montagem dos toldos da Feira do Livro.....	91
Figura 7 - Planta da Praça da Alfândega - SMAM/PMPA, 2005.....	92
Figura 8: Jogo de damas, no encosto dos bancos no limite da praça com a Rua da Praia.....	93
Figura 9: Pracinha infantil, na Praça da Alfândega.....	94
Figura 10: Artesanato em couro, no Largo dos Artesãos, no leito da Rua Cassiano Nascimento.....	95
Figura 11: Interior da praça, após o vendaval de verão de 2018.....	96
Figura 12: Estátua de bronze de Carlos Drummond de Andrade (em pé) conversando com Mário Quintana (sentado), na esquina da Rua da Praia com a Av. Sepúlveda. Ao fundo, cantor popular. Mais atrás, os bancos de jogo de damas.....	100
Figura 13: Camelô, vendedor de produtos importados, provavelmente senegaleses.....	102
Figura 14: Artesãos do Largo dos Artesãos, com bancas projetadas, realocados pelo Programa Monumenta na Rua Cassiano Nascimento -, antigo fim da linha dos bondes, no século XIX.....	103
Figura 15: Artesão em cuia, informal.....	103
Figura 16: Artesanato indígena Kaingang.....	104
Figura 17: Carrinho de venda de café e salgados, estacionado frente ao tabuleiro de jogo de dominó.....	104
Figura 18: Vendedor de picolés, circula pela Rua da Praia.....	105
Figura 19: Transporte e entrega de cargas através da praça.....	105
Figura 20: Entregador de galão d'água, com bicicleta adaptada.....	106
Figura 21: Prostituição feminina, à tarde.....	106
Figura 22: Brigada Militar montada, em patrulha matinal pela Praça.....	108
Figura 23: Chegada da brigada militar montada, passando entre furgões de food-truck, autorizados pela Municipalidade a usar o espaço patrimonializado da Av. Sepúlveda.....	108
Figura 24: Senhor vendendo doces, em balaio.....	109
Figura 25: Equipe de manutenção, redes subterrâneas.....	110

Figura 26: Equipe da Prefeitura fazendo a capina dos insos, entre as pedras portuguesas nos canteiros. Atividade feita com enxada, gerando um barulho particular da batida do metal na pedra.....	110
Figura 27: Funcionário do DMLU recolhendo folhas.....	111
Figura 28: Funcionário do DMLU limpando a boca de esgoto - atividade de manutenção.....	111
Figura 29: Caminhão de recolhimento de lixo orgânico, na área da Rua Cassiano Nascimento.....	112
Figura 30: Etapas da montagem da Feira do Livro 2018.....	112
Figura 31: Bancas da Feira do Livro, antes da abertura.....	113
Figura 32: Cartum do humorista Santiago, retratando figuras clássicas da ambiência da Praça durante a Feira do Livro de Porto Alegre.....	113
Figura 33: Carrocinha de churros, posicionada eventualmente na Rua Sete de Setembro. Ao fundo, a banca de jornais e, na frente, o grupo de troca-troca de figurinhas da Copa do Mundo 2018.....	114
Figura 34: Motoqueiro entregador de aplicativo, procurando o local de entrega.....	115
Figura 35: Rapaz tocando trompete, na Rua Sete de Setembro.....	116
Figura 36: Apresentação de teatro de rua.....	117
Figura 37: Locação de filme e estruturas de apoio	117
Figura 38: Obelisco postado no início da Av. Sepúlveda, comemorativo ao centenário da Guerra Farroupilha. Ao fundo, à esquerda, o prédio da Secretaria da Fazenda e Memorial RS. À direita, o prédio da Alfândega.....	121
Figura 39: Planta baixa - SMAM, 2005.....	123
Figura 40: Planta baixa vegetação.....	123
Figura 41: Área do Sítio Histórico urbano tombado federal e área de atuação do Programa Monumenta Porto Alegre.....	127
Figura 42: Área de influência do Programa Monumenta, no contexto do centro de Porto Alegre.....	127
Figura 43: Presença de engenheiros hidráulicos ingleses do começo do século na Rua da Praia, frente do Clube do Comércio (Hydraulics Engineers - London, England)	130
Figura 44: Planta contemplando o perímetro de tombamento de sítio histórico do centro de Porto Alegre. Acervo IPHAN-RS.....	133
Figura 45: Material arqueológico encontrado nas escavações na área 1, Rua da Praia. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.....	135
Figura 46: Relatório técnico da prospecção por geo-radar, usado para evidenciar a localização das estruturas da Praça da Alfândega, antes da escavação arqueológica. Acervo: Núcleo de Arqueologia - Museu de Porto Alegre José Felizardo.....	136
Figura 47: Relatório dos Registros de Campo do projeto Arqueologia Praça da Alfândega. Acervo: Núcleo de Arqueologia - Museu de Porto Alegre José Felizardo.....	137
Figura 48: Senhor de boina e bombacha, atravessando a Praça.....	139

Figura 49: Banca de Revistas, no leito da Rua Sete de Setembro.....	143
Figura 50: Banca do Mel, no leito da Rua Sete de Setembro.....	144
Figura 51: Cadeira fixa de engraxate, no leito da Rua Capitão Montanha.....	146
Figura 52: Cadeiras de engraxate, na esquina da Rua Cassiano Nascimento com Rua Sete de Setembro. Ao fundo, a estátua do Barão do Rio Branco.....	149
Figura 53: Cidadão em situação de rua, pegando sol e lendo jornal.....	154
Figura 54: Crianças brincando no pé da estátua do Gal. Osório, na frente do parque infantil.....	155
Figura 55: Planta das obras do paredão da Praça, para a futura obra da Alfândega.....	165
Figura 56: Mapa de elementos da evolução urbanística de Porto Alegre.....	167
Figura 57: Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul – 1837.....	169
Figura 58: Planta da cidade de Porto Alegre, com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as retificações e melhoramentos que se têm feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836 e 1837 e sitiada em 1838 e 1839, tempo em que esta é concluída, com duas vistas, uma para leste, outra do oeste com as declarações a respeito - 1839	170
Figura 59: Planta AHMV, 1833, Largo do Paraíso.....	172
Figura 60: Planta Cais, na Ponta das Pedras.....	172
Figura 61: Área constituída com a construção do prédio novo da Alfândega, o trapiche e o galpão de carga e descarga de mercadorias.....	173
Figura 62: Procissão pela Rua da Praia, passando pela Praça da Alfândega - 1865.....	175
Figura 63: Sociedade Bailante, na Praça da Matriz, s/d.....	176
Figura 64: Rua da Praia esquina com General Câmara e Cassiano Nascimento, em 1885, numa colisão iminente de três bondes puxados a burro. Foto tirada ao meio-dia.....	177
Figura 65: Praça da Alfândega - Kiosque em primeiro plano, à esquerda o chafariz defronte ao prédio da Alfândega (data provável 1880)	178
Figura 66: Orla de Porto Alegre vista desde a Ilha da Pintada, 1888. Acervo Fototeca Hipólito.....	179
Figura 67: Muro de contenção que acompanha a beira e a escadaria. Tílburi de Praça (s/d)	179
Figura 68: Remadores no cais da Alfândega, 1892. Ao fundo, prédio da Alfândega.....	180
Figura 69: Quadro comparativo dos serviços a cargo do Estado e a cargo do município, durante o governo do PRR.....	181
Figura 70: Rua Sete de Setembro vista da água, em primeiro plano a Delegacia Fiscal e, à esquerda, o prédio da Caixa Econômica Federal.....	182
Figura 71: Vista aérea dos trapiches do centro de Porto Alegre, em direção ao Gasômetro -1900	183
Figura 72: PLANTA COMERCIAL DE PORTO ALEGRE - 1900. Autor: Empresa Annunciadora S. R. Weiss & Cia. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com orientação norte-sul, com legendas e propagandas dos anunciantes. Impressão: Lith. Paulo Robim & Pinho, Porto Alegre.....	184
Figura 73: Vista de dentro da praça, provavelmente da porta da Alfândega. Ao fundo, o Hotel Brasil (depois Grande Hotel), na Rua da Praia - 1902	185
Figura 74: Planta da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul - 1906.....	188

Figura 75: Planta do Projeto de conexão da Praça Mal Deodoro (Matriz) pela Praça Sen. Florêncio, conectando-se ao novo Cais do Porto - 1909	187
Figura 76: Relatório SOP 1909 - Caes da Capital.....	188
Figura 77: Bonde aberto na Rua da Praia - 1910.....	189
Figura 78: Praça Sen. Florêncio, descendo em direção ao rio, 1913. Cartão postal.....	190
Figura 79: Plano Geral de Melhoramentos - Intendência Municipal de Porto Alegre: Comissão de Melhoramentos e Embelezamentos da capital – 1914.....	191
Figura 80: Praça vista de cima do Cinema Central. Ao fundo, relógio dos Correios -Década 1920-30 ...	192
Figura 81: Rua da Praia defronte à Praça da Alfândega - Foto Virgílio Calegari. Note-se o aumento da rede elétrica, s/d.....	193
Figura 82: Praça com busto do Barão de Santo Ângelo, época das podas dos plátanos, s/d.....	194
Figura 83: Prédio da Alfândega, na Av. Sepúlveda, em 1924. Note-se o tamanho das palmeiras imperiais.	196
Figura 84: Rua da Praia, plano do chão/pedestre. Ao fundo, rua Gal. Câmara. Anos 1930.....	197
Figura 85: Planta geral do porto em construção de Porto Alegre, com indicação do projeto para a nova estação da Viação Férrea do RGS - 1927.....	198
Figura 86: Trânsito na Rua Sete de Setembro esq. Cassiano Nascimento, ao fundo prédio da Delegacia Fiscal (esq.) e dos Correios (dir.). Anos 40.....	199
Figura 87: Praça Senador Florêncio, ainda sem chafarizes - cartão postal. Ao fundo, edifício do Banco do Comércio. Foto tirada ao meio-dia. Década de 1930.....	200
Figura 88: Praça Senador Florêncio, vista desde a esquina da Rua Sete de Setembro com Rua Cassiano Nascimento, com a sombra do Banco do Comércio. Foto tirada pela manhã. Anos 40.....	201
Figura 89: Cais do porto de dentro do barco, s/d.....	201
Figura 90: Ambiência da Praça Sen. Florêncio, com o porto consolidado. Detalhe da estátua de Gal Osório, apresentado espelho d'água. Década de 1940.....	202
Figura 91: Planta da Cidade de Porto Alegre – 1937. s/autor. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com rosa dos ventos, escala 1:20.000, com legendas, principais ruas e praças. Possui número de série. Impressão: Prefeitura de Porto Alegre – Diretoria de Cadastro e Patrimônio. 106X54 cm.....	203
Figura 92: Enchente de maio de 1941, na Praça Sen. Florêncio.....	203
Figura 93: Enchente de maio de 1941, na Praça Sen. Florêncio, subida das águas. Ao fundo, Prédios dos Correios (esq) e Banco do Comercio (dir). Imagem Acervo AHRS.....	204
Figura 94: Centro de Porto Alegre - 1941. O rio retomando seu leito: descida da Rua Gal. Câmara, esq. Rua dos Andradas.....	205
Figura 95: Rua da Praia, acompanhando a Praça Sen. Florêncio. Década de 1950.....	205
Figura 96: Posto de gasolina no perímetro da Praça Sen. Florêncio. Anos 1940.	205
Figura 97: Cais Mauá, interna. Década 1930	207
Figura 98: Cópia em pedra da Carta-testamento de Getúlio Vargas, fixada na esquina da Rua da Praia e a antiga esquina da Rua Gal. Montanha. A placa original, de bronze, fora inaugurada durante o Governo de Leonel Brizola (1959-1963)	207
Figura 99: Feira do Livro de Porto Alegre, na Praça Sen. Florêncio. Note-se o movimento de carros e ônibus ao longo da Rua Sete de Setembro e Av. Sepúlveda.....	208

Figura 100: Travessia do Guaíba por barca, modificada após a construção da Ponte Getúlio Vargas (Ponte do Guaíba) conectando a zona sul à capital. Década 1960	208
Figura 101: Locomotiva nas docas, em direção à zona sul. Destaque para os três modais de transporte: férreo, rodoviário e hidroviário. Década 1960.....	209
Figura 102: Av. Sepúlveda funcionando como terminal de ônibus. Década de 1970.....	210
Figura 103: Implantação dos calçadões no centro da cidade, exigindo escavação para dutos de gás, luz e telefone na Rua da Praia. (Década 1970)	211
Figura 104: Rua da Praia, com os cinemas de rua Guarany e Imperial em funcionamento. Década de 1990.	212
Figura 105: Maquete do Programa Monumenta, efetuado de 2000 a 2012.....	213
Figura 106: Escavação arqueológica na Rua da Praia, Área 1. Vê-se a presença do calçamento irregular anterior. 2006.....	214
Figura 107: Obra de reconstituição do pavimento em pedra portuguesa, nos canteiros da Av. Sepúlveda, 2011.....	215
Figura 108: Praça com tapumes, proteção efetuada durante o andamento das obras, 2011.....	215
Figura 109: Área reservada por tapumes, para as obras de calçamento em pedra portuguesa. Vê-se a base do poste antigo, sob proteção, 2011.....	216
Figura 110: Recolocação da estátua em bronze do escritor Carlos Drummond de Andrade ao lado da estátua do poeta Mário Quintana, durante a montagens da Feira do Livro de 2012.....	216
Figura 111: Cadeiras de engraxates ao pé do prédio da Caixa Econômica Federal, em 2012.....	217
Figura 112: Protótipo da banca de artesãos, entregues em 2017 aos artesãos cadastrados.....	217
Figura 113: Pegada Africana, obra de arte que compõe o Museu do Percorso Negro, 2011.....	218

LISTA DE QUADROS:

QUADRO 1 - Espaço Social - Quadro de dimensões.....	63
QUADRO 2 - Grade de Práticas Espaciais.....	69
QUADRO 3 - Tipologia dos tempos sociais	70
QUADRO 4 - Atividades terciárias observadas na Praça da Alfândega.....	78
QUADRO 5 - Atividades terciárias /informais observadas.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS:

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

DEPROT - Departamento de Proteção - IPHAN

EPHAC/PMPA - Equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

IEPHA/MG - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico

ILAM - Instituto Latinoamericano de Museos

IPHAÉ/RS- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN/BR- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC/BR - Ministério da Cultura

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PCI - Patrimônio Cultural Imaterial

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 ESPAÇO SOCIAL	23
1.2 AS ATIVIDADES NO ESPAÇO SOCIAL	27
1.3 ENTENDIMENTOS PATRIMONIAIS	29
1.4 LEFEBVRE E O PATRIMÔNIO: É POSSÍVEL?	30
2. REFERENCIAL TEÓRICO	40
2.1 CONCEITOS RELEVANTES PARA IDENTIFICAR AS METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS NO ESPAÇO DE UM CENTRO HISTÓRICO	40
2.1.1 Atividades terciárias ou informais?	40
2.2 ESPAÇO SOCIAL	48
2.3 DAMIANI - INTRODUÇÃO A ELEMENTOS DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE E À GEOGRAFIA	49
2.4 SCHMID - A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DE HENRI LEFEBVRE: EM DIREÇÃO A UMA DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL	56
2.5 HARVEY - A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA	66
2.6 TEMPO - MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO, SEGUNDO JOSÉ DE SOUZA MARTINS	71
2.7 PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORES	74
3. MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO: A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO APLICADA E A APLICAÇÃO DO MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO	81
3.1 DESCRIÇÃO HORIZONTAL	90
3.1.1 Passando pela Praça da Alfândega - prática espacial, percebido	90
3.1.1.1 Atividades genéricas observadas	101
3.1.2 Pensando a Praça como todo - representação do espaço, concebido	120
3.1.2.1 Os espaços concebidos pelos técnicos de patrimônio	125
3.1.2.2 On-line - Concepção de técnicos	132

3.1.3 A ação no cotidiano - espaço de representação, vivido	138
3.1.3.1 Na Praça - observação e campo.....	141
3.1.3.2 Atividades oficiais - entrevistas.....	142
3.1.3.2.1 <i>Banca jornais</i>	142
3.1.3.2.2 <i>Banca de mel</i>	144
3.1.3.2.3 <i>Engraxate</i>	145
3.1.3.2.4 <i>Artesão</i>	150
3.1.3.3 As atividades informais no espaço social.....	153
3.2 HISTÓRICO VERTICAL.....	157
3.2.1 Praça da Alfândega – cronologia da evolução física.....	158
3.2.1.1 Primeira consolidação da área: 1752 - 1809.....	159
3.2.1.2 Segunda consolidação da área: 1829 - 1922.....	164
3.2.1.3 Terceira consolidação da área: 1922 - 1978.....	195
3.2.1.4 Quarta consolidação da área: 1978 - 2002.....	210
3.2.1.5 Quinta consolidação da área: 2002 - 2010.....	213
3.3 MOMENTO HISTÓRICO-GENÉTICO	220
3.3.1 O processo nº 1468-T-00	226
3.3.2 O momento e os possíveis.....	237
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 241
4.1 SOBRE CONTRAPONTO.....	247
4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	247
 REFERÊNCIAS.....	 250
 APÊNDICES.....	 262
Apêndice 1: Entrevista a usuários do espaço social - Praça da Alfândega	
Apêndice 2: Autorização uso de áudio - entrevistados	
Apêndice 3: Entrevista a Técnicos de patrimônio - aplicação on-line.	
 ANEXOS	 266
Anexo 1: Mapa localização - Praça da Alfândega e entorno	
Anexo 2: Pesquisa histórica - Monumenta: Apresentação e Linha do Tempo	
Anexo 3: Páginas do Processo 1468-T-00/ IPHAN 2000: Parecer do Tombamento (Vol III, p. 323 a 333)	
Anexo 4: Informação de tombamento definitivo, IPHAN 2011.	

INTRODUÇÃO

“el espacio contiene relaciones sociales, y es preciso saber cuáles, cómo y por qué.” (LEFEBVRE, 2013, p. 86).

Esta pesquisa iniciou-se sobre uma pergunta casual, ao atravessar a Praça da Alfândega com meus filhos, no Centro Histórico¹ de Porto Alegre, e sentir falta de material explicativo sobre a nomenclatura: Praça da Alfândega? Onde está? Rua da Praia? Que praia? As indicações de um passado constitutivo da espacialidade são claras, mas não estão visíveis. Este lugar, a Praça da Alfândega compõe a área do sítio histórico do Centro de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul onde, recentemente (2000-2010), foi efetuada uma requalificação patrimonial deste espaço público pelo Programa Monumenta/MinC/IPHAN. Ao analisar o parecer que compõe o Dossiê de tombamento do Sítio histórico pelo IPHAN, constata-se o tratamento dado aos valores históricos e culturais do lugar. Porém o lugar carece de essa informação, *in loco*.

Ao pensar uma maneira de analisar o espaço e integrar as informações históricas a este lugar, foi se estabelecendo um foco de análise. Constatou-se que, com o crescimento da cidade, a área foi modificada através de sucessões de aterros, de diferentes dimensões, mas que o nome da Rua da Praia² permanece, na memória popular. Como analisar a “memória popular” referente a essa praça? Quais foram os parâmetros de entendimento desta memória popular/espacial dentro das categorias de patrimônio imaterial aplicados em um local sob proteção federal de sítio histórico recente?

Uma possibilidade de entendimento ocorreu através da leitura de Harvey, “A Condição Pós-moderna” (HARVEY, 2007), e descobrir as concepções de espaços vivido, percebido e concebido, dentro do escopo de espaço social de Henri Lefebvre, um dos principais temas de trabalho deste filósofo francês, cuja obra “O Espaço Social” foi escrita em 1974. Desta forma ocorreu o primeiro contato com a ampla teoria de espaço social de Lefebvre (2013), causando reviravoltas na concepção da dissertação.

¹ Conforme a Lei 12.112 de agosto de 2016 (divisões territoriais por bairros), o bairro pertence à Região Centro do Orçamento Participativo. Possui 39.154 habitantes, representando 2,78% da população de Porto Alegre. Com área de 2,435 km², representa 0,51% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 16.079,67 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 0,35% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 5,85 salários mínimos. (Fonte: ObservaPOA/PMPA).

² Principal rua do centro da cidade, que compunha o porto da antiga costa do rio.

O problema inicial que norteou este estudo foi se o espaço social estaria dentro das categorias contemporâneas de entendimento de patrimônio cultural, em virtude da complexidade relacionada às dimensões do vivido, percebido e concebido. Estas, segundo Lefebvre (2013) compõem formas de estar no espaço. Para o autor, a tríade *espaço-tempo-energia* seria a base de entendimento de qualquer espaço social, posto que o espaço e o tempo, de por si, são imutáveis sem a energia vital.

Uma premissa de trabalho de Lefebvre para entender o espaço social seriam os processos ativos individuais e sociais ao apresentar *espaço-tempo-energia* (LEFEBVRE, 2013) como elementos fundantes do espaço social, por constituírem as materialidades de um lugar. Em determinado momento, sobre determinada matéria-prima e, a partir da porção de energia vital desprendida, um tal objeto é produzido - ou explicando de outra maneira, sem a ação dos indivíduos que sabem usar matérias-primas em determinado lugar, em determinado momento, determinado objeto/obra não se realizaria de-por-si. Esta conjunção dialética seria capaz de explicar a presença histórica das obras/objetos nos lugares, bem como as respectivas relações geradas no tempo. Para além do edificado, formam-se as dimensões dos espaços percebidos, concebidos e vividos que compõem o espaço social de um lugar, em sua dialética triádica.

Nesse sentido, o foco da dissertação se estabeleceu rumo às possibilidades de uso do método regressivo-progressivo para as análises de espaços sociais de áreas históricas, consolidados de forma múltipla ao longo do tempo e presentes na memória popular. Estariam presentes em outras formas de memória? Quais metodologias são operacionais para captar as diversas dimensões nestas áreas? Em uma análise pré-exploratória sobre aplicação de metodologias a bens múltiplos de natureza imaterial, foram abordadas a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - INRC/IPHAN e dos Inventários Culturais³ do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA/MG. O INRC estabelece uma ordem aplicativa direcionada para uma manifestação cultural e a contextualização correspondente, onde o trabalho com a multiplicidade numérica exige a construção de um fichamento de cada vez, complexificando a análise. Já o trabalho operativo desenvolvido pelo IEPHA/MG abarca a multiplicidade através de levantamentos de áreas constituídas, usando mapas mentais comunitários de referências espaciais, constituindo entendimentos dos usos das áreas ao longo do tempo, relações

³ “Caderno do Patrimônio: Inventário Cultural do Rio São Francisco”, IEPHA/2015.

estabelecidas entre os diversos grupos formadores das áreas e as atuais redes de convivência entre eles.

Porém uma das questões mais candentes da preservação patrimonial são as possibilidades de futuro (UNESCO, 2014). A equação das responsabilidades compartilhadas entre os diversos agentes envolvidos nas ações de preservação a curto, médio e longo prazo e a efetividade de suas recomendações para salvaguardar as práticas/ celebrações/ festas/ etc., para a revalidação do título de patrimônio cultural imaterial - PCI, tem especificidades, levantadas caso a caso. A relação estabelecida entre a identidade cultural da comunidade detentora daquela forma diferenciada de viver e a compressão espaço-tempo exige que novas formas de apreensão da tríade *espaço-tempo-energia* possam ser desenvolvidas, focando nas permanências identitárias, usos consolidados pelo tempo, vividos, concebidos e percebidos e nas possibilidades que tais conjuntos de informações podem oferecer, para estabelecer tipos de atuação compatíveis com a natureza de cada manifestação cultural.

As possibilidades do uso do método regressivo-progressivo como metodologia de análise de áreas históricas são objeto central desta pesquisa, visando formas de captar essas dimensões do espaço social (vivido, percebido e concebido) que, geralmente, não são contempladas no tratamento dado pelas políticas públicas de preservação e proteção de patrimônio cultural. Desta forma, seria possível contribuir na temática, ao aplicar o método regressivo-progressivo em um local com proteção patrimonial efetivada. O levantamento das manifestações culturais associadas a um lugar, no caso, uma área histórica, em um contexto urbano já patrimonializado, valer-se-ia de um compêndio de informações de caráter patrimonial já estabelecidos, o que permitiria estabelecer marcos de análise iniciais facilitadores do recorte operacional, e visibilizar o entendimento gerado em uma comunidade usufruidora de uma área sob proteção sobre o significado dessa proteção, sobre a respectiva vivência/ uso cotidiano e as perspectivas de futuro.

Definido o objeto do estudo, definiu-se o recorte espacial e o problema: o lugar em estudo é uma área tombada de sítio histórico, a Praça da Alfândega, espaço público e núcleo histórico inicial da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil (ver Anexo 1). Ali, buscou-se compreender a memória espacial relacionada às atividades comerciais e fluviais relacionadas a carga e descarga de mercadorias do Lago

Guaíba⁴, que, ao longo do tempo, foram sendo modificadas pelos sucessivos aterramentos e modificações nos espaços (sociais). Com a crescente urbanização, haveria essa presença, hoje, na área, ainda? Para analisar a constituição do espaço social da Praça da Alfândega relacionado às atividades de carga e descarga comercial onde, aterrado, está o núcleo inicial da cidade, que hoje tem proteção dada por um perímetro de sítio histórico, em caráter nacional, foi estruturada uma metodologia baseada no conceito de *espaço social*, trazido por Lefebvre (2013). De acordo com este viés, haveriam outros elementos a serem considerados nas formas de ver, perceber e trabalhar na Praça, hoje, que poderiam ser acrescentadas àquelas trabalhadas pelo grupo de técnicos que, em 2002-2010, realizou as atividades de planejamento e execução de obras recentes de patrimônio, junto ao grupo de trabalhadores em atividades diárias permitidas na área.

O primeiro questionamento do estudo é de se a análise feita pelos técnicos que fundamentou o tombamento nacional levou em conta outras dimensões que compõem a área, para além do espaço edificado - no caso, o espaço social. Este questionamento é levantado a partir da premissa dada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos⁵, quando comenta sobre escolhas tecnicamente embasadas que proviriam de “*posturas autoritárias e elitistas, incapazes de articular conexões orgânicas*” (SANTOS, apud ABRAHÃO, 2017) para com as comunidades que habitam/usam os lugares. Segundo Santos, preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. As cidades seriam fontes inesgotáveis de ideias vivas, decodificadas, absorvidas e reelaboradas diariamente, nos diversos espaços urbanos: ruas, praças, locais de trabalho, etc. Mas como traduzir a gramática da vida urbana para um futuro, que é a razão principal da preservação do patrimônio? Como disse W. Benjamin (2011), de que serve o patrimônio, se não o usarmos? O estudo comprovou que sim, houveram outras dimensões trabalhadas, apesar das dificuldades de mensuração desse tipo de resultados. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de estabelecer formas de entendimento destas dimensões no que se refere ao espaço social, para possibilitar mensurar o alcance das políticas públicas de patrimônio ativas e sua efetividade, enquanto políticas de memória em áreas históricas.

⁴ Sobre o entendimento de o Guaíba ser Lago, cabe citar que, ao longo de cerca de 300 anos este lago foi chamado de rio Guahyba. Haveriam controvérsias e, historicamente, faria mais sentido o entendimento da navegação, segundo a qual em certos trechos o Delta do Jacuy teria canal de navegação, o que o caracterizaria enquanto um rio, e não enquanto um lago. Porém, mantenho a compreensão dada por MENEGAT (ano?) segundo a qual o Rio Guahyba seria um Lago.

⁵ Citado por Abrahão (2017)

A hipótese que o estudo levanta é de se os trabalhos de apreensão e entendimento do espaço social, conforme Lefebvre (2013), poderiam enriquecer as análises dos diversos patrimônios culturais formadores de áreas tombadas de sítios históricos. Em virtude do caráter permanente⁶ deste instrumento de proteção, e frente ao uso cotidiano do local pelas dinâmicas sociais, o uso do método regressivo-progressivo permitiria entender a múltipla formação das áreas, as características fundantes dos lugares e suas adequações no tempo, facilitando a elaboração de planos de gestão efetivos, que permitam vivenciá-las no futuro.

À guisa de esclarecimento, cabe desenvolver certos pontos para apresentar as dimensões do problema e os respectivos objetivos do estudo.

1.1 ESPAÇO SOCIAL

O espaço social, para Lefebvre (2013) é um produto (social) que não existe fora da sociedade que o produz. Define-se como um espaço produzido e de produção, se apresenta em perspectiva dialética, como grandeza constituinte de outras grandezas e, sendo composto por práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, é possuidor e gerador de diversidades produtivas e atividades variadas. Por sua vez, o espaço social possui e gera, também, fluxos de produção de informações, valores, entendimentos e conhecimentos, energias vitais dispendidas *em-determinado-lugar, em-determinado-momento*, que produzem obras/objetos imiscuídos daquela ambiência produtiva, presentes através da sucessão de épocas, naquele mesmo lugar.

Assim, as presenças e permanências encontradas no espaço social de um lugar podem esclarecer e fundamentar a perspectiva de uma análise patrimonial, *contanto-que* se estabeleça um método adequado para a prospecção de tais evidências - o qual seria, no caso, o método regressivo-progressivo, também elaborado por Lefebvre. Como para o autor o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais, cabe citar a sua definição de espaço:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 1976, apud CASTRO et al, 2002, p. 25-26)

⁶ Cabe esclarecer que, assim como um local pode ser juridicamente tombado, também poderá ser destombado, quando houverem razões para tal ação.

Ao ampliar o escopo investigativo usando o método regressivo-progressivo, poder-se-ia acionar o botão da complexidade dos espaços urbanos, eminentemente sociais na história das cidades (JACOBS, 1998; ARGAN, 2003) o que, por sua vez, geraria uma demanda de trabalhos técnicos de outras naturezas a fim de garantir o princípio da equidade intergeracional⁷, intrínseco ao patrimônio cultural - posto que qualquer perspectiva de futuro provém de escolhas feitas no presente. Este princípio toca no tema das responsabilidades, tanto do escopo da memória quanto da importância para a identidade cultural de uma comunidade, da qual se faz parte ou não. No terceiro momento o método regressivo-progressivo aborda a retomada do presente através dos restos e dos possíveis futuros. Porém, para Morin (2001, p. 40-41),

o enfraquecimento da percepção do global conduz a um enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos). (op. cit).

Assim, a noção de responsabilidade perante um futuro global ou local se descontextualiza, hoje. Ao relacionar informações e dados históricos relativos à formação de um lugar e buscar recompor o todo desde as partes interconectadas, formar-se-iam multiplicidades de inteligência, *objetos em si* das dimensões do patrimônio cultural – repositório de conhecimentos locais que, quando acionados e contextualizados, permitiriam bem-viver, ali, onde as coisas fazem sentido aos seus (LEPETIT, 2016).

Buscar a tríade *espaço-tempo-energia* de cada lugar torna-se uma possibilidade metodológica em busca dos futuros possíveis. Seguindo a afirmação de Lefebvre, *el espacio contiene relaciones sociales, y es preciso saber cuáles, cómo y por qué*⁸ (LEFEBVRE, 2013, p. 86), o estudo adequa a frase e complementa: as relações sociais fazem parte do patrimônio de um lugar, e é preciso saber *por quê, o quê e como* isso se dá. As três perguntas se impõem: *por que patrimonializar?* No caso, porque hoje no Brasil é possível efetivar instrumentos de políticas públicas de proteção do patrimônio cultural para obter garantia jurídica de futuro aos significados, conhecimentos e valores associados a um lugar, e para poder compor o substrato do viver-ali, do viver naquele meio ambiente. Este mesmo meio ambiente, visto como instituto realizador da dignidade da pessoa e da vida, é considerado enquanto um macro-bem, composto por elementos

⁷ O Princípio da Equidade Intergeracional é uma norma de Direito Ambiental Internacional, compulsória, que consta na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

⁸ O espaço contém relações sociais, e é preciso saber quais, como e por quê? - tradução da autora.

corpóreos e incorpóreos, com conceituação e regime próprios, conforme Soares (SOARES, 2009, p.62).

No caso específico, patrimonializa-se porque áreas históricas possuem características próprias, dadas caso a caso ao analisar centros históricos e, mais especificamente, ao analisar o núcleo inicial de uma cidade - pois todos têm direito a saber e ter informações sobre a origem dos lugares onde nasceram e/ou vivem. Foram modificados? Se sim, quando? Como? Por quê? Por quem? Responder e operacionalizar as respostas a estas perguntas seriam as primeiras ações esperadas das políticas públicas de patrimônio cultural, a serem efetuadas - enquanto sistemas de representação, separados da natureza e do passado⁹, segundo Prats (PRATS, 2005), ou enquanto sistemas de vida cotidiana no mundo moderno, segundo Lefebvre (LEFEBVRE, 1988).

A ambiência da atual Praça da Alfândega está sobre o núcleo inicial da cidade de Porto Alegre. É resultado de uma sequência de aterros que modificaram completamente a área original; a estrutura hidroportuária e a sua complexidade social marcaram profundamente o local, tendo-a no nome oficial da cidade mesmo com a atual perda de integridade do rio (poluição) e do contato físico com o meio líquido, e a correspondente marginalização espacial da área portuária (CORREA, apud CASTRO et al, 2002).

A pergunta seguinte: *o quê patrimonializar?* A necessidade de contextualização de informações, dados, conhecimentos, obras e/ou objetos presentes em um lugar e usados ativamente no cotidiano pelas comunidades tornam-se fontes preciosas de entendimento das redes do espaço social em que se desenvolveram e que, hoje, se efetivam. Formas de expressar e/ou definir uma característica fundante da identidade/inteligência geral de um lugar podem e devem ser investigadas. Nesse sentido, pode-se perguntar: a relação com a água ou, neste caso específico, a memória portuária, estaria disponível para consulta e/ou fruição pela população¹⁰? Infelizmente, a relação com a água é tanto rica quanto tensa, e foi estruturadora da paisagem cultural formada na costa do rio. Mas, hoje, é priorizada? Enquanto formas de recuperação da orla, iniciativas privadas vêm reconstituindo uma relação a partir da formação contemporânea, marcada pelas vias de trânsito. Não se trabalhou a dimensão histórica destes locais tratados, pois seriam locais sem a magnitude de ocupação histórica em comparação com magnitude da

⁹ PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social. Barcelona, n. 21, 2005.

¹⁰ A área central do porto hoje, 2019, está desativada e uma revitalização administrada pela municipalidade estaria em curso.

área central da cidade. A área central teve sua importância destacada, com a definição da poligonal de sítio histórico de nível nacional, em 2000.

Segundo Prats (2005), os processos de patrimonialização dependem de poderes políticos - quando houverem interesses, haverá patrimonialização. Porém, o patrimônio local está composto por *todos aquellos objetos, lugares y manifestaciones locales que, en cada caso, guardan una relación metonímica con la externalidad cultural* (PRATS, 2005, p. 23-24). Cada lugar tem suas dimensões de espaço, tempo e energia, onde o uso mais ou menos frequente é capaz de indicar formas de analisar e preservar o bem-viver, que se conhece como bom e se vive, diariamente.

A última pergunta: *como patrimonializar?* Diversas características materiais e imateriais associadas podem representar uma relação concreta e vivida com o lugar em que se está, se vive e se sonha. Dentro do escopo de práticas de operatividade de conceitos e critérios referentes a metodologias de análise de patrimônio imaterial, o Instituto Latino Americano de Museus - ILAM, estabeleceu uma apreensão operacional baseada em diversos patrimônios, que se inicia a partir de uma combinação de 5 categorias de patrimônios¹¹ e as respectivas caracterizações dos bens que as compõem - agrupados por temáticas, resultando em um conjunto diverso (ILAM, 2017). O detalhe deste entendimento é que, como na prática cotidiana o patrimônio é indivisível, esta metodologia pede que as 5 categorias fossem trabalhadas de modo separado, porém de forma integrada, exigindo amplo domínio e vivências dos temas, para garantir a manutenção dessas formas de patrimônio cultural, vivo. Pretende ser efetivo e dá pistas para a apreensão da multiplicidade do espaço social de um centro histórico.

Os entendimentos básicos, os conceitos estruturantes e as formas de ver o patrimônio estabeleceriam condutas e práticas que permitiriam um futuro ou, então, um outro futuro. Seriam escolhas a serem feitas, sempre que o interesse for o estritamente operacional - sobre dimensões futuras, estas exigiriam mais e mais elaboração.

Ao estabelecer as 3 perguntas, a pesquisa pré-exploratória encontrou que as respostas não coincidiam com os resultados encontrados hoje, na Praça da Alfândega¹². A primeira pergunta: “Por que patrimonializar?” estabeleceu o entendimento do espaço

¹¹ Os diversos patrimônios de ILAM (2014) são: o Patrimônio Cultural (foca as coleções culturais móveis), o patrimônio construído (foca os bens culturais imóveis), o patrimônio intangível (foca as expressões culturais intangíveis), o Patrimônio Cultural-Natural e o Patrimônio Natural.

¹² Esta que já foi o Largo da Quitanda, adquiriu o *status* de “Praça” do Comércio e na sequência, de Praça da Alfândega. Ao receber melhoramentos, homenageou um falecido (Praça) Senador Florêncio, foi ampliada por um grande aterro que gerou o Cais e, 40 anos atrás, volta a ser Praça da Alfândega, com calçadões e cercada por edifícios.

da praça. O *espaço de representação*, daquilo que foi vivido e entendido simbolicamente e que compõe a memória coletiva do lugar seria a resposta; porém, não constam as referências à relação estabelecida pelas milhares de pessoas que viveram o lugar ao longo de centenas de anos no parecer de tombamento. A segunda pergunta, “o quê patrimonializar?” estabeleceu uma série de escolhas tecnicamente embasadas sobre aquele lugar, o *espaço concebido* do leque de escolhas, atendendo às normas e conceitos associados à atividade de pensar e intervir urbanisticamente no espaço, de acordo com as técnicas de cada época e com os grupos que (financeiramente) efetuariam mudanças. Junto a interesses e discursos¹³, as pessoas que viveram o lugar seguiram leis da moral e dos bons costumes de poderes, de territórios locais e de territórios de além-mar¹⁴. E a terceira pergunta, “como patrimonializar?” estabeleceu a existência de uma articulação das práticas espaciais e seu futuro. Estas práticas, vividas por sujeitos, poderes e lugares, estabeleceriam as formas de con-vivência comuns, dentro do escopo de atividades que fazem parte do lugar e se mantêm, ali - por ser particular àqueles que, hoje, fazem a Praça da Alfândega ser o “aqui”.

1.2 AS ATIVIDADES NO ESPAÇO SOCIAL

O estudo trabalha com a hipótese de que o tratamento dado ao patrimônio cultural pelas políticas de preservação incidentes na área estaria apresentando lacunas, referentes especificamente ao espaço social do lugar. Para comprovar tal afirmação, propôs aplicar o método regressivo-progressivo de Lefebvre (2013), a fim de estabelecer dimensões de entendimento que permitam contribuir na prospecção do espaço social, no caso, da Praça da Alfândega. O referencial teórico apresenta a gênese deste conceito, os eixos estruturantes de análise e as formas de analisar um espaço social. A metodologia resultante, quando aplicada corretamente, permitiria elaborar novas formas de proteção ao patrimônio cultural, baseadas nas permanências de, no caso, atividades efetuadas na área da Praça, ao longo de sua consolidação física/espacial. Em busca do espaço social, o estudo analisou atividades efetuadas durante mais de 3 séculos na forma de atividades secundárias e, hoje, terciárias, que englobam comércio de bens e serviços, identificadas conforme a natureza da atividade e ferramental necessário. A noção contemporânea deste

¹³ Porque, diferentemente de Prats (2005), estamos no Brasil.

¹⁴ Infelizmente, esta prática continua a fazer parte das dinâmicas e das formas de viver o patrimônio cultural brasileiro.

tipo de atividade exige entender o que seja “terciária”. Segundo Vargas (2013), para entender o conceito:

Inicialmente é preciso mencionar que a origem do nome terciário é decorrência do seu posicionamento com relação a terra, onde a agricultura assume o primeiro lugar (primária). A transformação do produto da terra realizada pela indústria vem em segundo lugar (secundário), deixando para as demais atividades o terceiro lugar (terciário). Outro aspecto a destacar é a própria natureza da atividade terciária, que apresenta um alto grau de efemeridade e ausência de corporeidade, isto é, ela encerra-se no momento do ato da troca e, portanto, é efêmera, e não se materializa através de nenhum produto. A conotação de atividade improdutiva adquirida pelas atividades terciárias e devidamente analisada por alguns autores vai, então, além de meados do século XX. (VARGAS, 2001, p. 32).

Cabe estabelecer que a indústria citada por Vargas (2001) quando fala de atividades secundárias se consolidou, mundialmente, após a revolução industrial na Europa e, para entender a sequência histórica de comércio de bens e prestação de serviços se faz necessário contextualizar o Brasil colonial, imperial e republicano (como traz o sub-cap. 3.2).

Assim, para entender o que ocorreu na Praça exigir-se-ia dimensionar o espaço social e indicar permanências que compuseram/compõem o lugar, entendendo a formação do núcleo inicial da cidade, a formação do estado e do país. Há pistas ali, até hoje - o nome da Praça, o nome popular da principal rua da cidade. Porém saber quem está, quem esteve, fazendo o quê, ao longo de décadas e séculos é praticamente impossível, mesmo baseado no entendimento dado por Walter Benjamin, segundo quem “*A história é objeto de uma construção cujo lugar é um tempo saturado de ‘agoras’*” (BENJAMIN, 1994, p. 229). Tal afirmação conversa diretamente com as temporalidades da história de Lefebvre (Martins, 1996), sobre os tempos equivalentes do cotidiano.

No espaço social, as temporalidades históricas são grandezas difíceis de delimitar, pela simultaneidade de tempos históricos - segundo Koselleck (2006), um determinado futuro é definido, registrado e entendido por um determinado passado. A temporalidade desse espaço social atuaria, mais, sobre as práticas espaciais do que sobre o espaço concebido - pois, baseado no princípio da propriedade privada, o espaço concebido estaria inserido nas negociações de territorialidades do tecido urbano em formação. Por este motivo, foi escolhido o enfoque de análise das atividades (hoje, terciárias) da Praça da Alfândega. O estudo buscou abordar as dimensões do espaço social formado (ver quadro das atividades, cap. 3.1) a partir da dimensão histórico-cultural do local investigado.

Nesse sentido, foram analisados os conceitos e/ou princípios que abarcam a concepção institucional de patrimônio cultural, usados no processo de tombamento no

Centro Histórico de Porto Alegre, especificamente na área da atual Praça da Alfândega - núcleo inicial da cidade, marcado pelo grande fluxo comercial e de atividades terciárias. Com este entendimento patrimonial anterior, buscaram-se possíveis futuros que o método regressivo-progressivo nos levou a descobrir.

1.3 ENTENDIMENTOS PATRIMONIAIS

Diversas formas de entender e de atuar sobre as plataformas patrimoniais compuseram entendimentos locais, nacionais e internacionais nos quais a conservação edilícia tornou-se o eixo estruturador de ações no Brasil, compondo um panorama de proteção que se iniciou em 1937 com diversas abordagens, até hoje¹⁵. Porém, há relações que se estabelecem com o patrimônio material que sobrepassam o edificado sem, contudo, manterem graus de proteção e salvaguarda compatíveis.

As vivências cotidianas das pessoas com as edificações nas áreas históricas - ou não - estabelecem redes de convívio, conhecimentos, significados, vivências e dependências (C. N. F. SANTOS, 1986; SANTOS, 2009), constituindo dimensões do conjunto às quais, porém, não são dadas a devida visibilidade e importância na memória oficial. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1983), acostumou-se separar agentes patrimoniais de comunidades daqueles portadores de conhecimentos associados aos bens representativos daquela comunidade. Segundo Maldonado-Torres (2005, apud AMARAL, 2015) ambos agentes seriam, por sua vez, sujeitos fortemente marcados pela colonialidade posto que obedecem ao princípio da propriedade privada, reproduzindo características de dominação e constituindo territórios de poder. Para Prats (2005), o entendimento geral de patrimônio ainda está por ser estabelecido, estando pouco relacionado com os habitantes dos lugares. Segundo o autor,

el patrimonio es concebido como una realidad esencial preexistente, no como una construcción social, y, por tanto, las políticas de conservación y difusión del patrimonio identifican los referentes a partir de esos principios de legitimación implícitos, pero en ningún caso los cuestionan, ni tan siquiera reflexionan al respecto. Convertir, por tanto, lo que es significativamente importante para la comunidad es patrimonialmente relevante, constituye una estrategia espontánea y eficaz de preservación. (PRATS, 2005, p. 26-27)

¹⁵ Cabe frisar a ação efetuada pelos arquitetos brasileiros durante o período do modernismo, em que os projetos urbanísticos passaram a fazer parte do repertório de salvaguarda do então chamado patrimônio ambiental urbano.

para quem o *significado* do patrimônio deve ser o eixo estruturante das políticas públicas de patrimônio cultural. Nesse sentido, De Carli (2006) aproxima-se desse olhar, ao compor uma definição de patrimônio que hoje é usada pelo Instituto Latino-americano de Museus (2018), como:

o conjunto de bens culturais naturais, tangíveis e intangíveis, gerados localmente e que uma geração herda/transmite à seguinte geração, com o propósito de preservar, continuar e acrescentar esta herança. (DE CARLI, 2006, apud ILAM, 2018, p.6)

Este conceito adequa-se à perspectiva de espaço social, referenciando-se às novas possibilidades de interpretação das dinâmicas sociais, trazidas pelos autores do pensamento decolonial (BHABHA, 1998; BALLESTRIN, 2013, MALDONADO-TORRES, 2008). Diferencia-se aos conceitos trabalhados pela UNESCO especificamente quanto ao ponto da maior operabilidade às dimensões de passado-presente-futuro, já instituídas no âmbito de décadas de trabalho pela Organização, na preservação do patrimônio histórico e cultural mundial. Como referência para propor, definir e avaliar os sistemas de gestão de patrimônio, as Cartas, Convenções e Recomendações da UNESCO tornam-se referências também para que, quando necessário, possa vir a ser repensadas/reorganizadas durante as (possíveis) efetividades de políticas públicas de patrimônio cultural, conquanto adequadas às dinâmicas do cotidiano de cada lugar, conforme Lefebvre (2013).

1.4 LEFEBVRE E O PATRIMÔNIO: É POSSÍVEL?

Quando em 1974, Lefebvre apresentou a tríade *espaço-tempo-energia* (LEFEBVRE, 2013) enquanto elementos fundantes do espaço social que constituem as materialidades de um lugar, ele propôs pensar que, para além do edificado, formam-se as dimensões dos espaços percebidos, concebidos e vividos, constituintes do espaço social de um lugar, em sua dialética triádica. Nesse sentido, pensando nos espaços sociais de uma área histórica a partir do significado explicitado pelo uso e pela vivência de uma (dada) época, os conhecimentos associados ao edificado antigo que o constituem poderiam adequar-se às dinâmicas de uma nova época - ou não. Quando não, a presença de referências de uma época, em um lugar, ainda pode mantê-los ativos e presentes nas dinâmicas cotidianas daquele lugar, porque fazem parte dele. Este processo se daria até que a sequência de “acontecimentos” venha a reinventá-lo, de modo a inserir elementos de criatividade das gerações que se sucederão, em determinados grupos, espaços e

dinâmicas sociais. Desta maneira, constituem-se sequências de contemporaneidades nos tecidos urbanos históricos que, geração a geração, reinterpretam aquele lugar de acordo com critérios e valores de tempos-simultâneos (MARTINS, 1996) - dentro do que conheço, me estabeleço.

Usando o vocabulário de categorias implementadas pelo IPHAN, órgão responsável pelos instrumentos de preservação de nível nacional, o pressuposto do entendimento patrimonial é de que os valores do patrimônio cultural da Praça façam parte do seu espaço, sob proteção federal. O espaço social, um conceito ainda não trabalhado pelo IPHAN - e que, segundo Lefebvre, é um produto social (LEFEBVRE, 2013, p. 86) - seria um instrumento do pensamento e da ação, ou seja, imaterial. Ao mesmo tempo, constituiria um meio de produção, de controle e, conseqüentemente, de dominação e de poder, porque, repetindo: *el espacio contiene relaciones sociales, y es preciso saber cuáles, cómo y por qué*. (LEFEBVRE, 2013, p. 86).

A problemática investigada parte de uma constatação simples: uma capital regional tem uma grande praça pública no Centro histórico, adornada por imponentes edificações antigas, monumentos e esculturas de porte, que compõe uma área de tombamento enquanto sítio histórico de nível nacional, que recebeu uma requalificação urbana recente porém com ausência de informação histórica¹⁶ - há tombamento mas *in loco* não há informação sobre o tombamento; a principal rua do centro chama-se popularmente *Rua da Praia*, mas não há praia; há história, mas sem estruturas de apoio à história local. Como a categoria “espaço social” equivaleria à junção da tríade dialética de Lefebvre *espaço-tempo-energia* de/em um lugar, o espaço social da Praça da Alfândega, hoje patrimonializada, foi escolhido para aplicação do método regressivo-progressivo, enquanto recorte espacial.

Entender um espaço social que se apresenta enquanto espaço público urbano histórico exige captar as práticas do espaço social no cotidiano daquele lugar. No caso da aplicação do método regressivo-progressivo na Praça da Alfândega, a investigação buscou esta espacialidade porque compõe o núcleo inicial da cidade, integra uma área tombada como sítio histórico nacional, e porque o tombamento constitui uma política

¹⁶A pesquisa exploratória confirmou que a verba destinada não foi suficiente para efetivar o Projeto Interpretativo - já elaborado, orçado e aprovado no conjunto de ações do Programa Monumenta, em 2010, quando encerrou as atividades.

pública de preservação com temporalidade jurídica permanente, ou seja, *ad infinitum*¹⁷. A temporalidade associada ao lugar foi composta, ao longo dos anos, por modificações que afastaram as águas e conquistaram metros ao rio, de acordo com os melhoramentos e planejamentos urbanos de cada momento presente. Como resultado, neste momento presente de 2019, a área se apresenta modificada de sua ambiência natural por intervenções antrópicas, visando soluções ao crescimento urbano. Continua sendo atrator comercial e pólo financeiro da capital, concentrando agências centrais das principais instituições financeiras do estado. Permanências estruturais solidificaram a identidade da Praça no Centro Histórico de Porto Alegre. Apresenta proteção de uma área modificada, considerando os resultados gerados por modificações estruturais/aterros como processo de formação da área, mas desconsiderou a produção desse espaço.

Ao analisar e visibilizar o espaço social, foram encontradas formas antigas de conviver com o espaço contemporâneo, presentes nas atividades hoje denominadas terciárias ou informais, que mantêm características específicas de trabalho, funções e usos semelhantes às que ocorreram ao longo dos anos no local, algumas por décadas, algumas por séculos. Tais práticas seriam antigas ou seriam dali? Assim, o objetivo central do trabalho tornou-se entender o conceito de espaço social e sua metodologia regressiva-progressiva, e estabelecer uma análise neste sentido, da Praça da Alfândega de Porto Alegre, buscando atividades hoje denominadas terciárias que compõem as práticas cotidianas no local.

Enquanto metodologia para efetivar tal proposição, foi definida a linha teórica do espaço social, trazida pelo filósofo francês Henri Lefebvre na obra *La Producción del Espacio*, escrita em 1974, como mencionado. Foram analisados os diversos formantes das categorias usadas por Lefebvre (2013), a partir de Damiani (2012), Schmid (2012) e Martins (1996), autores que esclarecem diversas facetas da obra polifônica do filósofo, e que permitiram trabalhar o conceito dialético e/ou trialético que é o método regressivo-progressivo. Este método envolve três etapas¹⁸, onde a primeira consiste em uma descrição horizontal do espaço em análise, seguida de um aprofundamento vertical na história do referido espaço, em busca da simultaneidade dos tempos históricos e, voltando ao presente, a posterior análise, devidamente subsidiada pelas atividades e sociabilidades

¹⁷ Cabe informar que esta prerrogativa pode ser revogada por lei, quando o agente patrimonial que deferiu o tombamento vier a entender que haja a necessidade de destombamento, iniciando-se um novo processo para isso.

¹⁸A metodologia da investigação apresenta o conjunto dos três momentos no Capítulo 3.

encontradas na exploração do substrato social daquele espaço - para, assim, visibilizar os possíveis futuros associados aos espaços sociais, conforme nos orienta Lefebvre (2013).

Seguindo este roteiro, o estudo desenvolveu 4 capítulos, a saber: a introdução, problematizando o entendimento do método; o segundo capítulo apresentando o referencial teórico sobre o método e as questões referentes ao espaço social; o terceiro capítulo, formado pelas três etapas do método regressivo-progressivo, compondo o estudo em si e problematizando os conteúdos iniciais e os encontrados, e o último capítulo, apresentando as conclusões das análises desenvolvidas, à guisa de oferecer possíveis futuros ao patrimônio cultural analisado.

Detalhando as escolhas metodológicas feitas, o recorte de análise no espaço buscou entender a constituição física do lugar, modificado ao longo dos anos, em sua relação com o rio: a sucessão de aterros no porto original, afastando a água¹⁹. Cabe esclarecer este ponto com mais atenção: enquanto elemento da natureza, a costa do rio²⁰ desenvolveu-se de uma relação *uso-forma-função* tradicional para uma relação modernista²¹ de efetividade, composta por melhoramentos estruturais e posterior viabilidade da expansão da malha urbana, acompanhando o crescimento da cidade; enquanto pólo financeiro, em virtude das vivências locais de abastecimento, já consolidadas ali, a sucessão de aterros gerou um grande espaço físico, composto, edificado e concebido pelos poderes políticos e econômicos colonialistas/ imperiais/ republicanos/ liberais / neo-liberais.

O substrato social das atividades terciárias ou informais teve como eixo de ação o trabalho relacionado à beira do rio, especificamente através da função social “porto”, enquanto “porta” da cidade colonial, onde os rios eram as estradas de então. Com a entrada da viação férrea, a zona industrial foi acompanhando os trilhos, rumo ao Norte. Com uma geografia peculiar, encaixada entre um paredão de granito e uma grande massa de água, o Guaíba, parte integrante do Complexo do Delta do Jacuí, a cidade cresceu em forma de leque e se espalhou, ao longo dos anos. O comércio popular e as atividades de carga e descarga do inicial Largo da Quitanda foram sendo afastadas para outra praça, a

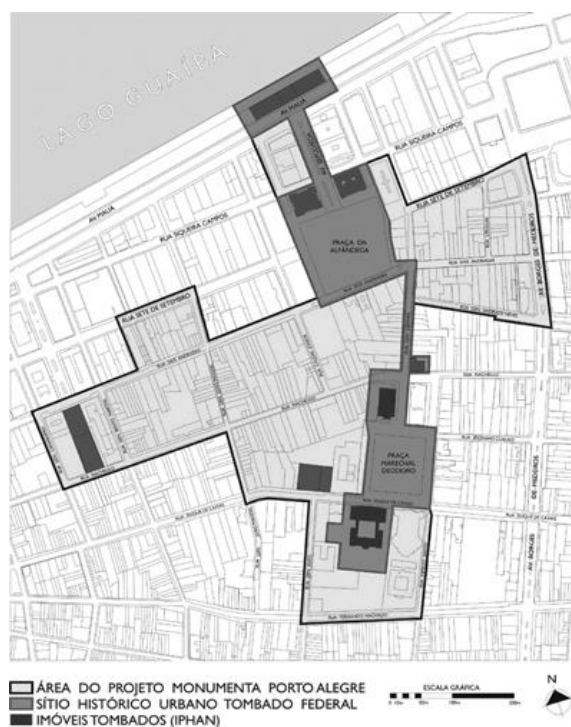
¹⁹ Tal pergunta também fez parte dos questionamentos enviados pelo DEPROT/IPHAN, à 12ª SR-IPHAN/RS, em 2000.

²⁰ Optou-se por usar esta expressão pela quantidade de vezes que ela é usada ao longo da história da cidade, e não “costa do lago”.

²¹ Segundo M. Berman (2007), em “Tudo que é sólido desmancha no ar”, as formas de conceber e viver a modernidade oferecem subsídios para acompanhar a marcha triunfal da ciência moderna ao longo dos séculos XVIII a XX.

do Paraíso²², seguindo a costa do rio. Contudo, o comércio de alto padrão, os cinemas, os bancos e o *trottoir* social conformaram a Praça da Alfândega do século XX, fixando uma imagem associada a *glamour* e às fortunas geradas pela agropecuária e pelas indústrias baseadas em matérias-primas locais. A Rua da Praia compôs, durante anos, o panorama das sociabilidades urbanas da capital do estado (PESAVENTO, 1990; 2002). Junto à Praça da Matriz, faz parte da área de delimitação de sítio histórico de Porto Alegre, definido pelo IPHAN, desde 2000 (figura 1).

Figura 1: Traçados das poligonais - sítio histórico urbano tombado em nível federal e traçado da área de atuação do Programa Monumenta - Porto Alegre (RS).



Fonte: BICCA, B. (Org). Programa Monumenta: Porto Alegre, 2010, p. 48.

Para o uso do método regressivo-progressivo, foi necessário estabelecer a análise da Praça como espaço social em um espaço físico muito modificado ao longo do tempo o qual, porém, apresenta atividades terciárias/informais que seguiriam lógicas antigas do lugar, de caráter pré-industrial e adaptadas à contemporaneidade. O estudo buscou entender as presenças e as continuidades no lugar através da simultaneidade dos tempos históricos que estrutura o método regressivo-progressivo de Lefebvre - no caso, a

²² Hoje Praça XV, não compõe o sítio histórico de tombamento nacional.

possibilidade de encontrar atividades informais pré-industriais que permanecem, acompanhando o porto/porta/rio.

Conforme indica Lefebvre (2013), partiu-se de um momento horizontalmente descritivo e revelador do ambiente formado, baseado na interpretação atual do espaço pela autora, devidamente subsidiada pelo referencial teórico. Este momento, por sua vez, subdivide-se em 3 (três): o primeiro, a percepção do espaço vivido, apresentando as sensações apreendidas na diversidade encontrada; o segundo, a representação do espaço que compôs o planejamento incidente, dado pela interpretação projetual e pelas escolhas preservacionistas, incidentes no local (quando efetuadas, resultaram na espacialidade que se apresenta hoje, sendo vivida); e o terceiro, o espaço de representação, a cotidianidade na qual atividades se repetem e permanecem, no espaço público, enquanto entendimento, conhecimento e identidade do lugar, fundante e pessoal. Para efetivar tal abordagem, foi necessário compor uma metodologia de investigação própria focando nos usos (sociais) do espaço (social), o que exigiu certas escolhas. Assim, foi efetuada uma pesquisa qualitativa de um estudo de caso - a Praça da Alfândega. O estudo baseou a apreensão metodológica de trabalho de campo no estudo elaborado pelos técnicos do Programa Monumenta no perímetro da Praça, que abarcou atividades que compunham a ambiência e priorizou sua manutenção. Assim, foram localizados e entrevistados os agentes que efetuam as 4 atividades inseridas no Programa. No trabalho de campo foi aplicado um instrumento de entrevista semiestruturada, de caráter qualitativo, a um indivíduo representante de cada atividade²³. Foi elaborada uma análise descritiva, que compôs o capítulo 3.1.

O método se desdobrou na segunda fase, com o momento analítico-regressivo (Cap. 3.2). da história da formação espacial do lugar, acompanhando os aterros, a linha d'água e o crescimento da cidade. Foi efetuado um levantamento cronológico, o qual foi elaborado sobre a linha do tempo que embasou o dossiê de tombamento²⁴, que foi complementada através de pesquisas em fontes primárias, acervos documentais, bibliografias de viajantes, pesquisas acadêmicas e bibliografia multidisciplinar. A partir do enfoque analítico-regressivo baseado na cronologia da área - pois, segundo Martins (1996): *“cada relação social tem sua idade e data, cada elemento da cultura material e*

²³ Nesta etapa, foram captados entendimentos relacionados a formas de inserção de atividades populares em espaços públicos, históricos e identitários, presentes em políticas públicas de memória e as heranças históricas.

²⁴ A linha do tempo inserida no processo consta nos Anexos, e foi elaborada pela historiadora do IPHAE, Frineia Zamin, na instrução inicial do processo.

espiritual também tem sua data” (MARTINS, 1996, p. 21) -, o momento teve o objetivo de apresentar a cronologia dos usos hoje tradicionais do lugar, acompanhando a gradativa composição da altura negativa da área, gerada pelos frequentes aterros e pelos “melhoramentos urbanos”, e chegar à composição atual do local - visibilizando as diferentes temporalidades das relações sociais constituintes de cada presente. Assim, o estudo compôs a cronologia da constituição da área, do pequeno porto original até hoje²⁵. Portador de um tombamento federal de sítio histórico, com as vivências e ambiências que formaram o lugar (espaço de representação), no hoje sítio histórico ocorreram as primeiras adequações para trapiches e estruturas de carga e descarga, como primeira consolidação da área (1752- 1809); o pequeno porto transformando-se, crescendo e sendo oportunamente avassalado/ soterrado/ aterrado pela função social de capital do Estado, compondo a cidade e sua região metropolitana, em crescimento radiocêntrico, o que compôs a segunda consolidação da área (1809-1922). O aterro para a construção do Cais do Porto e a sequência de melhorias e planejamentos urbanos que se seguiram, constituíram a terceira consolidação da área (1922-1978). Em 1978, a incorporação do leito das Rua da Praia e da Av. Sete de Setembro ao perímetro da praça gerou a área atual, enquanto quarta consolidação (1978-2002). A quinta e última consolidação na área ocorreu com as ações de revitalização da Praça pelo Programa Monumenta, que permanece ativa até hoje (2002-2019). (ver Anexo 1)

Para a interpretação da informação gerada sobre o espaço social investigado foi usada a terceira fase do método, o momento histórico-genético (Cap. 3.3). Com a investigação subsidiada pelas dimensões anteriores (3.1 e 3.2), elaborou-se o momento “dos possíveis”, - ao pensar nas formas de interpretação patrimonial em uso, frente às novas formas de pensar/viver o espaço social local. Dentro da realidade essencial pré-existente (PRATS, 2005, p. 25) alimentada pela descrição horizontal do contexto e pelo mergulho vertical na formação antrópica e social, este momento traz os possíveis desdobramentos de entendimento sobre a área, a partir dos dados captados. Reunindo resíduos e captando a realidade social constituída, a volta municida ao presente e seus possíveis futuros permitiu, junto aos achados da prospecção histórica do lugar, formar uma complementação à percepção do IPHAN sobre a Praça. Constatou-se que os técnicos

²⁵ Conforme solicitado no parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº72/00, de 09 de agosto de 2000, da arquiteta Claudia M. Girão Barroso, da Divisão de Acautelamento - DEPROT, no volume 3: “a documentação de instrução do processo referente à área da Alfândega ressurte-se de dados mais precisos, sobretudo no que concerne à indicação de datas de antigos registros fotográficos e à documentação gráfica das grandes transformações por que passou” (IPHAN, 2000, vol.3, p. 11).

patrimoniais seguiram as determinações do Projeto Monumenta referentes ao entendimento de patrimônio cultural como um todo, aplicado em nível nacional (DUARTE JR., 2010) na qual, cronologicamente, a efetividade do patrimônio cultural imaterial ainda estava em formação. Assim, foram visibilizados elementos de patrimônio cultural e natural que poderiam constar no instrumento de preservação incidente sobre o sítio histórico, atualmente. Dessa forma, estabeleceram-se possíveis diálogos entre os futuros indicados pelo espaço social, e a atual composição do espaço patrimonial.

Possibilitando adequações ao entendimento do patrimônio cultural, as conclusões analisaram as noções de futuro em vigor propostas para a área sob tombamento, e as possibilidades de proteção e vivências do patrimônio cultural resultantes do uso do método regressivo-progressivo - apresentar valores imateriais e naturais que (também) compõem a história, no caso, da Praça. Fundamentalmente, o estudo buscou levantar o que se sabe sobre épocas anteriores e o que se quis manter, como conhecimento associado ao lugar, pelo entendimento da passagem do tempo constituído por sequências de políticas públicas, para as próximas gerações²⁶. Nesse sentido, as conclusões recomendam a elaboração de um Plano de Gestão de Sítio Histórico que envolva os agentes atuantes na área, os trabalhadores da área, os técnicos patrimoniais dos três níveis de poder e os *habitués* do lugar (VARINE, 2013), para equalizar os *possíveis*, nas múltiplas esferas de atuação sobre o lugar/ governo e permitam o bem-viver, ali - onde os papagaios ainda gritam muito. E constatou-se que o método regressivo-progressivo pode ser usado para análises e valoração de Centros Históricos no Brasil.

A escolha tanto do tema metodológico quanto do local deu-se pela pesquisadora ser usuária diária do local escolhido, a Praça da Alfândega. Enquanto servidora pública da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, trabalho no prédio do Memorial do RS, lotada no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul - o qual funciona desde 2015 na sala 22 do prédio, na Rua Sete de Setembro, 1020 (esq. Av. Sepúlveda), por esta atuação profissional passo diariamente pela Praça. Anteriormente, estive lotada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE²⁷ participando de discussões técnicas, onde a complexidade do patrimônio imaterial gerava diferentes

²⁶ O local onde a cidade teve origem poderia compor uma 'poligonal' de patrimônio cultural com plano de gestão, inserindo novas dimensões ao Projeto Interpretativo, ainda não efetuado. Também há políticas de apagamento de memória, através da seleção de certos temas/objetos/loais, a despeito de outros.

²⁷ Entre outras atividades, participei da elaboração da minuta de decreto de regulamentação da lei sobre o patrimônio imaterial no Estado, a Lei Nº 13.678, de 17 de janeiro de 2011, alterada pela Lei Nº 14.155, de 20 de dezembro de 2012.

entendimentos entre os colegas técnicos da área do patrimônio. Neste âmbito fiz contatos com outras políticas públicas de patrimônio, o que permitiu comparar diversos problemas e soluções - nas formas de operacionalizar impactos e conflitos -, ampliando o repertório de conhecimentos associados às boas práticas de patrimônio cultural.

A relevância acadêmica desta escolha se embasa na formação recebida no PPG de Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, onde aprofundei questionamentos gerados por vivências profissionais de estruturas de trabalho e implementação de políticas públicas de patrimônio. Entre elas, caberia questionar a diferença numérica entre técnicos concursados das áreas de Humanidades e da área da Arquitetura, na composição das equipes profissionais nos órgãos gestores de patrimônio histórico e cultural - tal composição majoritária de arquitetos caracterizaria uma forma de atuação profissional nacional, segundo Fonseca (2017), marcada pelo modernismo. A formação majoritária de áreas de conhecimentos nas equipes reflete-se nos planos de ação, relacionando ações de patrimônio cultural à requalificação das ambiências históricas - o que problematizaria a qualidade associada ao histórico -, rumo à espetacularização (PRATS, 2005). Para entender o *modus operandi* das políticas públicas atuantes sobre a Praça da Alfândega, núcleo de formação da cidade de Porto Alegre, hoje aterrado, a falta de informações históricas *in loco* constituiu um ponto de partida.

Constatou-se uma possibilidade de estabelecer metodologias de análise das áreas históricas através do espaço social local, de acordo com suas múltiplas especificidades, visto que metodologias e critérios analíticos, principalmente relacionados a valores patrimoniais imateriais, não costumam ser mencionados ao comporem laudos e pareceres que incidem sobre tombamentos. Como os tombamentos de sítios históricos têm caráter jurídico permanente, entende-se a lógica de a proteção guiar-se pelo valor da imobilidade - mas as pessoas compõem os lugares ...

O método regressivo-progressivo de Lefebvre (2013) é o eixo de estruturação do referencial teórico, apresentado no próximo capítulo, em busca do espaço social de áreas históricas sob proteção patrimonial. Sua aplicabilidade, a partir do levantamento das atividades terciárias presentes na área, hoje uma praça pública com mais de 15mil m², permitiu observar e identificar várias atividades pré-industriais, presentes na área há mais de 100 (ou mais) anos que permanecem, compondo a ambiência e o espaço social do lugar.

O uso desta metodologia pode trazer contribuições à proteção e preservação do patrimônio cultural, pois permite visibilizar presenças que ainda estão na gênese dos

lugares em diversas formas de patrimônio vivo, porém sem apreensão metodológica pelas políticas públicas de patrimônio efetuadas. Esperando o resgate dos “restos”, como possibilidades de futuro dos lugares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme dito anteriormente, visibilizar presenças que ainda estão na gênese dos lugares, sem apreensão metodológica pelas políticas públicas de patrimônio é uma tarefa que exige metodologias novas, de forma a apreender tais cargas informativas e iluminá-las, dá-las a ver e entender pelos detentores como sendo suas e próprias. O uso do método regressivo-progressivo permite apreender uma parte, o espaço social composto. O estudo buscou uma forma de aplicar tal método dentro de um enfoque patrimonial, adequando-o ao patrimônio cultural, vivo, transmitido ao futuro hoje, no presente. O patrimônio vivo é composto pelas energias/vidas/atividades efetuadas no local, ao longo do tempo num dado lugar. Como segundo Lefebvre (2013), o espaço social é composto pela tríade *espaço-tempo-energia*, as acepções se encaixam, e seguimos em frente.

2.1 CONCEITOS PARA IDENTIFICAR AS METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS NO ESPAÇO DE UM CENTRO HISTÓRICO

Investigar o espaço social de acordo com o enfoque escolhido exigiu identificar as metamorfoses e permanências dessas materialidades e atividades, no momento presente, dentro de um Centro Histórico. Para a aplicação do método regressivo-progressivo na Praça da Alfândega partiu-se de uma descrição de atividades terciárias/informais, porém fez-se necessário caracterizar usos e fluxos existentes nas diversas formas de comércio e de serviços presentes. Para entender o que sejam tais atividades nos espaços públicos, cabe definir certos conceitos.

2.1.1 Atividades terciárias ou informais?

Segundo Vargas (2001), as atividades são denominadas em sua relação com a terra, ou seja, as atividades primárias estariam em direta relação com a terra, como a agricultura; as secundárias seria o nome dado às transformações do produto da terra pela indústria, em todo o rol de produtos resultantes, e as terciárias seriam aquelas relacionadas às trocas e inúmeras atividades de serviços. Pela desconexão com os processos de produção, seriam consideradas atividades improdutivas, informais e/ou imateriais. Seguindo nessa linha, Malagutti (2000) apresenta as atividades terciárias de comércio e serviços vinculadas à noção de informalidade, em sua complexidade:

A informalidade é uma dimensão atemporal da sociedade do capital. Sempre presente e ao mesmo tempo fugidia. Uma face obscura da modernidade, de difícil percepção, gelatinosa e escorregadia. Um fenômeno que vêm conseguido frustrar todos os esforços despendidos em sua compreensão ou mensuração, parecendo querer “envergonhar” as pesquisas de campo e as teorias mais rigorosas. (MALAGUTTI, 2000, p. 13)

O autor desenvolve o papel da informalidade nas relações contemporâneas de trabalho, onde o parâmetro institucionalizado na sociedade brasileira é o trabalho formalizado e assalariado:

O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias (...) Em um país onde a Seguridade Social é uma ficção jurídica, estes trabalhadores expulsos do sistema salarial formal vêm-se obrigados a penetrar no mundo da informalidade, das transações ilícitas, da pequena marginalidade e mesmo do crime. (MALAGUTTI, 2000, p. 64-65)

Para o autor, no entanto, as conceituações econômicas e sociológicas não interferem no entendimento do senso comum, dado por definições intuitivas que comporiam o saber cotidiano. Malagutti (2000) analisando Kosik (1976)²⁸, cita:

Na cotidianidade vive tanto o escriturário como o imperador. Gerações inteiras e milhões de pessoas viveram e vivem na cotidianidade de suas vidas como em uma atmosfera *natural*, sem que lhes ocorra à mente, nem de longe, a ideia de indagar qual o sentido dessa cotidianidade. (...) Na cotidianidade tudo está ao alcance das mãos e as intenções de cada um são realizáveis. Por esta razão ela é o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais. (KOSIK, 1976, apud MALAGUTTI, 2000, p. 119)

A aceitação passiva de noções forjadas cotidianamente pelo senso comum, internalizadas sem intervenção do pensamento - essa *cotidianidade* tanto dificultaria a apreensão científica da realidade quanto definiria que a ciência só existe a partir dela, ao desvendar a verdade da realidade:

Na cotidianidade, a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instinto, subconsciente e inconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: *simplesmente são*; e como um inventário, como partes de um mundo *conhecido*, são aceitos. (KOSIK, 1976, apud MALAGUTTI, 2000, p. 122)

Para Malagutti (2000), confundem-se as situações das atividades ditas informais, ao analisar a dificuldade em identificar e distinguir o trabalhador assalariado do trabalhador independente, pois confunde-se uma situação - estar assalariado ou recebendo salário - com um processo - ser assalariado ou ser trabalhador independente. Segundo De Toni (2006), as transformações no sistema capitalista operadas em nível internacional

²⁸ KOSIK, K. Dialética do concreto, Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1976, p. 69-70.

reconfiguraram as relações de trabalho, e tais mudanças teriam provocado tanto uma ampliação da heterogeneidade, quanto sua precarização²⁹. O conceito de setor informal foi criado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, na década de 1970, para explicar como nos países subdesenvolvidos o crescimento capitalista convivia com formas não tipicamente capitalistas - alternativas de ocupação e de sobrevivência para um amplo excedente de pessoas - nas pequenas formas de produção urbana, nas brechas das atividades capitalistas formalizadas. Ou seja, a informalidade seria um conceito mais amplo que o de setor informal, estando atrelado à reestruturação produtiva.

Segundo De Toni (2006), as análises do setor informal usam a denominação de postos de trabalho “*não-protégidos*”, composto por assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria (op.cit, p. 158). Já as análises da informalidade buscam novos conceitos que permitiriam abranger as situações atuais, de crescente heterogeneidade do trabalho: Sáinz (1998) usa o termo *neoinformalidade*, ao referir-se à América central: *informalidade de subsistência, subordinada e dinâmica* (esta última, inserida nas dinâmicas da globalização); Filgueiras, Druk e Amaral (2004) usam 3 termos: *setor informal* (abordagem tradicional), *economia subterrânea* (legalidade/ilegalidade), e *atividades não-fordistas* (junta os dois critérios anteriores); Silva (2003) usa *nova informalidade* ou *novos informais*, para falar do surgimento de *novos circuitos de informalidade* no mercado de trabalho de Salvador/BA, em contraponto ao *circuito tradicional da informalidade*; Lima e Soares (2002) registram a *nova informalidade* pela (re)organização recente dos processos de produção que se dá na casualização (*part-time*, temporário, por tarefa); buscando estabelecer parâmetros para estatísticas, a Organização Internacional do Trabalho - OIT propôs, em 2003, que o conceito de *emprego no setor informal* mudasse para *emprego informal*, sendo mais abrangente; Cacciamali (2000) usa a expressão *processo de informalidade*, no qual ocorre a destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras que conformam dois fenômenos: a reorganização do trabalho assalariado e a ocupação por conta própria e outras estratégias de sobrevivência, em atividades de baixa produtividade. Dessa forma, poderiam ser visibilizadas formas de precarização do mercado de trabalho, nas quais as novas e as velhas informalidades se entrelaçam, de forma dinâmica. (DE TONI, 2006).

²⁹ Ao tratar do setor informal, De Toni (2006) cita a expressão usada por Beck (2002) de *brasilianização do ocidente*, para analisar mudanças no trabalho verificadas na Europa com o impacto da terceirização.

Na dialética-trialética da informalidade, o conceito genérico de atividade ou ocupação entra em contato com o tempo de trabalho. Segundo Del Rosso (apud CATANNI, HOLZMANN, 2006), o conceito de tempo de trabalho comporta três dimensões: dimensão (quanto tempo? jornada, do latim *dies*, do italiano *giorno*, do francês *jour*); distribuição (quando? início e fim da vida ativa); e intensidade (como? esforço físico, mental ou emocional necessário para a tarefa). Também deve ser considerada a suprassunção de Hegel³⁰, quando o tempo de trabalho entra em contato com o tempo de não-trabalho:

O conceito de tempo de não-trabalho compreende uma miríade de atividades que se localizam fora da jornada, embora não desvinculadas dele - hoje, a separação entre Tempo de Trabalho e de não-trabalho é cada vez mais tênue - a exemplo de descanso, lazer e atividades criativas. Nem todas as atividades de não-trabalho comportam significado positivo. O tempo de desemprego, por exemplo, é carregado de negatividade. Tempo livre, portanto, diferencia-se de tempo de não-trabalho. Tempo livre é o objetivo almejado pela luta dos trabalhadores e da humanidade, regido pela lei da liberdade. (DAL ROSSO, apud CATTANI, HOLZMANN, 2006, p. 307)

Estes entendimentos e conceituações das mudanças em curso no mundo do trabalho que admitem a existência e problematizam a informalidade, permitem interpretar a presença histórica de atividades informais nos espaços públicos de Centros Históricos. Especificamente na Praça da Alfândega, possibilita abarcar situações de informalidade desenvolvidas ao longo do tempo no lugar, como atividades de subsistência de sujeitos “por conta”, mesclando funcionários e autônomos com marginalizados, excluídos de estruturas e parâmetros de civilidade - sem, porém, perder a identidade com o lugar em que desenvolvem suas atividades - nas ruas, praças e espaços públicos.

Em Porto Alegre, tal recorrência existiu no início do século XX, descrita por Pesavento (1992), na obra “O Espetáculo da rua”:

A rua é também um meio de vida onde cangueiros, biscateiros e vendedores ambulantes transitam diariamente entrecruzando-se com carroceiros, amassecas, motoristas, motoneiros e *free-lancers* de toda ordem. Neste sentido, a rua é do povo, onde se misturam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes, e... porque não dizer vagabundos, desocupados e larápios. No plano das condições concretas da existência ocorre um mercado formal e informal de trabalho, assim como se configura, também, uma parcela da população que fica à margem deste mercado, gravitando na contravenção. (PESAVENTO, 1992, p. 64)

Segundo Lynch (1981) as praças são espaços urbanos, envolvidos por ruas ou em contato com elas, que possuem características de atrair pessoas e proporcionar algum tipo de lazer, melhorando a qualidade de vida daqueles que frequentam esses espaços. Por

³⁰ Citado por Schmid (2012).

outro lado, entende-se por Largo uma área geralmente usada para atividades mercantis, que exigem área aberta para carga e descarga. Segundo Silva (2014):

largos se caracterizam em sua maioria por prevalecer a passagem e o trânsito de pessoas, se comparados ao uso de parada e descanso, como ocorrem no caso das praças. As apropriações feitas pelo comércio, por identidades religiosas, artísticas e políticas nos espaços dos largos ocorrem de maneira diferenciada de quando as mesmas ocorrem em praças e parques. (SILVA, 2014, p, 111)

No caso da Praça da Alfândega, a origem desta área foi o Largo da Quitanda. Apesar das ações de melhorias urbanas e remodelações ao longo dos anos, esta apresenta-se hoje como lugar de passagem, não só de parada e/ou descanso³¹ - o que já configurou uma atitude incorreta. Cabe citar Zanetti (2002), ao relatar as atividades dos negros de ganho em Porto Alegre, em meados de 1850. Germe de atividades terceirizadas, como são conhecidas hoje, as atividades de geração de renda da época consistiam em ir para a rua oferecer os gêneros com demanda na época de uma Porto Alegre imperial:

No ambiente urbano, encontramos variadas atividades exercidas pelos cativos. Quando não trabalhavam em oficinas, eles podiam realizar pequenos negócios nas ruas. Era comum encontrar, nas artérias urbanas, cativos prestando serviços manuais contratados por terceiros a seus amos (negros de aluguel) ou por eles mesmos (negros de ganho).

Desde o amanhecer era comum a presença de escravos ganhadores que circulavam pelas ruas da cidade oferecendo café, leite, pão, quitandas e outras mercadorias. Vendedores de alho, aipim, carne, cebola, cestos, farinha, galinhas, milho, peixes e outros produtos eram encontrados a qualquer hora do dia em pontos fixos regulados pela municipalidade, ou circulando “livres” pela cidade. (ZANETTI, 2002, p. 69)

A regularização das atividades sempre acompanhou o comércio de rua, em virtude da possibilidade de concorrência com outros estabelecimentos de maior porte, de porta para a rua, os quais exigem que o cliente entre, intencionalmente, no estabelecimento. Nesse sentido, estar na rua torna-se uma possibilidade de venda espontânea, baseada no potencial de consumo dos usuários passantes de cada local:

No artigo 77 do 8º capítulo da Postura Municipal de 1856, ficava determinado que “os gêneros comestíveis, como legumes, frutas, aves, etc. somente serão vendidos no mercado, porém das 8 horas do dia no verão e nove no inverno, que serão anunciadas pelo sino, também o podem ser pelas ruas, contando que os vendedores não estejam parados nas esquinas [...]”. Os ambulantes eram aqueles comerciantes que não tinham dinheiro para fixar suas barracas em alguma das praças reservadas para o comércio.

O capítulo 13 da Postura Municipal de Porto Alegre determinava como áreas do mercado público as praças do Paraíso (atual Praça XV), do Porto dos Ferreiros (litoral do Guaíba, desde a atual Gal. Câmara até o Mercado), do Pelourinho (em frente à Igreja das Dores), do Hospital Militar ((Duque de Caxias) e da Alfândega, do lado oeste. Nessas praças, poderiam “se reunir e conservar paradas todas e quaisquer pessoas da cidade, que traficam em vendas de comestíveis” (...).

³¹ Será visto no cap. 3.1.

Como os vendedores de mercadorias, os negros de ganho ou rendeiros do próprio corpo, como são definidos por Jacob Gorender, também procuravam obter o ganho diário perambulando pela capital sulina, ou permanecendo em alguns pontos definidos pela municipalidade. Estes cativos eram empregados em atividades diversificadas e faziam, eles mesmos, os acordos com seus contratantes. (op. cit, p. 70-71)

A função social de Largo seria, assim, uma das permanências na área, pois a Praça da Alfândega está constituída sobre o atracadouro da formação do núcleo inicial da cidade, resultado de uma sucessão de aterros e conquistas de metros ao rio³², promovidos por ideais de progresso urbano e respectivas perspectivas de desenvolvimento regional. Esse espaço permitia a venda de mercadorias e a venda da força do corpo, da energia física³³. A área de porto, de carga e descarga exigia transporte de cargas e gêneros de abastecimento cotidiano. Escavações arqueológicas atestaram a localização de estruturas fundantes anteriores, vestígios de outros tempos que ali estão, compondo o sítio histórico entendido enquanto palimpsesto urbano³⁴, visibilizando a relação entre diacronia/sincronia de tempos que compõem um espaço, produzido através das atividades, feito pelas mãos de inúmeras pessoas, ao longo de séculos de presença humana na área.

O estudo busca visibilizar e valorizar permanências sociais enquanto referências de lugares que constituem um Centro Histórico, ao apreender o espaço social, criado e vivido ali. Práticas sociais somar-se-iam aos critérios da marca edificada estabelecida, podendo ser incluídas nos âmbitos de proteção e salvaguarda permitidos, dentro de uma delimitação de sítio histórico de patrimônio cultural, de caráter permanente: o estudo lida com os valores patrimoniais edificados (NEUTZLING, 2018) entremeados pelo espaço social.

As intervenções urbanísticas efetuadas em centros históricos podem promover rupturas nas dinâmicas sociais, na medida que exigem reestruturação das atividades diárias pela alteração de estruturas, de percursos, da normatividade, das presenças. Perdem-se rotinas cotidianas desenvolvidas/associadas a atividades pré-industriais, ainda presentes nos espaços públicos. Após uma intervenção de qualificação de uma área, as atividades autorizadas a se estabelecerem ali terão que se adaptar aos novos locais e

³² Ver cap. 3.2 - Histórico.

³³ Não por acaso, a sede do Ministério do Trabalho em Porto Alegre localiza-se na Av. Mauá, esquina com Av. Sepúlveda.

³⁴ Até onde as águas subterrâneas permitiram investigar. Não foram mantidas e/ou trazidas a público de forma permanente pois manter as escavações arqueológicas em exibição, em seu momento, causou polêmica entre os técnicos das áreas da arqueologia e da administração pública, em virtude do orçamento necessário para efetivar uma exposição permanente ao ar livre.

respectivas normatizações - se uma atividade não é mais permitida ali, não é mais feita e tampouco é repassada. Geram-se vácuos informacionais dentro do rol de saberes das atividades autônomas e/ou informais historicamente consolidadas em determinadas áreas de um centro histórico, cuja presença foi determinada pelas dinâmicas sociais que conformaram o lugar, ao longo do tempo. Estas caracterizam a diversidade de relações profissionais, associadas a vivência de espaços públicos constituintes de um centro histórico, sendo também produtoras da ambiência sob proteção - então, também passíveis de proteção.

Segundo a UNESCO, as atividades registradas como referências culturais que apresentem risco de perda teriam prioridade de salvamento. Porém atividades terciárias ou informais, em geral, são naturalizadas e consideradas corriqueiras, por se apresentarem enquanto ilegais ou à margem das atividades sociais estruturadoras, dentro de um ideário de dignificação do trabalho como categoria de análise do real nas sociedades ocidentais, a partir dos séculos XVIII e XIX (CATTANI, 2006, p. 156). Estas dinâmicas da cotidianidade constituem-se enquanto representação coletiva, dificilmente sendo reconhecidas como atividades típicas do lugar. São diminuídas, invisibilizadas e/ou ignoradas através de normas, obras e demais formas da contemporaneidade, baseadas em entendimentos de senso comum sobre progresso e modernidade.

Entenda-se o espaço social de um lugar como o produto - social - das relações de produção e reprodução que formaram e hoje, com-formam o lugar. Ao analisar o que há ali, hoje (descrição das práticas), o que foi pensado para o lugar (representação do espaço) e as vivências que formaram o lugar no tempo (espaço de representação), pode-se visibilizar a ambiência criada, o palimpsesto de *espaços-tempos-energias* dispendidas, acumuladas e vividas, na área. Nesse sentido, os *possíveis* do espaço social formado poderiam embasar outras possibilidades de interpretar e proteger o patrimônio cultural de um sítio histórico, inserido em uma área de Centro Histórico, posto que a constituição de um espaço não faz sentido sem usos.

Os atuais usos do recorte espacial no qual está sendo aplicado o método regressivo-progressivo, a Praça da Alfândega, permeiam diversas épocas e primam pelas diversas faces do comércio, formal e informal. As atividades que hoje se apresentam no local estariam calcadas em vivências que constituem a identidade trabalhista brasileira, baseada na desqualificação do trabalho manual enquanto herança histórica do período da escravidão colonial e imperial, gerando formas de sub-contratação. Dentro do contexto da reestruturação produtiva iniciada ao final da década de 1980 (CATTANI,

HOLZMANN, 2006), seriam visíveis, na contemporaneidade, na ampliação das formas de terceirização do trabalho (CUNHA, 2005; J. SOUZA, 2017) e na iminente reforma trabalhista, em 2019.

Segundo Malagutti (2000), haveria confusão conceitual da classificação das atividades:

Sabemos realmente do que falamos quando dizemos que alguém é um assalariado ou um trabalhador independente? Será que com isso queremos nos referir, por um lado, às pessoas vinculadas a uma empresa e, por outro, às que trabalham em suas casas, escritórios particulares ou em vias públicas? Em caso afirmativo, será o local onde se trabalha que define a posição econômica das pessoas. (MALAGUTTI, 2000, p. 114)

O trabalho formal regulamentado pela norma jurídica concretizar-se-ia pela ocupação oficial do espaço urbano - porém, em virtude de heranças características, permitem a convivência “pacífica” com o comércio informal. As relações ambíguas e ancestrais entre as esferas de trabalho, por sua vez, ao enfrentar-se com as novas formas de consumo de massa, adequam soluções produtivas às relações estabelecidas, ao longo do tempo, nos Centros Históricos. Neste caso específico, cabe esclarecer que a Praça da Alfândega e seu entorno são áreas historicamente constituídas pelas atividades relacionadas à navegação, trâmites e conexão da cidade com o mundo, gerando riquezas - e perdas - com o comércio fluvial. Esta relação ainda está associada ao lugar, sendo demonstradas/visibilizadas através da imponência das edificações e da quantidade de monumentos presentes ali, até hoje. Estes definem, espacialmente, a constituição urbanística da área enquanto espaço histórico dos poderes financeiro e comercial da capital.

Para entender a metodologia triádica do espaço social, busca-se *a forma espacial do espaço social*, de acordo com conceitos elaborados por Henri Lefebvre no texto de 1974 *La producción del espacio*. Essa discussão é abordada por Damiani (2012), por Schmid (2012) assim como Harvey (2007), autores escolhidos como eixos de análise³⁵. A obra de Damiani analisa as contribuições de Lefebvre para a constituição da Geografia Contemporânea, apresentando a cisão do entendimento entre o natural e o social, enquanto Schmid apresenta os três eixos fundamentais de análise da dialética tridimensional. Na obra de Harvey há as sistematizações de conceitos de espaço social e tempo social. O estudo traz subsídios de autores de áreas associadas no rol de disciplinas atuantes na gestão do patrimônio e sua efetivação enquanto políticas públicas - a partir de

³⁵ A discussão também é trabalhada por Ion M. Morea, no prólogo da edição espanhola de 2013, e por Baringo Ezquerro (2012), este com recorte humanístico, textos escolhidos para complementação.

critérios que auxiliem no processo de entendimento da categoria *patrimônio cultural*. Esse conjunto de temas foi fundamental para subsidiar a concepção e construção dos instrumentos de pesquisa de campo e de análise dos dados, possibilitando estruturar a análise dos entendimentos do espaço social, aplicados na área da Praça.

2.2 ESPAÇO SOCIAL

O livro *A Produção do Espaço*, de Henri Lefebvre foi lançado em 1974³⁶. É uma obra densa, polifônica e não datada, pertencente a um conjunto de obras de toda uma vida de produção intelectual. Permite elucidar questões extremamente contemporâneas sobre relações da espacialidade que, após a virada do século, imprimiram um ritmo acelerado às práticas de apropriação do espaço pelos grupos dominantes. Henri Lefebvre faleceu em 1991.

Ler a obra acrescida da sua apresentação por Damiani (2012) e por Schmid (2012), permitiu focar o entendimento desta obra complexa. Os autores trazem adequações e referências atuais a respeito da dialética tridimensional, apresentando os pontos comuns e particularidades do texto. A obra de Damiani (2012) está escrita em um contexto local, brasileiro, enquanto a de Schmid (2012) situa-se em um contexto austríaco, europeu, que permite a convivência com determinados espaços e tempos aos quais o próprio Lefebvre (2013) se referiu, bagagens de capitais culturais que influenciam na análise particular da obra lefebvriana - desta forma, compreendem-se as bases de interpretação e análise da teoria. Ao pensar a polifuncionalidade do patrimônio cultural no espaço social numa visão dialética ou triádica, analisaram-se os vetores conceituais de Lefebvre (2013) como objetivo teórico e metodológico desta pesquisa no âmbito do patrimônio cultural.

Os textos apresentam complementaridades: a discussão travada por Damiani em um contexto de décadas de estudos teóricos (geográficos) no Brasil traz uma abordagem densa e preocupada com questões que afetam diretamente a situação econômica de exploração colonialista (BALLESTRIN, 2013), ainda presente nos modos de gerir e efetivar os trâmites administrativos de um país continental, fonte de matérias primas de diversas naturezas. A abordagem de Schmid (2012) traz o âmago da obra de Lefebvre (2013), ao apresentar a interconexão epistemológica da Teoria da Produção do Espaço feita pela dialética tridimensional, ou triádica. Também passando pelos temas da

³⁶ A edição usada neste estudo é editada na Espanha em 2013.

exploração capitalista e formas de dominação, Schmid (2012) enfatiza a importância do entendimento dos três processos de produção do espaço, interconectados dialeticamente - baseado na dinâmica das contradições, explicada por Damiani (2012) -, como possibilidade concreta de apreensão e interpretação, de acordo com cada área de estudo, de ações de vida e de movimento. A leitura conjunta possibilitou estabelecer marcos teóricos. Por exemplo, o conceito de suprassunção, trazido por Schmid (2012): *Aufheben des widerspruchs* - (suprassunção da contradição), trocadilho alemão que significa por um lado, negação e superação e, por outro lado, preservação e colocação em um nível superior. Esta seria uma dinâmica presente nas atividades de interpretação do patrimônio cultural, nas novas possibilidades no espaço das práticas espaciais. Dessa forma, a análise espacial efetuada serviu-se de ambos os autores, acrescidos de D. Harvey (2007).

2.3 DAMIANI - INTRODUÇÃO A ELEMENTOS DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE E À GEOGRAFIA

Para Damiani (2012), a importância da obra de Lefebvre (2013) consiste em sua busca por teoria e método na Geografia, por uma teoria social crítica em que a categoria “produção do espaço” entrasse na atualização conceitual da Geografia no Brasil. Herança da escola francesa, a noção de *região* como unidade econômica e social adequou-se à interpretação da formação brasileira, sendo usada no LABUR-USP em debates sobre produção do espaço e produção social crítica, resultando em colaborações com pesquisadores franceses.

A autora analisa a *negatividade* como fundamento, explicando o advento da modernidade como um momento de cisão do entendimento entre o natural e o social. Sob esse ponto, refere-se à natureza e à sociedade como:

A natureza decifrada e dividida para servir como matéria-prima, como meio de produção, como força natural produtiva; a sociedade dividida entre os que produzem e os que consomem, no sentido de uns consumidos, outros consumidores; a força social produtiva do trabalho como força produtiva do capital. (DAMIANI, 2012, p. 258)

Nesse sentido, o caminho para a teoria social crítica seria a *negatividade* - contra a separação dos elementos constitutivos da totalidade e contra a positividade, dilaceradora -, através da forma pura. Tem como princípio a dialética da forma e do conteúdo, que mantém o negativo interno, em constante movimento. Para a autora, Lefebvre (2013) constata a *inerência da categoria produção do espaço num pensamento sobre a formação*

econômico-social capitalista, que produziu *uma noção abstrata e matemática do espaço (como categoria filosófica do ser e de sua determinação no mundo, enquanto tal)* (op cit, p. 260). Assim, para chegar à Geografia crítica a partir da Geografia teórica ele instituiu um processo de reconstituição do método: inverter o suporte lógico-espacial da modernidade, para o suporte da produção do espaço, em si. Assim, como filósofo e pensador marxista do século XX, Lefebvre (2013) aponta uma forma de compreender a categoria *espaço* no processo/mundo social contemporâneo: através de uma busca por teoria e método - teoria social crítica:

o raciocínio abstrato das formas espaciais – redes, tramas, eixos, pontos, superfície, profundidade, conjunções e disjunções, ramificações e hierarquias, nexos e separações, fluxos e contornos definidos e fechados, fronteiras – uma antropologia vinculada ao espaço contendo um cunho ontológico, define genericamente a relação homem-natureza e convive, contraditoriamente, com uma sociologia do espaço e uma história do espaço, em que o peso e a pressão da história são desumanizadoras, numa formação histórico-social particular. (DAMIANI, 2012, p. 261)

Na relação homem-natureza, o raciocínio abstrato das formas espaciais se impõe, contra o imperativo da noção de coisas na história: contra a coisificação, o espaço se efetiva nas relações entre indivíduos - as relações sociais seriam socioespaciais, práticas espaciais efetivadas na história. O espaço torna-se um elemento ativo do processo social, prenhe de relações sociais, ocorrendo na prática espacial. Na relação homem-natureza, a relação *espaço-corpo* se estabelece - ao entender-se que o corpo seria a última resistência a um processo de exteriorização e de estranhamento:

Como fundamento último e histórico da formação da sociedade moderna e da relação antitética entre espaço-corpo, define-se a violência de pôr o homem a trabalhar, de produzir a identidade do homem através do trabalho, o que inclui a expropriação do corpo. (op cit, p. 263)

O mais externo é, ao mesmo tempo, o mais interno e, entre eles, há o real e as representações, a coexistência no espaço e a sucessão no tempo.

Em seu texto, Damiani (2012) analisa Harvey (2004, in DAMIANI, 2012) quando este contrapõe a teoria de espaço de Leibniz³⁷ à teoria do espaço absoluto de Newton³⁸, e diz: segundo Harvey (2004 in DAMIANI, 2012), a atualidade da concepção estaria em mobilizar e relativizar os termos da relação espaço-corpo, pois o espaço puro e vazio seria a ausência do corpo nas práticas sociais e espaciais. Nesse sentido, para Damiani (2012) o esvaziamento das práticas espaciais ocorre pela violência da *produção do vazio*, que se

³⁷ Na teoria de espaço de Leibniz, o espaço e tempo são derivados das substâncias e processos neles contidos, característico das sociedades pré-capitalistas.

³⁸ A teoria do espaço absoluto de Newton prevalece na história do capitalismo moderno.

impõe, negando a realidade das práticas socioespaciais - conceito da acumulação primitiva do espaço. A potência da *abstração* - as relações abstratas que definiriam a história e o espaço contemporâneos - seria uma descontinuidade “necessária” para a Geografia e para a categoria espaço. Porém Damiani (2012) também cita Lefebvre (2000) para quem, no espaço abstrato, as particularidades do espaço e do corpo vão se esvaindo:

E eis um primeiro aspecto. O mais simples, desta história do espaço que vai da natureza à abstração. Que se imagine o tempo em que cada população conseguiu medir o espaço, tendo suas unidades de medida emprestadas de partes do corpo: polegar, pés, palmo, etc. (...) A relação do corpo com o espaço, relação social de uma importância desconhecida em seguida, conservava uma imediatez que deveria se alterar e se perder: o espaço, a maneira de o medir e de falar dele apresentavam aos membros da sociedade uma imagem e um espelho vivo do seu corpo (...). As flutuações da medida e por consequência das representações do espaço acompanham a história geral, lhe conferindo um certo sentido: a tendência ao quantitativo, ao homogêneo, à desaparecimento do corpo que busca refúgio na arte. (*La production de l'espace*, 2000, p. 131)

A vivência da inversão do material em formal permitiu estabelecer o uso da abstração na troca, própria dos tempos modernos. Isto também geraria o conceito da alienação de Marx na forma de mais-valia, realizada na vida cotidiana através da exploração, humilhação e opressão. Assim Damiani (2012) volta a citar Harvey (2004 in DAMIANI, 2012), para quem o conceito seria elástico, ao localizar a dialética nas diferenças corporais, culturais, geográficas e históricas, e ao considerar as diferentes formas da reconstrução - as maneiras distintivamente capitalistas de realização do conceito.

Segundo Damiani (2012), enquanto a produção do espaço ocorre no plano estrutural, a prática espacial se dá no cotidiano: o fundamento da prática socioespacial estaria na relação entre o homem e a natureza e, principalmente, entre os homens. A exterioridade da natureza em relação ao homem pode ser pensada como um produto inserido *num processo histórico contraditório à humanização da natureza e à naturalização do homem*. (op. cit., p. 266).

Quando Damiani traz os processos dialéticos de incorporação do abstrato ao concreto, cita Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), para quem a unidade transdisciplinar é resultado de uma relação interna entre as ciências - não haveriam fronteiras, mas linhas de demarcação flexíveis: *Portanto, as ciências tenderiam à unidade (...) que se faz por um movimento interno*. (op. cit., p. 267). Cada parte ínfima de um todo constituiria, em si mesma, uma totalidade complexa, com diferentes escalas: toda categoria fixa seria capaz de dissolução. Para Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), o tema da transdisciplinaridade

seria fundamental para entender as dinâmicas espaciais e, com isso, os respectivos espaços sociais gerados.

A partir do entendimento de que o processo de desumanização do homem modificaria seu pensamento, a autora cita transformações nos modos de pensar a geografia e a temporalidade:

- A partir do final do século XIX, a Geografia como totalidade tinha por parâmetro a superfície terrestre, e o recorte definia a *região* quanto a aspectos físicos e humanos existentes;
- Na 1ª metade do século XX o recorte era a seleção de aspectos físicos e humanos, sob a ótica do pesquisador;
- Na 2ª metade do século XX configurou-se a lógica do espaço, dos fluxos e processos constituídos nos pólos e nos centros, gerando o estudo das hierarquias espaciais.

Assim, a passagem mais complexa nas transformações nos modos de pensar foi a metamorfose da lógica espacial em dialética espacial: a dialética do espaço incluiu a dialética do tempo e, enquanto isso, a potência reprodutora da lógica formal se tornou *lógica social* ou socio-lógica. Para Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), cada lógica estabeleceu uma forma, mas nenhuma lógica conseguiu afastar o negativo.

Segundo Damiani (2012), a categoria “*espaço*” - enquanto produção do espaço – “iluminaria” os tempos modernos de crise ao generalizar a lógica da equivalência, preenchendo espaços e tempos, e impedindo o processo da alienação do tempo. O processo de reconhecimento do *sujeito* como tal seria, também, um processo de diferenciação em relação ao *objeto*. Mas, e quanto ao tempo? Segundo Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), para Hegel o tempo seria uma alienação necessária, e para Lúkcacs, o tempo perderia seu caráter qualitativo, mutável e fluido quando se fixasse num *continuum* delimitado com precisão, tornando-se... um espaço!

Para Lefebvre (1978, in DAMIANI, 2012), o processo de reificação inclui a vida social, paralisando o tempo em espaço - enquanto o social curva-se ao político. Ocorreria a equivalência a todas as formas sociais, incluindo o Estado e a Instituição:

O estado moderno se destaca de uma história porque ele a contém e dela resulta. (...) quem diz mundialidade diz espacialidade e não temporalidade. O tempo domina o espaço no curso da história, depois o espaço predomina sobre o tempo. (De l’Etat, 1978, p. 326 apud DAMIANI, p. 265).

Segundo Damiani (2012), hoje estamos estabelecidos no mundial, no espacial. Há mais de meio século a história parece um peso morto ou se disfarça em folclore solvável,

financeável através do turismo ou, ainda, como ativo que revigora a economia urbana financeirizada, nas “revitalizações” dos centros “históricos” urbanos:

É quando a historicidade perde a importância, prevalecendo uma instalação no existente, apesar de desconfortável para muitos e dilacerante para amplas camadas sociais, sem perspectivas de mudanças. (DAMIANI, 2012, p. 272).

A hipótese da autora é a de que a mundialidade do mundo da mercadoria repõe a universalidade que os próprios movimentos sociais negam: *Para desvendar o mundial, o espacial que caracteriza o fim do século XX e se estende ampliando-se no início do século XXI, faz-se necessário desvendá-lo como lógica, uma socio-lógica traduzida em estratégia real no terreno.* (op. cit., p. 274). Nesse sentido, a autora corrobora com a interpretação de Meneses (2009), para quem é fundamental estabelecer reflexões críticas permanentes no campo do patrimônio cultural, visando desvendar as lógicas atuantes na área - que, propositalmente, desvinculariam o patrimônio de seu conteúdo existencial, dado pelas vivências cotidianas.

Voltando ao espaço abstrato: haveriam diferenciações geográficas em seu entendimento, pois Lefebvre (2013) supõe o espaço abstrato como o espaço produzido pelo capitalismo - a concepção de espaço abstrato atravessa todo o livro *La production de l'espace* (1974). Na análise do processo social, ele examina a forma triádica de realização do valor, incluindo a extensão e intensificação do processo abstrato de realização da mercadoria, e do valor que é dado a esta mercadoria - enquanto espaço abstrato - através da mobilização da propriedade da terra e da produção do espaço. Para ele, o desenvolvimento desigual seria a marca registrada da geografia do Capitalismo: ao capital interessa a produção de *diferenciações*, pois estas permitem a apropriação diferencial de mais-valia extraordinária, enquanto o processo do capital tende à *igualização* das condições de produção social, segundo médias sociais, determinadas pelos mecanismos de mercado. Análises sérias das sociedades modernas que incluem as desigualdades materiais do processo econômico-social chegam à ideia de “subsunção formal”³⁹ ao capital - posto que o capitalismo é uma complexa formação econômico-social.

Segundo Damiani (2012) analisando Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), a ciência do *espaço* seria a ciência do *uso*, enquanto as ciências especializadas, ditas sociais, seriam ciências da *troca*: da comunicação e do comunicável - economia política, sociologia, semiologia, informática, etc. A ciência do *espaço* se aproxima da

³⁹ Subsunção seria a inclusão de alguma coisa em algo maior, mais amplo.

materialidade, da qualidade sensível, da naturalidade, colocando acento na segunda natureza - a da cidade, do urbano, da energética social; já o *uso* esclarece o existente, contradizendo a abstração imposta do valor de *troca*: assim, o momento material dos processos sociais constitui, hoje, uma forma de resistência à lógica do capitalismo.

Na atualidade, seria preciso considerar o papel das políticas de proteção ambiental e de turismo para a valorização/capitalização econômica dos espaços. A autora define o processo de *desposseção*, uma acumulação primitiva do espaço ainda em curso, sobre o qual, segundo Lefebvre (2000 in DAMIANI, 2012), a indústria dos lazeres se conjuga com a da construção: as diferenças geográficas não se resolvem na articulação de espaços desiguais mas, sim, num complexo processo em que as diferenciações e desigualdades aparecem como momentos de efetividade das formações econômico-social capitalistas (LEFEBVRE, 2013). Para Damiani (2012), o Brasil estabeleceu uma forma de tratamento imbecilizante e imbecilizadora das populações tradicionais, em (agora) áreas de proteção ambiental e turismo indicando, entre as estratégias de ocupação do espaço, a educação ambiental - quando, na realidade, estaria catalogando e decifrando a *capacidade de carga* desses espaços, com foco na absorção de turistas - o que, para a autora, seria nada menos que bizarro -, com teias institucionais em todas as escalas espaciais, inclusive mundial, que serviriam como parâmetro para futuras ações. Sobre isso, a autora cita Martins (1980): *Em nosso país nos dias de hoje o capitalismo articula, num só tempo ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração, processos que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital*. (MARTINS, Expropriação e violência, 1980, in DAMIANI, 2012, p.16). A partir da obra de Henri Lefebvre, José de Souza Martins (1980) esclarece que a noção de formação econômico-social examinada por Marx e Lênin, englobaria não só o desenvolvimento desigual mas, também, a sobrevivência de formações e estruturas anteriores na estrutura econômica capitalista, para quem *as forças produtivas, as relações sociais e as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico*. (DAMIANI, 2012, p. 280) O sentido seria dado, então, pela coexistência dos tempos históricos, incluindo, além do passado e do presente, o futuro, o possível; recuperando temporalidades desencontradas e coexistentes:

o atraso do real em relação ao possível, o social em relação ao econômico (...) concepções da vida e da História apoiadas em extensões de tempo que não seriam identificadas a partir de procedimentos decorrentes da ideia de etapas e sucessões de etapas históricas. (op. cit, p.280).

Assim, Martins (1980) identifica, na busca de Lefebvre por teoria e método, o reconhecimento de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Metodologicamente, exigiria captar 3 momentos dessa realidade, a saber:

- Com o olhar teoricamente informado, no primeiro momento o pesquisador deve reconstituir a *diversidade* das relações sociais e a complexidade horizontal da vida social, ao nível da descrição;
- O segundo momento seria o *analítico-regressivo*; ele contém um esforço vertical e analítico de datação precisa das relações sociais. No tempo vivido, há combinação prática de coisas, relações e concepções não-contemporâneas;
- Num terceiro momento, *histórico-genético*, de reencontro do presente, elucidam-se nele as possibilidades do vivido.

Dessa forma definir-se-ia o método regressivo-progressivo, legado de Marx, recuperado criativamente por Lefebvre.

Damiani (2012) cita Smith, para quem essa integração espacial formal levaria a uma real integração espacial: da expansão geográfica absoluta do capital para a produção do espaço, através da diferenciação espacial interna. Contudo, haveria um movimento desigual entre o político e o econômico: os territórios nacionais apresentam um ritmo de transformação, para aquém da voracidade do processo econômico - quase uma “*fossilização das fronteiras das nações-estados como um meio de controle político*” (SMITH, in DAMIANI, 2012, p. 279), propondo à mundialização o desenvolvimento de regiões supra-nacionais como necessidade econômica. Porém, em contraponto à economia do capital, que é uma economia relativa, os Estados nacionais são entidades territoriais historicamente constituídas, que reproduzem mecanismos internos ainda funcionais e eficientes politicamente - apesar das formas estatistas internacionalizadas. Nesse sentido, entende-se a premência neoliberal de deslegitimar os estados nacionais, principalmente na América Latina.

Para Harvey (2004, in DAMIANI, 2012), tais formas estatistas internacionalizadas estabelecem lógicas territoriais de poder como marco territorial. Ali os processos ‘moleculares’ de acumulação de capital operam - desde os estados nacionais até as instituições infra e supra-estatistas. Dessa forma, o capital produz *escalas espaciais* distintas (espaços absolutos), onde o impulso para igualização está concentrado, mas que só se realiza por aguda diferenciação e por contínua re-diferenciação do espaço relativo,

tanto entre as escalas quanto dentro delas - e as escalas, por si mesmas, não são fixas. Segundo a teoria do desenvolvimento desigual⁴⁰:

as condições geográficas desiguais não surgem simplesmente da distribuição desigual de recursos naturais e vantagens posicionais, mas derivam, em grande medida, da elevada concentração da riqueza e poder em certos lugares, produzida pelas relações assimétricas de troca. (HARVEY, 2004, in DAMIANI, p. 281).

Segundo a autora, os contra-poderes e contra-espços incluem ações e acontecimentos espaço-temporais que poderiam, sim, ser analisados pela Geografia Contemporânea. Tais entendimentos confirmam as novas formas de analisar as percepções e entendimentos dos espaços - e, entre esses, os espaços sociais, gerados no contexto.

As formas espaciais geradas, quando entendidas dentro da esfera do patrimônio, surgem descaracterizadas enquanto patrimônio cultural nas dimensões imaterial e natural, ao promoverem uma diferenciação relativa, com foco em ações de divulgação turística e padrões internacionalistas - quando o necessário seria a adequação frente às realidades das populações tradicionais dos lugares sob análise. As distintas escalas espaciais resultantes levariam à dúvida quanto a relevâncias, a referenciais, ao buscar acompanhar as normativas internacionais⁴¹. As noções de valores para referências e paisagens culturais é um tema em desenvolvimento constante, pois apresentam lógicas para além do valor de troca.

Desta forma, se os espaços patrimoniais fossem analisados enquanto *contra-espços*, as populações usufruidoras e detentoras dos lugares/saberes poderiam contar com um *contra-patrimônio*.

2.4 SCHMID - A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DE HENRI LEFEBVRE: EM DIREÇÃO A UMA DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL.

Enquanto Damiani (2012) busca em Lefebvre (2013) a teoria e o método para a construção brasileira do espaço, Schmid (2012) propõe, a partir dele, uma reconstrução da teoria da produção do espaço. A obra polifacética de Lefebvre exige transitar por diversos títulos, elucida-se em partes e constitui um arcabouço teórico, produzido ao longo de décadas, para o qual o auxílio de intérpretes é bem-vindo.

⁴⁰ HARVEY, El nuevo imperialismo, 2004, p. 42 in DAMIANI, p. 281, Nota 109.

⁴¹ Pergunta-se: propostas por quem?

A análise de Schmid (2012) trabalha a dialética tridimensional na teoria da produção do espaço, de Lefebvre (2013). Nesta teoria apresentam-se 3 aspectos importantes, geralmente negligenciados em sua interpretação: o conceito específico de *dialética triádica* (baseada em Hegel, Marx e Nietzsche); a *teoria da linguagem*, como base para o entendimento da teoria do espaço de três dimensões; e a influência da *fenomenologia* francesa (através da obra de Merleau-Ponty e Bachelard). Pontos também abordados por Damiani (2012), complementam o raciocínio sobre a obra de Lefebvre (2013) e esclarecem o entendimento do espaço social.

A teoria da produção do espaço traz uma mudança paradigmática no conceito sociológico de espaço e tempo: ao pensar que o espaço (social) seria um produto (social), o espaço (físico) não existiria em si mesmo, ele seria *produzido*. O espaço social deve ser abarcado a partir de um conceito relacional de espaço e tempo. Dessa forma:

- o *espaço* representaria simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social;
- o *tempo* denotaria a ordem diacrônica, o processo histórico da produção social.

Schmid (2012) analisando a teoria materialista, diz que segundo ela os seres humanos são centrais (em sua corporeidade, sensualidade, sensibilidade, imaginação, pensamentos e ideologias), são seres que entram em relação entre si através de atividades e práticas. Lefebvre (2013) gerou a *teoria da produção do espaço social e do tempo social*, considerando que o espaço e o tempo são aspectos integrais da prática social: são produtos sociais, ambos resultado e pré-condição da produção da sociedade. Dessa forma, só poderiam ser compreendidos no contexto de uma sociedade específica - sendo fundamentalmente históricos. Seria necessário considerar “*as constelações sociais, relações de poder e conflitos relevantes em cada situação.*” (SCHMID, 2012, p. 91).

Para Schmid, esta teoria exigiria compreender a sua divisão, em três dimensões ou processos, dialeticamente interconectados - os *formantes*, ou momentos da produção do espaço, duplamente determinados e designados. Por um lado, estaria a tríade “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”; por outro lado, estariam o espaço “percebido”, “concebido” e “vivido” (figura 2).

Figura 2: Formantes dialeticamente interconectados.



Fonte: produção da autora, 2018.

Esse paralelismo exige uma abordagem dupla do espaço: uma fenomenológica e outra, linguística. Segundo Schmid, na obra de Lefebvre as três dimensões existem em estado de incerteza e, assim como seu significado, só se tornam claras no contexto geral da teoria (a partir de toda a obra de Lefebvre) - por isso, a dialética. O pensamento dialético significa reconhecer que a realidade social é marcada por contradições, e que só pode ser entendida, compreendendo-as.

Conforme exemplo citado anteriormente, na dialética, haveria o conceito de *Aufheben des widerspruchs* - (suprassunção da contradição) -, que seria um jogo de palavras e um trocadilho do idioma alemão: por um lado, *Aufheben* significa negação e superação; por outro lado significa preservação e colocação em um nível superior. Nesse sentido, Lefebvre diz:

É óbvio que este conceito não tem aquela simplicidade, clareza e sofisticação que o pensamento cartesiano nos leva a procurar nos conceitos. O que nós encontramos na origem desse conceito essencial? Um jogo de palavras e um trocadilho que não se traduz, nada formal, e talvez também que possa ser formalizado em um discurso perfeitamente coerente. (LEFEBVRE apud SCHMID, 2012, p.92).

Este conceito torna-se chave para entendimento da relação espaço-tempo no rol de conceitos e categorias usados nas pesquisas de patrimônio cultural. Para explicar, Schmid cita Hegel, usando e explicando o conceito de *Aufheben*:

Suprassumir possui dois sentidos na língua: por um lado, significa preservar, manter, por outro significa cessar, levar ao fim. Mesmo “preservar” inclui um elemento negativo, ou seja, que é algo removido de sua imediaticidade e assim de uma existência que é aberta às influências externas, para ser preservado. Desta forma, o que é “*suprassumido*” é ao mesmo tempo preservado; apenas perde sua imediaticidade, mas não é por isso aniquilado. As duas definições de “*suprassumir*” que apresentamos podem ser referidas como dois significados de dicionário para esta palavra. Mas é certamente notável que uma língua

venha utilizar uma mesma palavra para dois sentidos opostos. É um deleite para o pensamento especulativo encontrar na língua palavras que trazem nelas mesmas uma acepção especulativa; a língua alemã possui várias delas... Algo que é “*suprassumido*” apenas na medida em que entra em unidade com o seu oposto; neste sentido mais particular como algo refletido, pode ser apropriadamente chamado de **momento** (HEGEL, 1969, p. 107 IN SCHMID, 2012, p. 92 - grifo nosso)

A suprassunção em si estabelece que a existência de *algo* que venha a ser preservado, detenha um *algo mais* que justifique esse deferimento. Nesse sentido, pode-se supor que a caracterização e o tratamento diferenciado sejam justificados pelos agentes associados ao *algo*. O entendimento característico dado ao bem/conhecimento a ser suprassumido deve ater-se a conceitos e categorias em uso pela comunidade detentora, com as respectivas prerrogativas de conservação.

Que esse entendimento possa ser aplicado a outrem, desde que aplicados conceitos e categorias compreensíveis pela *próxima* comunidade detentora - gerações -, será estabelecido, caso a caso: pois cada situação modifica cada existência, dialeticamente, no tempo e no espaço. Em oposição à lógica formal, a dialética não presume: toda proposição, isolada, deve ser transcendida. Quando suprassumida, uma contradição alcança sua transformação, sendo superada, preservada e desenvolvida; mas uma contradição também gera uma nova contradição. Esse movimento permite uma interpretação dinâmica e histórica do desenvolvimento e da história. “*Movimento é, por conseguinte, transcendência*”, que pode ser lido no seu reverso: transcendência (suprassunção) significa movimento (histórico). O conceito de suprassunção denota uma *ação*, um *dever*⁴². Entre a negação e a conservação, há a possibilidade de realizar, de fazer - e essa força criativa, de dentro do conceito, não pode ser definida ou determinada.

Há o entendimento com relação ao ato - de pensar uma situação, pensar uma ação referente a ela e, com isso, estabelecer formas de agir. No caso, deveria fazer parte do planejamento e entendimento das etapas de análise do patrimônio cultural posto que, no Brasil, os entendimentos sobre preservação e conservação encontram-se em esferas técnicas distintas de atuação, mesmo compondo o mesmo referencial - ocorre a suprassunção da dinâmica constante do patrimônio cultural e suas práticas.

Segundo Schmid, a visão lefebvriana de dialética triádica foi elaborada sobre autores da dialética alemã: Hegel, Marx e Nietzsche. A dialética hegeliana seria observada a partir de um conceito, no qual a identidade de um termo se dá em relação a outros termos e em relação à sua negação: a existência de um termo propõe a existência

⁴² Tanto quanto o yin e yang, na filosofia oriental.

de um termo oposto - que, por sua vez, geraria um 3º termo, que se volta contra o primeiro ao negar o segundo, superando o que estava incompleto e limitado, destinado a ser negado. A superação gera o movimento.

Para Lefebvre, esta dialética não poderia ser aplicada à realidade e à contraditória natureza da vida – nesse sentido, Lefebvre seguiu Marx, que usou a dialética de Hegel para entender o processo material da produção social, focado na realidade⁴³. Por isso Lefebvre critica o poder prático e a força da abstração em toda sua obra: “Contra o poder mortal do signo, Lefebvre, seguindo Nietzsche, postula a metamorfose do signo: a poesia” (SCHMID, 2012, p.95). Assim, seria possível superar a contradição entre o trabalho e a brincadeira, através da poesia da vida cotidiana e da arte da vida. Lefebvre propõe uma dialética tridimensional sobre “uma crítica radical de Hegel baseada na prática social de Marx e na arte de Nietzsche (...) a figura dialética fundamental pode ser compreendida como a contradição entre o pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator, do ato criativo e poético.” (SCHMID, 2012, p. 95).

Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social: a dialética tridimensional. A prática social material seria o ponto de partida, que entraria em contradição com o segundo momento, a linguagem - conhecimento e palavra escrita enquanto abstração, poder concreto e compulsão/constrangimento. No terceiro momento, a poesia e o desejo ajudariam o devir a superar a iminência da morte, a transcendência. Num sentido figurativo, a dialética tridimensional poderia ser vista assim (figura 3):

Figura Nº 3: Figura tridimensional da Dialética



Fonte: produção pessoal, 2018.

⁴³ Porém ao dominar a prática pelo poder, Hegel sistematizou a filosofia ignorando o fluxo do tempo - fechando o devir.

A dialética triádica ou ternária postula três termos/momentos, cada um deles compreendidos como uma tese, referindo-se aos outros dois - mas que, sem eles, seria uma abstração: os três momentos só existem quando em interação, em conflito ou em aliança entre si, assumindo a mesma importância. Segundo Lefebvre, a tríade hegeliana *tese - antítese - síntese* não constrói o processo em si do devir, pois constrói uma representação; mas a tríade marxista *afirmação - negação - negação da negação* quer interpretar o devir, e não cumpre. Frente a esse impasse, Schmid diz:

Ao que parece, no tempo histórico não tem havido tantas rupturas profundas, surpresas e lacunas intransponíveis como tem havido bifurcações, meias-voltas e desvios que essa dialética não poderia compreender. Em oposição, Lefebvre avança a sua própria versão de dialética, “triádica” ou “ternária”, que é uma análise triplamente avaliada. Ela postula **três momentos de igual valor** que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outros. A reivindicação de Lefebvre não é mais a interpretação do devir, nem mesmo a produção do devir, mas **a análise do devir**. (SCHIMD, 2012, p. 96 - grifo da pesquisa)

Não esquecer que Lefebvre é filósofo de formação, por isso a análise do devir e dos desdobramentos possíveis. Assim, ele conseguiria chegar à unidade triádica fundamental da concepção espaço-tempo: **espaço-tempo-energia**. Segundo o autor, com esta tríade o devir humano se assentaria sobre bases sólidas - complexificando-se com a teoria da linguagem.

Segundo Schmid, a teoria da Linguagem é outro ponto negligenciado na análise da obra de Lefebvre. Tendo como ponto de partida a poética de Nietzsche – pois ele expõe a linguagem a partir da palavra falada -, desde o início conecta o significado com o valor, e o conhecimento, com o poder:

- as palavras vão além do imediato, do caos de impressões e sentimentos;
- as palavras substituem esse caos através de uma imagem ou representação /palavra falada;
- as palavras permitem a posse de metáforas das coisas;
- os conceitos surgem de uma representação do não-idêntico – de uma metonímia.

Sobre esses pressupostos, a teoria da linguagem apresenta um cenário similar/preliminar à teoria da produção do espaço. As palavras de uma língua nos dão a posse de metáforas das coisas, enquanto os conceitos surgem de uma identificação do não-idêntico e, com isso, de uma metonímia – não possuímos nada além de metáforas das coisas. Cada caso de uso de palavras seria, mesmo similar, desigual: *cada conceito se*

forma equalizando o desigual. (NIETZSCHE, p. 97). Então, o que seria a linguagem?

Para responder, Lefebvre usa o conceito de verdade de Nietzsche:

uma arma móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo, uma soma de relações humanas que têm sido poética e retoricamente intensificadas, transpostas e embelezadas, e que parecem para as pessoas, depois de um longo uso, fixas, canônicas, irrevogáveis. (NIETZSCHE apud SCHMID, 2012, p. 97).

Para Lefebvre a metáfora e a metonímia só se tornam figuras retóricas por meio do uso: **a sociedade seria um espaço, uma arquitetura de conceitos, formas e regras, cuja verdade abstrata prevalece sobre a realidade dos sentidos, do corpo, das vontades, dos desejos**. Assim, a teoria da tridimensionalidade da linguagem estaria composta pela 1ª dimensão, sintática e sintagmática, a 2ª dimensão, paradigmática, e a 3ª dimensão, simbólica.

Sobre a dimensão simbólica, inclusive, comenta que a filosofia não consegue abrir mão de imagens e símbolos – então, poesia. Mas, como Lefebvre queria investigar o instintivo, o emocional e o “irracional” enquanto fatos sociais, ele volta a se interessar pelo símbolo e sua importância para os seres humanos. Considera-o base do imaginário social (diferente do imaginário individual) nas estruturas e ideologias sociais – e, também, como *pilar da alegoria e do fetiche*. Segundo Schmid, Lefebvre faz uma distinção clara entre a **função social do imaginário** e a **função social do símbolo**, pois como o símbolo é carregado de imagens, emoções, afetividade e conotações, teria substancialidade, ambiguidade e complexidade, que seriam *integrais à linguagem viva e vivida* (p.10).

Assim, mantendo, até certo ponto, paralelismos com a teoria da Linguagem, Lefebvre pensou a base da análise tridimensional da produção do espaço, e propôs analisar o espaço (social) através de três dimensões interligadas:

1) *A prática espacial*, que se refere à dimensão material da atividade/interação social, podendo haver simultaneidades. Baseia-se na dimensão sintagmática da linguagem - articulação e conexão dos elementos que, na vida cotidiana, estão presentes nas redes de interação e comunicação (ir de casa ao trabalho) ou nos processos de produção (relações de comércio, produção e troca);

2) *A representação do espaço*, por sua vez, análoga à dimensão paradigmática da linguagem. Representações do espaço enquanto discurso usam formas verbalizadas (descrições, definições, teorias), além de mapas e plantas, fotos e signos;

3) *Os espaços de representação* seriam a inversão da representação do espaço: a dimensão simbólica do espaço, o “algo a mais” (poder divino, logos, o Estado, o princípio

masculino, o princípio feminino, etc.). Referem-se “ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material)” (op. cit., p. 99). No caso, os símbolos do espaço podem ser naturais – uma árvore, um morro – ou produzidos – artefatos, prédios, monumentos, ou até a combinação de ambos – as “paisagens”.

As três dimensões englobam o espaço social:

1. Na prática espacial, o espaço aparece como cadeia ou rede de atividades e/ou interações interligadas;
2. Na representação do espaço, a prática espacial é linguisticamente definida e demarcada como espaço-representação; e,
3. No espaço de representação, o “algo a mais” faz com que a ordem material se torna um veículo transmitindo significados:

“Dessa maneira, um simbolismo (espacial) se desenvolve expressando e invocando normas, valores e experiências sociais.” (SCHMID, 2012, p.12). Nesse sentido, elaboramos um quadro, apresentando as dimensões que formariam o espaço social:

Quadro 1 - Dimensões do espaço social

ESPAÇO SOCIAL - QUADRO DE DIMENSÕES			
Espaço Social prática social enquanto totalidade	Prática Social	Representação do espaço	Espaço de representação
	- Cadeia ou rede de atividades ou interações, interligadas; - Residem sobre uma base material determinada: • Morfologia • Ambiente construído	- A prática espacial pode ser definida/demarcada como espaço, e constitui uma representação do espaço. - Serve como: • Esquema organizador • Quadro de referência para a comunicação • Permite uma orientação (espacial) • Co-determina uma atividade	- “Ordem” material pode tornar-se um veículo, transmitindo significados. - Desenvolve-se um simbolismo espacial, invocando: • Normas • Valores • Experiências sociais • transgressões

Fenomenologia processo de produção social do pensamento, da ação e das experiências.	Percebido	Concebido	Vivido (cotidianidade)
--	-----------	-----------	---------------------------

Fonte: Produção da autora, 2018

Segundo Schmid (2012), o terceiro tema negligenciado pelos estudiosos de Lefebvre seria a fenomenologia. Os pontos de referência fenomenológicos seriam os termos *percebido*, o *concebido* e o *vivido*, inseridos no quadro acima. Para Schmid (2012), ocorreu uma separação histórica na filosofia ocidental entre concebido e o vivido. Tal fato gerou uma grande contradição para Lefebvre, pois o vivido estaria diretamente relacionado à fenomenologia e ao existencialismo (Sartre), considerando “o vivido como o termo filosófico para a cotidianidade (la quotidienneté).”⁴⁴ (SCHMID, 2012, p. 12).

A fenomenologia de Lefebvre baseou-se em Heidegger e, principalmente, em Bachelard que, em *A poética do Espaço* (1957), cria uma análise fenomenológica, clássica, sobre o vivido. Esta obra apresenta reflexões que conduziram ao conceito tridimensional do espaço de Lefebvre, através da fenomenologia da imaginação, sobre imagens poéticas de *espaço feliz*, na literatura. Segundo Bachelard, o espaço apreendido pela imaginação foi vivido sim - não em positividade, mas com a parcialidade da imaginação. Nesse sentido, Schmid diz:

Aqui aparece a primeira distinção entre um aspecto “real” (ou material) do espaço e um aspecto vivido por meio da qual fica claro que ambos os aspectos poderiam se referir a um único e mesmo “espaço”. O espaço feliz não é meramente imaginado ou vivido, mas possui um valor de proteção original e real. Também corresponde à prática espacial. (SCHMID, 2012, p. 13)

O espaço concebido também é trabalhado por Bachelard, demarcado no espaço imaginado, porém no contexto da *estética do oculto*. Lefebvre se posicionaria sobre o tema, dizendo que um domínio ainda-não-social seria, então, uma representação do espaço. Para ele, a fenomenologia ainda estaria muito marcada pela separação cartesiana sujeito-objeto. Então ele lança críticas, a Husserl e Merleau-Ponty: em suas teorias, o ego

⁴⁴ Lefebvre usou a fenomenologia descritiva que surge no início da década de 1930, baseado na *Fenomenologia da Percepção* (1945), de Merleau-Ponty, que desenvolveu uma teoria com 3 conceitos básicos - espaço, tempo e mundo vivido. O mundo vivido e o percebido seriam diferentes, através do entendimento das experiências do mundo pela ciência (mundo vivido) frente à determinação e explicação do mundo pela ciência (mundo percebido). Para Merleau-Ponty, haveriam 3 espaços: o espaço construído pela percepção, o espaço geométrico conceitualmente compreendido e o espaço vivido - este último baseado na relação entre o sujeito e o mundo, que é incorporado na sua corporeidade.

subjetivo seria o centro focal. Assim, Lefebvre propõe que as três dimensões do espaço sejam vistas através dos conceitos de percebido (*perçu*), de concebido (*conçu*) e de vivido (*vécu*), posto que essa tríade seria individual e social ao mesmo tempo - e, assim, se resolveria o problema anterior, focando processos ativos individuais e sociais. Lefebvre apresentou os três tipos de espaços gerando uma tridimensionalidade presente em todos os processos sociais. Para isso, usou o exemplo da *troca*, enquanto um compêndio de conhecimentos e atitudes que acompanham a origem histórica da sociedade da mercadoria⁴⁵, para além do mercantilismo. Assim, as dimensões espaço-temporais da realidade social partem da definição de espaço enquanto um processo de produção, que acontece em 3 dimensões, dialeticamente interconectadas.

Lefebvre definiu as dimensões de 2 formas⁴⁶: na primeira procurava apreender a prática social enquanto totalidade e, na segunda, deslocava a perspectiva epistemológica do sujeito que pensa, age e experimenta, para a perspectiva do processo de produção social do pensamento, da ação e das experiências - ampliando completamente o seu sentido:

Quando aplicada à produção do espaço, esta abordagem fenomenológica conduz às seguintes conclusões: um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido – uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material *de per se* não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social, sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção: ele vem do mundo, do Ser, do Ser material, assim como de sua experiência vivida. (SCHMID, 2012, p. 15)

A experiência pura precisa da materialidade do corpo para ter existência real (social), e também da estrutura e da expressão dada pelo pensamento. Para Lefebvre, as três dimensões, interconectadas, permitem “ter”/conter o espaço. Assim, o núcleo da Teoria da Produção do Espaço é produzido por 3 momentos: a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significados. Tem por objetivo entender o espaço em “um sentido ativo, como uma intrincada rede de relações que é produzida e

⁴⁵ Sobre troca, caberia citar as análises antropológicas de Marcel Mauss sobre os rituais de troca, no livro “Sociologia e Antropologia” (1950), além da introdução do livro “O Enigma do Dom” (1996), de Godelier “Das coisas que não se dão, que não se emprestam” em que os autores esclarecem sobre as relações afetivas com os objetos produzidos e repassados, onde a proximidade e o reconhecimento de objetos produzidos e identificados pela comunidade passam a ser um elemento de reconhecimento social, de identidade pelo fazer e de posse “compartilhada” na identidade.

⁴⁶ Uma, composta pela prática espacial, representação do espaço e espaços de representação, e a outra, com os conceitos de percebido, concebido e vivido (p.43)

reproduzida continuamente. O objeto de análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo.” (SCHMID, 2012, p.14).

A mesma colocação é feita por Meneses (2009), ao tratar a materialidade associada ao patrimônio imaterial: a substancialidade compõe o conjunto das experiências vividas, dos pensamentos e dos entendimentos gerados por essas experiências - e, a seguir, compõe a fusão destes nas novas materialidades e vivências das dinâmicas culturais e sociais.

Para Schmid, interpretações que outros autores⁴⁷ têm feito de Lefebvre complicariam mais do que explicariam, pois *as 3 dimensões da produção do espaço precisam ser entendidas como sendo fundamentalmente de igual valor* (SCHMID, 2012, p. 18), porque este seria percebido, concebido e vivido ao mesmo tempo - e como o espaço é inacabado, ele é continuamente produzido e conectado ao tempo. Para compreender o projeto teórico de Lefebvre, Schmid recomenda apreender a construção básica de sua epistemologia e alcançar uma base teórica válida, que permita a análise empírica para aplicações “fecundas” da teoria de Lefebvre - e, como ponto crucial, ir além da filosofia e da teoria, alcançando a prática e a ação⁴⁸.

Como a obra de Lefebvre foi escrita em 1974 e, hoje, estamos em 2019, houve reinterpretções e novas maneiras de perceber o tempo e espaço. Neste caso, a apropriação da obra por Schmid publicada em 2012 permitiu focar pontos dentro da profusão de informações que “*A Produção do Espaço*” apresenta, no original. Na continuação, o texto de Harvey (2007) apresenta o conceito da compressão espaço-tempo e o uso feito da teoria da produção do espaço, já em tempos de internet.

2.5 HARVEY - A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

O livro “Condição Pós-Moderna”, escrito por David Harvey (2007) em 1989, buscou determinar o termo e o seu entendimento em diferentes contextos históricos e geográficos. O geógrafo britânico desenvolveu um importante conceito do pensamento geográfico, a *compressão espaço-tempo*. Analisou a atual dinâmica da Globalização e de

⁴⁷ Entre elas, cita a de David Harvey, o qual usa em “*Condição pós-moderna*” (1989), as práticas espaciais através da construção de uma grade/tabela, conectando o vivido, o percebido e o imaginado para, na linha do texto, relacioná-la com o conceito de *habitus* de Bourdieu (1977) e, depois, com a tipologia dos tempos sociais de Gurvitch (1964) - a qual diz que cada relação social contém seu próprio sentido de tempo, renegando a tridimensionalidade e abrangência da teoria lefebvriana.

⁴⁸ No capítulo que segue, o estudo tenta mostrar uma experiência de aplicação destes parâmetros metodológicos.

superação das distâncias pela velocidade, baseada em conhecimentos - iniciada no Mercantilismo e aprimorada no Modernismo -, na qual as transformações técnicas e tecnológicas aceleravam os acontecimentos, os níveis de produção econômica e de integração política. Com aberta posição política de esquerda, influenciada por Karl Marx e Henri Lefebvre, Harvey (2007) trabalha com a Geografia Crítica, linha da Geografia Urbana e Econômica de contestação ao sistema capitalista.

Para descrever a experiência contemporânea de compressão espaço-tempo, o autor apresentou o termo a partir da relação histórico-geográfica de entendimento de tempo e de espaço pela humanidade, geradas com as descobertas científicas e tecnológicas do feudalismo e mercantilismo (como os mapas ptolomaicos e a introdução da perspectiva), nas formas de ver o mundo e a vida, baseadas na concepção iluminista - promover um ideal de liberdade frente às necessidades e limitações constantes da manutenção da vida. As reações, que variaram conforme as épocas e os lugares, eclodiam em momentos de *destruição criativa* (Nietzsche), quando as incertezas não encontravam respostas.

Para o autor os ideais do modernismo seriam orientadores, através de atitudes e certezas *éticas* que, ao entrarem em crise, apontavam para soluções *estéticas*, e uma delas seria a da *acumulação flexível*. Segundo Harvey (2007), a definição econômica de acumulação flexível parte da adequação de um conceito da área de engenharia de produção mecânica - onde o flexível remete a permitir adequações (células flexíveis, onde as linhas de montagem têm que parar para a introdução de elementos especiais no produto, permitindo personalização). Dessa forma, o conceito envolve a atual compressão espaço-tempo:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve novas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”(...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (HARVEY, 2007, p. 140)

Assim Harvey (2007) estabelece uma ligação direta entre o surgimento de novos setores de produção associados ao **setor de serviços** na sociedade contemporânea. As adequações desta acumulação flexível à *compressão espaço-tempo* na vida cotidiana

precisam de sentidos: sobre essa dimensão, cita o espaço da imaginação ou poético de Bachelard, onde pensamos que o que conhecemos no tempo é uma sequência de fixações, nos espaços da estabilidade do ser:

Ser já é um valor. A vida começa bem, e começa encerrada, protegida, aquecida no seio da casa... É esse o ambiente em que vivem os seres protetores... Nessa região remota, a memória e a imaginação se mantêm associadas, cada qual trabalhando para seu mútuo aprofundamento... Por meio dos sonhos, as várias habitações de nossa vida se co-penetraram e retêm os tesouros de dias passados. E, depois de estarmos na nova casa, quando as memórias de outros lugares em que vivemos retornam a nós, viajamos para a terra da infância imóvel, imóvel como são todas as coisas imemoriais. (HARVEY, 1997, p. 200-01)

Como nas práticas temporais e espaciais de toda sociedade seriam abundantes as sutilezas e complexidades, Harvey (2007) construiu uma tabela, usando as 3 dimensões identificadas em *La production de l'espace*, de Lefebvre (1974), considerando que as relações dialéticas entre elas seriam uma *tensão* de representação. Nesse sentido, cita Bourdieu (1997), ao explicar a dialética através de um vínculo mediador, o *habitus*⁴⁹, porém, restringindo o poder do imaginado sobre o vivido:

Como o *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações - cujos limites são fixados pelas condições histórica e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionante e condicional que ele garante está tão distante de uma criação da novidade imprevisível, quanto o está de uma reprodução mecânica simples dos condicionamentos iniciais. (BOURDIEU, 1977, p.95 apud HARVEY, 1997, p 217)

Para compor uma grade de práticas espaciais, Harvey (2007) reformulou as três dimensões do espaço social de Lefebvre enquanto práticas espaciais (espaço vivido, percebido e imaginado), cruzando-as com quatro outros aspectos da prática social (de compreensões tradicionais, que não independem uns dos outros). Pretendia ver a complexidade da transformação da experiência espacial que ocorre com a mudança do modo de pensar modernista para o pós-modernista:

- Acessibilidade e distanciamento: papel da “fricção da distância” nos assuntos humanos;
- Apropriação do espaço: modo como o espaço é ocupado por objetos (casas, ruas, etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou outros grupos sociais;

⁴⁹ Princípio gerativo duradouramente instalado de improvisações reguladas, que produz práticas tendentes a reproduzir condições objetivas, responsáveis pela produção do princípio gerativo do *habitus*.

- Domínio do espaço: modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço, mediante recursos legais ou extralegais (controle sobre a fricção da distância e/ou da apropriação do espaço);
- Produção do espaço: como novos sistemas de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial, etc., são produzidos e são gerados novas modalidades de representação (design, GPS, etc.)

Quadro 2: Grade de Práticas Espaciais

Práticas Espaciais	Acessibilidade e distanciamento	Apropriação e uso do espaço	Domínio e Controle do Espaço	Produção do Espaço
Práticas espaciais materiais (vivido)	Fluxos de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informação, etc.; sistemas de transporte e comunicação; hierarquias urbanas e de mercado; aglomeração	Usos da terra e ambientes construídos; espaços sociais e outras designações espaciais, redes sociais de comunicação e ajuda mútua	Propriedade privada da terra; divisões administrativas e estatais do espaço; comunidades e bairros exclusivos; zoneamento excludente e outras formas de controle social (policimento e vigilância)	Produção de infra-estruturas físicas (transporte e telecomunicações; ambientes construídos; liberação de terra, etc.); organização territorial de infra-estruturas sociais (formais e informais)
Representações do espaço (percebido)	Medidas sociais, psicológicas e físicas da distância; mapeamento; teorias da “fricção da distância” (princípio do menor esforço, física social, alcance de um lugar bom e central e outras formas de teoria da localização)	Espaço pessoal; mapas mentais do espaço ocupado; hierarquias espaciais; representação simbólica dos espaços; “discursos” espaciais	Espaços proibidos; “imperativos territoriais”; comunidade; cultura regional; nacionalismo; geopolítica; hierarquias	Novos sistemas de mapeamento, de representação visual, de comunicação, etc.; novos “discursos” artísticos e arquitetônicos; semiótica
Espaços de representação (imaginado)	Atração/repulsão; distância/desejo; acesso/negação; transcendência: “o meio é a mensagem”	Familiaridade; aconchego familiar; locais abertos; locais de espetáculo popular (ruas, praças, mercados) iconografia e grafite; publicidade	Estranheza; espaços de meio; propriedade e posse; monumentalidade e espaços construídos de ritual; barreiras simbólicas e capital simbólico; construção da “tradição”; espaços de repressão	Planos utópicos; paisagens imaginárias; ontologias e espaço de ficção científica; esquetes artísticos; mitologias de espaço e lugar; poética do espaço; espaços do desejo

Fonte: HARVEY, 1997, p. 203

Harvey (2007) também usou a tabela dos tempos sociais de Gurvitch (1964) para pensar o sentido do tempo na vida social. Nela, formações sociais particulares

(relacionadas na coluna da direita) estariam associadas a um sentido específico de tempo, estabelecendo oito categorias/tipos de tempo social - contrariando as noções dinâmicas do tempo social de Lefebvre (2013). Ao analisar a condição cultural pós-moderna e sua tendência desagregadora, resultante da compressão espaço-tempo, Harvey (2007) salienta que tanto o significado como a percepção do espaço e do tempo não seriam homogêneas, podendo variar - dependeria da relação estabelecida com os meios de produção e com o sistema como um todo.

Quadro 3: Tipologia dos Tempos sociais

TIPO	NIVEL	FORMA	FORMAÇÕES SOCIAIS
Tempo permanente	Ecológico	Temo contínuo em que o passado é projetado no presente e no futuro; facilmente quantificável	Parentescos e agrupamentos por localidade (particularmente sociedades camponesas rurais e estruturas patriarcais)
Ilusório	Sociedade organizada	Duração longa e desacelerada mascarando crises e rupturas repentinas e inesperadas entre o passado e o presente	Grandes cidades e “públicos” políticos; sociedades carismáticas e teocráticas
Errático	Papeis sociais, atitudes coletivas (padrões)	Tempo de incerteza e de contingência acentuada em que o presente prevalece sobre o passado e o futuro	“Públicos” não políticos (movimentos sociais e seguidores de padrões); classes em processo de formação
Cíclico	Unões místicas	Passado, presente e futuro projetados uns nos outros, acentuando a continuidade dentro da mudança, diminuição da contingência	Seguidores de astrologia; sociedades arcaicas em que prevalecem crenças mitológicas, místicas e mágicas
Retardado	Símbolos sociais	O futuro se torna presente tão tarde que é superado assim que se cristaliza	A comunidade e seus símbolos sociais; guildas, profissões, etc.; feudalismo
Alternado	Regras, sinais, signos e conduta coletiva	O passado e o futuro competem no presente; descontinuidade sem contingência	Grupos econômicos dinâmicos; épocas de transição (capitalismo incipiente)
À frente de si mesmo, acelerado	Ação e inovação transformadoras coletivas	Descontinuidade; contingência, triunfo da mudança qualitativa; o futuro se torna presente	Capitalismo competitivo; especulação
Explosivo	Fermento revolucionário e criação coletiva	Presente e passado dissolvidos em um futuro ascendente	Revoluções e transformações radicais de estruturas globais

Fonte: Georges Gurvicht, 1964 – HARVEY, 1987, p. 204

No caso, a teoria dos tempos sociais de Gurvich seria limitadora, pois estabelece categorias herméticas - as possibilidades de construção de uma tabela de tempos sociais seriam infinitas. Cada lugar constrói seu espaço social e seu tempo social⁵⁰.

⁵⁰ Com certeza, seria um desafio construir uma tabela dos tempos sociais da Praça da Alfândega (poderia ser feita, mas em outro momento).

Nesse sentido, Harvey (2007) desenvolveu a análise da produção do espaço social sobre a concepção de espaço e os conceitos da dialética triádica de Lefebvre (2013), ao considerar o papel *mutante* da espacialidade na sociedade capitalista contemporânea e contextualizar uma análise datada sobre as tendências econômicas, sociais, políticas e culturais, que confundiam corações e mentes no final dos anos 1980⁵¹. Em 1989, ano da publicação da obra, ainda não havia internet, celulares e nuvens, porém o autor anuncia o teor das transformações das redes digitais e seus impactos⁵². Dessa forma, conectou diversas dimensões da economia política e as trouxe para a esfera da mudança cultural - como disse Marx, erigimos nossa estrutura na imaginação, antes de a erigirmos na realidade.

2.6 TEMPO - MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO, SEGUNDO MARTINS

A interpretação do método regressivo-progressivo para uso patrimonial exige adequações no modo de estabelecer premissas de entendimento para a área - para além da centralidade do tempo histórico. Tal entendimento estabelece noções (não conceitos) das dinâmicas sociais trabalhadas, as quais permitiriam seguir o roteiro do método regressivo-progressivo. Segundo José de Souza Martins (2011) seria:

(...) o *descritivo*, da descrição teoricamente informada pela diversidade das disciplinas especiais e pela observação participante no trabalho de campo, o mapeamento do presente aparentemente atemporal; o *analítico-regressivo*, o da análise e datação histórica da realidade descrita; o *histórico-genético*, o da análise das modificações das estruturas datadas e da sua subordinação ao todo, classificação genética das formações e estruturas, definição de seu tempo social e histórico, e *retorno ao atual*, compreendido e explicado. Isto é, como totalidade concreta, suas contradições identificadas em sua pluralidade social, histórica, cultural. O método regressivo-progressivo abomina o economicismo, o determinismo e o reducionismo, em particular ao econômico e o das instâncias e sobredeterminações, o conceitualismo classificatório e abstrato. Ao contrário, busca a diversidade histórica e antropológica do real, de preferência em sua maior amplitude. (MARTINS, 2011, p. 18)

⁵¹ As digressões do autor a respeito de dinheiro digital e transações comerciais também se efetivaram como tendências de mercado global, antes de existirem derivativos econômicos como fundos de investimento internacionais.

⁵² Um descompasso histórico impactou o autor: a queda do Muro de Berlim (1961-1989), e a importância simbólica para a comunidade internacional. O fim do “monumento” trouxe ares de renovação – ainda por acontecer. A interpretação estabelecida pelas fontes de interpretação da mídia internacional deixou uma marca indelével associada à “queda do muro”. Outro fato histórico citado: “*A fusão da Comunidade Econômica Europeia como bloco econômico vai ocorrer em 1992.*” (p. 325), que resultou na União Europeia - pois, conforme Hugues de Varine (2013), na França o termo comunidade foi rejeitado pela coletividade dos franceses, enquanto vestígio do sistema de feudos e do Antigo Regime, sendo usado para qualificar grupos marginais (ver Varine, 2013, p.43).

Martins (2011) propõe que o recorte do real para fazer as análises seja feito em âmbito maior, de modo a que a complexidade histórica e “toda a carga de destino da realidade” não escapem à pesquisa. O autor trabalhou entre realidades historicamente diferenciais e citou a lei da formação econômico-social, enquanto lei do desenvolvimento desigual: “Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico.” (Martins, 1996, p. 17). E continua:

Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. (...) A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, ideias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo que carece. Reproduz, mas também produz - isto é, modifica, revoluciona - a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas. (op. cit, 1996, p. 19).

Para Martins, o econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza, ou que realiza com atraso - gerando o desencontro entre o econômico e o social e, inclusive, a noção de pobreza. Esta, para Lefebvre, se baseia em um fato:

O fato de que a humanidade do homem se objetive nas realidades que ele cria e que ele se crie na mediação de tais objetivações abre um abismo entre ele e sua obra, condição da demora entre a criação da possibilidade de sua humanização crescente e essa mesma humanização. (...) A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível. (op. cit., p. 19)

Para Lefebvre (2013), a noção de formação econômico-social é o que daria sentido à coexistência dos tempos históricos: nessa coexistência se encerram o passado, o presente e o futuro – ou seja, o possível. Ocorre o atraso do real em relação ao possível, e do social em relação ao econômico, porque a coisificação das relações sociais aliena o homem de sua obra, transformando a relação em coisa-e-objeto - ao invés de ser ele o sujeito de sua própria obra: a obra se torna *objeto*, e não *objetivo* do fazer.

Lefebvre buscou a dupla complexidade da realidade social, horizontal e vertical, baseado em seu estudo sobre os Pirineus franceses⁵³, no qual encontrou persistências (ou permanências) e sentidos de conflitos políticos centenários, além de concepções da vida e da história local, apoiadas em extensões de tempo não apreensíveis facilmente. A partir

⁵³ Em 1963, Henri Lefebvre elabora sua tese de doutorado em sociologia rural “*O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*”, sobre as comunidades agropastoril dos Pirineus, no sul da França. Ali elabora e aplica o método regressivo-progressivo.

desse estudo, estabeleceu procedimentos metodológicos que permitissem identificar e recuperar temporalidades desencontradas e coexistentes: *A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível*. (op. cit., p. 21). Ao referir-se à aplicabilidade do método regressivo-progressivo, Martins esclarece as etapas do método:

A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar tecnicamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. (...) O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada e decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para data-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. (...) O terceiro momento do método da dialética de Lefebvre é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “*mas elucidado, compreendido, explicado*”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. (op. cit, p. 22)

Para Martins (2009) e para Lefebvre (2013), aquilo que num primeiro momento poderia parecer simultâneo e contemporâneo pode ser remanescente de uma época específica - pois no espaço vivido se dão as combinações práticas de coisas, relações e concepções que, de fato, não seriam contemporâneas. A multidisciplinariedade se faz necessária para apreensão e datação dos diversos componentes da vida social. Ainda seguindo a concepção lefebvriana de contradição, os desencontros também se aplicam a desencontros de tempos e de possibilidades - porque a gênese das contradições traz, em si, a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Para o autor, o desencontro das temporalidades é o que faz uma relação social ir em contra/em oposição a outra: há a indicação de que um outro possível está frente ao real e ao realizado. São os desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva ou inovadora, no mesmo movimento: “No vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas Lefebvre observa, não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação.” (op. cit., p. 22) No interior da sociedade - e no interior de cada um - ocorre uma coexistência de modos, mundos, relações, concepções não-contemporâneas, porque a contemporaneidade da superfície não corresponde à idade do que coexiste. Desta tensão, nasceria a práxis revolucionária. Esta, por sua vez, se fundamenta no *resgate e na unificação política dos resíduos* - pois,

para Lefebvre: “terminaremos pela decisão fundadora de uma ação, de uma estratégia: a reunião dos ‘resíduos’, sua coalizão, para criar poeticamente, na práxis, um universo mais real e verdadeiro (mais universal) do que os mundos dos poderes especializados.” (op.cit., p. 22).

Segundo Martins, a sociedade brasileira permite a aplicação do método por apresentar:

- processos sociais e políticos inconclusos,
- historicidade vacilante,
- hibridismo social,
- ritmo lento e relutante de desenvolvimento social e histórico calcado pelo conservadorismo, disfarçado de consciência social e política:

A história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer. (MARTINS, 1994, p.11)

Desta forma, ver o patrimônio cultural da formação social brasileira sob tais premissas de análise permite conectar não só o caso da Praça da Alfândega, como tantos outros, através da análise dos Centros Históricos. Para o autor, sociedades coloniais como a brasileira são sociedades de história lenta, onde o atraso é um forte instrumento de poder, em contraposição ao progresso desenvolvimentista. Ao compor uma sociologia da história lenta, Martins (1994) busca entender fatos e acontecimentos distinguindo, no contemporâneo, a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado:

Uma sociologia da história lenta permite descobrir e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades à transformação social, mas também porque atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador. (MARTINS, 1994, p. 14)

2.7 PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORES

Encerrando a apresentação de conceitos, deve ser considerada a temática do patrimônio cultural e seu entendimento contemporâneo. O conceito e classificação dos valores de referência cultural se baseiam na significação referencial, ou seja, na identidade, na memória ou na ação:

“Os bens portadores de referência são bens dotados de um valor de destaque que serve para definir a essência do objeto de relação ao qual se prende o princípio

da referibilidade considerado. É que, no caso, referência é, também, um signo de relação entre os bens culturais, como antecedentes ou referentes – e a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como consequentes ou referidos. Identidade, ação e memória são consequentes ou referidos que portam a ideia de manter com o passado uma relação enriquecedora do presente.” (J.A. SILVA, apud I. SOARES, 2009, p. 114)

A dimensão institucional de construção social do patrimônio tem como normativa de ação instrumentos de tutela, proteção, salvaguarda, conservação e readequação. Também há momentos em que materialidades imiscuídas em redes de conhecimentos e significados apresentam-se, de forma minimamente alterada, por mais de 3 gerações de indivíduos. Dessa forma se dá a confirmação do caráter/característica da transmissão no tempo, por sua presença no passado, presente e, possivelmente, no futuro. Confirmam-se permanências, curtas, mas dificulta-se sua gestão. A materialidade poderia tornar-se (mais um) produto turístico de identidade - sempre e quando a comunidade proprietária desta materialidade seja responsável/responsabilizada por sua gestão, quando registrada como referência cultural. Haveriam impactos da ação patrimonial frente à comunidade nas redes de conhecimentos e significados, nos quais a manifestação e as respectivas materialidades fossem registradas⁵⁴.

Segundo Pratts (2006), “la población distingue claramente vida y patrimonio” (PRATS, 2006, p. 34). Para Meneses (2009, 2017), o habitante deve fazer parte dos estudos de patrimônio - deve ser reintroduzido como protagonista, no caso, do patrimônio cultural urbano. A perspectiva de que o reconhecimento de redes de conhecimentos e materialidades possam vir a compor um grande inventário, cientificamente admitido, um repertório de fontes de conhecimentos passíveis de registro enquanto propriedade intelectual e facilmente inseridos em mercados de consumo, é grande. Nesse sentido, a atuação de órgãos detentores de recomendações e elementos definidores de práticas referentes às atribuições de valor comporiam uma contradição/suprassunção direcionada⁵⁵. Nesse sentido, uma pesquisa exploratória de leis de proteção à propriedade intelectual e de gestão de conhecimento confirmaria precaver-se frente a impactos causados pela disseminação de informações sem a devida regulamentação básica⁵⁶.

A perspectiva antropológica de ver o patrimônio enquanto um inventário das diferenças⁵⁷ (POULOT, 2009, p. 225) traz conteúdos eticamente corretos à discussão.

⁵⁴ Poder-se-ia registrar essas redes enquanto registro de direitos autorais, na Biblioteca Nacional?

⁵⁵ A Unesco poderia ser considerada uma organização de mapeamento e localização de valores.

⁵⁶ Poderia ser feita essa regulamentação, com parâmetros de validação, com esferas de proteção definidas para acionamento, caso a caso.

⁵⁷ “Inventário das variações dos artefatos da humanidade no espaço e no tempo.” Poulot, 2009, p. 225.

Contemporaneamente, a discussão mercadológica do turismo e do turismo cultural relacionado ao patrimônio de diferentes lugares, apresenta as diretrizes da Unesco como referência internacional de regulamentação de atividades e de atitudes: o modelo repete convenções e recomendações, as quais estabelecem parâmetros elaborados por renomados especialistas. Porém, no âmbito local, tais parâmetros são efetivados de acordo com interesses variados (políticos, econômicos, identitários, valorativos, destrutivos, invisibilizantes, etc.), para cada época e lugar (Pratts, 2005). Bens e conhecimentos aparecem e desaparecem, de acordo com ventos favoráveis a instituições promulgadoras, respectivos momentos e estratégias de “nosotros para nosotros”, como disse Llorenç Pratts (2006, p.74). Na contemporaneidade, o princípio negativo do risco de perda de um bem patrimonial estabelece-se como padrão normativo de condutas e prioridades, ao invés do princípio positivo, que entende as diferenças enquanto somatório de conhecimentos. A salvaguarda corre por trilhos definidos de atuação, ao invés de abrir novos territórios de entendimentos.

Ao considerarmos que todo espaço é uso de técnicas e todo patrimônio cultural é resultado de acúmulo de conhecimentos - resultantes de vivências materiais e repetidas experiências de acerto e erro ao longo dos tempos -, os resultados técnicos e produtivos herdados estabelecem padrões, que poderiam ser considerados entre categorias de análise para salvaguarda. Segundo Pratts: “Éste es el verdadero patrimonio cultural que la humanidad puede conservar y transmitir: el conocimiento.” (Pratts, 1998, p.73). A indissolubilidade do entendimento deste valor, quando usado como conceito estruturador de eixos de atuação de práticas patrimoniais, possibilita ampliar a visão sobre o tema, além de estabelecer critérios e categorias de valores possíveis, adequáveis e usáveis. Isso, evidentemente, considerando a função última do patrimônio, a qual seja a transmissão de conhecimentos ao longo do tempo: passado, presente e futuro, como lógica em espaços de vida. Como diz Pratts, entender o patrimônio como “recursos para vivir”.

Nesse sentido, há valores para uso de patrimônio cultural como referências que podem ser aplicadas, baseado em critérios trabalhados por autores como Pratts (1998) Ballart et al (1996), Poulot (2009) e Meneses (2009). Entre eles, as três esferas de valor segundo Ballart et al (1996) - o valor de uso, o valor formal e o valor simbólico -, assim como a presença no *pool* virtual de critérios constituintes do patrimônio cultural - a natureza, a história e a genialidade - trazidos por Pratts (1998). Estes coincidem com o princípio trazido por Poulot (2009), no qual a definição e os contornos dos patrimônios

estariam profundamente associados à atualidade de uma sociedade, em suas diversidades e elaborações, vivências e fruições.

O patrimônio, como construção social, confronta interesses privados e públicos – um bem possui valor de uso e valor de conhecimento, o primeiro pertencente ao proprietário e o segundo, pertencente ao mundo: com isso, o direito ao bem não coincide com o direito à propriedade. Tal questão teria sido levantada, inclusive, por Vitor Hugo no Manifesto “*Guerra aos demolidores*”, de 1825, quando das grandes mudanças urbanas de Haussmann no tecido urbano já consolidado de Paris. O entendimento do patrimônio enquanto a superação/substituição (do patrimônio da civilização iluminista por um patrimônio mundial das culturas) enfrenta-se à dificuldade de manter noções comuns. A reconstrução de diversas zonas de bombardeios durante e após a II Guerra instituiu mudanças na compreensão dos valores patrimoniais, nos quais a compressão espaço-tempo⁵⁸ (ver ref. teórico 2.3 - Harvey) das condições moderna e pós-moderna possibilitaram estabelecer parâmetros, nos quais o risco de perda e/ou desaparecimento de bens constituintes de um patrimônio cultural local tivessem prioridade de inserção, nas esferas de proteção existentes. Porém, qual o valor do conhecimento⁵⁹?

Conhecimentos tradicionais, que se estabelecem nos usos da natureza e do meio circundante ao longo do tempo para atender a necessidades humanas, também correm risco de perda, porém valorizá-los exige uma concepção de mundo, de natureza e de cultura humana relacionada à forma como cada cultura se vê no mundo. Estabelece-se uma batalha de gigantes, que implica em mudanças de paradigmas e de entendimento da condição humana.

O texto de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2009) permite delinear atitudes no tema do patrimônio cultural. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, conferência magna do I Fórum de Patrimônio Cultural/IPHAN, de 2009, parte da base de entendimento das dimensões contemporâneas de patrimônio. Segundo Meneses, todo patrimônio cultural tem como suporte, sempre, **vetores materiais**. Nesse sentido, ele diferencia material de imaterial:

- Todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado;

⁵⁸ Harvey, D. – “Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, 2007.

⁵⁹ Se há tecnologias a serem apropriadas pela indústria de consumo de massa, divulgar o uso de bicarbonato de sódio como agente de limpeza, inócuo ao meio ambiente, ou as propriedades curativas de um chá de camomila, competiriam com as indústrias farmacêutica e de produtos de limpeza. Questiona-se a quem interessaria preservar conhecimentos seculares de baixa tecnologia, havendo mercado para produtos de alta tecnologia.

- Todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se: as diferenças não são ontológicas, são **operacionais**.

Para o autor, falar e cuidar de bens culturais seria falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas. De acordo com os critérios de Prats (1998), seriam constituintes do patrimônio cultural a natureza, a história e a genialidade. Meneses busca um entendimento no horizonte da construção constitucional do patrimônio brasileiro, afirmando: “Entretanto, sem qualquer intervenção do poder público existe o patrimônio cultural nacional.” (2009, p.34). Nesse sentido, aponta a necessidade de rever posturas a respeito do valor, da avaliação e do reconhecimento do valor dos bens. Partindo do entendimento das relações com um bem dos especialistas frente ao dos usuários fruidores, o usuário cotidiano é o produtor do valor em causa, e tem o direito e a gratificação de fruir aquilo que lhe diz respeito.

Meneses apresenta um roteiro para avaliação e identificação de componentes ou referências do valor cultural, partindo da premissa de tratar o patrimônio unificadamente, sem distinguir categorias. Os componentes do valor cultural seriam *cognitivos*, *formais*, *afetivos*, *pragmáticos* e *éticos*. Estes agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos. Como para o autor o campo da Cultura é político (polis/res publica), sua discussão e implementação resultam em cidadania - a qual seria, obrigatoriamente, democrática e republicana, instaurando direitos e correspondentes obrigações em todos os âmbitos, inclusive da cultura.

Quadro 4 - Identificação de componentes ou referências do valor cultural

VALOR	Como é entendido	Conceitos a apreender	Tratamento do bem
Cognitivos	Quando o bem cultural tiver condições de conhecimento	Espaço, materiais, técnicas, padrões estéticos, condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidas, sua trajetória, sua biografia.	Bem tratado como documento, ao qual se dirigem questões para obter /produzir informação de múltipla natureza. Valor de fruição intelectual.
Formais	Quando o bem é percebido como oportunidade	Estético: <i>Aisthesis</i> em grego, é percepção. Estética diz respeito a essa ponte fundamental que os sentidos fornecem para	Efeito da presença, nos objetos, de atributos capazes de aguçar a percepção e a transmissão de sentidos – alimentados pela memória,

	para gratificação sensorial, o valor é formal ou estético.	sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir no mundo. A estética é uma mediação que nos faz humanos.	convenções, etc. – qualificando minha consciência e meu agir.
Afetivos	Valores históricos relacionados à memória (não conhecimento o controlado) fazem parte dos valores afetivos, se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade	Memória e história não coincidem, nem são faces da mesma moeda – (partilham de atributos comuns): - História como produção crítica de conhecimento é valor cognitivo ; - Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos/sentimento de pertença ou identidade, é valor afetivo . Aferir valores afetivos: envolve mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social (psicologia social desenvolveu métodos de pesquisa).	- A noção de histórico do Decreto-Lei 25 vai na direção do valor afetivo quando seleciona objetos que são contaminados pelo contato com outros eventos e personalidades; podem ter valores cognitivos, se tratados como documentos. Documento: todo suporte empírico capaz de responder a uma pergunta do observador – para além de “documentos de nascença”.
Pragmáticos	São mais que valores de uso.	Valores pragmáticos: valores de uso percebidos como qualidades.	Geralmente marginalizados ou ignorados, pois vivemos numa sociedade que ainda não superou a herança escravista, em que o trabalho e o trabalhador não gozam de cidadania plena, em que o desperdício chega a 15% do PIB, e em que o reuso não é tema relevante/escolas de arquitetura, etc.
Éticos	Aqueles associados às intenções em que os bens são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro.	- Discussão sobre valores éticos exige tratar questões como relativismo (cognitivo, cultural, moral). É conveniente distinguir diversidade cultural de diferença cultural.	- Homi Bhabha: a tradição liberal (relativismo filosófico e antropológico) tornou pacífica e generalizada a ideia de que as culturas são diversas. Como a diversidade das culturas é algo bom e positivo em si e por si, deve ser automaticamente endossada. - Porém o sinal de uma atitude “civilizada” nas sociedades ocidentais é a habilidade de apreciar culturas diversas como num “museu imaginário”: - Quando as culturas saem do museu e a diferença cultural (não mais diversidade cultural) passa a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, o encorajamento da diversidade cultural acompanha-se de mecanismos de contenção da diferença cultural - A diversidade cultural é grandemente apreciada nos museus, mas rejeitada na interação social. A reação diante de

			traços culturais e diante dos próprios portadores da cultura pode não coincidir
--	--	--	---

Fonte: produção da autora, sobre Meneses (2009)

A experiência ensejada por Meneses traduz a necessidade de rever os conceitos básicos nos quais se amparam as prerrogativas do patrimônio no Brasil. Devem ser analisados valores que permeiam as experiências vividas no cotidiano, de modo que estas possam ser visibilizadas e apreendidas enquanto referenciais identitários das comunidades e seus espaços sociais, formadores de si enquanto conjunto. Desta forma, espera-se objetivar o subjetivo, experienciando métodos que possam realizar tal feito. Tentativa e erro, até conseguir, como base de todas as técnicas.

Nesse sentido, na sequência do estudo será apresentada uma experiência de aplicação do método regressivo-progressivo, nas três etapas que o compõem, conforme explanado no referencial teórico. No próximo capítulo, inicia-se a implementação, apresentando a Praça da Alfândega através de uma descrição horizontal, abarcando as dimensões dos espaços percebido, concebido e vivido. A seguir, será apresentado o mergulho histórico vertical, para entender os processos de formação antrópica da área e, na sequência, dar-se-á o retorno ao momento atual, permitindo vislumbrar os restos possíveis.

Inicialmente, cabe informar que os materiais selecionados para fazer parte desta descrição foram coletados em fontes primárias e secundárias, além de publicações, em virtude do desaparecimento dos materiais oficiais dos Escritórios do Programa Monumenta, localizado nos Altos do Mercado Público. Este prédio, ainda sem PPCI, sofreu um incêndio em 2013, no Mercado Público de Porto Alegre, dando perda dos acervos do Monumenta. Partes salvas deste acervo foram levadas para os Escritórios do PAC Cidades Históricas, provisoriamente na Pinacoteca Rubem Berta, ainda esperando para serem organizados. Nesse interim, ocorreu o falecimento da Arquiteta Coordenadora do Programa, Briane Bicca, em 2018, ocasionando uma perda irreparável da memória viva e afetiva relacionada a cada etapa do processo. Com isso, manifestamos nossos sentimentos.

3. MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO: A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO APLICADA E A APLICAÇÃO DO MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO

Conforme Schmid (2012), a *teoria da produção do espaço social e do tempo* exigiria compreender a sua divisão em três dimensões ou processos, dialeticamente interconectados, os *formantes* ou momentos da produção do espaço, duplamente determinados e designados⁶⁰. Para efetivar tal abordagem, fez-se necessário compor uma metodologia de investigação própria, que focasse nos usos (sociais) do espaço (social).

Entende-se que o método de análise do espaço social também se apresenta duplamente determinado e designado, ao efetuar uma pesquisa de caráter qualitativo que foi aplicada durante a elaboração um estudo de caso - a Praça da Alfândega, um recorte no sítio histórico de Porto Alegre.

O momento descritivo que compôs o sub-capítulo 3.1, buscou captar a diversidade horizontal dos espaços *percebido*, *concebido* e *vivido* no lugar. Para efetuar a etapa do espaço percebido, a apreensão metodológica de trabalho de campo baseou-se no estudo elaborado pelos técnicos do Programa Monumenta no perímetro da Praça. Como o Programa abarcou atividades (4) que compunham a ambiência, foram localizados e entrevistados agentes que efetuam as 4 atividades consideradas. Para o trabalho de campo, foi elaborado e aplicado um instrumento de entrevista qualitativa semiestruturada (ver Apêndice 1) a um indivíduo representante de cada atividade⁶¹. Para efetuar a etapa do espaço concebido, foi elaborado um instrumento de entrevista qualitativa semiestruturada (ver Apêndice 1) aplicado on-line a 7 (sete) técnicos de patrimônio que trabalharam no Programa Monumenta, e respondido por todos.

No momento analítico descritivo, ou histórico vertical, apresentado no sub-capítulo 3.2, o estudo compôs a cronologia da constituição da área, do pequeno porto original até hoje, usando por base a linha do tempo que embasou o dossiê de tombamento⁶². Este levantamento foi complementado com pesquisas em fontes primárias e secundárias, acervos documentais, bibliografias de viajantes, pesquisas acadêmicas e

⁶⁰ Por um lado, estaria a tríade “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”; por outro lado, estariam o espaço “percebido”, “concebido” e “vivido” (figura 2).

⁶¹ Nesta etapa, foram captados entendimentos relacionados a formas de inserção de atividades populares em espaços públicos, históricos e identitários, presentes em políticas públicas de memória e as heranças históricas.

⁶² A linha do tempo inserida no processo consta nos Anexos, e foi elaborada pela historiadora do IPHAE, Frineia Zamin, na instrução inicial do processo.

bibliografia multidisciplinar⁶³. De posse desses dados, foi elaborado o momento histórico-genético, no sub-capítulo 3.3, reunindo os nexos entre as dimensões trabalhadas pelas políticas públicas de patrimônio incidentes sobre a área e visibilizando os possíveis futuros correspondentes ao lugar.

Assim, analisar metodologicamente o patrimônio cultural de um local que compõe um Centro Histórico e, ainda, uma poligonal de tombamento de sítio histórico, como a Praça da Alfândega, exigiu identificar ali as metamorfoses e presenças da tríade *espaço-tempo-energia* nesta área, ao longo de uma temporalidade em torno de 300 anos, período no qual foram efetuadas modificações antrópicas para a construção e crescimento do núcleo urbano, que exigiram adequações da beira do rio. Acompanhar o distanciamento das águas foi a escolha para analisar o espaço social da área que, hoje, constitui a Praça da Alfândega.

Em 2018-2019, anos em que foi efetuada a pesquisa, a Praça se apresenta como descrita a seguir. A partir dessa descrição, poder-se-á caracterizar os vários usos e fluxos existentes, nas diversas formas de comércio e de serviços presentes, na área fisicamente consolidada e juridicamente protegida, hoje. Ao final do capítulo, a aplicação do método propõe o entendimento do espaço social trabalhado sob a ótica do patrimônio cultural.

A área escolhida como recorte espacial de aplicação, a Praça da Alfândega⁶⁴, forma parte do perímetro de sítio histórico do centro da cidade Porto Alegre. Ao ouvir o nome e pensar sobre o nome - Porto Alegre -, o senso comum pensa a relação de um porto com a identidade de seus habitantes, associado à imagem mental de um porto agradável, alegre e com qualidade de vida, que teria dado o nome à capital. No entanto, o conhecimento historiográfico regional nos diz que o nome teria sido dado ao povoado por um coronel português, durante o período colonial quando ocorreu a invasão espanhola em Rio Grande (1763), em homenagem à cidade lusa Portalegre, que também resistiu às invasões espanholas (FRANCO, 1997). Na data, o pequeno porto lacustre/fluviál interno era local de abastecimento e conexão com a fronteira oeste do país, no sul da América do Sul. A geografia do lugar instituiu a vocação de porto natural, e o espaço social formado ali acompanhou os usos locais, ao longo do tempo, até hoje⁶⁵.

⁶³ Esta cronologia física foi acrescida de imagens, que recriam as diversas modificações sofridas na ambiência original, em virtude do crescimento urbano, compondo 5 consolidações. Foi uma das solicitações feitas pelo Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº72/00, que consta no item 3.3.1.

⁶⁴ A praça é um espaço público com cerca de 15mil m², e fica entre o Cais do Porto e a principal rua do Centro, a Rua da Praia.

⁶⁵ O núcleo inicial da cidade pode ser visitado através de um passeio pelo Centro Histórico.

Ao longo de cerca de 300 anos, aquela relação inicial com o rio e suas margens foi modificada e adaptada pela contínua ocupação da enseada. Foram construídos trapiches, acessos, muros de arrimo, paredões e rampas - aterrando águas de acordo com os usos do povoado em crescimento. Quando o Porto dos Casais era um vilarejo, as atividades cotidianas de abastecimento se concentravam no Largo da Quitanda, local aberto, frente ao fundeadouro natural da península, entre a costa do rio e o espigão de granito. O Largo apresentava acessos aos trapiches, gerando barulhos, cheiros, acidentes, dejetos. As atividades cotidianas de carga e descarga e de abastecimento do povoado ocorriam ali: embarque e desembarque de viajantes e cargas, movimento constante de pessoas, carregadores, animais, carroças, mercadorias, correspondências, venda de peixe e comércios variados. etc. Tal diversidade de fluxos e atividades demandavam espaço, atenção e, também, necessidades físicas e administrativas do comércio direto e do abastecimento da freguesia em expansão. E aquelas ambiências portuárias não agradavam a todos.

Aos poucos, obras de qualificação da beira foram efetuadas frente à Rua da Praia: o Largo virou “Praça” - do Comércio, Praça da Alfândega e Praça Senador Florêncio. Tempo depois, foi efetuado um grande aterro para a consolidação do porto e de suas estruturas. Estas ações resultaram na atual configuração espacial, encravada no centro da cidade, hoje novamente chamada de Praça da Alfândega (figura 4).

Figura 4: visual da Praça da Alfândega na década de 1930.



Fonte: Museu Felizardo/PMPA.

Restam poucas presenças daquela relação densa e intensa com o ambiente fluvial: as estruturas portuárias presentes hoje estão desconectadas da vida cotidiana da cidade, os prédios imponentes que marcaram a presença política do Positivismo durante a República Velha mudaram de funções. A relação óbvia com o nome da cidade incumbe

à municipalidade a tarefa de suprir demandas por informações e conhecimentos, associados à ambiência marcante de determinada época, em locais com grande fluxo de vida social e de recepção de viajantes.

No Centro Histórico de Porto Alegre a Praça da Alfândega está sobre o núcleo inicial da cidade⁶⁶. Concentra edificações, atividades e vivências urbanas de grande significado histórico, institucional, financeiro, patrimonial, arquitetônico e social que, enquanto conjunto, compõem a singularidade do lugar. Pelo reconhecimento dos valores patrimoniais existentes na área, em 2000 foi definida, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em conjunto com as Equipes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAÉ-RS) e Equipe do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Porto Alegre (EPHAC-PMPA), uma delimitação de sítio histórico, abrangendo uma ampla área em forma de diagonal, conectando a Praça da Matriz e a Praça da Alfândega. Na primeira, situada na cidade alta, houve concentração de poderes político, civil e religioso e, na segunda, na cidade baixa, concentrou-se o comércio, mercado financeiro, despachos e abastecimento. Esta delimitação física, definida e regulamentada através do instrumento de proteção tombamento federal, está associada ao conjunto de relações estabelecidas no local, e visou dar visibilidade e salvaguardar os elementos históricos pesquisados, escolhidos, inventariados e incluídos naquele limite.

Sobre a área de sítio histórico foram efetuadas ações do Programa Monumenta IPHAN/BID/UNESCO, a partir do ano 2002. Esta requalificação urbana do Centro Histórico teve como objetivo:

A melhoria das condições dos sítios históricos urbanos, incluindo a restauração de monumentos, edificações, praças e ruas de valor cultural, além de outras

⁶⁶ Em relação à Praça da Alfândega ser o núcleo inicial de Porto Alegre, há controvérsias. Alguns colocam que Jerônimo de Ornellas seria o fundador da cidade, já que recebeu uma sesmaria que se estendia das margens do Gravataí ao Arroio Capivara (Rio Jacaré), e da Lagoa de Viamão ao Morro Santana, compreendendo área aproximada de 14.000 hectares modernos. Nas proximidades do local, que depois seria chamada de Ponta da Cadeia, Ornellas permitiu que seus negros escravizados erguessem choupanas de moradia. A aldeia, uma, compreendia os espaços ocupados da beira da Lagoa e ia completando os vazios da península num estreito perímetro, atualmente determinado pelas ruas Washington Luís, General Salustiano, Vasco Alves, Duque de Caxias e a dos Andradas. O sítio ocupado pela Porto Alegre de então abria-se na forma de um leque, tendo por vértice a ponta das pedras, porque dali pode ver-se o canal de navegação e, se fosse preciso, estabelecer ataques e/ou rotas de fuga. Enquanto posto militar, as primeiras tropas vieram montar barcos para os ataques aos espanhóis nas Missões. Mas neste estudo a discussão seria a relação com Viamão, pois o parecer do IPHAN diz que a conformação inicial do lugar pelo comércio seria inédita para uma cidade colonial portuguesa. Isso explica-se porque os poderes estavam na Vila de Viamão (fundada em 1741), mas o comércio estava no porto de Viamão, normal. A aldeia em si se constituiu com o assentamento dos casais açorianos no fundeadouro natural (1752) e, oficialmente, quando o portinho se tornou freguesia (1772) e, no ano seguinte, paróquia (1773).

iniciativas culturais que reforçam a representatividade dos centros históricos na memória da coletividade. (BICCA, 2010, p. 13).

O entendimento do agente de decisão das ações efetuadas é:

por se tratar da preservação do patrimônio cultural (que inclui patrimônio edificado e imaterial), as ações contidas no perfil do projeto e desenvolvidas em cada uma das cidades (...) passam pela aprovação do IPHAN, por meio das suas superintendências regionais. (BICCA, 2010, p. 13).

Tais ações ocorreram em parceria com IPHAE-RS e EPHAC-PMMA, respectivamente, órgãos estadual e municipal de patrimônio. Cabe frisar que, nesse ano de 2000, coincidentemente os governos estadual e municipal estavam sob administração eleita de um mesmo partido político, o que facilitou a implementação de ações de governança em conjunto, resultando em parcerias técnicas e efetividade de várias políticas públicas (figura 5).

Figura 5: Centro Histórico de Porto Alegre/RS e bens sob as esferas de proteção federal (IPHAN), estadual (IPHAE) e municipal (SMC).



Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br

A maioria dos imóveis que compõem o perímetro sob proteção foram/são de propriedade do Governo do Estado - RS, que manteve ações de conservação. Já a gestão de conservação dos próprios municipais coube à municipalidade. Para efetivar tal ação, o Programa constituiu um fundo de recursos⁶⁷ a ser usado para as práticas, visando sua continuidade. Os escritórios do Programa Monumenta atuaram até 2010, quando

⁶⁷ O FUMPOA é um fundo municipal de natureza contábil-financeira, criado pela Lei 8.936/2002, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura, que tem por objetivo financiar as ações de preservação e conservação executadas pelo Projeto Monumenta Porto Alegre, pelo prazo de 20 anos.

passaram a integrar o Programa PAC Cidades Históricas⁶⁸, em convênio com a Municipalidade. As atividades seguiram um cronograma de planejamento e execução, e as obras realizadas foram entregues⁶⁹. Os resultados da requalificação na área podem ser vistos, hoje, e são descritos pelo estudo (cap. 3.1).

Porém, as conclusões de algumas escolhas transparecem mais que a de outras e, infelizmente, a instalação do Projeto Interpretativo da Praça da Alfândega, com sinalização informativa e histórica do lugar (ainda) não foi efetuada⁷⁰. Este projeto, elaborado, montado e executado por historiadores responsáveis pela pesquisa histórica do Programa Monumenta, fez parte das Ações Concorrentes socioculturais que integraram a implementação do Programa, através de contratos de entidades com os Escritórios da Unesco no Brasil. Segundo Bicca (2010), visava instalar elementos de comunicação visual contendo informações históricas, fotográficas e literárias em lugares representativos do Centro Histórico, para que os habitantes e os visitantes pudessem se apropriar do seu significado, incorporando-o à imagem do Centro⁷¹. Teve previsão de execução de 6 meses. Por um lado, tal planejamento poderia ser ampliado, pela quantidade de focos de interesse e atratores culturais em ação na totalidade da área do sítio histórico; por outro lado, as placas interpretativas instaladas em alguns pontos da cidade foram vandalizadas, ao longo do tempo. Sua elaboração foi efetuada mas não consumada, e essa ausência é sentida.

O estudo buscou elucidar formas de apreender os elementos do espaço social a partir das dimensões e características presentes, enquanto área de patrimônio cultural juridicamente consolidada. Ao elaborar uma forma de visibilizar esta área, foram analisadas as dimensões que compuseram o lugar ao longo do tempo, com foco nas implementações antrópicas que afastaram as águas, ampliando a área e os seus usos. Estar todos os dias sobre o núcleo inicial da cidade, sem saber disso, exigiria que a vocação do lugar transmitisse por si as múltiplas informações que fizeram o lugar e estão ali, invisíveis - compondo um espaço social, a ser perscrutado.

⁶⁸ O PAC Cidades Históricas é um programa que visa preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos, em 44 cidades brasileiras. (Fonte: Ministério do Planejamento, <http://www.pac.gov.br>)

⁶⁹ No *site* do Ministério do Planejamento, consta a finalização da requalificação da Praça da Alfândega (ver: <http://www.pac.gov.br/obra/65278>)

⁷⁰ A presença material do Projeto interpretativo, um dos objetivos da UEP Porto Alegre, foi efetuada ainda não foi materializada *in loco*. Este compunha uma das Ações Concorrentes vinculadas ao Programa Monumenta, com financiamento da Unesco que não pôde ser implementada, por falta de fundos.

⁷¹ O projeto incluía 10 painéis informativos, 600 placas de rua com nomes atuais e antigos, placas em prédios históricos e um conjunto de esculturas no Largo dos Medeiros.

Este terceiro capítulo do estudo apresenta a aplicação do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre (2013) para captar o espaço social. Segundo José de Souza Martins (2011), o roteiro do método seria composto por 3 momentos, numa forma triádica, como segue:

- o *descritivo*, da descrição teoricamente formada pela diversidade das disciplinas atuantes e pela observação participante no trabalho de campo, constituindo um mapeamento do presente aparentemente atemporal, em varredura horizontal;
- o *analítico-regressivo*, o momento da análise e datação histórica da realidade descrita, que compõe as camadas diacrônicas da área formada através dos enterramentos/aterros; composição de estruturas datadas conforme a evolução urbana se desenvolve, ali, gerando uma ambiência pela sucessão de usos e necessidades urbanas;
- o *histórico-genético*, o da análise das modificações das estruturas datadas e da sua subordinação ao todo, com a classificação das formações e estruturas, definição de seu tempo social e histórico, e análise das possibilidades/possíveis futuros entre restos do que não aconteceu.

Este último momento compõe o retorno ao atual, compreendido e explicado como totalidade concreta, trazendo contradições identificadas na pluralidade social, histórica e cultural, enquanto resultado com uma correta aplicação do método. Nesta dimensão, o movimento teórico de *retorno ao atual* se materializa nas novas e antigas possibilidades de entendimento do espaço social do lugar, a partir da sequência de etapas.

A tarefa da aplicação do método exigiu escolhas. Entre elas, a área da Praça já apresentada e os motivos de sua escolha; na descrição horizontal, sincrônica, foi dada prioridade às atividades terciárias ou informais dentro do escopo da miscelânea de atividades e momentos que um espaço público *praça* de um Centro Histórico apresenta. No mergulho vertical, diacrônico, o enfoque da coexistência dos tempos históricos exigiu um recorte na temática, a datação da formação antrópica da área em prejuízo da interpretação dos dados sociais, políticos e econômicos envolvidos. Como dúvidas acompanharam a construção do retorno ao atual, enquanto momento de reunião dos possíveis não feitos, momentos não realizados, coisas que não aconteceram a despeito de outras, tornou-se também uma possibilidade captar o entendimento composto do lugar. Nesse sentido, foi feita a escolha de comparar o entendimento gerado sobre a Praça com

o entendimento desta elaborado pelos técnicos de patrimônio do IPHAN no Processo nº 1468-T-00, e os enfoques se diferenciaram.

Cabe frisar que a investigação de implementação metodológica incorre em especificidades de aplicação, em virtude da natureza patrimonial do enfoque - porque tratando-se de patrimônio cultural, cada caso é um caso, e todas as vivências são necessárias. Esquadrinhar a diacronia formante do lugar, entender a complexidade das sincronias que se vivem/viveram e, assim, estabelecer miríades de futuros possíveis, resulta em que o seu uso para subsidiar políticas públicas de patrimônio torna-se promissor.

Assim, será apresentada uma descrição triádica da Praça da Alfândega, em suas três dimensões: espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. A primeira dimensão, do espaço percebido, refere-se às sensações, aos aspectos sensualmente (sentidos) perceptivos do espaço⁷². Como tratado anteriormente (pg. 56), Lefebvre é crítico quanto à percepção enquanto conceito central da fenomenologia: *ele a combina com o conceito de prática espacial para mostrar que a percepção não acontece apenas na mente, mas se baseia numa materialidade concreta e produzida* (SCHMID, p.12). Para Lefebvre, o vivido se referencia também na fenomenologia, mas não pode ser compreendido historicamente sem o concebido. Em relação à materialidade do espaço, hoje - também chamado por Lefebvre de *práticas espaciais* -, a pesquisa usa da percepção/sentidos da autora para estabelecer formas de visibilizar características específicas de usos cotidianos do espaço social em investigação. Assim, é apresentada uma descrição do espaço baseada nas práticas espaciais, *in loco*, compondo o espaço percebido na contemporaneidade horizontal. Neste ponto entram as atividades comerciais e de serviços consideradas pelo Programa Monumenta e entrevistadas em campo, presentes na Praça conforme a legislação municipal referente a atividades autônomas localizadas. O estudo observou, também, várias outras atividades de comércio e serviços prestados/presentes na praça, compondo uma rede de atividades cotidianas, com ou sem geração de renda, que ocorrem nesse espaço público. Desta forma, tornou-se possível elaborar uma listagem analisada pelo viés da temporalidade tecnológica associada⁷³ (HOBSBAWM, 2000, SENNET, 2009), para entender se algumas delas estariam

⁷² Outras teorias de percepção de espaço foram consultadas, porém foi escolhido manter o foco na estrutura delineada por Lefebvre e, com vistas à sua efetividade posterior, fazer um levantamento das diferentes dimensões de percepções encontradas.

⁷³ Diz sobre as tecnologias presentes nas comunidades em diferentes épocas associadas à convivência destas com formas de uso, de acordo com as necessidades.

presentes naquele espaço há mais de 100 anos⁷⁴. Dessa forma, poder-se-ia estabelecer permanências de atividades praticadas nesta área que comporiam o espaço social dali, consolidando vocações do lugar. Estas atividades estariam dentro do escopo das formas de entender o espaço e de se adequar, definindo o indivíduo/ator social enquanto indivíduo e compondo a tríade *trabalho-família-lazer*, enquanto formantes do entendimento daquele espaço social.

A segunda dimensão apresenta a Praça enquanto espaço concebido, previamente pensado e elaborado, formando um todo ligado à produção do conhecimento - chamado pelo autor como *representação do espaço*, compondo uma interpretação formal, mensurável e quantificável da Praça. Neste item estão apresentados os entendimentos e noções dos técnicos de patrimônio que trabalharam nas últimas ações efetuadas na Praça da Alfândega, planejadas pelo Programa Monumenta. Foram captadas a partir da aplicação de uma entrevista qualitativa, com elaboração baseada no referencial teórico proposto⁷⁵.

Encerrando, descortina-se a dimensão do espaço vivido, a experiência vivida do espaço na prática cotidiana, indizível em palavras - o complexo *espaço de representação*, segundo Lefebvre. Nesse ponto, é trazida a discussão sobre a percepção, entendimento e valoração da Praça feita a partir da análise do Parecer do IPHAN, no Processo nº 1468-T-00. A partir desta comparação, é possível entender a efetividade do método regressivo-progressivo, e estabelecer novas possibilidades de futuro para a área, através da percepção, entendimento e valoração da Praça, trazidas por esta experiência de garantir o futuro através do conhecimento passado.

⁷⁴ Conforme a normativa da UNESCO/2003, o patrimônio imaterial deverá estar presente na comunidade ao longo de, no mínimo, 3 gerações, o que pode ser entendido por um período de 75 anos, ou mais. Nesse sentido, o recorte temporal do estudo abarca as atividades presentes no local há mais de 100 anos, ou seja, temporalidade anterior a 1919.

⁷⁵ Em virtude da polarização de áreas de conhecimento que compõem as equipes de patrimônio no Brasil se dar entre profissionais da área da arquitetura e urbanismo e profissionais da área da história, esta característica foi considerada, e as perguntas foram elaboradas contemplando ambas áreas de formação.

3.1 DESCRIÇÃO HORIZONTAL

Inicia-se a apresentação a partir da perspectiva horizontal da descrição do espaço físico, tal qual se vê. Na prática espacial, o espaço aparece como cadeia ou rede de atividades e/ou interações interligadas pelos sentidos físicos; já na representação do espaço, a prática espacial é linguisticamente definida e demarcada como espaço-representação; e, diferentemente, no espaço de representação o “algo mais” faz com que a ordem material se torna um veículo, transmitindo significados sobre o lugar, dentro das possibilidades que o lugar possui e é capaz de gerar.

3.1.1 Passando pela Praça da Alfândega - prática espacial, percebido

Ao passar pela praça, desacelerando e prestando atenção, o que se sente? Há a brisa que traz o cheiro do rio, logo ali, assim como trinado de pássaros, papagaios e seus sons, a curva do sol durante as estações, o vento que anuncia o temporal de verão e o minuano que traz, do sul, nuvens de frio no inverno, as cheias do rio. Entre tantas, estão as permanências relacionadas ao ambiente natural, presentes. Hoje, foram modificadas pela verticalidade dos edifícios modernos, poluição do ar, fuligem dos carros - mas estão.

Basta com sentar num banco da praça, fechar os olhos e imaginar: diversos trapiches, cargas no armazém, os idiomas exóticos dos viajantes e dos negros de ganho vendendo verduras, peixes, doces, alimentos, a profusão de barulhos, sirenes de barcos, cascos de cavalos; cores, cheiros, atividades, suores e energias dispendidas ao longo das 4 estações: anos, décadas e séculos naquele lugar; vidas, trabalhos e sonhos, formando um espaço social na faixa de terra entre o espigão e o rio. Ao abrir os olhos, a Praça se descortina ampla e povoada, calçada com basalto vermelho proveniente das jazidas do Morro Santana. Há uma linha de palmeiras⁷⁶ no canteiro central da Av. Sepúlveda que chega até a Av. Mauá. Os sons constantes são de conversas, pássaros e do trânsito intenso da Rua Siqueira Campos⁷⁷. Não se ouve o barulho da água. Pela manhã, as equipes de limpeza que recolhem galhos e varrem a praça, eventualmente usam o soprador de folhas,

⁷⁶ A linha de palmeiras na área aterrada forma o traçado do antigo trapiche, que entrava no Guaíba, quando o prédio da Alfândega estava na localização do atual monumento a Gal. Osório.

⁷⁷ Inclusive do trepidar da lataria de caminhões e ônibus ao passar pelo paralelepípedo da Av. Sepúlveda, quando corta a Rua Siqueira Campos.

com barulho constante de motor. Eventualmente, muito eventualmente, ouvem-se sirenes de navios, passando pelo canal de navegação (figura 6).

Figura 6: única placa da Praça que resgata a ambiência histórica do lugar - Arte de Joaquim da Fonseca. Ao fundo, montagem dos toldos da Feira do Livro.



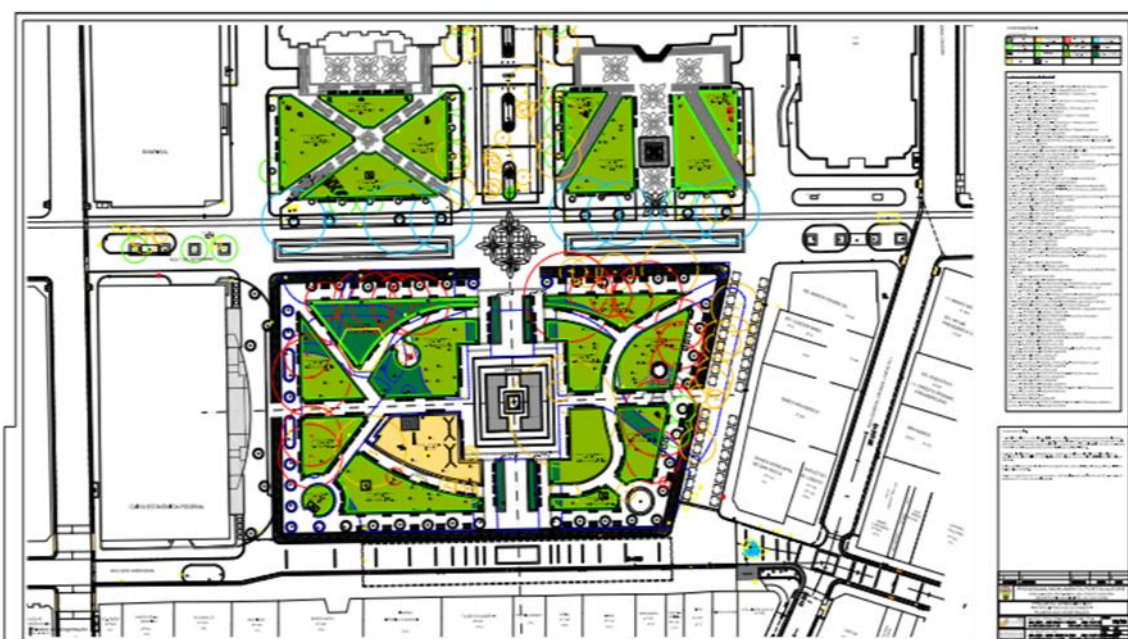
Fonte: foto da autora, 2018.

O movimento na Rua da Praia, frente à Praça, é próprio e tradicional. Conta com espaços comerciais e financeiros nobres - diferente do que se vê ao adentrar a praça, no espaço verde compreendido entre a descida da Ladeira e a outra ponta, hoje Shopping Rua da Praia. Ali, as antigas ruas dos Andradas e Sete de Setembro hoje são vias de pedestres (calçadão), a antiga Praça Senador Florêncio aumentou em direção ao Rio, fagocitando a Praça Barão do Rio Branco e constituindo o atual traçado. De tão grande, a Praça setorizou usos. Predominam os usos de travessia, rumo a outro lugar, os de descanso do almoço e eventos institucionais montados, como a Feira do Livro de Porto Alegre, e a espera de clientes.

Esta ampla área, parte seca, parte verde, é um espaço público municipal com mais de 15mil m². Permite fumar um cigarro, ou apenas ficar ali, vendo o movimento. Aprimorando a descrição do espaço social do lugar, vemos um ambiente aberto a diferentes usuários, que se acomodam nos recantos da praça de acordo com as atividades e interesses - enquanto praça. Porém, enquanto Largo, apresenta várias atividades relacionadas ainda à função de porta/porto (graxa, prostituição, jogo, etc.). Também é

usada como acesso e/ou cortar caminho, a pé: permite a travessia para acessar a Zona dos Quartéis (a seguir, na sequência centro-bairro pela Rua da Praia), a travessia para acessar o Posto do SUS Santa Marta, na Rua Capitão Montanha, travessia para acessar o SINE/MTE⁷⁸, na esquina com Av. Mauá, travessia para acessar a Agência central dos Correios/ECT, na Av. Siqueira Campos -, entre tantas outras travessias direcionadas (figura 7).

Figura 7 - planta da Praça da Alfândega - SMAM/PMPA, 2005



Fonte: escritórios Monumenta/PACH Porto Alegre

Ampla e plural, a Praça da Alfândega apresenta setores de atividades, margeando as laterais das ruas Capitão Montanha, hoje Largo dos Jacarandás (alimentação), e a Rua Cassiano Nascimento, hoje Largo dos Artesãos. A Rua da Praia, principal artéria do centro da cidade até hoje, mantém o nome popular que remete à sua função original - receber as cargas do porto -, condensando o comércio lojista de porta para a rua estruturado nas edificações da face sul da praça, além de uma profusão de mesinhas de camelôs de importados, artistas de rua e artesãos - porém, é lindeira: ela não faz parte da área da Praça da Alfândega (figura 8). A área da Praça é a da antiga Praça Senador Florêncio onde, centralizado, esteve o prédio da Alfândega. A Rua Sete de Setembro, consolidada pelo aterro de 1860 e que, inicialmente, foi Rua da Alfândega margeando o

⁷⁸ Sistema Nacional de Emprego, que funciona na Superintendência Regional do Trabalho, Av. Sepúlveda, s/nº, esquina com Av. Mauá.

rio, hoje atravessa a Praça, oferecendo um largo caminho peatonal - a Praça seca, cortada pela Avenida Sepúlveda.

Figura 8: jogo de damas, no encosto dos bancos no limite da praça com a Rua da Praia.



Fonte: foto da autora, 2018.

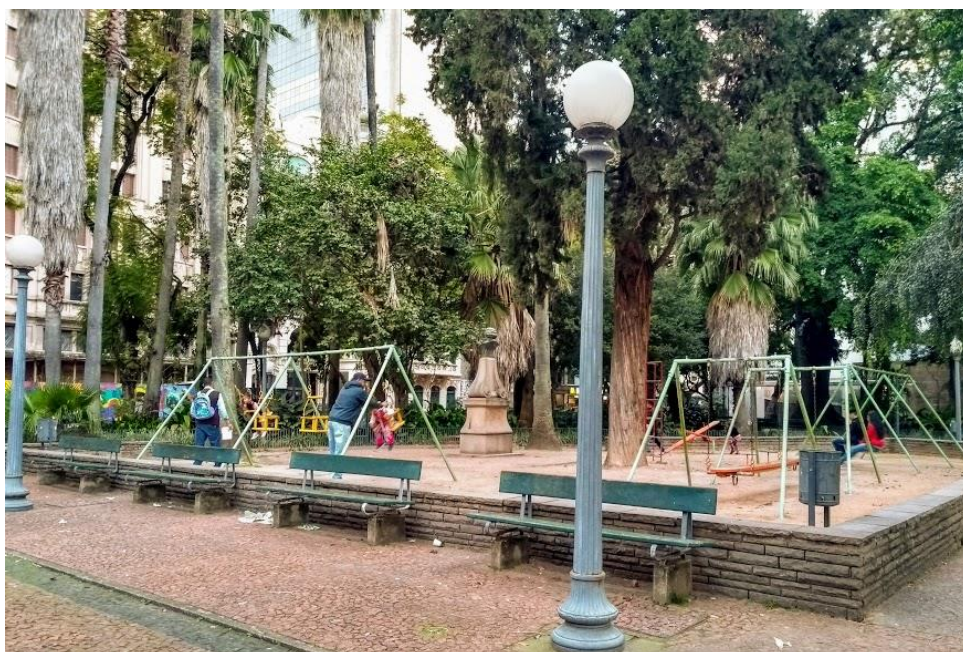
A Av. Sepúlveda, primeira avenida da capital, foi aberta em 1925. Inicia no Cais do Porto como via de acesso aos viajantes que desembarcavam, terminando na estátua do Mal. Osório. Este personagem olha para o canal de navegação e para aqueles que outrora entravam pelo Portão Central do Cais do Porto, destino da alameda seguindo a linha das palmeiras, parece que esperando alguém, ou vigiando quem chega. O Cais, hoje desativado e privatizado, tem como expoente o pórtico de entrada, estrutura de metal de origem francesa que recebeu viajantes, à beira d'água do Guaíba, por poucas décadas. A área portuária foi construída sobre o aterro iniciado em 1912, composta por areias retiradas do fundo do rio (METROPLAN, 2001), com a dragagem do canal de acesso a Porto Alegre - obra que se desenvolveu durante a 1ª Guerra Mundial, visando receber navios de grande calado⁷⁹.

Outra característica desta grande Praça é a quantidade de sol. Posicionada na frente do antigo fundeadouro, recebe sol (norte) durante o dia, permitindo iluminação natural para diversas atividades - na face sul da praça, a iluminação natural favorecia os estabelecimentos comerciais na Rua da Praia, antes da luz elétrica. Porém, com a verticalização do centro dos anos 1960-70, a quantidade de edificações com mais de 5

⁷⁹ A historiografia correspondente à constituição das ambiências da Praça está detalhada no Cap. 3.2.

andares aumentou a quantidade de sombra na praça. Pela manhã, esta é causada pelos edifícios localizados na quadra entre a Rua Gal. Câmara e a Rua Cassiano Nascimento e, à tarde, causada principalmente pelos edifícios da Agência Central da Caixa Econômica Federal⁸⁰ (12 andares) e da Agência Central do Banco do Rio Grande do Sul - Bannrisul⁸¹ (20 andares). O parque infantil situa-se nas proximidades da Rua da Praia, porém em uma área com sombreamento vespertino. É difícil ouvir o barulho dos balanços (ranger de metais) característicos do uso de brinquedos de metal de praças, pela pouca presença infantil nas ambiências da praça⁸² (figura 9).

Figura 9: pracinha infantil, na Praça da Alfândega.



Fonte: foto da autora, 2019.

A população da Praça é, fundamentalmente, formada de adultos. Não há cheiro de pipoca na Praça da Alfândega. Ao passar pelo Largo dos Artesãos, o cheiro é de couro no sol e de incenso (figura 10).

⁸⁰ Sede central do Banco no RS, tem como endereço Rua dos Andradas, 1000.

⁸¹ Sede Matriz do Banco, tem como endereço Rua Capitão Montanha, 177.

⁸² As crianças que vão a essa parte do centro com os adultos responsáveis geralmente são levadas ao Mac Donalds do Shopping Rua da Praia.

Figura 10: artesanato em couro, no Largo dos Artesãos, no leito da Rua Cassiano Nascimento.



Fonte: foto da autora, 2018.

Ao passar pelo Largo dos Jacarandás, com os barzinhos, o cheiro é de batatinha frita e/ou pastel. Ao passar pelos canteiros que cortam a praça, às vezes o cheiro é de fezes humanas, xixi e maconha. Mas a Praça é ampla, e a brisa leva os cheiros.

A ventilação e as chuvas provenientes do rio também marcam a ambiência de beira de rio. Constituída pelo promontório, a área central está protegida do vento sul - que traz as chuvas do Uruguai e da Argentina - resultando em um porto natural, com contenção de ventos, diferenciando a parte sul da parte norte da cidade. Porém a densificação urbana da área central causa ilhas de calor e posteriores rajadas de ventos fortes (MENEGAT *et. al*, p. 147), (figura 11). Quando chove a água escoando descendo, rumo ao rio - quando o esgoto pluvial não dá vazão, a água entra nos porões das edificações construídas no leito original do rio.

Figura 11: Interior da Praça após o vendaval de verão de 2018.



Fonte: Foto da autora, 2018.

Para se chegar até a beira d'água, em paralelo ao rio/lago estão consolidadas duas vias de fluxo intenso de veículos, a Av. Siqueira Campos, sentido bairro-centro, onde transitam centenas de veículos por dia, e a Av. Mauá, sentido centro-bairro, praticamente uma via expressa, concentrando o fluxo de veículos rumo à Zona Sul. Estas vias resultam em uma sequência de barreiras a serem transpostas, acrescidas da malha do trem de superfície - Trensurb, cujo limite final chega ao portão central do Porto - e o Muro da Av. Mauá, ou cortina de contenção/proteção contra cheias.

A ambiência formada no local pela relação com o porto, iniciada em 1772, modificada em 1922, privilegiava a relação com o rio como vetor de transporte fluvial. Também foi modificada na década de 1970, com a construção da Cortina de Contenção (Muro da Mauá)⁸³, elemento que separou definitivamente o centro histórico da borda do rio, acessável pelo Portão central.

Com esse acréscimo na paisagem urbana, perdeu-se a visualidade da linha do rio, desde diferentes partes da Praça. Este horizonte luminoso compunha a ambiência natural do lugar e estabelecia nexos entre a forma e a função das estruturas, permitindo con-viver com a água escura, porém limpa do Guaíba⁸⁴, até a década de 1960. O Muro da Mauá

⁸³ O Muro da Mauá o muro tem uma extensão de 2.647 metros e, ao longo desta cortina de proteção, existem 14 comportas (portões).

⁸⁴ A atividade portuária, com benesses e reveses, estabeleceu dinâmicas próprias profundas no espaço social relacionadas às atividades de carga e descarga e de pólo financeiro e comercial da capital do Estado. Coincidentemente, na década de 1970 recebia além de esgotos pluviais e cloacais, os afluentes de indústrias localizadas ao longo do Rio dos Sinos e do delta do Jacuí, resultando em contaminação das águas, tornando-as impróprias para uso humano.

tornou-se uma barreira visual e social de acesso ao rio. O porto de Porto Alegre foi privatizado pela municipalidade e está sem acesso público, e as águas do rio apresentam alto índice de contaminação.

Na Praça, hoje, o conjunto edificado emoldura a área. A Praça é cercada por edificações verticais. Apresenta em seu perímetro atual edificações históricas, inseridas em um contexto próprio, enquanto estruturas de apoio ao porto da capital, cujos usos foram, ao longo do tempo, rearranjados conforme expectativas políticas e econômicas. Perdeu-se o eixo histórico inicial de entrada da cidade norte-sul, transformando-se em espaço de passagem leste-oeste (FLORES, 2007). Oferece passagem por vias de fluxo contínuo de pedestres, mantendo a vitalidade da Rua da Praia, ou melhor, da Rua dos Andradas⁸⁵.

Desde 1979⁸⁶ a Praça da Alfândega tem o perímetro formado pelas ruas dos Andradas, Rua Cassiano Nascimento, Sete de Setembro e Capitão Montanha. A Rua da Praia e o trecho da Rua Sete de Setembro foram fechados ao trânsito, agregando ao conjunto os jardins frontais do MARGS e do Memorial RS, a Praça Barão do Rio Branco⁸⁷. Como resultado, descortina-se uma grande área verde em pleno centro histórico da capital, que mantêm algumas características da formação original da área: entre elas, ser um espaço social formado ao longo do tempo com marcante vocação comercial, herança da relação diária com o Lago Guaíba, hoje perdida.

A Praça também pode ser descrita através de contrapontos frente ao traçado urbano do centro da cidade. Ao mesmo tempo que está em uma das áreas de ocupação mais densas do Centro, não permite veículos em sua área de calçadas⁸⁸. Hoje, a Av. Sete de Setembro é cortada pela praça, permitindo o livre trânsito de pedestres e transporte de cargas - só que em carrinhos de mão. São permitidos alguns acessos motorizados de veículos, envolvidos em ações de conservação. Há o acesso ao estacionamento da garagem do Edifício Querência, da Caixa Econômica Federal, pela Sete de Setembro. Devido às grandes dimensões da Praça, os trajetos entre os pontos de desembarque de

⁸⁵ Lindeira, a Rua dos Andradas não entra no escopo dos limites municipais da Praça da Alfândega, enquanto antiga rua de trânsito veicular.

⁸⁶ A Lei Municipal nº 4563, de 29/05/1979 denomina Praça da Alfândega o quarteirão formado pelas Rua dos Andradas, Capitão Montanha, Siqueira Campos e Cassiano Nascimento, no Centro.

⁸⁷ O jardim chama-se Praça Barão do Rio Branco, e exibe a estátua em bronze do diplomata.

⁸⁸ Cabe citar que o eixo dos calçadas no centro de Porto Alegre inicia-se no Largo Glênio Peres, na frente do mercado público, se conectam com a Rua Borges de Medeiros até a Salgado Filho. No cruzamento da Borges de Medeiros e Rua dos Andradas, está a Esquina Democrática. A Rua dos Andradas ou Rua da Praia apresenta trânsito peatonal desde a Marechal Floriano até a Rua Caldas Júnior.

mercadorias até os destinos, geralmente na Rua da Praia, exigem transporte humano, tónus muscular e carrinhos de mão em boas condições. As trajetórias de carregadores de mercadorias, documentos, garrafas de água, lanches e demais produtos é constante nas alamedas da praça, concentrando-se pela parte da manhã.

A Praça funciona enquanto uma parada na simetria do trânsito veicular. Passar para o outro lado da praça, atravessá-la, exige deslocamentos pela área com calçamento em pedra portuguesa, predominantemente constituída de basalto vermelho e mosaicos, em preto e branco. Tal ação nem sempre é vista com bons olhos pela comunidade portogalegrense, em virtude da “carga” de sentidos/semântica associada a roubos, tráfico de drogas e prostituição, que marcou a ambiência da Praça ao longo de dezenas de anos. Esta imagem/impressão da Praça como lugar perigoso⁸⁹ teve origem com a mudança do entorno e de perspectivas de crescimento da cidade em relação ao Centro Histórico. Com a saída dos moradores de alto padrão aquisitivo para novas zonas residenciais que surgiram na década de 1970 e 1980, gradualmente o centro transformou sua ocupação tradicional de moradia e comércio, gerando uma quantidade de salas comerciais associada às respectivas estruturas incipientes de especulação financeira (SOUZA, M., 2010).

A Praça também pode ser pensada pela relação estabelecida com as outras praças do centro - no caso, Praça da Matriz e Praça XV. A Praça da Matriz, antiga Praça Mal. Deodoro, compreende a Poligonal de tombamento de sítio histórico do IPHAN (2000). Apresenta uma forma de uso relacionada à fruição e às manifestações públicas, relacionadas às casas de poderes que triangulam o espaço de emolduramento: Igreja Matriz, Palácio de Governo, Casa Civil, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Theatro São Pedro. Costumeiramente, ocorrem manifestações populares referentes a ações e votações efetuadas dentro das casas de poder, constituindo-se espaço de expressão política⁹⁰. Na Praça da Matriz também ocorriam grandes festas/feiras públicas, como as tradicionais festas do Divino Espírito Santo, mobilizando a população com queima de fogos. A Praça XV, antiga Praça do Paraíso, tem como atrator urbano o centenário Mercado Público, com sua ambiência associada ao comércio de abastecimento da cidade e à ligação com o eixo de comércio popular, estabelecido na Rua

⁸⁹ Cf texto de Thais Cunegatto, 2009.

⁹⁰ Ocasionalmente é usada por praticantes de skate - moradores e estudantes das escolas da área central da cidade, usando o espaço público para atividades de lazer.

Voluntários da Pátria⁹¹. Antigamente no Paraíso se estabeleciam os carreteiros vindos com produtos das colônias pelo Caminho do Meio (Av. João Pessoa) e pelo Caminho Novo (Rua Voluntários da Pátria). Hoje é local de terminais de ônibus urbanos, conectando-se ao sul com a Av. Borges de Medeiros (transporte rumo à Zona Sul) e com a Rua Voluntários da Pátria (transporte rumo à Zona Norte)⁹².

Percebem-se diferenças de usos das 3 praças pelos habitantes e administradores municipais: a Praça alta reúne poderes, a Praça baixa reúne comércio tradicional e instituições financeiras, e a Praça *do lado*, concentra a população - herança de um largo, lugar de passagem constante, do comércio formiga, do abastecimento popular, terminais de ônibus e acesso à Rua Voluntários da Pátria⁹³. Assim, a tríade das praças centrais de Porto Alegre apresenta particularidades definidas por usos, arraigados ao longo do tempo, conformando-se como *lugares de ações* e atividades permitidas/estabelecidas (figura 12). Tornaram-se definidoras de ambiências e vivências, conforme a teoria da produção do espaço - nesses lugares, apresentam-se os 3 momentos: a produção material, a produção de conhecimentos e a construção de significados (LEFEBVRE, 2013).

⁹¹ Antigo Caminho Novo de acesso por terra à cidade, a Voluntários recebeu a Viação Férrea, e na gare concentravam-se os depósitos de cereais e carvão que chegavam e saíam pelo trem e pelos barcos, constituindo a “porta dos fundos” da cidade, cortada hoje pela 1ª Perimetral, limite do bairro Centro.

⁹² O emolduramento vertical da Praça XV é diverso e polifônico, constituído por prédios comerciais e, entre ela e o Mercado, está o Largo Glênio Peres, onde ocorrem eventos e feiras. Em seu interior, está o Chalé da Praça XV, com entrada sob consumo, e o antigo abrigo dos bondes (elétricos), que hoje mantêm lancherias.

⁹³ Rua vinculada à prostituição, aos estrangeiros e ao extinto trem.

Figura 12: estátua de bronze de Carlos Drummond de Andrade (em pé) conversando com Mário Quintana (sentado), na esquina da Rua da Praia com a Av. Sepúlveda. Ao fundo, cantor popular. Mais atrás, os bancos de jogo de damas.



Fonte: foto da autora, 2018.

Como atratores urbanos/ focos de interesse, hoje a Praça da Alfândega apresenta três casas culturais: o Museu de Arte do RS, o Memorial do RS e o Farol Santander⁹⁴. Tem seu limite na Rua Caldas Junior, onde estão a Agência Praça da Alfândega, no Edifício Querência, da Caixa Econômica Federal e a Agência Central, no Edifício Central Banrisul, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Na esquina da Rua da Praia com Caldas Jr. está o Shopping Rua da Praia e, a seu lado, o Mac Donald's do centro (com máquinas de sorvete de frente para a rua). Seguindo pela Rua da Praia em direção aos quartéis, está o Museu de Comunicação Social e, ao lado, o novo supermercado Zaffari, no local do antigo Cinema Cacique.

Com a globalização, o comércio informal se fez presente em atividades terciárias e informais das áreas centrais das cidades e nos centros históricos, associado a comércio e serviços⁹⁵. Em Porto Alegre, a Praça da Alfândega é um local público de grande circulação diária, configurado historicamente como local de comércio - porém ali incidem

⁹⁴ O Farol Santander é o novo nome da instituição Santander Cultural, que funcionou no prédio do antigo Banco do Comércio desde 2001 a 2018. Durante a confecção da pesquisa, mudou de nome e passou a cobrar ingresso para visitação. Coincidentemente, logo depois da polêmica da exposição "Queermuseum", de 2017.

⁹⁵ Esta situação se reflete na crescente quantidade de pessoas trabalhando no setor informal.

regulamentações. Assim, além das atividades autorizadas a funcionar, diariamente vendedores ambulantes se estabelecem nas calçadas e oferecem seus produtos, junto ao eixo de comércio consolidado da Rua da Praia. Ao longo do tempo, o comércio de rua conformou redes de sociabilidade entre os vendedores fixos, os ambulantes e os esporádicos do lugar.

Através das observações sistemáticas no local, pode-se apreender que vendedores fixos trabalham em lojas, na relação porta-calçada, atendendo clientes que se dirigem a locais comerciais edificadas do Centro, regulamentados conforme normativas municipais e segundo a natureza da atividade - gerando encargos, porém, mais segurança. Desenvolvem-se atividades fixas no perímetro da praça: a banca do chaveiro, a banca do mel, as bancas de revistas, as cadeiras de graxa, instaladas nas vias de circulação da Praça. Os vendedores ambulantes se organizam para vender na rua, geralmente num mesmo lugar, buscando o movimento da freguesia. Ao fim do dia, cada ambulante recolhe seus produtos e os guarda ou leva, liberando a rua. Cabe frisar que o horário de fim-de-dia dos informais do centro coincide com o final do expediente comercial, aproveitando ao máximo o movimento da “saída” do centro - e, no verão, geralmente prolongando-se até o fim da luz do sol.

3.1.1.1 Atividades genéricas observadas:

As observações iniciais das atividades terciárias ou informais foram reconhecidas por apresentarem frequência e continuidade. Ao longo da investigação foram observadas e registradas, em fotos de celular pessoal da pesquisadora, compondo um registro visual das ações percebidas, em diferentes momentos do ano, ao longo do ano de 2018 e parte de 2019. Essas fotos buscaram registrar a atividade em si, não o indivíduo produtor⁹⁶ nem o processo produtivo dos produtos oferecidos⁹⁷. Desta forma, descortina-se um mosaico de atividades do espaço social da praça, cognoscível e unificado imagetivamente pelo piso vermelho da ambiência.

Dentre o conjunto de atividades diurnas observadas como participantes do espaço social constituído, hoje, na Praça, e devido à sua profusão ao longo do dia, foram

⁹⁶ Razão para não solicitar permissão de uso da imagem.

⁹⁷ Os processos produtivos de bens de consumo não são efetuados na praça. Ali apresentam-se atividades de serviços e de comércio de produtos já prontos para consumo e/ou venda direta, dentro das regulamentações municipais e estruturas do local.

observadas, reconhecidas e selecionadas dezenas de atividades, tendo como parâmetros a ocorrência - as que se repetem diariamente, as que ocorrem ocasionalmente e as que têm cronograma definido de ocorrência (ex: Feira do Livro), e a geração de renda - a geração de renda diária e a “não necessariamente” geração de renda diária e/ou mensal. Cabe frisar que estas atividades podem se repetir em outras praças do Centro Histórico (por se tratarem de espaços centrais que concentram movimento comercial, possibilidade de gerar rendas e/ou a possibilidade de estar/ficar em um lugar público-praça).

Entre as atividades que apresentam geração de renda, pode-se citar:

1. vendedor camelô - local e/ou imigrante. Esta categoria de atividade apresenta diversas facetas. Aqui, abrimos entre local e imigrante (figura 13), pela distinção local (discriminação) feita a imigrantes africanos, principalmente senegaleses, que oferecem produtos eletrônicos e de vestuário nas calçadas da cidade com movimento de pedestres.

Figura 13: camelô vendedor de produtos importados, provavelmente senegalês.



Fonte: foto da autora, 2018.

2. Vendedor de artesanato: apresentam-se em duas categorias, o formalizado e o informal. O vendedor de artesanato é uma categoria ampla, neste caso definido pela permissão da atividade. A Associação de Artesãos da Praça da Alfândega obteve locais padronizados através do Programa Monumenta (figura 14). Outros artesãos, porém, estabelecem áreas de atuação na praça, colocam mesas e oferecem produtos próprios e/ou para revenda (figura 15). Os artesãos indígenas (figura 16), de comunidades Kaingangs, estabelecem-se no Largo dos Medeiros, vendendo artesanato de cipó e produtos têxteis importados.

Figura 14: artesãos do Largo dos Artesãos, com bancas projetadas, realocados pelo Programa Monumenta na Rua Cassiano Nascimento -, antigo fim da linha dos bondes, no século XIX



Fonte: foto da autora, 2018.

Figura 15: artesão em cuia, informal.



Fonte: foto da autora, 2019.

Figura 16 – artesanato indígena Kaingang



Fonte: foto da autora, 2019

3. Vendedor de café e salgados - carrinho de mão e/ou bicicleta acoplada. De diferentes formas, os vendedores trazem alimentos embalados e cafés em térmicas, para venda na Praça a diversos usuários, estabelecendo conversas, (amizades/inimizades), conhecendo e observando as pessoas que frequentam o lugar (figura 17).

Figura 17: carrinho de venda de café e salgados, estacionado frente ao tabuleiro de jogo de dominó.



Fonte: foto da autora, 2018.

4. Vendedor de picolés/sorvetes - presença associada ao calor, circula pela Rua da Praia com o carrinho térmico, estabelecendo conversas sendo localizado pelo som de sua corneta (figura 18).

Figura 18: vendedor de picolés, circula pela Rua da Praia.



Fonte: foto da autora, 2019.

5. Carregador mercadorias/cargas - geralmente jovens de uniforme, descarregam caminhões na Cassiano Nascimento (área de carga e descarga da praça), acomodam nos carrinhos de mão e efetuam as entregas, geralmente na Rua da Praia, abastecendo o comércio local diariamente. Às vezes vão em dupla e, dependendo do tamanho da carga, ficam num movimento de vai-e-vem pela Praça, até acabar a entrega (figura 19).

Figura 19: transporte e entrega de cargas através da praça.



Fonte: foto da autora, 2019.

6. Carregador de água - jovens com bicicletas acopladas com bagageiro para galões, atravessam continuamente a Praça, abastecendo lojas e escritórios da área central (figura 20).

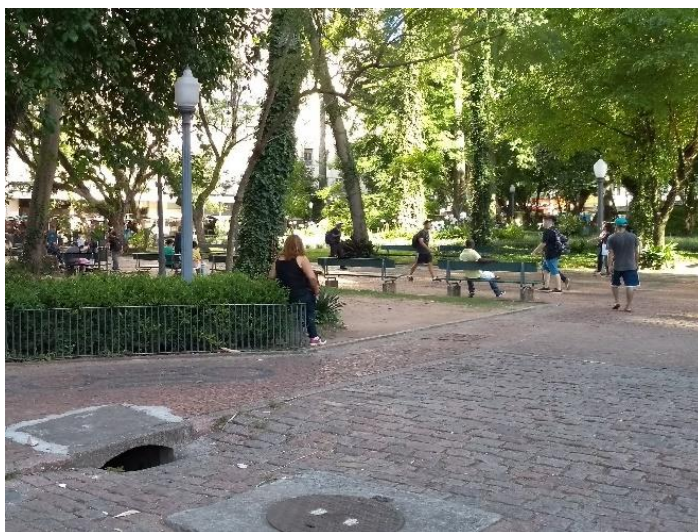
Figura 20: entregador de galão d'água, com bicicleta adaptada.



Fonte: foto da autora, 2018.

7. Prostitut@ - atividade mais discreta, geralmente cabe a mulheres de certa idade que fazem programas com os aposentados que convivem na praça. Pela manhã, fazem ponto perto da estátua do Gal. Osório. Como ali fica cheio durante o horário de almoço, migram para os bancos perto da estátua do Barão do Rio Branco, à tarde (figura 21). Há corredores da Praça associados à prostituição masculina, mais discreta ainda.

Figura 21: prostituição feminina, à tarde.



Fonte: foto da autora, 2018.

8. Motorista de taxi - carro de Praça - Como os pontos de táxis do centro são liberados, os motoristas regularizados podem parar em todos para esperar passageiros. Encontram-se nas extremidades da Praça - Gal. Câmara com Sete de Setembro e Caldas Jr. Com Rua da Praia. Estabelecem-se amizades nos períodos de espera por passageiros. Na frente do Santander, estabeleceu-se um ponto de corridas de Uber e demais aplicativos, pois a conformação da curva permite estacionar em fila dupla.
9. Banca Chaveiro - na extremidade da Praça, na Sete de Setembro esq, Caldas Jr., banca fixa de metal (conforme regulamentação municipal/SMIC para atividades fixas na via pública)
10. Final de Linha de lotação - Rio Branco - na Sete de Setembro esquina, Caldas Jr, fim da linha, com guarita de controle dos horários, no canteiro central.
11. Atendente de bares da Praça e arredores - atividade relacionada a locais de alimentação estabelecidos na Praça. Muitas vezes é efetuada pelos donos dos estabelecimentos, na Alameda dos Jacarandás. Há de se recordar a tradição das casas de pasto, na Porto Alegre colonial, naquela área.
12. Porteiro/segurança de edificações e escritórios lindeiros à Praça - Usuários de uniforme para identificar a função/empresa, controlam a entrada e saída de “elementos” das instituições e/ou prédios - precisam reconhecer os usuários permanentes, as atividades e as intenções das pessoas, atividade rotineira no Centro da cidade.
13. Zelador do banheiro público - funcionário municipal dos sanitários que hoje estão no Módulo de Serviços. Cuida da higiene do local e conhece os frequentadores da Praça. Aceita colaborações em dinheiro. Há o banheiro privativo, com cobrança, liberada para usuários dos barzinhos e cafés.
14. Guarda municipal - motorizada - A Guarda municipal faz rondas motorizadas pelas ruas da praça, nos horários da manhã e final da tarde. Eventualmente estaciona e marca presença.
15. Brigada Militar - motorizada e montada - A Brigada motorizada faz rondas motorizadas pelas ruas da praça, nos horários da manhã e final da tarde. Eventualmente estaciona e marca presença. A Brigada Montada faz percursos pela Praça com cavalos, várias vezes apeando e parando com os animais nos canteiros (figura 22 e 23).

Figura 22: Brigada Militar montada, em patrulha matinal pela Praça.



Fonte: foto da autora, 2019.

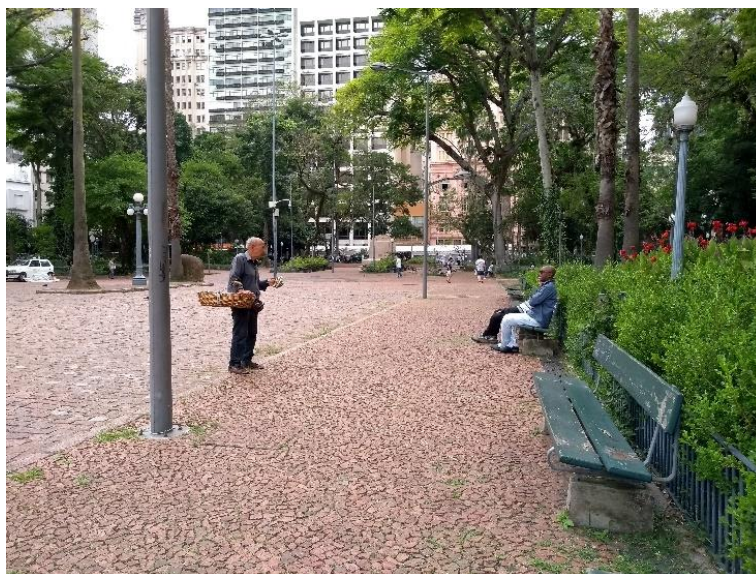
Figura 23: chegada da brigada militar montada, passando entre furgões de food-truck autorizados pela Municipalidade a usar o espaço patrimonializado da Av. Sepúlveda



Fonte: foto da autora, 2018.

16. Traficantes de drogas - presença discreta e eventual, encontram-se nos percursos internos dos canteiros.
17. Pedintes com crianças e/ou cachorros - Posicionam-se embaixo das marquises das agências bancárias, esperando caridade de usuários dos bancos.
18. Vendedor de doces/balas de goma - atividade presente por toda a cidade, passam oferecendo doces nas caixinhas. Alguns vendedores de doces ainda levam balaio, e vendem balas, cocadas e rapaduras embaladas (figura 24). Voltaram a aparecer em quantidade após o fechamento do restaurante Popular municipal pela municipalidade, em abril/2019.

Figura 24: Senhor vendendo doces em balaio.



Fonte: foto da autora, 2018.

19. Entregadores de Correio a pé/ bicicleta com caixa - atividade presente por toda a cidade, entregam correspondências nas portarias das edificações. Estacionam as bicicletas e/ou caixas amarelas e fecham com cadeado. Como desde 1913 a agencia central dos Correios era no atual prédio do Memorial do RS, as figuras dos carteiros compõem a ambiência da Praça.
20. Entregadores motoqueiros/motoboys: contratados para entregas, centro/bairro, bairro/centro. Local de estacionamento das motos: Gal. Câmara, entre Rua da Praia e Sete de Setembro. Outros: Cassiano Nascimento, entre Sete de Setembro e Siqueira Campos, no beco entre Prédio dos Correios/Memorial e Santander Cultural.
21. Equipes de manutenção - água - atividade municipal, cuida dos serviços de água e drenagem - DEP/PMPA (Dpto. Esgotos Pluviais, figura 25).

Figura 25: equipe de manutenção redes subterrâneas



Fonte: foto da autora, 2018.

- 22. Equipes de manutenção - luz - atividade municipal, cuida dos serviços de iluminação e reposição de lâmpadas.
- 23. Equipes de manutenção- jardinagem - atividade municipal, cuida dos serviços de manutenção, poda e remoções.
- 24. Equipes de manutenção - limpeza - atividade municipal, cuida dos serviços de varrição, coleta de galhos, esvaziamento das lixeiras, etc (figuras 26, 27 e 28).

Figura 26: equipe da Prefeitura fazendo a capina dos insos entre as pedras portuguesas nos canteiros. Atividade feita com enxada, gerando um barulho particular da batida do metal na pedra.



Fonte: foto da autora, 2018.

Figura 27: funcionário do DMLU recolhendo folhas.



Fonte: foto da autora, 2018.

Figura 28: funcionário do DMLU limpando a boca de esgoto - atividade de manutenção.



Fonte: foto da autora, 2019.

25. Motoristas de caminhões de carga e descarga - No espaço do beco Cassiano Nascimento (figura 29), ficam dentro ou perto dos caminhões, cuidam da descarga das mercadorias e esperam o movimento de vai-e-volta dos entregadores dentro da Praça até o destino. Geralmente um cuidador de carros gerencia os lugares.

Figura 29: caminhão de recolhimento de lixo orgânico, na área da Rua Cassiano Nascimento.



Fonte: foto da autora, 2018.

26. Cuidador de carros - Presenças na Av. Sepúlveda e na Cassiano Nascimento, ficam de colete, cuidando quem entra e quem sai, e recebendo um troquinho “para o café”.
27. Montadores da Feira do Livro - atividade relacionada ao evento da Feira, inicia um mês antes para colocação e montagem das tendas e estandes, e posterior desmontagem. São equipes e caminhões com estruturas, materiais e ferramentas que trabalham, continuamente, até encerrar a atividade (figura 30 e 31).

Figura 30: etapas da montagem da Feira do Livro 2018.



Fonte: foto da autora, 2018.

29. Vendedor de pipoca - carrinho - atividade relacionada ao evento da Feira. Essa atividade não costuma estar entre as da Praça - mesmo se tratando de área “verde” e tendo parque infantil (figura 33).

Figura 33: carrocinha de churros, posicionada eventualmente na Rua Sete de Setembro. Ao fundo, a banca de jornais e, na frente, o grupo de troca-troca de figurinhas da Copa do Mundo 2018.

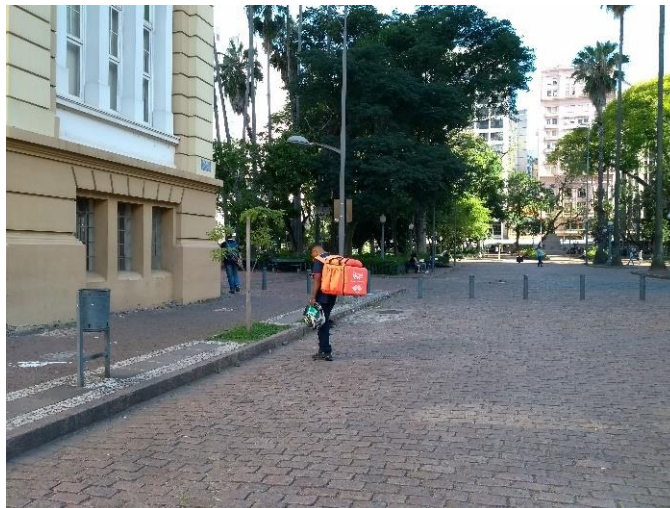


Fonte: foto da autora, 2018.

30. Vendedor de cachorro-quente - carrocinha - atividade eventual, por ser atividade de alimentação que depende de licenças da SMIC, registros, estruturas, etc.
31. Calceteiro (terceirizado) - atividade básica em uma Praça composta por mais de 15.000m², constituída por pedra portuguesa. Como perdeu-se a técnica constitutiva, os consertos usam técnicas variadas, com durabilidade duvidosa. São feitos seguindo uma proporção de areia e cimento que fixa as pedras, porém impermeabiliza o solo.
32. Trabalhador por empreitada - principalmente eventos - cada vez mais presente no espaço da praça, constitui uma população flutuante, geralmente relacionada às empresas produtoras. Antigamente, na área “jornaleiro” era o nome dado aos trabalhadores por jornada, que se reuniam nas áreas próximas ao porto em busca de trabalho eventual. Por essa relação anterior, explica-se a atual localização do MTE/SINE na Av. Sepúlveda esquina com a Av. Mauá.
33. Catador de materiais recicláveis - carrinheiro - atividade organizada ao redor dos novos contêineres verdes, de lixo seco. As grandes quantidades de lixo seco gerado pelos escritórios do Centro são recolhidas e geram renda, no pós-venda a estabelecimentos que comprem sucatas, localizados no limite do bairro Centro. Costumam revisar o lixo seco na esquina da rua Sete de Setembro e Gal. Câmara, onde há contêineres verdes.

34. Consertos de cadeiras de palha - reparos em encostos e fundos de cadeiras de palhinha, natural e/ou sintética. Ponto no pé do Banrisul.
35. Entregador de aplicativos⁹⁸ - nova modalidade de atividade que faz parte do cotidiano do centro. Lembrando que antigamente os cafés e confeitarias do centro faziam entregas a clientes nos locais próximos (figura 34).

Figura 34: motoqueiro entregador de aplicativo procurando o local de entrega.



Fonte: foto da autora, 2018.

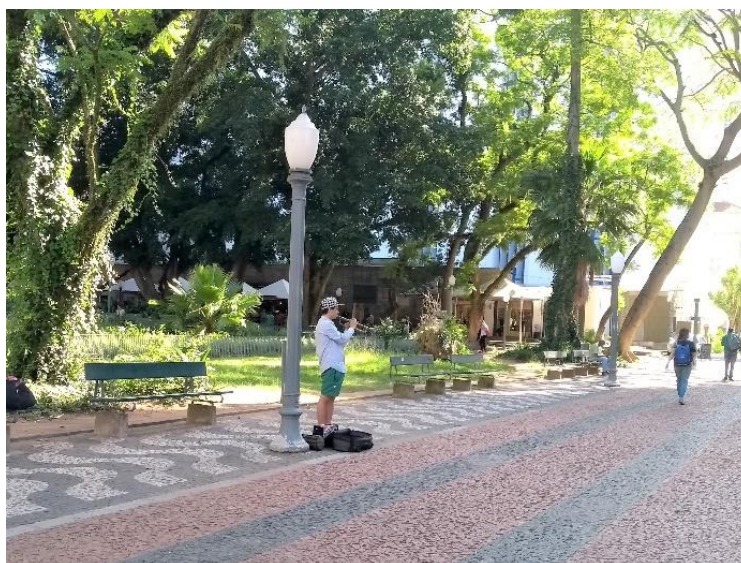
Há, ainda, atividades que *não necessariamente* geram renda, entre elas:

1. Transeuntes - a pé, de bicicleta, de patinete - enquanto espaço público, a Praça é acessada diariamente de diversas formas.
2. Moradores das proximidades, passeando cachorros - relação ancestral de cuidado com os animais, de trabalho ou de companhia, permite sociabilidades através de percursos entre a moradia e as praças, estabelecendo distâncias de caminhada e a rotina de passeio com animal de estimação no meio urbano.
3. Jogador - de cartas, dominó, damas - disposição masculina por jogos de tabuleiro/de azar está relacionada a lazer, sociabilidades masculinas e/ou vício, etc., constituindo um microcosmos pela atividade. Muitas vezes os tabuleiros são apoiados no encosto dos bancos, e as damas são tampinhas de garrafas pet.

⁹⁸ Um aplicativo ou app é um sistema de software acessível por smartphones que permite fazer pedidos de entregas de produtos, geralmente alimentícios, nas cidades.

4. Morador de rua - enquanto espaço público, a Praça tem *habitués* que dormem nos bancos de canteiros internos. Ao longo do tempo, fazem companhia para os seguranças noturnos, estabelecendo redes de convívio e visibilidades.
5. Músico de rua - se apresentam na Rua da Praia e/ou na Sete de Setembro, onde há espaço e trânsito de pedestres. Recebem colaborações espontâneas e/ou vendem CDs (figura 35).

Figura 35: rapaz tocando trompete na Rua Sete de Setembro.



Fonte: foto da autora, 2019.

6. Prestadores de serviços terceirizados - reconhecíveis pelo uso de uniformes, ficam na Praça em intervalos, descanso e horário de almoço. Fumam cigarros, conversam e sentam ao contrário nos bancos, para favorecer a conversa.
7. Aposentados - em espaços de sociabilidade, têm tempo para ali estar, na fruição da ambiência e do espaço social formado. Compõem personagens costumeiros do lugar.
8. Crentes de igrejas - oferecem revistas colocadas em carrinhos com aramado. Geralmente são testemunhas de Jeová.
9. Apresentações de grupos de teatro - eventuais, ocorrem na Rua da Praia e/ou na Sete de Setembro, onde há espaço e trânsito de pedestres (figura 36).

Figura 36: apresentação de teatro de rua.



Fonte: foto da autora, 2018.

10. Locações - uso do local para sessões de fotos de fotógrafos profissionais e gravações de clips, comerciais e filmes (figura 37).

Figura 37: locação de filme e estruturas de apoio.



Fonte: foto da autora, 2018.

11. Tio Batucadinha - atividade musical eventual de um morador de rua que mora na Praça da Alfândega. Por ter passagem por casa de religião, vira a lixeira metálica circular e fica, por longos períodos, batucando e cantando baixinho.
12. Consumidores de drogas - enquanto ambiência ao ar livre, a Praça é usada para fumar drogas lícitas e ilícitas, eventualmente nos horários de depois do almoço e/ou final de tarde.

Quadro 5: Atividades terciárias/informais observadas

Atividades observadas	Ocorrência (Local)	Geração de renda	Frequência
Vendedor camelô - local e/ou imigrante	Rua da Praia, rua Sete de Setembro	sim	Diária
Vendedor de artesanato - formalizado	Largo dos Artesãos	sim	Diária
Vendedor de artesanato – informal	Rua da Praia, Rua Sete de Setembro	Sim	Diária (depende SMIC)
Vendedor de café e salgados - carrinho de mão e/ou bicicleta acoplada	Toda a Praça - perambulante	Sim	diária
Vendedor de picolé/sorvetes	Entre Rua da Praia e Sete de Setembro - perambulante	Sim	eventual
Carregador mercadorias/cargas	Entre Siqueira Campos e Rua da Praia	Empregado ou terceirizado	Diária
Carregador de água	Toda a Praça - travessia	Empregado ou terceirizado	Diária
Prostitut@	De manhã, no Monumento Gal. Osório, à tarde monumento Rio Branco	Sim	Eventual
Motorista de taxi - carro de praça	Pontos fixos Gal Câmara e Caldas Jr.	Sim	Diária
Banca Chaveiro	Ponto fixo, Sete de Setembro	Sim	Diária
Final de Linha de lotação - Rio Branco	Caldas Jr e Sete de Setembro	Empregado ou terceirizado	Diária
Garçom - bares da Praça e arredores	Bistrô Margs, Alameda Jacarandás, Rua da Praia	Empregado ou terceirizado	Diária
Porteiro/segurança de edificações e escritórios lindeiros à Praça	Margs, Memorial RS, Santander, Contorno da praça,	Empregado ou terceirizado	Diária
Zelador do banheiro público	Módulo Serviços	Servidor	Diária
Guarda municipal – motorizada	Toda a Praça	Servidor	Eventual
Brigada Militar - motorizada e montada	Toda a praça	Servidor	Diária
Traficantes de drogas	Atrás artesanato	Sim	?
Pedintes com crianças e/ou cachorros	Frente Banco do Brasil	Sim	Eventual
Vendedor de balas/doces	Toda a Praça-perambulantes	Sim	Eventual
Entregadores de Correio - a pé/ bicicletas	Instituições, entorno da Praça	Empregado ou terceirizado	Diário
Entregadores motoboys	Instituições, escritórios, entorno da praça	Empregado ou terceirizado	Diário/ eventual
Equipes de manutenção – água	Toda a Praça	Empregado ou terceirizado	Eventual
Equipes de manutenção – luz	Toda a Praça	Empregado ou terceirizado	Eventual
Equipes de manutenção-jardinagem	Toda a Praça	Empregado ou terceirizado	Eventual
Equipes de manutenção – limpeza	Toda a Praça	Empregado ou terceirizado	Diária
Motoristas de caminhões de carga e descarga	Cassiano Nascimento	Empregado ou terceirizado	Diária

Cuidador de carros	Av. Sepúlveda e Cassiano Nascimento	Sim	Eventual
Montadores da Feira do livro	Área da Feira	Empregado ou terceirizado	Outubro-novembro
Atendentes da Feira do Livro	Área da Feira	Empregado ou terceirizado	Outubro-novembro
Vendedor de pipoca - carrinho	Área da Feira	Sim	Outubro-novembro
Vendedor de cachorro-quente	Busto de Artigas	Sim	Eventual
Calceteiro	Toda a Praça	Empregado ou terceirizado	Eventual
Trabalhador por empreitada	Av. Sepúlveda	Empregado ou terceirizado	Eventual
Catador de materiais recicláveis - carrinheiro.	Rua Gal Câmara e Sete de Setembro, perambulantes	Sim (pós-venda)	Diária
Atividades que não necessariamente geram renda:	Ocorrência (Local)	Geração de renda	Frequência
Transeuntes	a pé, de bicicleta, de patinete. Toda a Praça	Não	Diária
Moradores das proximidades passeando cachorros	Locais tranquilos	Não	Eventual
Jogador - cartas, dominó, damas	Bancos perto da Banca Alfândega, na Rua da Praia, Mesas na frente do Módulo de Serviços	Não (ou aposta)	Diária
Morador de rua	Bancos na Alameda da Samaritana	Não	Diária/ noturna
Músico de rua	Rua da Praia e/ou Sete de Setembro	Não (ou colaboração, ou venda de CDs)	Eventual
Prestadores de serviços terceirizados - usam a Praça em intervalos, descanso e horário de almoço.	Toda a Praça	Não (fruição, sol no inverno, sombra no verão)	Diária, horário de almoço e/ou lanche
Aposentados - em espaços de sociabilidade, estar, espera, fruição.	Bancos de toda a Praça	Não	Diária
Crentes de igrejas, oferecendo revistas	Em torno da Sepúlveda	Não	Diária
Apresentações eventuais de grupos de teatro, performances, etc.	Em torno da Sepúlveda	Não	Eventual
Locações - sessões de fotos por fotógrafos profissionais e gravações de clips, comerciais e filmes.	Em torno da Sepúlveda	Não	Eventual
Tio Batucadinha.	Lixeiras metálicas da Praça	Não	Eventual
Consumidores de drogas	Áreas menos movimentadas	Não	Diária

Fonte: produção da autora, 2019.

Desta forma, as atividades hoje chamadas terciárias, formais e/ou informais que compõem o cotidiano percebido, concebido e vivido da Praça da Alfândega apresentam

semelhanças com diversas outras atividades que, ao longo do tempo, compuseram o espaço social da praça. A seguir, a dimensão da representação do espaço busca elucidar a produção de conhecimentos e entendimentos vinculada ao lugar.

3.1.2 Pensando a Praça como todo - representação do espaço, concebido

O estudo apresenta a Praça pensada e planejada, hoje, enquanto área verde central. A Praça da Alfândega é uma grande área verde que, conforme a Lei Municipal 4563, de 28/05/1979⁹⁹, possui 15.450m² de área, e está composta por um quadrilátero formado entre a Rua dos Andradas/da Praia, a Rua Cassiano Nascimento, a Rua Siqueira Campos e a Rua Capitão Montanha. Na lista de praças da Secretaria de Meio Ambiente/PMPA¹⁰⁰, consta no nº 081/05, no endereço: Rua dos Andradas¹⁰¹. Possui 20 monumentos e esculturas, ao longo dos recantos de seu traçado. Anualmente, durante três semanas (entre outubro e novembro) ali se realiza a Feira do Livro, maior feira literária a céu aberto da América Latina. Segundo IPHAN/Monumenta (2007), é atravessada por 90.000 pessoas por dia, apresentando *monumentos, vegetação e edificações históricas, parque infantil, espaço para alimentação e para artesanato, permitindo fruição cultural e gastronômica, além de lazer infantil*. (IPHAN, 2007, p. 21). O diverso trânsito veicular se efetua no entorno da praça, nas ruas Caldas Jr, Av. Siqueira Campos e Rua Gal. Câmara (anexo 1).

Situada no centro de Porto Alegre, hoje é a Praça mais antiga e tradicional da cidade. Constituída enquanto largo de embarque e desembarque e tradicional mercado de abastecimento do povoado, teve a antiga área ampliada por sucessivas melhorias e aterros visando favorecer/facilitar as atividades de embarque e desembarque de pessoas e cargas. Ao longo dos séculos, foi ajardinada e *glamourizada*. Hoje apresenta-se sob proteção patrimonial, dentro da poligonal de sítio histórico do Centro de Porto Alegre. Por isso, teve ações de revitalização em sua área de 2002 a 2010, buscando recuperar o antigo

⁹⁹ Lei Municipal 4563, de 28/05/1979, onde o endereço que consta é Praça da Alfândega, 115, bairro Centro.

¹⁰⁰ A Praça da Alfândega consta na Lista de Praças, que hoje comporta 637 praças na cidade, e - IN: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/lista_pracas_jan2019.pdf, acesso em 20/04/2019.

¹⁰¹ Legislação municipal sobre praças, largos e esplanadas da cidade: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/pracaslargoseesplanadasdeportoalegre.pdf; Legislação municipal por índice temático: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/indicetematico102016.pdf

traçado da década de 1930, quando ocorreu a remodelação com o grande aterro e a inauguração do porto (figura 38).

Figura 38: obelisco postado no início da Av. Sepúlveda, comemorativo ao centenário da Guerra Farroupilha. Ao fundo, à esquerda, o prédio da Secretaria da Fazenda e Memorial RS. À direita, o prédio da Alfândega.



Fonte: foto da autora, 2018.

O decreto municipal nº 17.718, de 30/03/2012¹⁰², declara a Praça da Alfândega e a Av. Sepúlveda como patrimônio histórico, cultural e ambiental a ser preservado, bem como seus mobiliários urbanos¹⁰³, proibindo seu uso e qualquer alteração nas paisagens, estabelecendo para si (municipalidade) a gestão da área reformada e restaurada pelo Programa Monumenta. Também cita a autorização para a realização anual da atividade cultural Feira do Livro na área. Porém, no art. 3º, diz: “Art. 3º As atividades existentes na Praça da Alfândega e na Av. Sepúlveda serão revisadas pelos órgãos de controle do Município, podendo as respectivas autorizações e permissões serem revogadas por ato do Prefeito.” (PMPA, 2012)

¹⁰² Decreto municipal Nº 17.718, de 30/03/2012. IN:

http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/decreto_n17.718.pdf

¹⁰³ Cabe citar a Lei Municipal Nº 8.279, de 1999, que dispõe sobre o mobiliário urbano da cidade está em processo de atualização “diante do Princípio da primazia da realidade”, conforme o Relatório da Comissão Especial de Mobiliário Urbano, de 2017, disponível on-line. IN: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/lei827999.pdf, acesso em 20/04/2019.

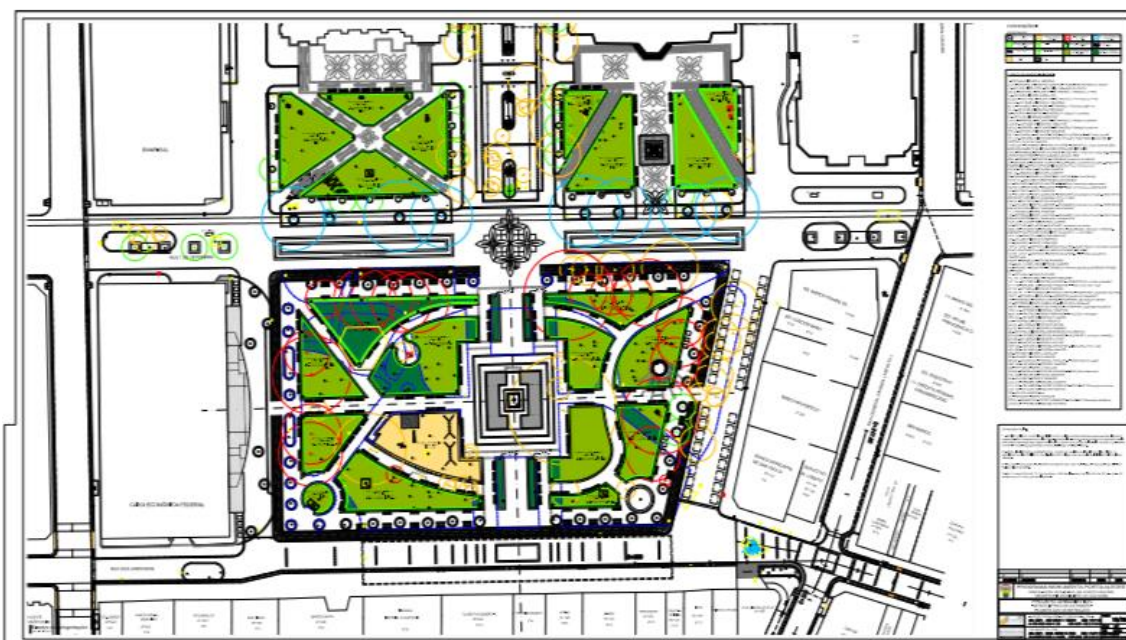
A Praça teve tombamento estadual em 1987 (Portaria 06/87, de 10.03.87), compreendendo um conjunto formado pela Praça da Alfândega (antiga Praça Senador Florêncio), o Largo dos Medeiros, o prédio da Antiga Alfândega (Secretaria da Receita Federal), e o prédio da Secretaria da Fazenda (que inclui a Antiga SDO - Secretaria de Desenvolvimento e Obras). Em nível federal, a Praça teve tombamento dentro da área do centro histórico, em 1999, em conjunto com a área da Praça da Matriz e sua conexão, e a partir dessa definição, esteve apta para integrar o Programa Monumenta. Este propôs ações de qualificação do espaço público para as praças: regularização dos pavimentos, restauração dos canteiros na sua forma e dimensões originais, instalação de mobiliário, remanejamento de equipamentos e melhoria da iluminação.

A proteção estadual compreende as edificações; diferentemente, a proteção nacional compreende as edificações em seu sítio histórico. Quanto à ambiência em si da Praça e seu contexto, na publicação de 2007 o IPHAN descreve as *Ações Concorrentes*, implementadas com o Grupo dos artesãos no escopo de seu trabalho, pois eles integrariam as ambiências requalificadas, com mobiliário urbano próprio¹⁰⁴. Cita a oficina de marcenaria do Pão dos Pobres, para qualificação de estudantes para ações necessárias à restauração de peças de madeira/construção civil, e também cita o financiamento do Museu do Percurso Negro. Comenta sobre a necessidade de captar recursos frente à iniciativa privada para custear o Projeto Interpretativo, na página 100 - enquanto antes, na página 86-87, fala da importância do projeto: “*o projeto tem em vista não apenas os viajantes que passam pela cidade, mas também a população.*” (IPHAN, 2007, p. 87)¹⁰⁵. Assim, ficou representado que houve verbas para o Museu do Percurso Negro, mas infelizmente o mesmo não aconteceu com a ação do Projeto Interpretativo.

¹⁰⁴ A requalificação entrou no processo de produção dos artesãos, com a proposta de design de superfície que gerou a Coleção Jacarandá.

¹⁰⁵ Dando a prioridade da explicação a viajantes “e também” à população, a concepção de colonialidade imposta teria sido reforçada.

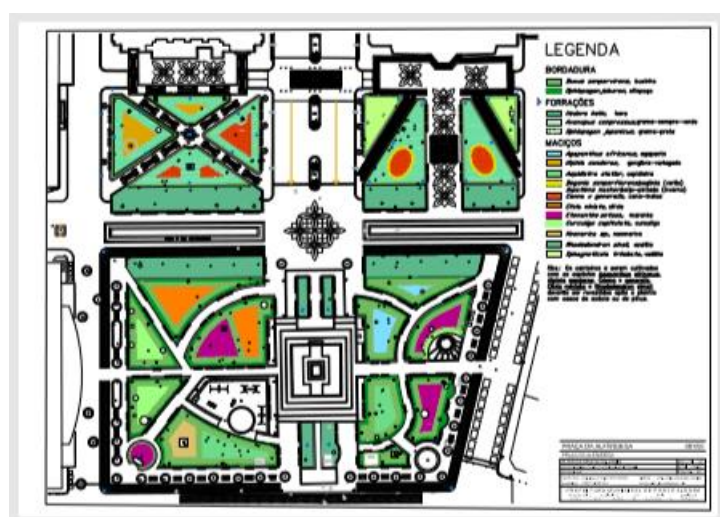
Figura 39: planta baixa - SMAM, 2005



Fonte: Escritórios Monumenta, 2018.

A planta elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente/PMPA, apresenta a Praça da Alfândega em 2005 (figura 39 e 40). Ali constam as estruturas de entorno da Praça na época e a listagem da vegetação arbórea e respectivas ações de manutenção - corte, limpeza, traslado, etc. Como esta é uma planta de trabalho, várias ações foram efetivadas ao longo do tempo, outras não¹⁰⁶.

Figura 40: planta baixa vegetação



Fonte: escritórios Monumenta, 2018.

¹⁰⁶ Certas ações precisam de acompanhamento constante, porém o corpo de funcionários da prefeitura que faz este trabalho também atende outros lugares da cidade.

Os serviços de manutenção e conservação da Praça são de responsabilidade da Municipalidade. A vegetação da Praça é responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente: manutenção, conservação, poda ou remoção da vegetação existente. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio do DMLU, é o setor responsável pela manutenção das praças, e a limpeza é feita por contrato de equipes que realizam a manutenção rotativa dos locais: limpeza, capina, roçada e varrição da praça, diariamente¹⁰⁷. A iluminação da Praça é de responsabilidade da Divisão de Iluminação Pública (DIP), da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb). A Secretaria de Segurança Pública (SSP) faz a manutenção das câmeras de vigilância que cobrem as áreas centrais da cidade. Também efetua ações de vigilância no local com carros da guarda municipal¹⁰⁸, em conjunto com a Brigada Militar e a Brigada Montada - por se tratar de uma praça. Os animais de patrulha são trazidos em caminhões e descarregados na Av. Sepúlveda, para facilitar a entrada na praça. Ocasionalmente, são efetuados os serviços de limpeza e conservação da estátua do Marechal Osório por soldados do exército. Geralmente, o andamento das ações de manutenção não prejudica o trânsito de pedestres, em virtude da amplidão dos lugares - porém a presença de cavalos da brigada montada intimida a passagem.

Sem os frequentadores habituais de moradia do Bairro Centro, sem os cinemas e sem o trânsito veicular pela Rua da Praia, ao longo do tempo a Praça constituiu-se como um local de atividades relacionadas a comércio e serviços, formais e informais, acompanhando o movimento constante dos horários bancário e comercial do Centro - profissionais liberais, funcionários públicos, atividades terceirizadas e ambulantes, descanso, cigarro, café, dominó, durante o dia. À noite, todos os gatos são pardos na Praça da Alfandega: as atividades de final de tarde se encompradam no horário, de acordo com a finalização dos turnos de trabalho e a distribuição de diversos pontos de ônibus de saída do centro, para encerramento das atividades cotidianas na tríade: trabalho-família-lazer (ARANTES, 2009) que se compõe, rumo a outro dia de repetição de jornadas.

¹⁰⁷ Os oito parques do município têm equipes próprias de serviços, mantidas pela Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS).

¹⁰⁸ A Guarda Municipal de Porto Alegre é a mais antiga do país, criada por um decreto municipal em 1892, assinado pelo então intendente Alfredo Augusto de Azevedo,

3.1.2.1 Os espaços concebidos pelos técnicos de patrimônio

Este item do estudo envolveu mais uma escolha metodológica: considerar as atividades exercidas pelos técnicos de patrimônio enquanto atividades exercidas. Busca-se esclarecer quais foram os parâmetros que fundamentaram as ações posteriormente efetuadas na Praça. A análise se reporta à dimensão do concebido, e não do vivido. Porém, a estratégia de abordagem no instrumento de entrevista criado foi a de receber descrições das atividades realizadas enquanto técnicos, a trabalho. Estes técnicos são indivíduos que habitam os espaços sociais urbanos de Porto Alegre, em exercício de uma atividade, tanto neste local específico, a Praça da Alfândega, quanto em outros locais. Este “estar” é resultado de uma formação específica relacionada às diversas dimensões do patrimônio cultural de forma oficial, legalizada¹⁰⁹. Há de ser considerada como atividade prestada pelo Estado, figura pública oficial, onde a relação estabelecida é a de pessoa que “está” técnico, envolvimento pessoal relacionado a uma atividade geradora de renda, através de um vínculo trabalhista, permanente ou eventual.

Por sua vez, tais atividades são conduzidas por setores integrantes de órgãos superiores hierarquicamente, com linhas de atuação definidas. Por sua vez, às vezes estão vinculadas a contratos firmados em nível nacional e internacional, como ocorreu na relação jurídica estabelecida entre a municipalidade e o IPHAN/Minc, representante legal do BID e UNESCO, no caso do Programa Monumenta, enquanto braço executor do Programa.

No entanto, o requerido poder decisório destes técnicos vê-se direcionado/ limitado a entendimentos pessoais sobre o que seja a sua função dentro de um órgão conectado horizontalmente a outros órgãos e, por sua vez, inserido verticalmente na estrutura geral. Passa por critérios de entendimento pessoais *versus* profissionais. Desenvolvendo esses itens, os critérios profissionais estariam baseados em vivências de concepção de tempo e espaço relacionados, inicialmente, a um saber acadêmico como requisito, estabelecido por séries de conteúdos dos cursos de formação destes profissionais, na graduação e pós-graduação das Universidades. A formação profissional em si, de experiência de *ação-reação-aprendizado* (SENNET, 2009), é obtida em

¹⁰⁹ Neste caso, a condição de legalidade está associada a uma função técnica em uma política pública que presta serviços públicos, efetuados nessa área específica da administração municipal relacionada no Brasil ao patrimônio urbano.

estágios e participações em obras externas ao ambiente de ensino, antes, durante e/ou após os estudos.

Para além dessa dimensão, haveriam critérios de atuação profissional, sempre e quando o técnico selecionado/ concursado seja chamado para trabalhar em uma função pública. Ali irá conceber projetos e efetuar obras em órgãos administrativos, que irão fazer parte do cotidiano de si e de outrem, enquanto habitantes de um mesmo núcleo urbano. Os critérios se adequam às necessidades e, assim como as formas de trabalhar, vão sendo moldados de acordo com os usos, as necessidades e as tecnologias de várias dimensões, que se modificam e se incorporam às rotinas de trabalho, com os anos.

No entanto, os órgãos da administração pública estão sujeitos a flutuações administrativas, provindas de linhas de atuação resultantes de pleitos eleitorais que ocorrem a cada 4 anos no Brasil. Tais pleitos ocorrem em diferentes esferas: estaduais e federais de forma conjunta a cada 4 anos e, municipais, no meio desses 4 anos¹¹⁰. Ou seja, tendências políticas podem ou não ser parceiras quanto a, no caso, projetos de requalificação urbanística. Quando tal feito acontece, é de extrema importância para a efetividade de ações, execução de obras e entregas qualificadas à população participante dos espaços democráticos de pleito e dos espaços sociais de convívio, nas esferas do espaço vivido, através de atividades do cotidiano, que ocorra uma similitude de ideias e ideais, em prol do bem comum e da qualificação dos espaços urbanos.

Esta confluência ocorreu em Porto Alegre em 1999, quando o Partido dos Trabalhadores esteve, simultaneamente no Governo do Estado e no Governo Municipal. Houve uma demanda institucional iniciada pela possibilidade de que o patrimônio histórico e cultural da capital do estado do Rio Grande do Sul fosse contemplado por verbas do IPHAN/MinC/BID/UNESCO. Para participar da seleção e integrar o Programa Monumenta, Porto Alegre tinha que ter um perímetro de área tombada, a nível federal. Visando cumprir os prazos, técnicos das três esferas de Governo se reuniram para o planejar o perímetro de sítio histórico da cidade, elaborar um dossiê e enviar para tombamento federal. Dessa forma, iniciaram-se os trabalhos que resultaram na atual ambiência da Praça da Alfândega.

Foram elaborados estudos e pesquisas, coletadas informações e dispostos os documentos necessários para instruir o processo que resultou no Dossiê. Ao chegar aos

¹¹⁰ Ocorre uma dinâmica eleitoral que efetua eleições a cada 2 anos, para diferentes esferas de poder democrático.

Com a aprovação do perímetro, as ações se desenvolveram e Porto Alegre fez parte do conjunto de 26 capitais contempladas com verbas federais, firmando um contrato válido entre 2000-2010 entre MinC-BID, tendo o IPHAN/BR como agente federal responsável, e parceria com a Representação da UNESCO no Brasil. A aprovação pelo MinC/BID se deu em janeiro de 2002 e, dentro do Regulamento Operativo do Programa elaborado por especialistas em procedimentos para montagem de financiamentos internacionais, teve princípios que guiaram a modelagem de instrumentos e plano tático e estrutural:

Assim, também nesse período inicial, no plano tático e operacional, foram formulados os princípios para sua operação, exigindo-se: cadastros das edificações; projetos executivos de restauração detalhados e orçados; análise aprofundada desses projetos; aprovação pelo Programa e pela administração local, à qual coube providenciar as condições técnicas, operacionais e financeiras para a operação do Programa; previsão, nas programações financeiras locais, de rubricas para o cumprimento das metas anuais inscritas nos planos de trabalho; incentivo à integração de agentes externos ao Programa, contribuindo financeiramente ou por meio de ações diretas para o cumprimento do plano de trabalho e de seu reforço por meio de ações identificadas como extraprograma; incentivo à dinâmica econômica local e apoio a ações culturais de educação para a preservação, ações de cunho formativo, em atividades de interesse para a vitalização do centro Histórico. (BICCA, 2010, p.21)

O perfil do projeto foi gerado a partir de uma oficina:

a organização de uma oficina de planejamento - composta por representantes da cultura nos três níveis governamentais e por gestores culturais de universidades e associações diversas - representativa do pensamento local sobre a situação do centro histórico. (BICCA, 2010, p. 35).

Os resultados desta ação resultaram em uma proposta de perfil do projeto, composta por 10 cadernos:

- Perfil do projeto contendo o marco de referência e a área de projeto - estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre
- Pesquisa socioeconômica da população residente e estabelecimentos da área do projeto - Amostra pesquisas e projetos, Porto Alegre, maio 2002
- Pesquisa de mercado imobiliário da área do projeto - Contacto Consultores Associados S/C Ltda, São Paulo, fevereiro 2002.
- Viabilidade técnica - estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre
- Viabilidade socioambiental - estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre
- Viabilidade econômica - José C. F. da Silva e Paulo S.B. Taffner Consultores, Rio de Janeiro, 2002.

- Viabilidade financeira - José C. F da Silva e Sérgio B. Taffner Consultores, Rio de Janeiro, 2002.
- Sustentabilidade do projeto - José C. F da Silva e Sérgio B. Taffner Consultores, Rio de Janeiro, 2002.
- Viabilidade institucional do projeto - estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre
- Resumo Executivo - estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre

Vê-se nesta listagem que as atividades de análise relacionadas a setores de ativos financeiros foram implementadas por escritórios do eixo Rio-São Paulo, ficando as análises de outros setores - não menos importantes, no entender da pesquisadora -, a cargo da municipalidade. Como resultado da oficina, ficou estabelecido que a distribuição dos recursos procuraria cobrir os componentes do programa. A aprovação do perfil do projeto se deu em maio de 2002, e a publicação no Diário Oficial do município referente ao convênio entre o Ministério da Cultura e o Município¹¹¹, saiu em junho de 2002. A seguir, a Lei nº 8.936, de 03/07/2002 criou o Fundo Monumenta Porto Alegre, atendendo a uma cláusula do convênio sobre as competências do conveniente, a qual diz que é obrigação do município:

implantar o fundo contábil local de preservação para dar sustentabilidade ao projeto, por prazo mínimo de 20 anos, incluindo anualmente, na proposta de lei orçamentária, nos termos da legislação municipal, dotação específica para o Fundo, em montante mínimo de R\$ 200.000,000, a ser revisto a cada biênio. (BICCA, 2010, p. 37)

Ficou estabelecida uma obrigação contratual com o Município de Porto Alegre, com duração de 20 anos, para preservação das ambiências de valor cultural da cidade - que viria a funcionar enquanto cláusula de resguardo das obras a serem efetuadas e de preservação das áreas reconstituídas.

Assim, foi instituída a Equipe local de trabalho do Programa Monumenta Porto Alegre, compondo a UEP - Unidade de Execução do Projeto, pelo Decreto Municipal Nº 13.498/2002, supervisionada, orientada e gerenciada pela UCG - Unidade Central de Gestão do Programa Monumenta, do IPHAN, vinculada ao Ministério da Cultura. Essa equipe foi composta por

- Coordenador,
- Especialista em patrimônio

¹¹¹ Convênio firmado no valor de R\$ 16,85 milhões, de acordo com o Decreto nº 401/2002, 04/07/2002.

- Especialista em obras,
- Especialista financeiro.

Segundo Bicca (2010), após a designação formal da equipe, “à mesma foi acrescida uma historiadora” (p. 37) e, em dezembro de 2009, estava constituída por uma coordenadora, arquiteta de formação, dois arquitetos, um historiador e um administrador. Iniciaram-se os trabalhos na área total do perímetro da poligonal de sítio histórico (figura 43).

Figura 43: presença de engenheiros hidráulicos ingleses do começo do século na Rua da Praia, frente do Clube do Comércio (Hydraulics Engineers - London, England).



Fonte: foto da autora, 2019.

O Projeto se propôs a trabalhar um conceito de restauração edificada, “motivando” usos econômicos, culturais e sociais de atividades econômicas associadas aos sítios históricos, e vinculadas a atividades turísticas locais. Por mais que se tenha princípios norteadores de atuações nas atividades da administração pública, várias vezes as escolhas cabem aos técnicos. Estes têm, em sua esfera mais próxima de trabalho, formação de estruturas locais estabelecidas, ao longo do tempo, que definem linhas de atuação a serem implementadas nas áreas atendidas, no caso, pelo Programa Monumenta.

Dessa forma, as perguntas e questionamentos encaminhados aos técnicos (ver Apêndice 3) primaram pela descrição das atividades pessoais na elaboração dos projetos e na execução das ações efetuadas *in loco*. Buscou-se parâmetros de entendimento que permitissem captar a dimensão do espaço concebido como equipe, formada em

determinado momento, para determinado fim, porém atuando sobre uma parte do conjunto da área trabalhada, a Praça da Alfândega. Como as edificações presentes tiveram ênfase nas obras de restauração, os espaços públicos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega tiveram ênfase enquanto espaços urbanos a serem requalificados. Especificamente sobre as obras na Praça da Alfândega, um dos técnicos listou como intervenções planejadas:

(...) regularização em pedra portuguesa e preparação de suportes fixos para receber os estandes da Feira do Livro e outras feiras que ali vierem a se instalar, melhoria nas calçadas, readequação do parque infantil, restauração dos grupos escultóricos e monumentos isolados, construção de novos sanitários, reajardinamento baseado em base a informações da pesquisa histórica sobre o formato e tratamento paisagístico no início do século XX, instalação de mobiliário urbano adequado à condição de jardim histórico, requalificação da atividade artesanal, iluminação pública da Praça e cênica dos monumentos, e apresentação de “janelas” contendo os vestígios arqueológicos a serem objeto de pesquisa e resgate.” (XAVIER, 2004, in FLORES, 2004, p. 125)

Com o investimento recebido, várias ações foram efetuadas, outras não. Houve embates e percalços, alguns contornados, outros não. Porém a ambiência presente em 2018-2019 resultou deste planejamento prévio, elaborado por técnicos em atividade oficial, enquanto representantes do Estado. A seguir, serão apresentadas as formas de conceber a Praça e as atividades que os técnicos que trabalharam na concepção do projeto e revitalização da Praça da Alfandega-POA/RS efetuaram desde 1999, respondendo em 2019.

Para captar essas formas de conceber a Praça foi elaborada e enviada uma entrevista on-line semi-estruturada (ver Apêndice 3) a técnicos do patrimônio que, na época, atuaram em suas especialidades/atividades nos projetos e nas implementações necessárias para a efetividade do Programa (2000-2010). São eles: 3 arquitetos e 4 historiadores - entre eles, uma arqueóloga. Todos concordaram e responderam. Visando preservar a integridade individual dos entrevistados¹¹², estes foram agrupados por área de formação (arquitetura/história) e identificados por uma letra inicial. O objetivo foi formar relatos unificados por área, e reconstituir processos de entendimento e de planejamento sobre o espaço (social) da Praça, naquele momento de efetividade da atividade profissional. As perguntas dirigidas aos dois grupos de técnicos foram sobre as atividades efetuadas no projeto de pesquisa e de elaboração do polígono de proteção, e sobre as

¹¹² Os entrevistados on-line concordaram em responder à mesma entrevista enviada, dando informações “de próprio punho” virtual, se é que isso é possível.

atividades específicas efetuadas na execução das ações do Programa Monumenta, especificamente na Praça da Alfândega.

Porém, cabe citar que, como as ações de planejamento foram concomitantes nas áreas de abrangência do projeto, devido à distância temporal dos acontecimentos e devido à perda dos materiais da pesquisa no incêndio dos Escritórios do Monumenta no Mercado, os relatos dizem sobre as atividades gerais efetuadas, tanto na Praça da Matriz, quanto na Praça da Alfândega. As memórias profissionais pessoais constituíram a maioria das respostas.

3.1.2.2 On-line - Concepção de técnicos

As entrevistas aplicadas on-line e os relatos gerados (a partir das entrevistas on-line realizadas) pelos técnicos de patrimônio mostram a forma de conceber - pensar o fazer - espaços profissionalmente, representando a figura pública do Estado. Os técnicos exerceram uma atividade na dimensão do espaço concebido da Praça, dentro do período de tempo contratual definido pela temporalidade de ação do Programa Monumenta. Dessa forma, foram estabelecidas formas de entender e comparar as diferentes atividades de acordo com os usos sociais dos lugares, e a relação estabelecida ao longo do tempo com esses lugares.

- Entrevistas Arquitetos:

Na pergunta sobre quais as atividades efetuadas no projeto de pesquisa e elaboração no polígono de proteção, citaram que, frente à necessidade de que Porto Alegre tivesse um sítio histórico tombado pelo IPHAN, se deu a reunião dos órgãos de patrimônio das três esferas (municipal, estadual e nacional) para elaborar o dossiê de instrução do pedido de tombamento: *estudei as edificações que formavam o conjunto e o histórico das praças, com ênfase na relevância histórica do centro da capital do estado mais meridional do Brasil, como âncora (ponto estruturador) na delimitação de fronteiras.* (Arq. A). Foram contratados especialistas em arquitetura e urbanismo e foram acionados os historiadores da EPHAC e do IPHAE. Ao buscarem integrar edificações já sob tombamento do IPHAN, ocorreram discussões a respeito do conceito de sítio histórico, sendo trabalhado o entendimento colonial sobre as duas praças, Matriz e Alfândega, como fundacionais da cidade açoriana.

Nesse sentido, a Praça XV ou do Paraíso, por não possuir edificações tombadas federais, ficou fora da delimitação; também a Igreja das Dores, apesar de ser tombada pela União desde 1938 ficou fora, por estar muito longe do eixo estruturador das duas praças históricas. Na proposta inicial, as duas praças eram propostas para sítio histórico individualmente, porque não apresentavam ligação entre elas. Esta proposta foi modificada, e foi acrescentada a Rua da Ladeira enquanto elemento de conexão para articular fisicamente os espaços, e estabelecer o eixo transversal - iniciado na Rua Duque de Caxias e, finalizando, no Cais do Porto (figura 44).

Figura 44: planta contemplando o perímetro de tombamento de sítio histórico do centro de Porto Alegre. Acervo IPHAN-RS.



Fonte: foto da autora, 2018.

Após o tombamento, ainda em 2000 foi formada a Unidade Executora do Programa, UEP Porto Alegre, cujas ações inicialmente estavam a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento tendo sido repassadas para a Secretaria Municipal de Cultura, facilitando a interlocução com o IPHAN. Executada com a participação dos três órgãos, definiu a poligonal a ser tombada e a futura área de abrangência do Programa Monumenta: restaurações de edificações públicas, espaços públicos, projetos de educação patrimonial, resgate da memória cultural de entes importantes relacionados com a área -

como a comunidade negra, que deveria ter visibilidade a partir do projeto - e financiamento de obras de recuperação e conservação de imóveis inventariados pelo município na área. Em 2003 foi formada a Equipe Monumenta, composta por técnicos dos três órgãos que participavam de suas reuniões semanais, fazendo vistorias e fiscalizações em conjunto.

Na pergunta sobre quais as atividades específicas efetuadas na execução das ações do Programa Monumenta, os técnicos relataram que essa etapa deu-se alguns anos após o tombamento, devido ao trâmite de assinatura de convênio com o MinC, tornando-se um trabalho de grande envergadura para a cidade: *em 13 anos, foram restaurados monumentos, praças, ruas, prédios privados, foram feitas publicações, oficinas, palestras. As notícias sobre as obras na imprensa eram semanais* (Arq. L.) E completa: *Do ponto de vista técnico, a dedicação da equipe exclusivamente para obras e ações do Programa foi fundamental para a qualidade das obras.* Outra opinião: *O atendimento às normas do MinC nem sempre foi fácil, a exigência era enorme, assim como o controle do projeto.* (Arq. D.). O programa se encerrou em 2013, e as ações referentes ao programa Monumenta foram transferidas para o Programa PAC Cidades Históricas, que recebe recursos do IPHAN para restaurações de prédios históricos - porém, sem a ampla base conceitual do Monumenta.

Especificamente sobre os trabalhos efetuados na Praça da Alfândega,

teria sido uma intervenção de restauração em um espaço público, o Sítio da Praça da Alfândega (...) pesquisamos muito, inclusive escavações arqueológicas foram feitas com resultado extraordinário. O projeto retomou o desenho original, até onde foi possível, a Av. Sepúlveda foi desobstruída e qualificada. Tivemos que isolar a área com tapumes, a população ficou muitos meses sem poder usufruir daquele espaço. Foi bem difícil, mas o resultado compensou tudo. (Arq. D.).

Sobre legados do Projeto, foi citada a cultura de manutenção e conservação: *já outros espaços se mantêm de forma mais difícil, como é o caso da Praça da Alfândega, com falta de manutenção da Prefeitura. A Feira do Livro é quem anualmente revisa as pedras portuguesas.* (Arq. L.) Encerrando, cita que o PAC Cidades Históricas fez uma intervenção posterior, a execução de 72 bancas de artesanato.

- Entrevista Historiadores

Na pergunta sobre quais as atividades efetuadas no projeto de pesquisa e elaboração no polígono de proteção, apenas um historiador contou de sua atividade: *minha participação foi restrita à pesquisa histórica sobre os dois sítios que foram*

tombados pelo IPHAN, sendo, então, incluídos no Programa Monumenta. (Hist. FZ), ou seja, no início da instrução do processo. O Técnico Historiador FT, da área de arqueologia, conta: *Participei somente de uma oficina para levantamento das ações que deveriam ser realizadas. Nesta oficina foi determinada e prevista a pesquisa arqueológica na Praça da Alfândega como parte do Programa Monumenta.* (Hist. FT).

Figura 45: material arqueológico encontrado nas escavações na área 1, Rua da Praia. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo



Fonte: foto da autora, 2019.

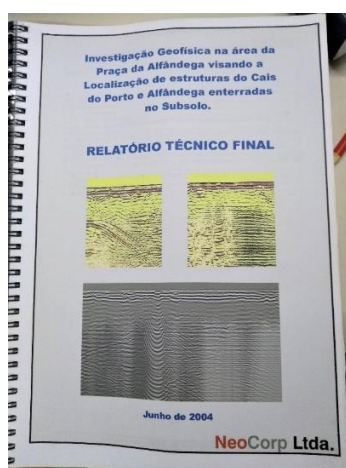
Na pergunta sobre quais as atividades específicas efetuadas na execução das ações do Programa Monumenta, a constituição da Equipe da UEP Porto Alegre seguiu diretrizes: *A equipe era formada por funcionários públicos da SMC, que foram deslocados para o Programa Monumenta ou que participavam, quando necessário – arquitetos, historiador e arqueóloga – coordenados por Briane Bicca, arquiteta contratada para tal.* (Hist. FT.). Sobre as atividades dos historiadores, cabia a eles elaborar pesquisas históricas sobre os espaços abarcados pelo traçado do Monumenta com vistas à concepção e elaboração do projeto interpretativo, não executado posteriormente (Hist. Z.). Outro técnico conta: *Integrei-me à equipe do Programa Monumenta no final de 2003 atuando como historiador e na orientação de projetos que não eram diretamente ligados à arquitetura e restauração como os de educação patrimonial, economia criativa e o museu do percurso negro, que no Programa Monumenta receberam a denominação de Ações Concorrentes*¹¹³ (Hist. P.- grifo meu).

¹¹³ Ações Concorrentes: ações que envolviam processos ligados à economia da cultura, educação patrimonial e reforço da autoestima das comunidades em relação a seu patrimônio cultural. Estas ações eram viabilizadas pela parceria da representação da Unesco no Brasil com o programa Monumenta, o

Nesse sentido, foram adotadas sistemáticas de trabalho: *atividades de discussão e gestão coletiva para a concretização das ações do Monumenta. A Equipe discutia a maioria das questões* (Hist. Z.). Foi feita a *definição estratégica do recorte histórico a ser adotado no Projeto; pesquisa e aprovação de trabalhos contratados junto a outros historiadores e orientação de estágios em história.* (Hist. P).

Especificamente sobre a atuação dos técnicos da área de história, o técnico Hist. P. trabalhou em: oficina da Arqueologia na Praça da Alfândega e Santa Casa de Misericórdia, sob supervisão da arqueóloga Fernanda Tocchetto; organização da mostra de grafismo sobre tapumes de contenção da escavação arqueológica junto com a Grafar-RS¹¹⁴; participação nas duas oficinas de qualificação dos artesãos da Praça da Alfândega em design de produto de patrimônio cultural; participação na gestão do curso de formação de artífices em marcenaria e carpintaria para restauração, em convênio com Instituto Pão dos Pobres; participação na ação de folheteria e vídeo sobre patrimônio e memória da Igreja das Dores; coordenação da implantação do Museu do Percorso Negro de Porto Alegre, em convênio com o Grupo Angola Janga. O técnico Hist. Z. conta sobre critérios e prioridades: *elaboramos projetos por exigência do BID que foram pura perda de tempo, pois não foram executados posteriormente, como por exemplo um plano social que envolveu a FASC*¹¹⁵. *Entretanto, tivemos oportunidade de incluir projetos inovadores, como o museu do percurso negro, que conseguiu ser executado.*

Figura 46: relatório técnico da prospecção por geo-radar, usado para evidenciar a localização das estruturas da Praça da Alfândega, antes da escavação arqueológica. Acervo: Núcleo de Arqueologia - Museu de Porto Alegre José Felizardo



Fonte: foto da autora, 2019.

IPHAN e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesse modelo, a Unesco gerenciava a formatação de projetos com recursos do MinC. (trecho da entrevista ao Hist. P.)

¹¹⁴ Grafistas Associados- Rio Grande do Sul.

¹¹⁵ Fundação de Assistência Social e Cidadania - Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Especificamente na Praça da Alfândega, houve atividades de busca de estruturas que evidenciassem o núcleo inicial da cidade através de prospecções por geo-radar e escavações arqueológicas (figuras 45 e 46), sendo chamado um técnico de arqueologia do município:

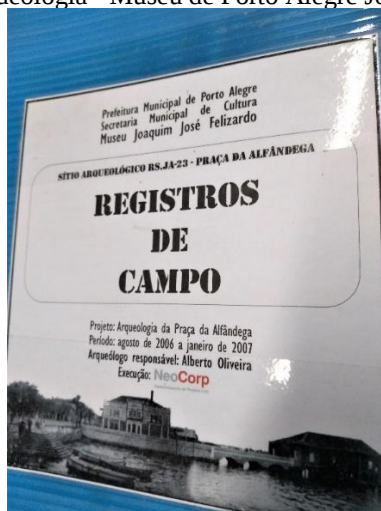
Minha função, como arqueóloga, era de participar da elaboração do projeto de pesquisa arqueológica, do Termo de Referência, do planejamento das ações e da logística relacionada à execução do projeto. (...) Em 2006 foi contratada uma equipe, coordenada pelo arqueólogo Alberto Tavares de Oliveira, para realizar a pesquisa arqueológica em três áreas da Praça da Alfândega – uma junto à Rua dos Andradas para evidenciar ocupação pré-colonial e duas onde se localizavam uma das escadarias do antigo cais e o antigo prédio da Alfândega. (Hist. FT).

Dando uma explicação específica sobre a ruína da escadaria encontrada, o técnico Hist. FT diz: *Uma questão que ficou pendente e não concretizada foi a exposição, ao público, da área de escavação da escadaria do antigo cais.*

Várias ideias foram discutidas, mas nenhuma aprovada. Ficaria comprometida a conservação da escadaria, considerando que as pedras dos degraus haviam sido retiradas, restando somente as dos cantos. Teriam que ser instaladas bombas de bombeamento da água que vertia, a partir de 1m de profundidade, aproximadamente. Haveria problema com a manutenção das bombas e limpeza da área. (Hist. FT)

Foi elaborada uma proposta exequível, mas não foi encaminhada para execução. As áreas foram cobertas novamente (figura 47). E continua: Outra ação que não foi realizada foi a sinalização, através de totens, das estruturas da Praça com informações. Não houve, até o momento, um trabalho interpretativo, com maior profundidade, sobre o acervo arqueológico recuperado e o mesmo relacionado às estruturas identificadas. (Hist. FT.)

Figura 47: relatório dos Registros de Campo do projeto Arqueologia Praça da Alfândega. Acervo: Núcleo de Arqueologia - Museu de Porto Alegre José Felizardo.



Fonte: foto da autora, 2019.

Ao relatar sobre os resultados das atividades efetuadas, o Técnico Hist. Z conta que:

A Praça da Alfândega foi restaurada, mas a ligação entre as duas praças pela Rua da Ladeira acabou não sendo executada, obra que traria um impacto visual na poligonal. As pesquisas arqueológicas realizadas na Praça da Alfândega deram bastante visibilidade ao Programa, mas não foi possível encontrar uma forma de tornar visível e material para a população a configuração do antigo cais. Um elemento material no espaço urbano, certamente, daria um significado mais forte ao patrimônio, à história da cidade. A Praça da Matriz ainda não foi restaurada. O projeto interpretativo ainda não foi executado. (Hist. Z).

As entrevistas aplicadas *on-line* e os relatos gerados (a partir das entrevistas *on-line* realizadas) pelos técnicos de patrimônio mostraram a forma de conceber - pensar o fazer - espaços, profissionalmente, representando a figura pública do Estado. Os técnicos exerceram uma atividade na dimensão do espaço concebido da Praça, dentro do período de tempo contratual definido pela temporalidade de ação do Programa Monumenta. Dessa forma, foram estabelecidas formas de entender e comparar as diferentes atividades de acordo com os usos sociais dos lugares, e a relação estabelecida ao longo do tempo com esses lugares. Os relatos captados, de ambas áreas do conhecimento responsáveis pela concepção e execução de ações estabelecidas pelo Programa Monumenta - arquitetos e historiadores -, na figura da UEP Porto Alegre, coincidem nas linhas de atuação definidas. Porém, relatam diferentemente o entendimento dos resultados.

Analisando tais entendimentos a partir do enfoque do estudo no espaço social, pode-se inferir que estas ações requalificaram urbanisticamente o espaço, no entanto não se efetivaram os diálogos com as comunidades de usuários (permanentes) da Praça de modo a permitir a apropriação identitária - sendo que a apropriação dos locais sob proteção pelos habitantes seria um dos objetivos a cumprir, ao compor um perímetro de tombamento de sítio histórico com financiamento internacional, e justificar/consolidar historicamente a área delimitada.

A seguir, serão apresentadas as formas de viver o espaço atual e os entendimentos sobre as ações efetuadas pelo Programa Monumenta, de acordo com a visão dos sujeitos-usuários da Alfândega, considerados nessas ações.

3.1.3 A ação no cotidiano - espaço de representação, vivido

Percepções e concepções se ancoram em vivências, nos espaços usados e ocupados por sujeitos que se colocam no tempo e no espaço, agindo e executando o que

ali estão a fazer - no caso, gerando renda para sustento próprio. Os usuários da Praça da Alfândega fazem parte da conformação do local, transformando-o em lugar (SANTOS, M., 2009) na medida em que ocupam e usam espaços físicos para diversas atividades: formais, informais, comerciais, contemplativas, terciárias, aquelas definidas pela categoria “outros”, e as que não podem ser definidas - uma grande variedade de atividades compõem esse espaço social. São diversos usos da Praça que não constam em registros oficiais mas que, em seus processos, condensam percepções, concepções, saberes e fazeres dali - sabem como se articulam as relações profissionais e pessoais, intermediando-as nas práticas sociais do cotidiano, em um *continuum* diário de dimensões.

Há de se pensar no cotidiano em certos momentos e no fazer do tempo em si. Não é todo dia, não é toda hora: esta dimensão aparece em certos momentos, do passo para frente ou passo para trás, quando a rotina de trabalho-família-lazer é brevemente interrompida e é possível se ver no tempo e no espaço. Certos hábitos - ou ruptura de hábitos - de lazer e comunhão social permitem pensar em conjunto, porém são processos individuais de formar-se, de ver-se enquanto parte. Como diz Baudrillard:

A cronometria é angustiante quando nos determina tarefas sociais; mas é tranquilizadora quando substantifica o tempo e o destaca como objeto consumível (...) o relógio é um coração mecânico que nos tranquiliza a respeito de nosso próprio coração. É este processo de infusão, de assimilação da substância temporal, é esta presença da duração que vem a ser recusada, da mesma forma que todos os outros núcleos de involução, por uma ordem moderna que é exterioridade, espaço e relação objetiva. (BAUDRILLARD, 2008, p. 30).

Figura 48: senhor de boina e bombacha, atravessando a Praça.



Fonte: foto da autora, 2019.

A seguir, o estudo foca nas atividades cotidianas que compõem a energia vital do lugar (LEFEBVRE, 2013), as quais condensam representações pessoais - porém comuns a vários sujeitos -, sobre aquele espaço público e antigo, resultando em um entendimento comum do lugar: o espaço social do lugar formado pela tríade do percebido, do concebido e do vivido (figura 48). Presente na preservação de si/corporeidade enquanto “ferramenta” de sustento e sociabilidade ao ar livre - faça chuva, frio, calor ou sol - num lugar, no contexto de espaço público “praça”, foram observadas e analisadas diversas atividades praticadas no espaço da Praça da Alfândega, durante o ano de 2018-2019, e estabelecidas categorias que explicassem as formas de estar ali, hoje, vivendo sociabilidades urbanas contemporâneas. Atividades com presença constante e respectivas percepções da ambiência de Praça fariam parte da vocação do lugar para, por exemplo, carga e descarga¹¹⁶. Seguindo a metodologia da descrição horizontal, apresentamos as ações de observação das atividades terciárias, comerciais e de serviços informais encontradas na área.

Houve várias escolhas para efetivar a observação. Entre elas, foram selecionadas as atividades elencadas no plano de ações do Programa Monumenta/UEP Porto Alegre, na Praça - as quais, coincidentemente, são atividades com necessidade de mobiliário urbano específico. Porém foi observado existirem uma profusão de atividades em ação na área, de maneira formal e informal, que se repetem, continuamente, em um contexto de ambiência pública, diurna e ao ar livre. Dessa forma, as entrevistas em campo visaram captar as formas de viver o espaço da Praça - vivido, representado e concebido -, antes, durante e depois do Programa Monumenta. Já as entrevistas on-line visaram captar a forma de ver e trabalhar sobre esse espaço, patrimonializado e re-vitalizado, através das perguntas da entrevista *on-line* aos técnicos do patrimônio envolvidos na elaboração e execução do Projeto.

Em virtude da profusão de categorias que a temporalidade das vivências do espaço social da Praça pressupõe¹¹⁷, referente aos usuários/ transeuntes/ habitantes/ frequentadores/ etc. dali, a metodologia para entrada em campo da investigação foi dividida, entre a entrada em campo para observação e descrição horizontal do espaço social e o trabalho de campo para entrevistas. A primeira foi realizada na forma de

¹¹⁶ Poderiam ser encontradas ali há mais de 100 anos. Na medida em que estas estiverem no local de forma continua e sendo efetuadas ao longo de 3 gerações, já podem ser consideradas enquanto patrimônio imaterial do lugar, segundo UNESCO/2003.

¹¹⁷ Cabe citar a impossibilidade física para observar de forma contínua. Também porque um trabalho de campo de longo prazo em nenhum momento foi objetivo da investigação, mas a observação participante.

observação a distância e semi-participante, quando necessário. Foram efetuadas observações, captadas fotos e, eventualmente, efetuados contatos, nos quais a pesquisadora se apresentou identificada com crachá, pedindo permissão para fazer fotos e explicando os objetivos e, quando necessário, fazendo rápidas perguntas para entender a atividade em foco. O trabalho de campo específico visou abarcar as atividades “notadas” e/ou contempladas pelo Programa Monumenta, desde 2002, e teve por objetivo entender os impactos das ações do Projeto no cotidiano das atividades. Foi elaborada e aplicada uma entrevista-padrão nas categorias de atividades que o Monumenta considerou no critério “atividade”, totalizando 4. Buscou captar as dimensões dos espaços vividos, representados e concebidos *in loco*, durante o horário de atuação dos sujeitos nos espaços estabelecidos pelo Projeto para essa atuação.

Foi levado em conta o fato de que as relações estabelecidas entre o Projeto e os usuários permanentes e/ou frequentes da Praça ainda estão ocorrendo, pois trata-se de uma ambiência histórica (VARINE, 2013). O instrumento de pesquisa¹¹⁸ para atividades “oficiais” teve formato de uma entrevista semi-estruturada¹¹⁹ (em anexo), registrada na prancheta e em áudio, sem fotos dos entrevistados, com perguntas de “sim/não” e o correspondente “por quê?”, de resposta ampla. As 4 atividades captadas foram a banca de jornais, banca do mel, engraxate e artesanato.

3.1.3.1 Na Praça - observação e campo

As atividades elencadas pelo Programa Monumenta em 2002 e entrevistadas pela pesquisadora em 2019 foram:

- **Banca de jornais** - herança das atividades de notícias de outros lugares chegando pelo porto, depois pelo telégrafo e/ou telefone, a localização destas atividades também definiu a localização dos jornais e estações de rádio no centro da cidade. A venda de jornais, revistas e magazines está relacionada à comunicação de notícias em mídias reproduzíveis tecnicamente (BENJAMIN, 2012), de acordo com cada época. As bancas de jornais permitiram a apreensão objetual de informações pelo mundo. Cabe frisar que a chegada de notícias, de edições de jornais locais, de remessas de jornais e revistas às

¹¹⁸ Ver o questionário nos Apêndices.

¹¹⁹ Foi solicitada a permissão para uso dos dados coletados em texto e áudio, e todos atenderam. Ver permissão nos Anexos.

principais bancas do centro da capital tinham atividades associadas às sociabilidades nos espaços públicos da rua e às atividades urbanas cotidianas. Na Praça, a banca do Sr. José La Porta, hoje retirada, esteve por mais de 35 anos acompanhando as atividades da Feira do Livro, da qual foi o “Xerife”.

- **Banca de mel** - banca da Associação Gaúcha de Produtores de Mel, está no espaço da Praça desde 1989. Remete à relação com o clima frio, de uso de mel como tratamento para gripes e tosse, comuns no inverno.
- **Engraxate** - atividade relacionada aos hábitos de higiene urbanos resultantes do crescimento e ampliação das vias calçadas nas cidades, nos séculos XIX e XX. Apresentar-se bem escanhoado, bem trajado e com “lustre nos pisantes” fazia parte das atribuições de homens distintos (PESAVENTO, 2002), principalmente para dar-se a ver pela Rua da Praia. A atividade colabora na conservação e hidratação de calçados de couro, aumentando a durabilidade do material. O serviço de “graxa” permite desfrutar de 5 a 10 minutos ao ar livre, trocando ideias e aprimorando-se, estética e socialmente.
- **Artesão** - atividade relacionada às lides manuais, apresenta-se organizada como Associação de Artesãos da Praça da Alfândega (ARTEFAN) há mais de 30 anos. Desde 2016 são permissionários de espaço próprio. Atividades manuais e comercialização de objetos e/ou serviços fazem parte do cotidiano da Praça da Alfândega, pela relação estabelecida na área com inúmeras atividades e manufaturas pré-industriais. Comercialmente, constituem uma das atividades terciárias contemporâneas.

Dessa forma, apresentamos a seguir os resultados captados nas entrevistas aplicadas aos indivíduos que realizam as atividades elencadas pelo Programa Monumenta, no momento presente.

3.1.3.2 Atividades Oficiais - entrevistas:

3.1.3.2.1 *Entrevista - Banca de jornais:*

Foi entrevistada a jornalista P., atual dona do Estande Assinante, moradora da Ilha da Pintada. Suas atividades diárias são atender clientes que comprem revistas, jornais, refrigerantes e cafés (máquina na Banca) *vendo café, revista, de tudo um pouco* (figura 49). Há 40 anos, desde os anos 1980 a banca era do seu pai, *antes, era bem na ponta do*

Banrisul. Segundo ela, antes do Monumenta a Praça era mais movimentada, quando tinha os hippies. Mas também teve um tempo agora por último que tava muito ruim, tava horrível. A faixa dos hippies se alastrou e, com o crescimento das atividades de comércio,

já veio camelôs, junto, se infiltrar no meio - também muita maloqueiragem, a gente fazia toda a volta para chegar aqui (...) antes de ter esses barzinhos ali era um horror, naqueles bancos ali era horrível, fumando, se drogando, tava bem ruim. Aqueles joguinhos ali, ficavam aqueles homens jogando... agora até deu uma clareada. (ENTREVISTADA P)

Durante as obras de qualificação da Praça a banca não fechou porque foi mais para lá. Depois das ações, comenta: eu gostei, achei bem melhor, ficou mais aberta, movimentou mais, outras pessoas, de vários níveis, tá sempre movimentado, além de abrirem novas empresas na volta, os funcionários se reúnem e sentam na volta do banco, coisa que eles não faziam antes.

Figura 49: banca de Revistas, no leito da Rua Sete de Setembro.



Fonte: foto da autora, 2019.

Tem algumas amigas, os engraxates, antes se fazia jogo aqui, aquela senhora lá compra jornal aqui, a gente conversa. Para ela, a Praça é diferente pelo tamanho que tem, e considera a Praça seu trabalho.

Tinha o projeto da gente ir para ali, (módulo), ainda tá em... pra ali, pras lojinhas. A gente foi lá, conversou com ela (Briane Bicca, Coordenadora do Programa Monumenta), pra nós era a morte ir para ali, é difícil uma pessoa ir diretamente numa banca, entendeu, é diferente, de uma pessoa que vê a banca e que chega. (ENTREVISTADA P)

A clientela da banca é composta por bancários, funcionários de escritórios, então a gente conversou com o pessoal, se houvesse a possibilidade de a gente mudar para ali,

e o pessoal disse: aqui é no caminho, dificilmente eles iriam “quebrar” para ir ali, ne?. A Praça tem frequentadores habituais que vêm aqui passear com os cachorros, passa às vezes a tarde aqui. Sobre os frequentadores que estavam na Praça naquele momento (início da tarde, 13:30), disse:

O público que está sentado ali é o público do comércio, trabalha tirando um horário ali, que vem e que tira esse horário na praça. Sobre lembranças de quando a banca era do pai e frequentava, criança: eu não gostava de vir pra cá quando era pequena, porque achava tudo muito longe, do ponto de ônibus nosso, vamos supor (...) achava muito ruim. (ENTREVISTADA P)

Sempre gostou de trabalhar no Centro, entra um, entra outro, tu sempre conversa, até (meu marido) diz que eu falo demais, ficava sabendo da vida das pessoas, mas aí eu disse, mas as pessoas me contam as coisas...(risadas) assim, esse movimento, ne?.

3.1.3.2.2 Entrevista - Banca de Mel:

Foi entrevistada a vendedora de Mel L., natural de São Jerônimo/RS. A banca é da Associação de Apicultores do RS (figura 50). É associada contratada como funcionária. Tem uma relação boa com o lugar, *passo no mínimo 8 horas do meu dia, 5 dias por semana*, está ali há mais de 7 anos. Antes da reforma do Monumenta, *passeio aqui não existia, aqui era um ponto de drogas, tráfico e prostituição. Até para trabalhar era perigoso*. Durante a reforma, não fecharam, foram feitas reformas em torno do lugar. Depois da reforma, melhorou a questão da segurança e as pessoas voltaram a vir para a praça: *segurança nem se fala, hoje a gente tem câmeras de segurança*. Comenta que a Feira do Livro aumenta o fluxo de pessoas, para os museus, a Noite dos Museus trouxe bastante gente para cá.

Figura 50: banca do Mel, no leito da Rua Sete de Setembro.



Fonte: foto da autora, 2019

Com as rondas da brigada e da guarda municipal *que antes não existia*, melhorou bastante. Importância da Praça para a sua atividade: *é bom por estar numa praça, a natureza, e para apicultura a base é a natureza*. Produz mel no Caráa, em Viamão e na zona sul de POA. Considera a Praça importante enquanto área verde, porque há poucos pontos de área verde em Porto Alegre. *Aqui tem uma infraestrutura em volta muito boa, a gente está bem localizado*. Para a cidade a Praça é importante pela estrutura que oferece, pelos Museus, pela área verde que oferece. O que mais gosta é da arborização, o que menos gosta é das pessoas que frequentam que jogam lixo na Praça *a gente está em meio da natureza, as pessoas deveriam ter mais respeito (...) algumas pessoas me atrapalham aqui*. Sobre a relação com o Rio, contou que 2 anos atrás teve muita chuva, teve uma pequena enchente na praça, *coisa leve, não chegou a entrar água na banca*. Sobre opiniões, colocaria mais lixeiras, mais banheiros e informativo sobre os banheiros *para não precisarem fazer xixi pela Praça* - mas ela própria prefere ir até o Shopping Rua da Praia.

3.1.3.2.3 Entrevista - Engraxate

Entrevista a uma engraxate mulher, V., moradora do Sarandi, que herdou o local de seu pai e está completando o 2ºGrau.

Como dizia Mário Quintana, sou uma lustradora de calçados (...) na realidade eu brinco, eu me sinto que sou uma engraxate. O pai trabalhou 54 anos na Praça e quando faleceu, ela deu continuidade e está ali há 13 anos. A cadeira era no pé de uma árvore, depois “passou para outra” que, com o Programa Monumenta “botou nós aqui. (ENTREVISTADA V)

Sobre rotinas, ao chegar, diz a entrevistada que utiliza a chave de uma das lojas que não está alugada e é usada para guardar os materiais, abre o cadeado da cadeira e *espalho meu material para trabalhar (...) Há 13 anos que a gente guarda ali dentro, vai chegar uma hora que vai ser alugado (...) por enquanto, é o pessoal é camarada, e é permitido que a gente guarde ali*. Desde pequena, frequentava a Praça. Perguntada sobre como era a Praça antes do Monumenta, responde que *a sensação é que está melhor agora, o que eu sinto falta seria do chafariz, ali no meio*. Reclamou da buraqueira na praça, pela falta de manutenção da pedra portuguesa. *O Programa Monumenta foi feito, e a Praça fez uma limpeza visual que daonde eu estava aqui nessa cadeira, tu enxergava lá do outro lado, o Santander* Como os arbustos, as folhagens começaram a crescer e *não houve aquela poda, aquele cuidado desde o princípio do Programa Monumenta*.

Sobre a conservação da Praça, disse

Aqui tem um jogo assim: a Praça pertence à SMAM e a Rua da Praia pertence a um outro órgão que cuida, então eles vieram, taparam até ali o meio e eu disse -moço, pode tapar aqui?, ele disse esse -não, aí já é a SMAM, ou seja, por questão de 2 ou 3 metros, não puderam tapar o buraco?(...), é uma vergonha, nunca a Praça esteve nesse estado!. (ENTREVISTADA V)

Explica da diferença de órgãos da administração sobre os lugares até para limpeza, e conta da responsabilidade de adotar o canteiro na sua frente, o colega adotou o canteiro de trás, e reclama da quantidade de bitucas de cigarro: *ô povo mal-educado!*. Considera que a Praça está mais bonita agora, mas “*falta a manutenção*”. Não se considera usuária da praça, pois trabalha ali, com o colega (figura 51).

Figura 51: cadeira fixa de engraxate, no leito da Rua Capitão Montanha.



Fonte: foto da autora, 2019.

Com o Programa Monumenta, foram informados e as cadeiras provisórias foram deslocadas:

a gente foi, inclusive nós éramos ali, né e foi tirado dali - nós fomos colocados na cadeira provisória ali, pra ter toda a arrumação na Praça, e depois dela pronta, nos colocaram aqui. Sobre como foi a rotina durante as ações, conta que demorou. Que na época do projeto a Praça inclusive tinha zelador, tinha 3,4 funcionários que mantinham a Praça limpa. (ENTREVISTADA V)

Quando o banheiro público foi transferido para o Módulo de Serviços, os funcionários foram transferidos, não voltaram e a Praça ficou abandonada: *só fazem mutirão quando tem algum evento, aí eles vêm e arrumam a Praça*. Na hora, pergunta ao colega sobre os três morenos que cuidavam da Praça, *devem estar na Praça do Renner*

(...) eles passavam os dias limpando essa Praça aqui, e tiraram os funcionários da praça.

Sobre os resultados sobre como ficou a Praça depois do projeto:

teve algumas falhas, na minha opinião: as lixeiras estão dentro dos canteiros, e o povo, tem que estar visível, a lixeira tem que estar no caminho dele, porque o povo não vai dar dois passos para botar o lixo no canteiro, vai atirar no meio da rua, é isso que o povo faz. Se tu olhar as lixeiras, pra começar elas são escuras, são grafite, tu não enxerga, tem que ser uma cor visível, colorida, alegre, e que elas ficassem pra fora do canteiro, para que o povo pudesse colocar o lixo para fora do canteiro. (ENTREVISTADA V)

Também comenta sobre as novas ambiências e as mesas de jogos, a entrevistada afirma que: *no momento que o pessoal botou esses bancos, essas pessoas que não tem o que fazer adotaram a Praça como mesas de jogos, eles botam um tampão de madeira e usam como mesa de jogos, e dá ajuntamento.* E sugere uma solução espacial: *Se botassem uma mesa de jogos naquele corredor ou num lugar específico para eles que tivessem sombra, eles iam adotar aquelas mesas de jogos e não iam adotar os bancos.* Sobre a possibilidade de ser ouvida pela Equipe Técnica do Programa Monumenta, fala que

inclusive eu critiquei, tanto a arquiteta como a engenheira, na época, porque eu falava com elas, que estava errado, olha, eu sou uma engraxate, mas a meu ver botar uma lixeira dentro de um canteiro tá errado, porque o povo não vai, falta lixo, botar mais uma lixeira aqui, uma lixeira aqui na ponta. (ENTREVISTADA V)

Reclama que há uma placa da Praça dentro do canteiro, que pelo crescimento da vegetação não pode ser vista *o povo não enxerga, então bota a placa do lado de fora*”. Elogia a iluminação, que na época do Projeto *houve uma limpeza visual, tu enxergavas toda a Praça, valia a pena*, aumentaram o número de bancos e retiraram as lanças de pontas das grades dos canteiros. *Teve muita mudança, pra gente que estava aqui e viu, teve uma diferença.* Comenta sobre as muitas amizades (e inimizades) na Praça, sobre significados diz:

a Praça da Alfândega, pra mim, ela é o coração de Porto Alegre, pra mim ela é segunda terra, é que nem coração de mãe, abrange prostituição, tráfico, trabalhador, políticos, bancários, aposentados, desempregados, os engraxates, tudo abrange na Praça! (ENTREVISTADA V)

Depois conta sobre os diferentes usuários da Praça e seus lugares de atuação:

Eu te aponto, esse canto é o canto da prostituição, é o canto onde os homossexuais ficam, lá na ponta é prostituição, mais do outro lado, é o tráfico, aqui é os jogos, e um monte de coisas, cada um no seu espaço (...) lá na ponta é a dama, aqui já é o pôquer e o dominó, que eles jogam muito aqui, né?. (ENTREVISTADA V)

Cheia de opiniões, fala que considera pouco valorizados os monumentos lindíssimos que estão na Praça:

a carta-testamento (Getúlio Vargas), aquela pedra ali que já foi roubada, o mato tá fechando a carta-testamento, e pula na geografia: a mulher do jarro, tá abandonada, lá do outro lado (...) meu pai, quando eu era criança, lavava as mãos na mulher do jarro, corria uma água, meu pai saía da Praça e lavava as mãos ali, eu acompanhava meu pai. (ENTREVISTADA V)

E continua na avaliação: *O Mário Quintana tá mais bem cuidado ali, o mapa da África, ali no chão, falta uma coisa para indicar o que é o mapa.* Sobre a espacialidade da Praça e a constituição da ambiência financeira, frisa: “*volto pra dizer, todos os bancos que tu podes ter no Rio Grande do Sul, tá tudo aqui em volta, os arranha-céus, e esse verde maravilhoso*”. Sobre o que tem na praça, conta ser

essa sombra, esse verde, ... policiamento, tem bastante aqui na Praçad’alfândega, a Praça ela é cercada, inclusive tem câmeras, tu é observado pela polícia (...) eu digo pros guris, querem fazer coisa errada - façam, eles estão sendo observados, aí vem a polícia e prende vocês. A Praça nesse ponto é excelente. (ENTREVISTADA V)

Sobre outros momentos da ambiência, conta um momento de receio:

eu já vim aqui à noite - e a Praça dorme, à noite (...) esqueci a minha carteira, estacionei o carro no Banrisul, subi a calçada, liguei os faróis, era uma meia-noite, uma hora da manhã, ninguém viu eu chegar, eu abri, peguei minha carteira e saí, era só aquelas luzes... a Praça à noite é uma coisa mais linda do mundo... pra fazer um vídeo, tirar umas fotos. (ENTREVISTADA V)

Sobre sua relação com o espaço social da praça: *Eu não tenho medo, eu venho porque o pessoal me conhece, ne?* Sobre tempos passados na Praça, sente a falta do pai, e reclama da falta de reconhecimento da atividade (figura dos engraxates:

no tempo do meu pai tinha 50 engraxates na Praça da Alfândega, Hoje a Praça está reduzida a eu e o colega aqui, um aqui na ponta e dois lá na outra ponta, não tem mais do que 6 engraxates, estão um em cada canto, faltou um cuidado assim com os profissionais da graxa que somos nós, eu diria isso de ruim. (ENTREVISTADA V)

Sobre o Módulo de serviços, chama de bares maravilhosos e complementa: *que isso foi muito bom, tu pagas dois reais, mas tu frequenta um banheiro que é limpo, é cheiroso, tem papel higiênico, tem sabonete, tem toalha. E se tu não tens grana vai no outro lá e paga, não é muito lá essas coisas, mas tu consegue usar também.* Sobre memórias afetivas relacionadas ao lugar, ao falar do pai a emoção veio:

se eu falar vou começar a chorar! Meu pai foi o primeiro engraxate da Praça da Alfândega e através da Praça da Alfândega ele formou 5 filhas mulheres - eu não estudei porque eu era sem-vergonha, porque minhas irmãs estudaram (...) a lembrança que posso ter é que através de eu sendo engraxate eu botei meus dois filhos na faculdade, uma administradora e outro, advogado. (ENTREVISTADA V)

Diz que gostaria de contar isso ao pai *gostaria que ele soubesse que eu virei uma engraxate (...), minha mãe morava aqui (Rua da Praia) em frente ao QG da Brigada,*

esse trajeto eu conhecia. Sobre geração de renda da atividade, diz: eu tenho minhas contas, meu cartão de crédito, agora não pago mais porque meu filho virou advogado, mas no início eu pagava as contas, IPTU, IPVA, seguro de carro.... Contou sobre as ajudas que recebeu que possibilitaram ajudar os filhos nas carreiras:

A Praça da Alfândega, os meus clientes, fez com que eu conseguisse muita ajuda para botar meu filho na faculdade, porque aqui senta juiz, desembargador, reitor, e eles me davam as dicas de qual o caminho, aqui sentava ministro que dizia - é esse o caminho, e eles me diziam o caminho e eu dizia o caminho para meu filho. Consegui uma bolsa integral do Governo do Prouni, formei meu filho na PUC (...) faço minha poupança e consigo sempre no verão dar uma saidinha para Salvador, 5 ou 6 dias, com minha poupança da Praça. (ENTREVISTADA V)

Sobre formas de trabalhar em espaço público (figura 52), aprendeu com o pai a ter pontualidade e assiduidade - chega entre 7:30-8h e sai pelas 18h. Sobre iluminação para trabalhar no espaço público, diz que *não precisa de luz, só a luz do sol*. Quanto à localização, responde: *minha cadeira é a número 1, estou na vitrine, não tem quem não me enxergue aqui*. Quanto a questões de gênero e preconceitos, diz:

por ser a única, por ser pioneira, tenho uma certa credibilidade (...) no início, quando eu disse: vou virar engraxate, vou dizer pra ti, não foi fácil, as sabotagens, não tem ideia do que eu passei. (...) cheguei pros colegas - Olha, a partir de amanhã vou assumir o lugar do meu pai, e disseram - Tu pediu permissão pro falecido? Meu pai é proprietário da cadeira, ela não pode ser vendida, não pode ser alugada, pode só a família assumir, que nem as bancas de revistas. (ENTREVISTADA V)

Sobre a transmissão de conhecimentos e de clientes, além do ponto, ela herdou a cadeira, as escovas e a clientela da Praça da Alfândega: *Eu herdei a clientela do meu pai e fiz a minha clientela*.

Figura 52: cadeiras de engraxate na esquina da Rua Cassiano Nascimento com Rua Sete de Setembro. Ao fundo, a estátua do Barão do Rio Branco.



Fonte: foto da autora, 2018.

3.1.3.2.4 Entrevista - Artesão

A entrevista que segue foi realizada com R., artesão de Porto Alegre que trabalha com couro. Este aprendeu com outro colega, e vende sua produção artesanal: *meu forte é couro*. Diariamente, vem de ônibus da Glória ao centro, chega as 8-8:30h e sai 17, 18h, cumprindo o regulamento interno da Associação de Artesãos da Praça da Alfândega (Artefan, desde 1990), e o regulamento da SMDE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, antiga SMIC, incidente sobre a Praça. Está na Praça há 20 anos e acredita que, antes da intervenção, a Praça possuía maior beleza, conforme afirma: *acho que era mais bonita do que está agora, acho que estragaram a Praça, o que ficou bonito foi a poda, eu adorei, mas pode olhar, está toda detonada, gastaram milhões e em três anos, a Praça se detonou*. Conta que o grupo de artesãos tem história longa,

A gente veio lá da (Praça) Dom Feliciano, passamos para a Ladeira, fomos para a Rua da praia, voltamos para a Ladeira, a feira já esteve aqui por um tempo, depois o Alceu Collares mentiu para nós que ia fazer um estacionamento aqui na Ladeira, retirou a gente, colocou a gente na Sete de Setembro, a gente conseguiu retomar toda a nossa freguesia, depois veio o Monumenta, deu um pontapé na nossa bunda, botou aqui, a gente está pra entrar na justiça contra o Monumenta e contra essa turma toda que botou aqui. Olha aí, amiga, o jeito que está isso aqui (vazio), isto aqui não é rua de comércio. (ENTREVISTADO R)

Conta que foram informados das alterações na praça, *mas a gente não teve força suficiente, porque o poder público ficou do lado do Monumenta, com toda essa transformação que teve aqui na praça*. Sobre a localização, conta que *eles deram duas opções: ou a gente ia para a Caixa Econômica Federal, lá onde tem aquelas lojinhas, ou a gente ficava aqui. Nós resolvemos ficar aqui, mas não porque nós quiséssemos, nosso local de origem é a Sete de Setembro*. Durante a reforma, a rotina mudou *pra pior (...) no sentido comercial, de localização e abandono, olha como é que está a Praça*. Fala da atitude dos artesãos de ir contatar os órgãos responsáveis para resolver problemas da praça: *a gente já foi na SMAM, a gente já foi na SMIC, a gente vai em toda Secretaria que tem responsabilidade aqui, parece que agora a Praça se transformou e agora é federal, parece que foi tombada e ela é federal, mas está tudo abandonado*. Sobre os resultados da reforma, diz que ficou

em alguns aspectos melhor, em alguns aspectos pior. O melhor seria, por exemplo, a luz, que aconteceu aqui dentro da Praça - e o pior, o abandono, né? O descaso, isso aqui virou, ba, sabe que os bala na cara tão aí dentro (...) aqui não tem policiamento, nada, isso aqui é a Praça Mujica (alusão a consumo livre de cannabis). (...) Não tinha isso dentro da praça, sabia que isso aconteceu depois da renovação? Claro, que não tem nada a ver com renovação, é uma

questão de segurança, mesmo. Infelizmente não deu certo. (ENTREVISTADO R)

Sobre as amizades na praça, conta que há moradores de rua que estão há 15, 20 anos:

não tem como tu passar pela pessoa e tu não reconhecer (...) a gente se dá com os engraxates, que estão aqui conosco na praça, também é outra turma que, pode ver, as cadeiras tudo abandonadas... estragaram comercialmente a praça. (...) aquele senhor da banca de revistas, é uma pessoa muito querida, que sempre esteve do nosso lado, inclusive o Programa Monumenta tentou tirar ele, e ele entrou com processo, ele tem dinheiro, a gente não tem, e ele ganhou (...) essa banca de revista foi a mais importante de Porto Alegre tudo, aqui tu encontrava El Clarin, The Times, Le Monde, entendeu? Era um ponto de encontro essa banca de revista. (ENTREVISTADO R)

E conta outras lembranças de usos da Praça: *todas aquelas brincadeiras do pessoal que se formava na faculdade, era dentro do chafariz, ali, eles iam tomar banho quando o chafariz funcionava*. E continuou:

essa é a parte ruim da história da Praça: todos os chafarizes que estão aqui dentro da praça, aqui, ó, estão todos quebrados, não estão sendo usados, inclusive a Samaritana (...) eu sei a história desta praça: a Samaritana que está aqui não é a verdadeira, a original levaram, porque me parece que roubaram uma vez ela, depois recuperaram (...) e botaram essa outra. Me dá vergonha ver os turistas fotografando aquela ali. (ENTREVISTADO R)

Conta que o banho dos bixos foi há uns 15, 20 anos atrás. Sobre significados da Praça, diz: *Em que sentido: comercial, pessoal, político? Posso te responder em todos* E continua:

Acho uma das praças mais bonitas de Porto Alegre, a mais mal cuidada de todas, olha a orla do Guaíba, que coisa linda, se desse um terço da atenção que deram à orla do Guaíba... isso aqui é ponto turístico, mal usado, nem um ônibus da Carris para na esquina pra dizer, olha essa aqui é a Praça da Alfândega, e tem que dar um pouquinho da história da Praça. Isso aí tudo a gente reclama - pro pessoal do turismo, pro pessoal da cultura, pessoal da SMIC. (ENTREVISTADO R)

Justifica sua opinião com argumentos comerciais:

Nós vivemos do comércio, não sou só amante da arte, a arte tem que me dar retorno. Isso aqui bem trabalhado, se a Prefeitura, o Estado, o Governo Federal, tivessem realmente interesse, puxa vida cara, isso aqui é melhor, na minha cabeça... tu conhece o Bric da Redenção? Eu faria funcionar uma feira aqui, domingo, nos moldes do Bric da Redenção, que é um centro turístico e cultural de Porto Alegre sobre o artesanato. Mas o poder público não tá nem aí (...) e lá está quebrando! Sou frequentador assíduo, e esses dias que fui lá, tem 15 boxes vagos, isso nunca aconteceu na história do bric, tinha uma lista de espera para entrar com mais de 200 pessoas. Hoje eles tão buscando gente na rua pra ocupar os lugares que estão vagos. (ENTREVISTADO R)

Sobre as bancas da Alameda dos Artesãos, explica: *Olha aqui, nós temos umas 6 bancas vagas aqui. Isso aqui é tudo por edital, e o poder público tá quebrado, entendeu?*

Sobre a especificidade da Praça, conta:

É uma coisa central, a Praça da Alfândega, se tu te sentar aqui, quiser tomar uma água mineral tá o Zaffari ali, tu quer comer um xisburger tá ali o bigburger, tá tudo na mão, tudo pra dar certo, entendeu? Quer dar um passeio no Gasômetro tá pertinho, quer ir num museu, toda a área cultural dos museus são aqui, ó, é Mario Quintana, é o Museu de Arte, é o Santander (...) por exemplo, Santander faz muitos eventos, e quando são realizados no sábado, vamos dizer que melhora nossa venda em 5 ou 10%, mas o mais importante é de ver as pessoas passarem aqui e dizer bá, mas aqui tem uma feira (ENTREVISTADO R)

Porque eles não conhecem, isso aqui é um beco, então as pessoas desconhecem”, diz a entrevistada. Com propriedade, fala a respeito dos valores do lugar: *O que traz as pessoas a conhecer a Praça da Alfândega hoje em dia, não é a própria praça, são os museus, entendeu? Porque a Praça não te dá segurança nenhuma.* Sobre a Feira do Livro, dá sua opinião:

A Feira do Livro é outra coisa que está acabando, que está quebrando, eu estou aqui há 40 anos, e eu vejo a decadência da feira do Livro. Ah, apareceu 25mil pessoas durante a Feira, isso é mentira, se veio 5mil pessoas esse ano aí foi muito. É claro que as pessoas não vão dizer publicamente que a feira ta.... Houve uma briga grande esse ano com a prefeitura e com a feira, porque a Prefeitura parece que estava querendo cobrar, mas a Feira acabou saindo. (ENTREVISTADO R)

Com a propriedade de quem conhece o lugar, faz uma análise completa do ambiente e das atividades na relação com a cidade:

Outra coisa: a Feira de material escolar, que estava sendo feita aqui, desapareceu. Aquilo era bom pra praça, porque a pessoa mora lá na Zona Sul, na Zona Norte, nem sabe onde que a Praça da Alfândega fica ou existe, mas vinha comprar o material escolar, bá, mas que Praça é essa aqui? Essa aqui é a Praça da Alfândega, era uma maneira da Praça ficar conhecida. Sobre eventos na Praça: acho até que a Praça devia ser melhor aproveitada, com outros eventos, algumas coisas”. Sobre uma memória/lembrança marcante do lugar, repete sobre a gurizada que se formava e vinha tomar banho na praça, “eu pessoalmente achava legal aquilo. (ENTREVISTADO R)

As atividades consideradas oficiais possuem suas sistemáticas de trabalho e formas definidas de exercê-las - antes, durante e depois das ações do Monumenta. Este período pode ser considerado uma ruptura nas rotinas constitutivas dos fazeres profissionais *in loco*, principalmente nas atividades que tiveram que ser deslocadas. A constituição de clientelas de atividades terciárias se baseia na localização dos produtos/serviços e os percursos cotidianos dos clientes, quando se trata de atividades que

possam vir a ser efetuadas/oferecidas em outros lugares. A volta do cliente dependerá da relação/ da negociação estabelecida durante a venda/usufruto do serviço.

3.1.3.3 - As atividades informais no espaço social

A construção de vínculos através do comércio é milenar, pela tradicional atividade/ação da troca, porém depende de requisitos básicos, como: a pessoa que oferece a atividade terá que estar disponível/ “na feição”, e a pessoa que tem a necessidade daquele bem ou serviço se interessar de alguma forma, para que se estabeleça uma relação de cliente-fornecedor. Desta forma a relação se estabelece, se efetiva e, se for satisfatória, tende a se repetir.

Descobrir conexões entre lugares e ambiências faz parte de um processo de captação das cargas informativas de um lugar (C. N. F. SANTOS,1986). Estabelecer vínculos de convivência passa a ser uma característica de cada lugar, em seus horários, formatos e especificidades. Há atividades que se repetem indefinidamente por serem um marco do lugar, por representarem um vínculo possível e reconhecível, legitimado pelo tempo de presença no lugar.

Segundo a legislação municipal, a Lei Nº 2022, de 07/12/1959, dispõe sobre as atividades comerciais nas praças e parques da cidade enquanto ambulantes, temporárias ou fixas:

Art. 12. As Autorizações para o exercício de atividades comerciais ou de prestação de serviços ambulantes, temporárias ou fixas, nos Parques Urbanos e Praças, dar-se-ão à título precário, obedecidas as normas de localização estabelecidas pela SMAM e de comercialização estabelecidas pela SMIC.

Parágrafo único. Para efeitos deste Regulamento considera-se como atividade comercial a prestação de serviço:

I – Ambulante, desenvolvida em local pré-determinado, com equipamentos móveis, que seja retirado do Parque Urbano ou Praça, após o encerramento das atividades;

II – Temporária, aquela de caráter esporádico e eventual, não podendo ultrapassar a 90 (noventa) dias, sem possibilidade de prorrogação; e

III – Fixa, a desenvolvida em local determinado, com equipamento fixo, sujeita às condicionantes de localização estabelecida pela Smam e autorização da SMIC. (PMPA, 1959)

Ao longo do tempo, os usos tradicionais da Praça se reorganizaram. Dando lugar à popularização de atividades, o que hoje der um ganho real de dinheiro nas práticas cotidianas - compensando custos de transporte e alimentação da(s) pessoa(s) envolvida(s) -, está dentro das possibilidades de compor o espaço social da praça, enquanto lugar público, acessível a qualquer cidadão, desde que dentro da lei e/ou convivendo com a

ilegalidade discreta (figura 53). A discussão que se apresenta é *a quem* espaço social corresponde a atual configuração da Praça da Alfândega, *qual* a linguagem espacial estabelecida e *como* é feita a gestão deste espaço social em análise.

Figura 53: cidadão em situação de rua, pegando sol e lendo jornal



Fonte: foto da autora, 2018.

Enquanto espaço protegido a nível federal a partir de 2000, a gestão deste espaço (em suas múltiplas dimensões?) passou a ser uma responsabilidade nacional frente às futuras gerações: um tombamento de sítio histórico - compartilhado com outras ambiências, entre elas a Praça da Matriz - exige gestão específica, a fim de manter as qualidades que motivaram o tombamento. Ao buscar a documentação sobre a Praça da Alfândega na pesquisa histórica que fundamentou o tombamento enquanto Conjunto urbano paisagístico¹²⁰, foram encontrados relatos esporádicos dos espaços e tempos, relacionados às edificações e obras efetuadas no espaço¹²¹. As narrativas acerca do espaço social constituído não existem. Nesse sentido, o estudo resgata presenças na atualidade, buscando especificidades, permanências e rupturas que caracterizem o espaço social da Praça ao longo do tempo, ao ponto de receber esta distinção como patrimônio cultural, e não só edificado (figura 54).

¹²⁰ IPHAN/MinC-BR, PROCESSO Nº 1468-T-00, em 19/07/2000.

¹²¹ Inclusive, há duas solicitações de complementação de informações, sobre a composição histórica da área da Praça da Alfândega, no Dossiê IPHAN/2000.

Figura 54: crianças brincando no pé da estátua do Gal. Osório, na frente do parque infantil.



Fonte: foto da autora, 2018

O Programa Monumenta teve as Ações Concorrentes, que “*envolviam processos ligados à economia da cultura, educação patrimonial e reforço da autoestima das comunidades em relação a seu patrimônio cultural.*” (Técnico entrevistado, Hist. P). Porém as ações efetuadas e os resultados ainda estão desconectados das dinâmicas contemporâneas de usos da Praça - ou seja, não são lembrados com facilidade.

Hoje a Praça apresenta atividades comerciais e de serviços, pois a vocação comercial da área é uma característica visível nas atividades, ao longo do tempo. Certas atividades básicas, associadas ao viver/habitar naquele lugar, seja por vínculo profissional, residencial ou de diligências estabelecem ações - pois a Praça é longa, é percurso e é bonita, a Praça não pode ser cruzada de carro, só a pé, a Praça tem calçamento de pedra portuguesa, dificultando transporte de cargas com carrinhos e o uso de sapatos de salto fino, etc. A Praça tem sol no inverno e sombra no verão, permite fumar ao ar livre e encontrar colegas no intervalo do almoço. As atividades diurnas acompanham os horários de expediente do Centro – montar a mesa com os produtos pelas 8:30h-9h, encerrando as atividades quando cai o sol, no inverno, mas no verão o horário segue o movimento da freguesia. Trabalhar na rua desgasta o corpo, e em dia de chuva os ambulantes não montam, porque não tem movimento e as mercadorias podem estragar.

Dentre as atividades diurnas encontradas na observação, presentes na Praça há mais de 100 anos, estão: carregadores, entregadores de água, vendedores de jornais (hoje, bancas), vendedores de doces com balaio, engraxates, cego vendedor de bilhete de loteria, carros de Praça (hoje, pontos de taxi), catadores, profissionais do sexo, varredores da

Praça (hoje terceirizados) e jardinagem. Entre as atividades de lazer, estão o jogo, fumar, sentar, ver o movimento, ler jornais, espera e contemplação.

Contemporaneamente ocorre a visitação de público em geral e de escolares aos monumentais prédios que formam um eixo de caráter cultural: Delegacia Fiscal, hoje Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Correios e Telégrafos, hoje Memorial do Rio Grande do Sul; e Banco do Comércio, hoje Farol Santander¹²². Estas casas gerem demandas culturais nas quais são recebidos visitantes locais e estrangeiros. Em observação na casa na qual trabalho, o Memorial do Rio Grande do Sul, o público da visitação local geralmente é constituído mais por alunos da rede de ensino e, menos, por habitantes da municipalidade e/ou usuários costumeiros da praça - um ou outro gari usa o banheiro e passeia pela museografia que compõe o trajeto de seu percurso. As turmas de estudantes compõem o som particular de conversas e risadas em ritmo de passeio em praça pública. Quando entram nos grandes recintos, convivem com escalas arquitetônicas diferenciadas, materiais nobres e dimensões insuspeitadas, fazendo dos (atuais) percursos expositivos atividades formadoras de sensações e conhecimentos. A convivência das novas gerações com espaços protegidos enquanto território/sítio histórico, segundo De Varine (2013), torna-se essencial para estabelecer as raízes do futuro entre os detentores deste patrimônio cultural¹²³.

¹²² Relembrando que esta casa a partir de 2019 passou a cobrar ingresso para visitação.

¹²³ O autor trata do patrimônio enquanto capital para o desenvolvimento local, através da reconquista e valorização das heranças culturais. Só se cuida o que se conhece.

3.2 HISTÓRICO VERTICAL

Seguindo o método regressivo-progressivo, o estudo entra no momento analítico-regressivo, o mergulho vertical na história local. Foca a complexidade vertical da vida social (MARTINS, 1996, p. 21) a partir do conceito de “dialética em paralisia”, de W. Benjamin (1989, apud PESAVENTO, 1998) quando o passado e o presente entram em conjunção, e o presente enxerga-se no passado: *Benjamin dá a entender que as imagens construídas e os discursos que se articulam numa época podem e se tornam legíveis num outro tempo, quando se estabelece a sincronia e a recognoscibilidade.* (PESAVENTO, 1998, p. 7).

Nesse sentido caberia, antes de iniciar o mergulho vertical, apresentar o parecer positivo para o tombamento do sítio histórico do Conjunto da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega, em Porto Alegre, pelo IPHAN/MinC-BR. O Processo Nº 1468-T-00, de 19/07/2000, resultou na apresentação do Conjunto urbano paisagístico voltado para a Praça da Alfândega e Conjunto histórico nas imediações da Praça da Matriz, Porto Alegre, RS. No volume III, o parecer de Nestor Goulart Reis Filho (IPHAN, 2016) explica a formação do sítio histórico de Porto Alegre e fala dos critérios usados para auferir valor no parecer de tombamento de conjuntos urbanísticos:

As áreas das praças da Matriz e da Alfândega em Porto Alegre devem ser reconhecidas, sem dúvida, como conjuntos urbanísticos, cujo valor supera os limites do valor arquitetônico das partes (...). Esses dois conjuntos urbanísticos e suas respectivas praças, por um lado, são característicos das tradicionais “cidade alta e cidade baixa”, de tantos núcleos urbanos brasileiros dos tempos coloniais. Por outro lado, são certamente um caso excepcional. Nas vilas e cidades mais antigas, principalmente nas fundadas até 1650, o caso mais comum era a instalação da Matriz e da Casa de Câmara junto a uma praça, em local elevado, dando origem à “cidade alta”, a partir da qual se desenvolvia a povoação. Depois de algum tempo, com a ampliação das atividades econômicas voltadas para a exportação, tornava-se necessária a instalação de uma área urbana em local adequado para atividades portuárias, onde terminavam por se definir ruas e praças, com a formação da ‘cidade baixa’. No caso de Porto Alegre, foi o contrário. A povoação se formou de início ao redor da área da Praça da Alfândega e ao longo da Rua da Praia, junto às instalações portuárias, com o trapiche e a Alfândega. Depois, com a elevação à condição de vila e sede da capitania, foram instaladas as sedes tradicionais do poder Civil e religioso, a Matriz, a Casa de Câmara e o Palácio do Governador, ao redor de outra praça, em local elevado, dando origem à ‘cidade alta’. Trata-se, portanto, de uma solução típica de construção de núcleos urbanos ao redor de praças em sítios muito específicos, de ‘cidade alta’, cercados por desníveis acentuados; e a construção de praças de comércio, na ‘cidade baixa’, frente ao porto. Mas ao mesmo tempo trata-se de exemplo excepcional, de uma significativa inversão na ordem, na qual a Praça de comércio antecedeu à construção da Praça na acrópole. (REIS Fº e FINGER, 2016, p. 264-265)

O sub-capítulo 3.2 sistematizou as informações históricas referentes ao espaço social, a partir da linha do tempo que compôs o Dossiê de Instrução do processo de tombamento do sítio Histórico. Foram feitas correções e complementações, preenchendo lacunas e acrescentando aspectos constitutivos das ambiências sociais, provindas de outras áreas.

Através da cronologia da formação da área, o estudo busca apresentar as sincronias e diacronias, encontros e desencontros de tempos históricos a partir das convivências de estruturas físicas, sociais, culturais, econômicas e políticas naquele local, formadas ao longo dos anos. A seguir, serão apresentadas as cinco consolidações que compuseram as permanências e rupturas na área, enquanto políticas públicas administrativas efetuadas ao longo de mais de 3 séculos da presença histórica lusa.

3.2.1 Praça da Alfândega – cronologia da evolução física

A cidade de Porto Alegre nasceu de um porto que, segundo Ezequiel (2007), originou-se em 1740, com a doação da sesmaria a Jerônimo de Ornellas (ou Dornelles). Essas sesmarias tinham por objetivo a ocupação inicial dos territórios portugueses de além-mar, através de cessão, com a finalidade de apreensão de gado, sua criação e venda. Ocupada desde 1732, esta Sesmaria ia desde os campos de Viamão até o Guaíba. Em 1750, em virtude da promulgação do Tratado de Madri, se estabeleceu uma permuta entre as Coroas portuguesa e espanhola: as Missões Jesuítas em troca da Colônia de Sacramento. Com a negociação, surgiu a necessidade de povoamento da nova área de fronteira¹²⁴ pelo Império português, a qual foi efetuada através da oferta de terras e ferramentas aos pretendentes à ocupação do interior: dar-se-ia pelo Rio Jacuí, até Rio Pardo. Entusiasmados com a oferta, casais açorianos que estavam em Santa Catarina se deslocaram, por barco, rumo aos lotes prometidos. Porém ao atracarem no Porto do Dornelles tiveram que ficar aguardando o término da Guerra Guaranítica¹²⁵ nas Missões. Ali encontraram tropas enviadas desde Rio Grande ao porto de Viamão, para construir canoas de transporte que facilitassem o acesso aos locais em disputa - na ponta da península um acampamento militar, com função específica, de onde pudesse ser visto o

¹²⁴ Pelo princípio do *Uti possidetis*, de reclamar terras conquistadas em guerras.

¹²⁵ A Guerra Guaranítica (1753-1756) foi um conflito armado envolvendo as tribos Guaranis das Missões jesuíticas contra as tropas espanholas e portuguesas, como consequência do Tratado de Madrid (1750), que definiu uma linha de demarcação entre o território colonial espanhol e português, na América do Sul.

canal de navegação. Os casais então acomodaram-se para esperar, na frente do fundeadouro. Aos poucos, construíram *choupanas de taquaras, ripas, barro e colmo* (Achylles Porto Alegre apud FRANCO, 1997, p. 23) ao redor do porto natural, e começaram a plantar e se ocupar com ofícios tradicionais (reparação de mastros e demais atividades de estaleiro, atividade presente na área por séculos¹²⁶). Segundo Franco (1997), o Porto do Mar de Dentro (Lagoa dos Patos) ou Porto dos Casais tinha armazéns, aquartelamentos, os casais, lavoura, trigo, frutas, etc.: *era um misto de entreposto comercial e suporte para operações miliares no Rio Jacuí*. (FRANCO, 1997, p. 25)

3.2.1.1 Primeira consolidação da área: 1752-1809. Fundeadouro natural, na península, favorecendo o surgimento do Largo da Quitanda.

Segundo Fortini (1962), em 1752 há a primeira informação sobre o porto de Porto Alegre:

Está o porto de Viamão situado ao norte do Rio Grande, da parte leste do rio de que toma o nome (rio ou lagoa, de Viamão, hoje Guaíba), de 30 graus de latitude austral e em 305 graus 21 minutos de longitudes contados da Ilha do Ferro e distante do Rio Grande 58 léguas de todo o caminho. A povoação é um arraial de casas de palha habitadas por casais das Ilhas, e é bastante fértil. (FORTINI, 1962, p. 26)

Segundo Macedo (1973), em 1752 cerca de 500 pessoas se fixaram à beira do Lago Guaíba no Porto do Dornelles¹²⁷. Este local, *o fundeadouro da Praça da Alfândega* (MACEDO, 1973, p.72), pode ser considerado o núcleo inicial da cidade enquanto espaço social “provisório”, e sua localização pode ser justificada por uma resolução da época: *a concessão de sesmarias obrigavam o sesmeiro à reserva de um quarto de légua junto dos rios navegáveis, para uso público* (MACEDO, 1973, p.61). A ponta da península foi usada para instalação dessas tropas, por permitir a visibilidade do canal de navegação¹²⁸. Seguindo a costa do rio, os casais açorianos se instalaram onde hoje é a Rua da Praia, em frente à praça. Segundo Oliveira (1985):

A Lagoa dos Patos e o Rio Jacuí eram as duas grandes vias que se encontravam no Guaíba, colocando Porto Alegre a meio caminho dos dois centros da maior importância na época - Rio Grande e Rio Pardo. Os navios que navegavam nas duas bacias tinham parada obrigatória no porto da Vila, que crescia em responsabilidade como fim de viagem ou como centro de transbordo ou trocas. Desde 1803 funcionava a Alfândega numa casa na Rua da Praia, na frente do Largo da Quitanda ou Praça do Comércio e essa praça, em 1815, passa a se

¹²⁶ Se o Porto ainda estivesse ativo, as atividades de estaleiro estariam disponíveis, em terra firme, assim como ocorre em Rio Grande. Infelizmente se perderam no Centro de Porto Alegre.

¹²⁷ Segundo Macedo (1973), em seus primórdios o local era uma sesmaria, e Dornelles era o sesmeiro.

¹²⁸ Segundo Franco (1997), o canal navegável do Guaíba fica entre a Ilha da Pintada e a ponta da Península.

denominar Praça da Alfândega. A linha d'água passava logo adiante do lugar onde hoje está o monumento ao General Osório. Aí foi instalado um trapiche em 1806 para facilitar o trabalho de carga e descarga das mercadorias que eram transportadas nos barcos. (Oliveira, 1985, p. 42)

A ocupação militar e estratégica do Rio Grande do Sul é visível nos escalões de uso: desde 1738 foi *comandância militar* vinculada a Santa Catarina e desde 1760 foi *Capitania*, subordinada ao Rio de Janeiro (EZEQUIEL, p. 21). A prática das cidades coloniais portuguesas de fundação em penínsulas facilitava a defesa, pois o inimigo forte só poderia chegar pela água. Para Macedo (1973), o rio facilitou as atividades de comércio, pesca, fabricação de barcos e navegação, além da agricultura de subsistência.

O outro lado da navegação é o comércio. O nome da Praça vinculado à Alfândega tem raízes nas funções fazendárias necessárias para arrecadação de recursos, com o fim de custear o aparato militar empregado na expansão e manutenção do território sulino. Em 1749 foi criada a Provedoria da Real Fazenda, na Vila de Rio Grande de São Pedro, que estabeleceu “registros” em pontos estratégicos, como Viamão, Torres e Santa Vitória, para cobrança de tributos na passagem de tropas de animais. Segundo Ezequiel, o *provedor da Real Fazenda administrava os contratos de arrematação da arrecadação local* (op. cit, p. 22). Porém o posto fiscalizador veio depois. Segundo Franco (1997), o povoado crescia, com a construção de barcos na Ribeira (atual Praça Parobé) originando o Largo dos Ferreiros. O largo do porto já tinha um mercado de escambo, a Quitanda:

militares postados comandavam o movimento: escravos carregando fardos, remando, cruzando as ilhas; vindas do riacho, balsas de toras deslizando na correnteza; caíques de colonos vindos das Ilhas para negociar no Largo da Quitanda. Completando o quadro: no cais, o carregamento dos exércitos; nas matas, o canto do machado; ao norte, o gado do Jerônimo, o abate e o transporte de couro e animais. (Maria Luiza Martini *apud* FRANCO, 1997).

Com a tomada espanhola da Vila de Rio Grande (de 1763 a 1777), a sede do governo da Capitania de São Pedro foi transferida para Viamão, de onde por hábito de viver à beira d'água, parte da população ficou no Porto dos Casais. Em 1768 instalou-se a capela de São Francisco¹²⁹, e o lugar passou a ser chamado de Porto de São Francisco dos Casais, onde se estabeleceu um pequeno comércio e consolidou-se o porto, usado para abastecimento e transbordo. Conforme Coruja (1996):

Segundo a tradição, a ermida ou capela de São Francisco era na Quitanda velha ou imediações do Beco do Fanha e, portanto, aí se foram acomodando os primeiros povoadores formando o que depois se chamou Rua da Praia. Eis pois a Rua da Praia considerada como a Rua mais antiga da cidade. (CORUJA, 1996, p. 123)

¹²⁹ Acompanhando a Igreja de Viamão, de 1747.

Em 26/03/1772, um alvará elevou o povoamento a freguesia, de nome “Freguesia de São Francisco das Chagas” desvinculando-o de Viamão e podendo receber uma paróquia - o que permitiu o registro de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos de seus habitantes. Em julho do mesmo ano, o governador da Capitania José Marcelino de Figueiredo - vulgo Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda - encarregou o Capitão Alexandre Montanha de estabelecer a demarcação das terras desapropriadas da antiga sesmaria de Ornellas, para doação de datas aos casais - depois de 20 anos de espera por terras -, e demarcação das primeiras ruas. Diz Ezequiel:

O espaço delimitado pela *Costa do Rio*, como era chamada a margem na época, bem como pelas atuais ruas General Câmara, Caldas Júnior e dos Andradas foi indicado como estando vago no levantamento do Capitão Montanha. Ali se instalaram quitandeiros, dando início a um mercado miúdo de frutas e mercadorias que vinham do interior do Continente (como era chamado o Rio Grande do Sul da época), passando a chamar-se de Largo da Quitanda. Esse foi o espaço embrionário do que mais tarde ficaria conhecido como Praça da Alfândega (...) era um terreno baixo e alagadiço, cheio de macegas e aguapés (...) nessa época o rio quase alcançava a Rua da Praia. Possivelmente pouco diferente da margem oposta, na ilha que fica defronte ao portão do atual cais. A Praça tratava-se de terreno não edificado, correspondendo a pouco mais que a metade do logradouro, hoje. (EZEQUIEL, 2007, p. 18).

Segundo Monteiro (2012), em julho de 1773 a capital da província foi transferida de Viamão para a Freguesia de São Francisco das Chagas, que passou a chamar-se Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Sobre a transferência, esta:

foi realizada por razões estratégicas, militares e comerciais, visando facilitar a defesa da sede do governo e da capitania. Localizada em ponto elevado, permitia visualizar e vigiar todo o território em seu entorno, antecipando a defesa num eventual movimento de tropas invasoras, bem como controlar o movimento dos barcos pela Lagoa dos Patos, Guaíba e rios que penetram no interior da Capitania. Nesse sentido, Porto Alegre também foi chamada de “*esquina da Capitania*”, pois situava-se a meio caminho entre o mar (através da Lagoa dos Patos) e interior (via rios navegáveis). Impedir-se-ia dessa forma que uma invasão espanhola partindo de Rio Grande alcançasse o interior através do estuário do Guaíba. (MONTEIRO, 2012, p. 12)

Em 1774 foi construído o Arsenal de Guerra, onde seriam armazenadas armas, munições, metais e rendas em espécie para a Coroa. Em 1778 foram construídas as fortificações compreendendo o incipiente espaço urbano, formado pelas três ruas principais, que partiam da ponta da península, a atravessavam longitudinalmente e se encontravam no portão, compondo o “*espaço intra-muros*”:

Essas ruas mudavam de nome ao longo de seus percursos, fazendo referências às peculiaridades do terreno, aos nomes de seus moradores ou às atividades importantes para a comunidade, tais como a rua da Graça e a Rua da Praia (atual Andradas), a rua da Ponte e a rua do Cotovelo (atual Riachuelo), a rua da Igreja e a do Hospital (atual Duque de Caxias). Estas foram as primeiras

ruas a receber calçamento, chafarizes para abastecimento de água (1779), limpeza, policiamento e iluminação de candeeiros a óleo de baleia. (MONTEIRO, 2012, p. 14)

Nessas ruas residiam os comerciantes, as autoridades e as famílias proeminentes. Nas vielas ou becos que as cortavam vivia a população pobre - composta por artesãos, marinheiros, trabalhadores do porto, lavadeiras, carregadores, vendedores ambulantes, libertos, entre outras -, em casebres com paredes de taipa e teto de palha, e cujos nomes estavam associados às atividades cotidianas e/ou a seus moradores: beco do Leite, beco do Fanha, beco do Firmo, beco do Oitavo, etc. O sino da Matriz dava o toque de recolher às 9h da noite no inverno e às 10h no verão, *indicando a ausência de sociabilidades noturnas e o cuidado para evitar a fuga de cativos* (MONTEIRO, 2012, p. 14). As construções da nova capital receberam primores, como telhas e tijolos de Laguna, além de vidros importados para as janelas.

O comércio de abastecimento da cidade iniciou-se enquanto processo administrativo com o registro de uma pequena banca de peixe, mandada construir na Rua da Praia em 1781, segundo Franco (2006). Na área se estendiam barracas de quitandeiras pela costa do rio, entre as Praças da Quitanda e a Praça do Paraíso. O mesmo autor comenta que, em uma ata de vereança de 02 de julho de 1783, os membros do Senado da Câmara mandaram fazer uma ponte de pedra, provavelmente o primeiro embarcadouro (p. 21), determinando que se construísse um cais de pedra junto ao Guaíba, para facilitar o embarque e desembarque de passageiros e de mercadorias. Segundo Franco (2006), em 1799 houve referências a uma “rua do cais”, na qual foi implantado um calçamento, que teria sido o primeiro aterro.

Em 1784 se iniciou a construção do Palácio de Governo, em 1790 ficou pronta a Casa da Junta e, em 1795, ficou pronta a Cadeia. (*op cit.*). Também em 1795 foi aberta a enfermaria na Praia do Arsenal, no final da Rua da Praia, para atender soldados, mas que atendia também outros doentes sem recursos. Serviços médicos para a população só foram oferecidos com a inauguração da Santa Casa de Misericórdia, na Praça do Portão, em 1826.

A ordem do Governador Paulo José da Silva Gama de 1804 instalou o Consulado Regulador, em Rio Grande, e a Alfândega em Porto Alegre, para cobrança de impostos na frente do então Largo da Quitanda, no local do hoje Cinema Imperial. Com isso, o Governador mandou erguer *uma excelente ponte sobre o rio, com cais e trapiche para o desembarque dos gêneros e serventia pública*. (FRANCO, 2006, p. 21). Em 1806 termina

a construção do trapiche que partia do meio do Largo da Quitanda, também chamado “Ponte da Alfândega”, construído sobre 24 pilares de cantaria rio adentro, e que apresentava um armazém na extremidade, edificado sobre 8 pilastras. Sobreo *Almanak*, de 1808, o autor diz:

Em seu *Almanak da Vila de Porto Alegre*, Manoel Antônio de Magalhães deixou desse desembarcadouro uma descrição muito favorável: ‘belíssima ponte d’alfândega, obra prima, como não há outra em toda a América, com vinte e quatro pilares de cantaria pelo rio dentro, onde podem desembarcar iates e sumacas com uma carreira de 325 palmos de comprido e 30 de largo, defronte da mesma casa d’alfândega, onde uma boa Praça convida à beleza e construção da obra.’ Em torno desse cais aglomeravam-se os comerciantes e, desde cedo, também os quitandeiros, para a prática de seu miúdo negócio. (FRANCO, 2006, p. 22-23)

Contextualizando a importância desta instituição e das estruturas associadas à sua função reguladora, local e regional, em relação com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, e de abertura dos portos, Spalding (1975) cita:

Foi praticamente a criação das Alfândegas em Porto Alegre e no Rio Grande que impulsionou o progresso comercial, pois Porto Alegre daí por diante começou a ver em seu porto, que recebeu bonita escadaria de pedras, navios de variadas nacionalidades, em especial franceses e portugueses, depois da iniciativa do Príncipe D. João em 1808, abrindo os portos do Brasil à navegação estrangeira. Mas, com isso, também a capital começou a ter maior movimento político, a par do social. Criaram-se instituições, melhoraram-se e ampliaram-se outras, como a Santa Casa de Misericórdia, e o sentimento de pátria começou a movimentar as almas, principalmente depois da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1816. (SPALDING, 1975, p. 21)

Em 1807 a Capitania Geral do Rio Grande do Sul foi dividida em 4 municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, e em 1809 o Governo Central eleva Porto Alegre à categoria de Vila. Segundo Monteiro (2012), a área urbana central de Porto Alegre apresentava espaços de sociabilidades e reunião nos largos, sendo os principais o Largo da Quitanda, o Largo dos Ferreiros, do Pelourinho e do Arsenal:

Espaços de múltiplos usos, que reforçavam os laços comunitários, onde trabalho, festas populares e religiosidade aconteciam lado a lado. As principais formas de sociabilidades públicas eram as festas religiosas do Divino, da Páscoa, de São João e, principalmente, de Nossa Senhora dos Navegantes, pelo caráter portuário da cidade e a tradição católica portuguesa açoriana. Nessas ocasiões, reunia-se quase toda a população de Porto Alegre, ricos e pobres, senhores, livres e escravos. Muitas vezes, esta tradição católica apareceria mesclada com elementos das religiões afro-brasileiras dos homens e mulheres escravizados, que acorriam às festas acompanhando seus senhores. (MONTEIRO, 2012, p. 17)

O Largo da Quitanda tinha conformação dos largos tradicionais do período colonial: era um espaço aberto, não tratado, livre para atividades de carga e descarga fluvial, sem edificações, no alinhamento norte da Rua da Praia, à beira do Rio. Ali no

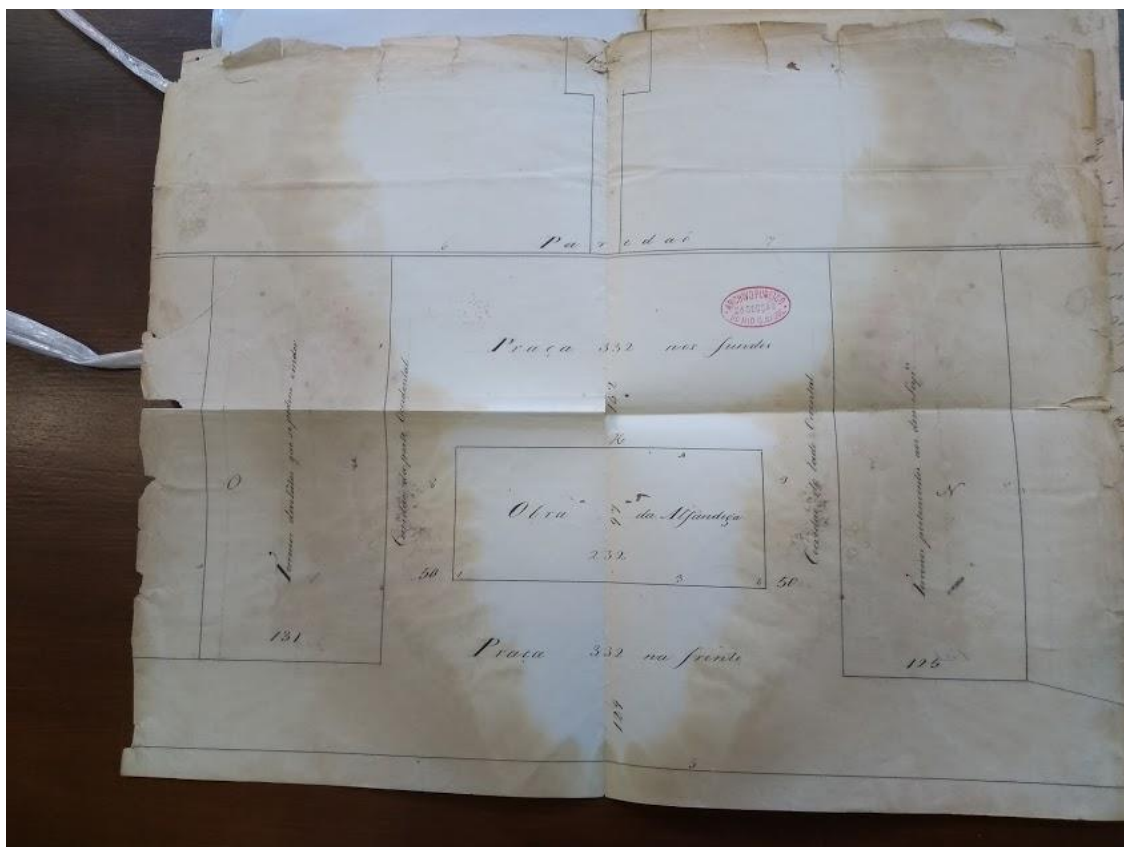
Largo da Quitanda funcionava o comércio de abastecimento do povoado: vendiam-se frutas, alimentos, *principalmente amendoim, lenha, hortifrutigranjeiros, carnes e ovos*. (Monteiro, 2012, p. 18) Com a execução do trapiche para embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, ali se reuniam comerciantes, carregadores e quitandeiras negras, vendendo comidas em tabuleiros. Segundo Franco (1983), nos primeiros anos do Oitocentos havia preponderância econômica da Praça de Rio Grande, mas o nascimento da grande área produtora de gêneros agrícolas em torno de Porto Alegre fez da capital da província *um movimentado porto fluvial e um empório de fundamental importância na intermediação*. (1983, p. 16). Nesses primeiros anos do Oitocentos também seguindo o “*Almanak da Vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*”, Franco traz a nominata de 57 comerciantes da Vila publicada, e explica:

nem todos os integrantes da nominata seriam exclusivamente comerciantes. O tempo era de pioneiros, sem muita especialização de atividade. De modo que tanto podiam dedicar-se à criação de gado e ao plantio de trigo, como possuir casa de negócio, atafona de farinha, canoa coberta para o transporte nos rios da bacia do Guaíba ou sociedade em iates para a navegação da Lagoa dos Patos.” (FRANCO, 1983, p. 19)

3.2.1.2 Segunda consolidação da área: 1809-1922. Aterramento da beira do rio, construção do muro de contenção e da escadaria em frente ao prédio da Alfândega.

Já no período de transição de vila a cidade (1810-1822), os comerciantes passaram a investir em embelezamento e melhoria das ruas e das casas (figura 55). É de 1818 um Documento do Desembargador, Juiz e Ouvidor da Alfândega que se refere ao local como Praça do Comércio, nome que substituiu o de Largo da Quitanda. Tal atitude demonstra a força que tomava o comércio de grande porte na capital e a invisibilização gradativa do comércio miúdo, afastado rumo ao Paraíso. Em 1819 teve início a construção do prédio próprio da Alfândega, que se defrontava com o rio no alinhamento da Rua 7 de Setembro. Para isso, foi feito um pequeno aterro a fim de compensar a declividade da margem e elevar o terreno, ao nível da Rua da Praia.

Figura 55: planta das obras do paredão da Praça, para a futura obra da Alfândega, 1809.



Fonte: Fundo Obras Públicas, AHRs. Foto da autora, 2018.

Com as obras, houve tentativas de remoção dos quitandeiros por parte dos comerciantes estabelecidos, e a Câmara permitiu que as quitandeiras que ali trabalhavam ficassem no ângulo oeste do Largo, nos Largos do Paraíso e do Pelourinho. Em 1820, Saint-Hilaire descreve o comércio do Largo:

É na rua da Praia, próximo ao Cais, que fica o mercado. Nele vendem-se laranjas, amendoim, carne seca, molhos de lenha e de hortaliças, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, os vendedores são negros. Muitos comerciam acorados junto à mercadoria à venda, outros possuem barracas, dispostas desordenadamente. (FRANCO, 2006, p. 23)

Cabe explicar que, costeando o rio, antes do Largo do Paraíso estava o Largo dos Ferreiros, onde haviam oficinas dos estaleiros e construtores de barcos. Com as adequações da margem e a proximidade espacial, a área concentrou algumas tabernas e casas de prostituição no Largo do Paraíso. Este Largo também recebia, para pouso e lazer, os carreteiros que “paravam” as carroças no campo da Várzea, trazendo produtos agrícolas desde a estada do Caminho do Meio.

Concentrou-se ali o comércio em grosso e a miúdo da população, com a construção dos trapiches e, depois, do Mercado Público. (op. cit, p.19). Várias destas

atividades se mantêm, no local, até hoje, na Praça XV, resultado desta vocação do lugar para o comércio miúdo e de abastecimento popular.

Já o Largo do Pelourinho era o lugar de ritualização da ordem na sociedade colonial (MONTEIRO, 2012, p. 19). No tempo do Império a freguesia precisava ter um pelourinho para ser elevada a vila. Como ponto de abastecimento das tropas na região do Prata, o comércio enriqueceu muitos moradores da vila que, em 1822 virou cidade. O pelourinho ficava na frente da Igreja das Dores, então também tinha comércio miúdo, associado às festividades religiosas que ocorriam em frente à Igreja, cujas obras começaram em 1807 - tal comércio se perdeu, ao longo do tempo.

A implantação da Alfândega no prédio próprio no centro do Largo se deu em 1824 (figura 56), e os comerciantes da Praça dispuseram para que se mantivesse desembaraçados os acessos à Alfândega e seu trapiche - que ainda ã tinha calçamento e recebia despejos de detritos dos trapiches e das quitandeiras. Franco (2006) cita um cronista do Jornal *O Mercantil* que comentava, em 1852: *Logo que pus o pé em terra, enganei-me, que pus o pé em cisco, pois a praia da alegre terra, inclusive as laterais da Alfândega, são feitas dessa matéria.* (FRANCO, 2006, p. 23). Permanências das sujeiras, ao longo do tempo, que justificaram as sucessivas reformas no local. Já sobre o uso do prédio da Alfândega para os trâmites iniciais, Ezequiel (2007) deduz que fosse conforme a descrição da Alfândega do Rio de Janeiro, feita pelo comerciante inglês John Luccock:

(...) de um dos lados ficava uma mesa comprida a que se assentaram os empregados inferiores da alfândega. Um deles tinha por obrigação desempacotar os gêneros, outro media e pesava os artigos, um terceiro avaliava-os e fazia as contas, e um quarto conferia e visava. No fundo da sala havia uma outra mesa em que presidia o juiz da alfândega, funcionário-chefe da instituição. À sua direita ficava o seu imediato, e à esquerda o tesoureiro; um deles examinava de novo as contas, visando-as segunda vez, enquanto que o outro recebia o total dos direitos devidos.” (EZEQUIEL, 2007, p. 45)

cidade em crescimento - o que originou o bairro Navegantes¹³⁰. Assim, com o crescimento da produção comercial e agrícola da região colonizada esta escoava pelo porto, gerando trabalho, rendas e nova vida. Ao mesmo tempo, esta entrada de mão de obra branca com outro idioma é extremamente útil no contexto de fixação de fronteiras entre Portugal e Espanha “afastando”, pela incompreensão, possíveis invasores. Também resolvia outro “problema”, que era o extermínio da presença indígena nos arredores do povoado, evitando conflitos.

Em setembro de 1822 D. Pedro I proclama a Independência do Brasil frente à Metrópole portuguesa e passa a ser um Império. Com isso, todas as capitanias viraram províncias e as capitais passaram a ser cidades. Assim, em novembro de 1822 uma carta imperial elevou Porto Alegre à condição de cidade - em 1823, tomaram posse os primeiros vereadores e o respectivo procurador. Em 1827 surgiu o primeiro jornal, o “Diário de Porto Alegre”, publicação de uma folha, com decretos, leis e reclames. Em 1828 foi promulgado o Regimento dos Municípios do Brasil que estabelecia, como condição para ter direitos políticos, ser homem, ser alfabetizado e apresentar renda mínima anual.

A nível local, as tarefas executivas da administração municipal cabiam ao Presidente da Câmara. Este exercia suas funções sem autonomia, enfrentando-se com a burocracia da época: encaminhava as suas demandas ao Presidente da Província o qual, por sua vez, solicitava a permissão para executar as obras pretendidas ao Ministério no Rio de Janeiro, mesmo tratando-se de obras a nível local - o que causava transtornos pela lentidão dos processos. Em 1831 foi elaborado o Código de Posturas Policiais de Porto Alegre, que estabelecia o perímetro urbano da cidade e organizava a convivência urbana, designando os locais de coleta de água, lavagem da roupa dos hospitais e despejos de esgotos e do lixo, buscando preservar a qualidade da água da população e evitar doenças - já existiam nessa época os pipeiros, vendedores de água que a traziam de nascentes e fontes nos arredores da cidade.

A legislação de 1831 sobre o aforamento dos terrenos ficou vigente até 1946, quando o Decreto-Lei 9.760/46 a referenciou e alterou, conforme o artigo 2º:

Art. 2º – São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de **1831**: “a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; “b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés. “Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés

¹³⁰ Este bairro manteve o nome pela quantidade de trânsito fluvial gerado pelas colônias.

é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pela menos do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Segundo Macedo (1973), em 1831 o Código de Posturas Policiais estabeleceu o uso do lado oeste da Praça para uso dos quitandeiros. Também estabeleceu que *as lojas, armazéns, botequins, cazas de pasto, tabernas, bilhares e outras semelhantes cazas se fecharão todas as noites ao toque do sino da Câmara*. (op cit, p.77), aprovado pelo Conselho Geral da Província (OLIVEIRA, 1985, p. 46). Em 1832 se instalou em Porto Alegre a primeira Loja Maçonica (*“Philantropia e Liberdade”*). Em 1835 se instalou a primeira Assembléia Provincial no prédio da Casa da Junta¹³¹.

Na década de 1830 é instituída a formação da Rua Nova da Praia, no lado oeste da Praça (parte leste da atual rua Sete de Setembro), mais solicitado para comércio, com terrenos cedidos (por aforamento) para particulares. A rua tornou-se importante via comercial, com trapiches particulares, onde se acentuava o movimento popular.

Devido ao uso, em 1834 consta um registro de pedido de materiais para obras na Casa do Trapiche da Alfândega. De 1835 a 1845 ocorre a Guerra dos Farrapos e o cerco à cidade.

Figura 57: planta da cidade de Porto Alegre, Capital da Província de S. Pedro Do Rio Grande Do Sul –

1837



Fonte: s/ autor. Cópia impressa, monocromático, com rosa dos ventos, escala em braças, com legendas. Impressão: Typ. Commercial Fluminense, Rio de Janeiro. 23,3X14 cm. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

¹³¹ Onde funcionou até 1967, quando ficou pronto o prédio da Assembleia Legislativa.

Em virtude do Cerco, o Império do Brasil solicitou a confecção de uma planta que demonstrasse os pontos de possíveis ataques e de defesas da cidade, que ficou pronta em 1837 (figura 57). Nesse ano foram estabelecidas novas Posturas Policiais, através das quais a administração cuidou da segurança da população e do saneamento durante o sítio farroupilha - inclusive do controle da mão de obra cativa, pois houve promessa de liberdade àqueles que se juntassem à causa. Segundo Monteiro (2012), naquele então a reunião de mais de três escravos era proibida, assim como vender-lhes bebida. Também era proibida a circulação noturna sem salvo-conduto: “*Os códigos de posturas e a guarda municipal foram instrumentos de controle político do meio urbano.*” (MONTEIRO, 2012, p. 22). Outros mecanismos de regulação do comércio foram impostos durante esse período: para evitar a sonegação de imposto sobre as reses que chegavam para o abate, a municipalidade determinou que o seu desembarque fosse pelo Trapiche da Alfândega (Praça Sen. Florêncio) e na desembocadura da Rua do Ouvidor (Gal. Câmara). (MACEDO, 1973, p. 78).

Figura 58: Planta da cidade de Porto Alegre, com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as retificações e melhoramentos que se têm feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836 e 1837 e sitiada em 1838 e 1839, tempo em que esta é concluída, com duas vistas, uma para leste, outra do oeste com as declarações a respeito - 1839.



Fonte: Autor: L. P. Dias (Luís Pereira Dias). Original impresso, monocromático, com rosa dos ventos, escala em braças, com legendas e duas vistas da cidade. Cópias em litografia, coloridas, impressão Lith. Vr. Larée, Porto Alegre. 52X48 cm. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Até esse momento, o comércio miúdo de Porto Alegre fôra feito em barracas instaladas de forma desordenada entre os dois largos, da Alfândega e do Paraíso - inclusive recebendo e repassando alimentos para além das fortificações (figura 58 e 59). Para organizar o comércio na capital, em 1842 foi autorizada a construção do primeiro mercado da cidade, que incluía a feitura de uma rampa (doca) na direção da Rua de Bragança (hoje Mal Floriano) - onde são hoje, respectivamente, o Chalé da Praça XV e a Praça Parobé - além de um terreno para o estacionamento de carretas e carroças, que

chegavam dos arredores da cidade e abasteciam o mercado. Era um prédio simples, que vendia carnes verdes (frescas), aves, frutas e hortifrutigranjeiros. Também nesse ano teve início a construção da Câmara Municipal e do Theatro São Pedro.

Em 1845 consta o primeiro registro de endereço na Praça da Alfândega. Fazendo buscas na documentação do Arquivo Histórico do RS, em 1846 a “Caixa do trapiche da alfândega” (construída em 1806) é descrita como: *(edifício) completamente arruinado e não preenche os fins a que é destinado, não só por ser muito pequeno, mas também por não ter em quase todo o verão água suficiente para junto a ele atracarem barcos.* (SOP, doc avulsa – 24/09/1846). No mesmo maço, no ano de 1848, consta um documento sobre as obras de reparação do trapiche, nas correspondências ao Presidente da Província: *orçamento e projeto para o telhado da Alfândega (sistema de tesouras com penduraes), muro ao redor e grades nos corredores laterais.* (SOP – doc avulsa, 15/Nov/1848)

Com o fim da Guerra dos Farrapos em 1845, o já Duque de Caxias autorizou a retirada das muralhas de proteção ao Cerco, permitindo que a cidade se expandisse para além da península, e diversos melhoramentos foram efetuados (figura 60). Monteiro (2012) relata a situação que imperava na cidade:

Os largos passam por um processo de urbanização, pois se começou a retirar as imundícies neles atiradas pela população, remover a vegetação rasteira e drenar o terreno. Cabe lembrar que no período a cidade foi assolada por epidemias de cólera e outras doenças devido às más condições de higiene e conservação das mercadorias e dos espaços públicos. (MONTEIRO, 2012, p. 23)

Entre os melhoramentos que se faziam necessários, entre 1856 e 1858 foram executadas as obras de um grande cais, visando organizar os espaços da costa comercial: foram construídos paredões de pedra nos lados da Praça em direção ao rio, foi feito um aterro em toda a frente da Praça e foram construídas duas escadarias, uma a leste e outra a oeste do trapiche, no alinhamento norte da atual Sete de Setembro. A obra reconfigurou e redesenhou a costa do rio, resultando em um cais de pedra com duas escadarias (figura 61), além de assentos e parapeitos: constituiu-se o primeiro espaço à beira do rio com tratamento definido, calçamento do espaço aterrado e sistema de escoamento de águas¹³².

Figura 61: área constituída com a construção do prédio novo da Alfândega, o trapiche e o galpão de carga e descarga de mercadorias. Ao centro da foto, o prédio da Delegacia Fiscal.



Fonte: IN: <https://lh6.googleusercontent.com/-ChxkbbdgR1Q/TYyK5Bv9dKI/AAAAAAAAABXY/bLyfMaunmNY/s1600/Panorama+Geral+do+Cais+da+Alfandega.jpg>, Acesso em 31/07/2018.

Com as obras iniciadas em 1856 à beira do rio, na continuidade da Rua Nova da Praia foi aberta uma via, chamada de *Rua da Alfândega*, onde movimentava-se o grande comércio exportador e importador, com o embarque e desembarque das companhias de navegação, além do movimento cotidiano de pessoas, cargas, carroças e demais estruturas de apoio à navegação de cabotagem. Por um curto espaço de tempo, a Rua da Alfândega configurou uma linha definida, de frente para o rio. Em fevereiro de 1858 foi fundada a Praça do Comércio de Porto Alegre - associação dos comerciantes, capitães, mestres de

¹³² Para isso, consta em 1857 um pedido de licença para mandar demolir o antigo paredão existente e quarto do lado oeste da Alfândega, para iniciar as obras de alinhamento do novo paredão, sendo usado carvão de baixa qualidade nos aterros.

navio e outros empregados no comércio, com um número de sócios superior a 90, que se instalou na esquina da Rua Sete de Setembro com a Praça da Alfândega.

No início da década de 1860 completou-se um conjunto de modificações que dotaram o litoral entre a Praça da Alfândega e a Praça da Harmonia (figura 60) de um tratamento unitário, através do cais ao longo da Rua da Alfândega. No ano 1860, Charles Neate apresentou parte de relatório sobre um projeto de ampliação do cais, com novos aterros e a proposta de mudança da Alfândega (sem especificar para onde). O projeto dividia o litoral em 4 seções, entre o Largo do Mercado e a ponta da Macega. Porém as intempéries do clima e o uso contínuo da Alfândega (e do trapiche) exigiam a sua manutenção e, em 1863, Antônio A. Arruda encaminhou um orçamento para efetuar o retelhamento do edifício da Alfândega, o qual foi finalizado no ano seguinte - o engenheiro da Província Luís V. Ferreira comunicou ao Presidente da Província a finalização das obras de reconstrução da ponte de descarga da Alfândega. Nos arredores, em 1864 iniciam as obras do Mercado Público, concluídas em 1869. Em 1864, começa a circular a “Maxambomba”, veículo sobre trilhos puxado a burros.

Segundo Franco (2006), em 17 de agosto de 1865 a Câmara de Vereadores resolveu que, para comemorar o centenário da Independência, a Rua da Praia seria chamada Rua dos Andradas, e a Rua da Alfândega passaria a chamar-se Rua Sete de Setembro - a partir do dia 7 de setembro daquele ano. Com essa resolução, o antigo calçamento de calha central foi substituído por um calçamento moderno, com calhas laterais em várias ruas do centro - que em 1885, foi substituído por calçamento de paralelepípedos.

Figura 62: procissão pela Rua da Praia, passando pela Praça da Alfândega. À direita vê-se o chafariz em frente ao prédio da Alfândega - 1865.



. IN: <https://i.pinimg.com/564x/74/93/a3/7493a367337dda09dbb3c1f5d4fbae8e.jpg> , Acesso em 31/07/2018.

Em 1866, a Tesouraria da Fazenda recebeu os desenhos para execução das novas obras da Alfândega: foi aprovado o plantio de 9 árvores “*mediante empreitada, obrigando-se o empreiteiro a conservá-las por três anos.*” (FRANCO, 2006, p. 23), Na visita de D. Pedro II à cidade, em 1865, a recém fundada Cia Hidráulica Porto-Alegrense implantou o chafariz “*A Imperatriz*”, de ferro bronzeado, em frente à porta da Alfândega, próximo à Rua da Praia (figura 62).

Em 1867 o Cel. de Engenheiros Inocêncio V. Pederneiras emitiu um parecer sobre obra da *Ponte da Alfândega*, para que o executor recebesse a última prestação. Se refere ao fato de como a obra já havia desmoronado anteriormente (?), o executor atual tomaria as medidas necessárias, além do previsto no contrato, para o reforço e segurança da obra. Fez ressalvas sobre as proporções do material utilizado na argamassa e no reboco, fazendo referência ao uso de cal gorda, único encontrado no mercado da província, mas que era impróprio para obras localizadas em locais úmidos. Afirma que o ideal seria o uso do cal hidráulico, mas que isso não tinha sido especificado no contrato, e sugeriu ao presidente que “se atentasse para futuros contratos”, fazendo uma série de considerações sobre a

argamassa e outros detalhes técnicos. Assim, o porto estabelecia uma rotina de movimento fluvial intenso, que demandava estruturas próprias (figura 63).

Figura 63: Sociedade Bailante, na Praça da Matriz. Ao fundo, o ancoradouro e os trapiches (s/d).



Fonte: IN: <http://a-piramide-de-kukulkan.blogspot.com.br/2008/08/porto-alegre-minha-cidade-ontem.html> , Acesso em 31/07/2018.

Em 04 de fevereiro de 1868 a Câmara Municipal autorizou os moradores das redondezas que queriam arborizar e ajardinar a Praça da Alfândega, “*para fazerem quaisquer melhoramentos que entendessem, de acordo com o engenheiro do município.*” (FRANCO, 2006, p. 24), confiando-lhes o logradouro. Segundo Franco (2006):

Dois anos depois, o vereador presidente da Câmara era autorizado a mandar colocar assentos no passeio, acompanhando a linha do arvoredo e no correr da Rua dos Andradas. O velho largo dos despachantes e dos quitandeiros começava a tomar jeito de jardim público, não lhe faltando sequer o clássico quiosque para a venda de bilhetes de loterias e outros artigos. (FRANCO, 2006, p. 24)

Em 1870 a ponte do trapiche quebrou, e o Major dos Engenheiros Antônio Augusto de Arruda recomendou não colocar cargas pesadas ali. No ano seguinte, o Major iniciou as obras no trapiche: em junho passou orçamento para conserto do telhado da Alfândega e recomendou a construção de outro edifício, com acomodações para a Tesouraria da Fazenda, no piso superior e da Alfândega, no inferior; mais adiante, entregou um projeto e orçamento de um edifício para a Alfândega e a Tesouraria da Fazenda, que não se efetivou. Em 1873, o Presidente da Província foi informado do desabamento do telhado da Alfândega, e comentou em documentos sobre a necessidade de um novo prédio. Apenas em 1875, Luis Manoel da Silva encaminhou um orçamento para o conserto do prédio da Alfândega, e citou seu estado de “arruinamento” (pode se supor que o prédio estava em uso, porém em mau estado, tendo cerca de 50 anos).

O crescimento da cidade, da população e dos arraiais exigiram a criação de serviços de transportes. Em 1874 foi implantada a primeira linha férrea ligando Porto Alegre a São Leopoldo. Na sequência, prolongada até Novo Hamburgo:

As linhas de ferro melhoraram muito a comunicação da cidade com a região agrícola ao redor, que lhe abastecia de víveres. Nessa região desenvolvia-se uma agricultura comercial que impulsionou o surgimento de oficinas e manufaturas para abastecer o mercado regional (...) A ponta da península vai ganhando contornos de centralidade e ligação entre os arraiais e áreas rurais de Porto Alegre. (MONTEIRO, 2012, p. 24-25)

Também nesse ano entrou em funcionamento a Companhia Carris de Ferros, com linha de bondes de tração animal em duas linhas para o arraial Menino Deus. Em 1876 foi regularizada a coleta de lixo, em 1878 teve início o saneamento, com a coleta dos cubos sanitários, e em 1886 se deu a implantação do serviço telefônico (figura 64).

Figura 64: Rua da Praia esquina com General Câmara e Cassiano Nascimento, numa colisão iminente de três bondes puxados a burro. Foto tirada ao meio-dia - 1885.



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-gggCr3H49Vs/TZJ9RZT6EHI/AAAAAAAAABYI/1KeBFF07SwE/s1600/Bondes+na+Pra%25C3%25A7a+da+Alfandega+-+1885.jpg>, Acesso em 31/07/2018.

Em 1879 a repartição de Obras Públicas fez um orçamento para o lajeamento dos passeios de vários edifícios públicos - entre eles, o da Alfândega. No ano seguinte, Almeida e Travassos pediram uma licença para instalar um quiosque para venda de bilhetes da Loteria Provincial e outros produtos permitidos, num dos pontos extremos da praça. O quiosque, removível, media 1 metro de circunferência e 2 metros de altura (figura 65).

Figura 65: Praça da Alfândega - Kiosque em primeiro plano, à esquerda o chafariz defronte ao prédio da Alfândega - data provável 1880.



Fonte: [http://prati.com.br/wp-content/uploads/photo-gallery/PortoAlegreP/Porto_Alegre_Pra%C3%A7a_Senador_Flor%C3%A4ncio\(da_Alf%C3%A2ndega\)_no_tempo_dos_chafarizes.JPG](http://prati.com.br/wp-content/uploads/photo-gallery/PortoAlegreP/Porto_Alegre_Pra%C3%A7a_Senador_Flor%C3%A4ncio(da_Alf%C3%A2ndega)_no_tempo_dos_chafarizes.JPG) , acesso em 01/08/2018.

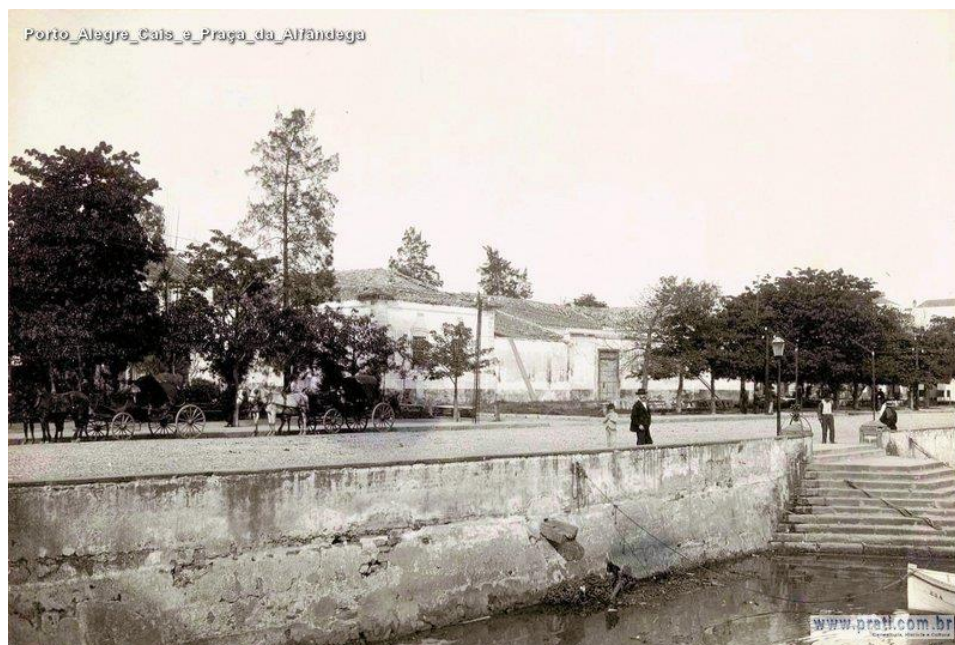
A resolução da Câmara Municipal de 14 de março de 1883 deliberou por unanimidade que a Praça da Alfândega passasse a chamar-se Praça Senador Florêncio, em homenagem a Florêncio Carlos de Abreu e Silva (ilustre político da Província falecido em 1881, que fora presidente da Província de São Paulo). Nesse ano de 1883, Chaves e Almeida pediram licença para a construção de um corredor, de 1,20m de largura de madeira (sobre pernas francesas), desde a esquina da Praça em direção ao rio até os fundos do prédio de sua propriedade, alugado para a Tesouraria Geral (esq. Praça Sen. Florêncio com Rua Sete de Setembro). A cidade foi sendo vivida, pensada e modificada (figuras 66, 67 e 68).

Figura 66: orla de Porto Alegre vista desde a Ilha da Pintada, 1888. Acervo Fototeca Hipólito.



Fonte: IN: http://i136.photobucket.com/albums/q190/renehass/POA%20-%20Antiga/POA_antiga_05.jpg, Acesso em 02/08/2018.

Figura 67: muro de contenção que acompanha a beira e a escadaria. Tílburi de Praça (s/d)



Fonte: https://c1.staticflickr.com/8/7291/11013488094_f3fa61ab6a_c.jpg, acesso em 02/08/2018.

Figura 68: remadores no cais da Alfândega, 1892. Ao fundo, prédio da Alfândega.



Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_img/pracaalfandega8.jpg , acesso em 01/08/2018.

No ano de 1897 foi eleito o Intendente José Montaury, que ficou no cargo até 1924, atendendo à política econômica castilhistas de continuísmo administrativo (BAKOS, apud SOUZA, 2010). Na mesma ótica positivista, a cidade de Porto Alegre tornou-se o centro do poder, e o município passou a se responsabilizar por serviços que, em outras cidades, eram efetuados pelo Estado (figura 69).

Figura 69: quadro comparativo dos serviços a cargo do Estado e a cargo do município, durante o governo do PRR.

SERVIÇOS A CARGO DO MUNICÍPIO

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	SALVADOR	NITERÓI	PORTO ALEGRE
Limpeza	Higiene	Água	Higiene	Água
Instrução	Tráfego	Esgotos	Assistência	Esgotos
Assistência	Limpeza	Limpeza	Limpeza	Iluminação
		Assistência	Iluminação	Tráfego
		Iluminação	Água	Policimento
			Esgotos	Instrução Mun.
				Higiene Alim.
				Limpeza Públ.
				Asseio Públ.
				Assistência

SERVIÇOS A CARGO DO ESTADO

DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	BAHIA	RIO DE JANEIRO	PORTO ALEGRE
Águas	Policimento	Policimento	Policimento	
Esgotos	Águas	Tráfego	Tráfego	
Iluminação	Esgotos	Higiene	Instrução	
Policimento	Instrução	Instrução		
Higiene	Iluminação			
	Assistência			

Fonte: BAKOS, op. cit.

Fonte: SOUZA, 2014, p. 261. Foto da autora, 2018.

Por desavenças entre o ex-presidente Júlio de Castilhos e o presidente da Federação, Prudente de Moraes, em 1898 o Governo Federal extinguiu a Alfândega de Porto Alegre, gerando mobilização dos comerciantes locais - porém, no ano seguinte, esta foi reestabelecida. Na Praça, foram instalados cordões de calçada, bueiros, lajeamento e empedramento. Segundo Franco (1997),

havia mais de 30 trapiches na área do Centro, projetando-se sobre o Guaíba, em 1900. Esse caos era inaceitável para os republicanos positivistas, para os quais a cidade - sala de visitas do estado - deveria ter um belo portal de entrada. 'É preciso melhorar o porto tanto do ponto de vista econômico como estético e sobretudo, higiênico', dizia um relatório da época. (FRANCO, 1997, p. 121)

A industrialização marcava o início do século no Estado e em Porto Alegre. Os investimentos se multiplicavam (figura 70). Segundo Singer (apud FRANCO, 1997) *foi resultado da libertação dos escravos, da imigração em massa de europeus e das*

facilidades de crédito que visavam aliviar a situação dos ex-donos de escravos na época. (FRANCO, 1997, p. 124).

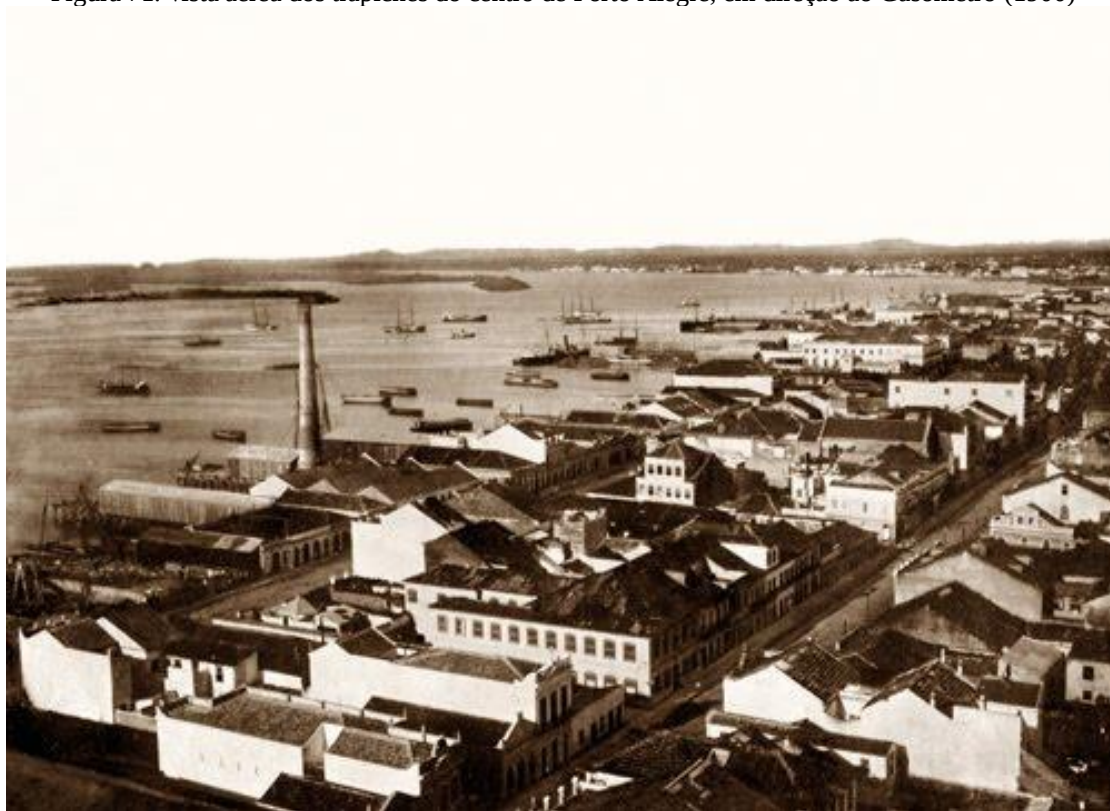
Figura 70: Rua Sete de Setembro vista da água, em primeiro plano a Delegacia Fiscal e, à esquerda, o prédio da Caixa Econômica Federal.



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/28/0a/9b/280a9bd3c9c71149d1fb155e01b686dd.jpg> , acesso em 03/08/2018.

Com tal desenvoltura econômica, as elites precisavam otimizar as estruturas portuárias de então (figura 71). Na virada do século, 1900, a Secretaria de Obras do Estado apresentou ao Presidente do Estado um projeto de cais para o porto, prevendo uma extensão de 3.200 metros de porto e 14 armazéns.

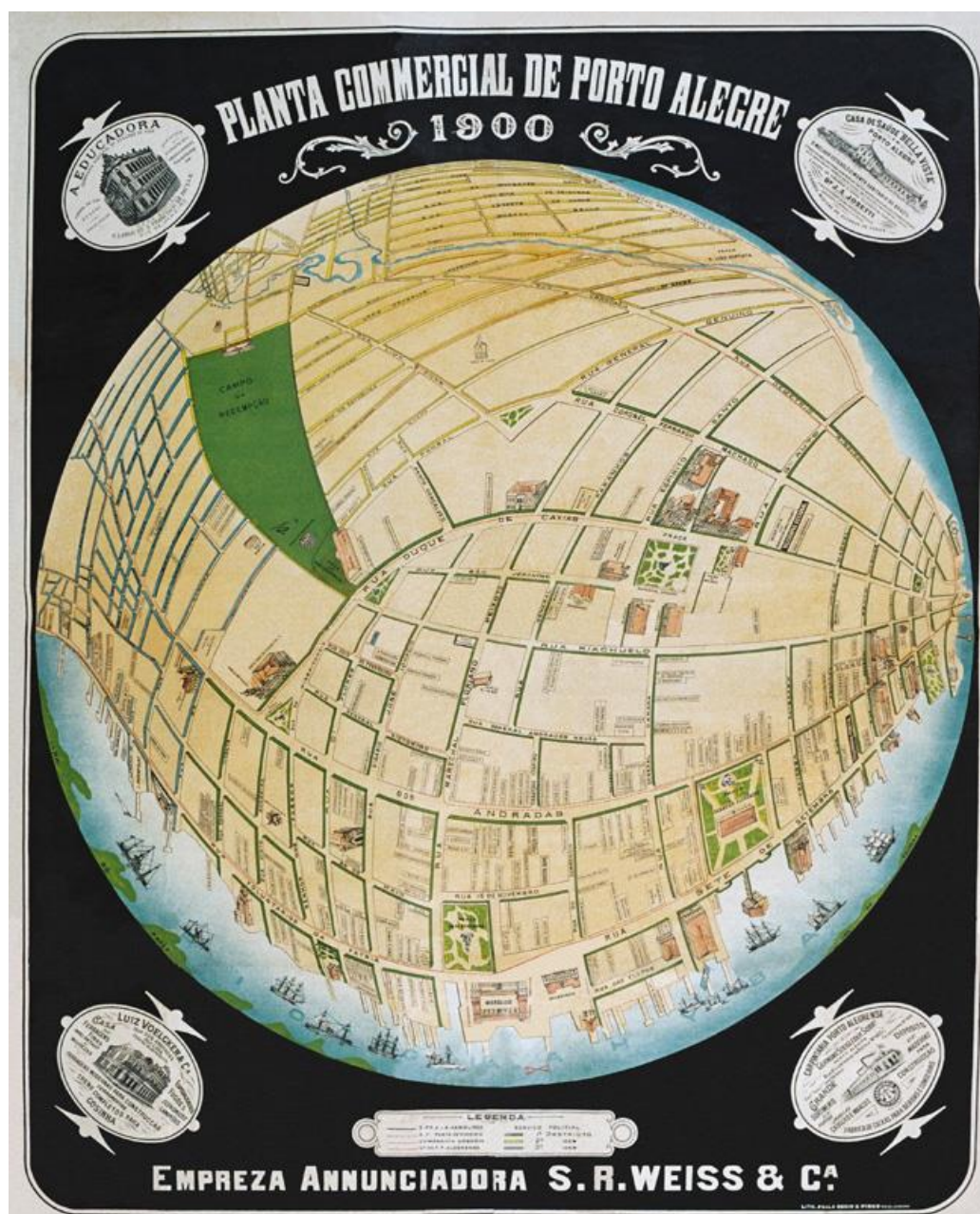
Figura 71: vista aérea dos trapiches do centro de Porto Alegre, em direção ao Gasômetro (1900)



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_YF1-iKCZ-vs/TD4Mw1oK9rI/AAAAAAAAAwY/urwOqd4MTQw/s1600/Os+velhos+trapiches+-+1900.jpg, acesso em 02/08/2018.

O Diretor da Viação Fluvial, Faria Santos explica que o projeto organizava o cais, ao acrescer a cidade de 32 hectares de terreno, dentro da cota de 3 metros, nível mínimo das águas, que ficava 20 cm acima da grande enchente de 1873. O entusiasmo com os melhoramentos urbanos geraram diversos modos de ver a nova cidade (figura 72).

Figura 72: PLANTA COMERCIAL DE PORTO ALEGRE - 1900. Autor: Empresa Annunciadora S. R. Weiss & Cia. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com orientação norte-sul, com legendas e propagandas dos anunciantes. Impressão: Lith. Paulo Robim & Pinho, Porto Alegre.



Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O início da Iluminação pública do Centro, em 1901, aumentou o número de combustores na Praça (eram 4). O relatório da SMOV de 1903 informou a transferência do chafariz da Praça Senador Florêncio (figura 73), para o Campo da Redenção, e que a demolição do prédio onde funcionou a Alfândega (descrito como “velho barracão em ruínas”) fôra autorizada pelo Congresso Nacional.

Figura 73: vista de dentro da praça, provavelmente da porta da Alfândega. Ao fundo, o Hotel Brasil (depois Grande Hotel), na Rua da Praia, em 1902.



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_YF1-iKCZ-vs/TD4Mw1oK9rI/AAAAAAAAAwY/urwOqd4MTQw/s1600/Os+velhos+trapiches+-+1900.jpg, acesso em 02/08/2018.

Tiveram início os trabalhos de nivelamento do local e de execução de reforma do antigo jardim, com o transporte de terra vegetal e areia grossa para os passeios, e com a retirada das grades que cercavam a Praça (segundo texto de Ferraz - Processo do Monumenta). Para isso, em 1905 foi construída uma gruta para guardar ferramentas do pessoal empregado na praça.

Figura 74: planta da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul - 1906.



Fonte: A. A. Trebbi. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com orientação norte-sul e coordenadas geográficas, escala 1:13.400, com legendas desenhos de monumentos arquitetônicos. Impressão: Casa Editora Livraria do Commercio, Porto Alegre. 63,3X44 cm. Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

A capital crescia em volume e serviços (figura 74). Em 1906, foi realizado um contrato entre a municipalidade e a companhia Força e Luz, para fornecer luz e transporte elétrico a Porto Alegre. Com isso, já em 1908 a cidade pôde contar com bondes elétricos. Até 1907 a cidade não dispunha de serviços de infra-estrutura urbana (SOUZA, 2010, p. 82), gerando campanhas de saneamento do espaço físico - e, também, de saneamento moral: *A modernização exigia a criação de novos serviços e também o afastamento de convivências maléficas, segundo o ponto de vista da época.* (op. cit, p.82). Tampouco dispunha de locais de embarque adequados para passageiros comuns e/ou *“de elevada posição social que a visitam, como os viajantes em geral, fazem-se pelo interior de trapiches cujo fim exclusivo é a manutenção de mercadorias.”* (Godoy, 1908, apud SOUZA, 2010, p. 75)

Em 1909 a Secretaria de Obras do Estado apresentou ao Presidente do Estado o anteprojeto do Cais, em frente à Praça Sen. Florêncio (figura 75). Este projeto teve como objetivo estabelecer um eixo de entrada da cidade, fazer o contato entre o porto (cidade comercial) e os poderes (cidade alta), promovendo o embelezamento da capital e

construindo edifícios para as repartições federais, sobre o terreno a ser conquistado ao rio. O projeto, de Atílio Trebbi, propunha abrir a Av. Sepúlveda desde a beira do rio até a Praça da Matriz, a sala de visitas do estado. No entanto, por questões técnicas este não foi efetivado e a larga avenida foi aberta até a base do espigão, na rua da Praia (figura 77). Assim, a conexão com a Praça da Matriz continuou sendo feita pela Rua Gal. Câmara.

Figura 75: Planta do Projeto de conexão da Praça Mal Deodoro (Matriz) pela Praça Sen. Florêncio, conectando-se ao novo Cais do Porto, 1909.



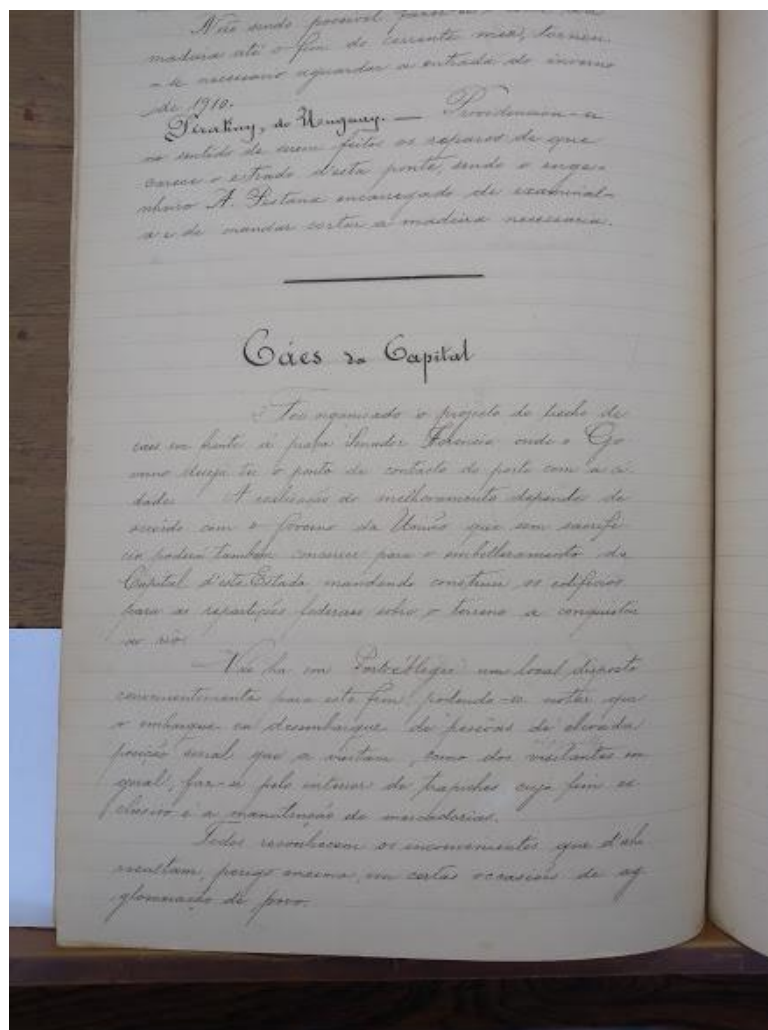
Fonte: <http://www.meubairroboa.com/wp-content/uploads/2015/03/Figura-2.jpg>, acesso em 02/08/2018.

Nesse mesmo ano, o Intendente José Montaury contraiu um empréstimo para desenvolver o projeto de canalização de água do Primeiro Distrito da cidade. Após a instalação das redes, foi necessário normatizar as instalações domiciliares “baseado nas instruções do Conselho Superior de Higiene Pública da França e adotado pelo governo do país” (SOUZA, 2010, p. 90). Souza comenta sobre a referência constante dos serviços urbanos franceses nos relatórios técnicos e políticos, demonstrando a importância dos engenheiros franceses no RS: Montaury chamava de “grandes serviços” a reformas urbanas de água, esgoto, abertura de ruas e embelezamento, tal como Haussmann chamava “*les grandes travaux*”, em Paris. Segundo Ezequiel (2007), em 1909 foi apresentado o anteprojeto prevendo a área a ser aterrada (figura 76) que, por motivos de ajustes financeiros, foi reduzida para 800 metros de cais, composto por 5 armazéns, com 5 metros de profundidade para atracação a jusante e 3 metros a montante:

Primeiramente, concluíram-se os aterros somente na área do porto e dos prédios públicos previstos para a Praça da Alfândega. A cidade avançou cerca de 180 metros na área do Guaíba, dando-se início em 1911 às obras do cais, em seu primeiro trecho de 140 metros em frente à praça, que seria concluído dois anos depois. (...) Os aterros nas demais áreas contíguas à Praça continuaram nos anos seguintes. Inicialmente o projeto teve uma certa resistência por parte dos comerciantes que tinham seus trapiches particulares.

Por outro lado, tais estruturas irregulares eram vistas como fator de desigualdade entre as firmas comerciais, e queixas constantes faziam referência ‘aos trapiches em mãos de poucos afortunados’ (...) Com os avanços proporcionados pelos aterros, o antigo trapiche da Alfândega permaneceu um tempo rodeado de terra firme. Originalmente prolongava-se justamente pelo espaço entre os dois edifícios erguidos. O trapiche alinhava-se sobre o traçado da nova Av. Sepúlveda, com início na antiga Praça à altura da 7 de Setembro, e se estendendo até a atual Siqueira Campos. (EZEQUIEL, 2007, p. 135-136).

Figura 76: Relatório SOP, 1909 - Caes da Capital.



Fonte: Fundo SOP-AHRS. Foto da autora.

Figura 77: bonde aberto na Rua da Praia - 1910.



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/-7JqvBhLQF60/TZvhRivNYEI/AAAAAAAAABag/ZIUt_49fUGA/s1600/Bonde+na+Rua+da+Praia+-+1908.jpg Acesso em 01/08/2018.

Em 1910, o projeto do cais apresentado em 1899 foi alterado, com o objetivo de reduzir custos e conseguir efetuar as obras necessárias. O início da construção do cais do porto exigiu do Governo o aterro de uma faixa de 100 metros de largura, rio adentro:

A parte do cais considerada, partindo da Praça Sen. Florêncio terá 400 m em cada sentido, com 5 metros de profundidade para circulação a jusante, e 3 metros a montante, de acordo com as condições que oferece o ancoradouro. No trecho fronteiro à Praça serão dispostas as escadarias para movimento de passageiros. Sobre o terreno a formar foram reservados os espaços necessários para os edifícios dos Correios e Telégrafos e da Alfândega que o Governo da União vai construir já, e os da Delegacia Fiscal e da Mesa de Rendas do Estado. (Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1910, p. 12)

Nesse mesmo ano foi demolido o antigo prédio da Delegacia Fiscal, e tiveram início as obras do Prédio dos Correios e Telégrafos, de propriedade nacional.

Enquanto um prédio subia, o aterro ao lado era completado. Enfim, recebeu a obra da nova Delegacia Fiscal. Em 1911 foi assinado o contrato com Rodolfo Ahrons para a construção do cais de 140 metros, com profundidade de 4 metros, em frente à praça. Sobre o novo trecho de aterro teve início a construção do novo edifício da Alfândega, financiado pelo Governo Federal, num terreno de 3.642 m² de área, na esquina das Rua das Flores e

Av. Sepúlveda (a Rua Siqueira Campos era Rua das Flores). A obra iniciou em outubro, porém as enchentes de 1912 atrasaram a obra. Nesse ano, o prédio da Alfândega Velha foi demolido. Também nesse ano é criada a Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da cidade:

Em função das obras de modernização do porto, o presidente do Estado solicitou do intendente a realização de um plano de melhoramentos que possibilitasse à cidade acompanhar de forma harmônica e coordenada a implantação de melhoramentos junto à margem do Guaíba (SOUZA, 2010, p. 93).

Assim, em 1913 foi finalizada a obra do cais em frente à Praça Senador Florêncio (figura 78):

Cais da capital:

Está concluído o trecho de 140 metros de cais, defronte à Praça Senador Florêncio, contratado com o Engenheiro Rodolfo Ahrons. A fim de utilizar-se essa obra e poder franqueá-la ao público, torna-se necessário aterrar a parte entre a Rua das Flores (Siqueira Campos), construindo-se na parte aterrada e no alinhamento da projetada Rua do Porto (Av. Sepúlveda), dois armazéns provisórios para receber carga. Conforme vossa resolução, já foi atacado esse serviço. Na parte aterrada entre a Rua das Flores e a do Porto, será construído o edifício para a Secretaria da Fazenda.” (Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1913. P.23)

Figura 78: Praça Sen. Florencio, descendo em direção ao rio, 1913. Cartão postal.

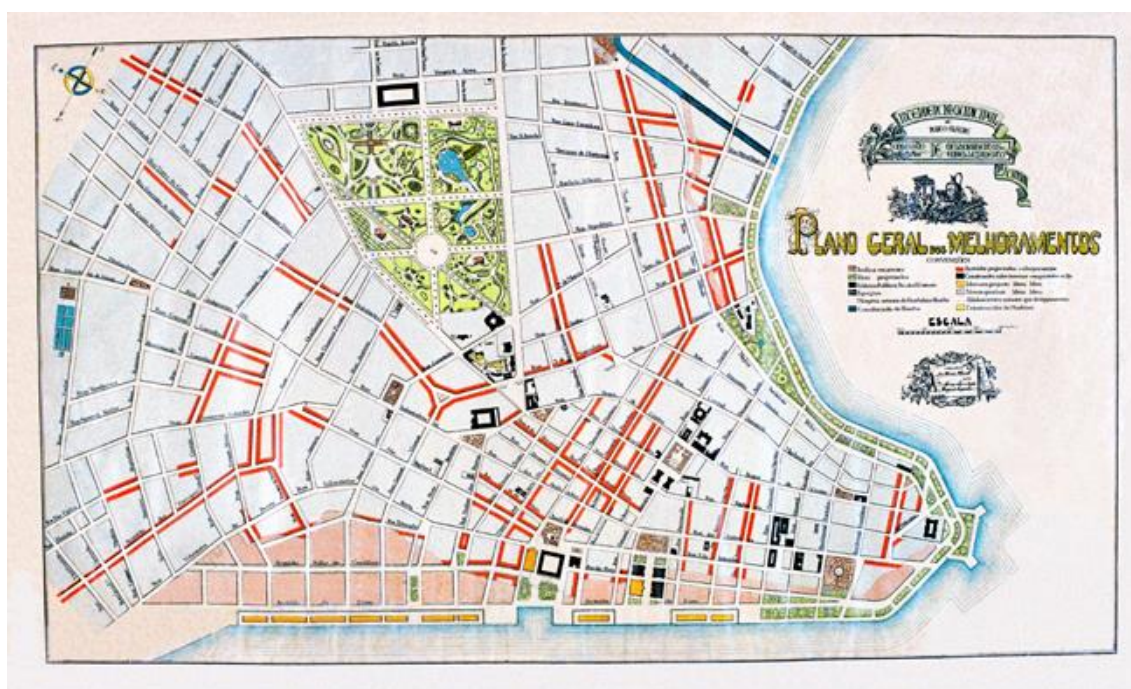


Praça da Alfândega, também denominada Praça Senador Florêncio, tráfegada por um bonde da linha "J". Postal datado de 1913, com vista a partir da Rua dos Andradas. À direita, a antiga sede administrativa da Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense.

Fonte: <https://portoimagem.files.wordpress.com/2011/06/poa12.jpg?w=700&h=>, acesso em 01/08/2018.

Porém essa parte do Cais seria destinada exclusivamente ao embarque e desembarque de passageiros - por isso num primeiro momento não haveriam armazéns junto a ela. No entanto, a documentação aponta para a construção de armazéns provisórios, localizados na atual Av. Mauá próximos à Av. Sepúlveda. Também os aterros contínuos à Praça Senador Florêncio não estariam incluídos no contrato com Ahrons, mas continuaram até o ano seguinte. Quando foram finalizadas as obras do prédio dos Correios e Telégrafos, tiveram início as obras de construção do novo prédio da Delegacia Fiscal. Em 1913 é inaugurado o Cine Teatro Guarany, fronteiro à Praça Sen. Florêncio, da Companhia de Seguros Previdência do Sul.

Figura 79: Plano Geral de Melhoramentos - Intendência Municipal de Porto Alegre: Comissão de Melhoramentos e Embelezamentos da capital – 1914.



Fonte: João Moreira Maciel. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com rosa dos ventos, escala gráfica, com legendas e convenções. Acervo Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

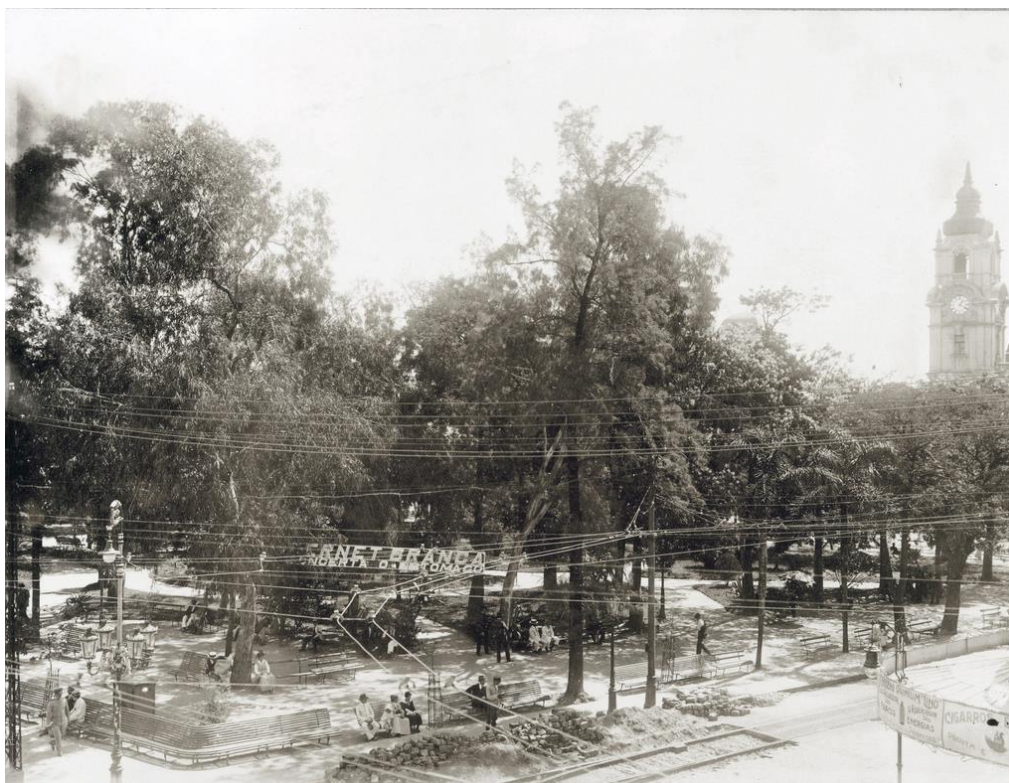
Segundo Franco (1997), no quadriênio 1910-1914 a iniciativa privada ajudou os republicanos a mudar a cidade (figura 79), pois a acumulação de capital da indústria foi acompanhada pelo sucesso nas safras agrícolas, coincidindo com a expansão das plantações do arroz, quando as cotações de alimentos não perecíveis estavam altas, em virtude da Guerra Mundial. Nessa Guerra, o Brasil teve mínima participação. Em 1916 o Clube de Oficiais da Guarda Nacional inaugurou o monumento ao Barão de Rio Branco, à frente do Prédio dos Correios e Telégrafos. A 1ª Guerra Mundial “atingiu” o Brasil em

1917, quando um submarino alemão torpedeou um navio brasileiro. Houve protestos e depredações contra alemães na cidade e no país. O historiador Sergio da Costa Franco faz um relato sobre a greve geral:

A crise econômica decorrente da guerra europeia e a alta dos gêneros de primeira necessidade estimularam a organização da classe operária e seus movimentos reivindicatórios, em todo o país. (...) Em Porto Alegre (...) o movimento mobilizou pedreiros, padeiros, trapicheiros e estivadores, empregados da Cia. Força e Luz, tecelões, carroceiros e tipógrafos. Vários milhares de trabalhadores cruzaram os braços. (FRANCO, 2013, p. 182)

Em 1914 estima-se que a população de Porto Alegre era de cerca de 150 mil habitantes (SOUZA, 2010, p. 82). Em 31 de agosto as obras do aterro foram concluídas, mas as obras do porto e nas adjacências continuaram.

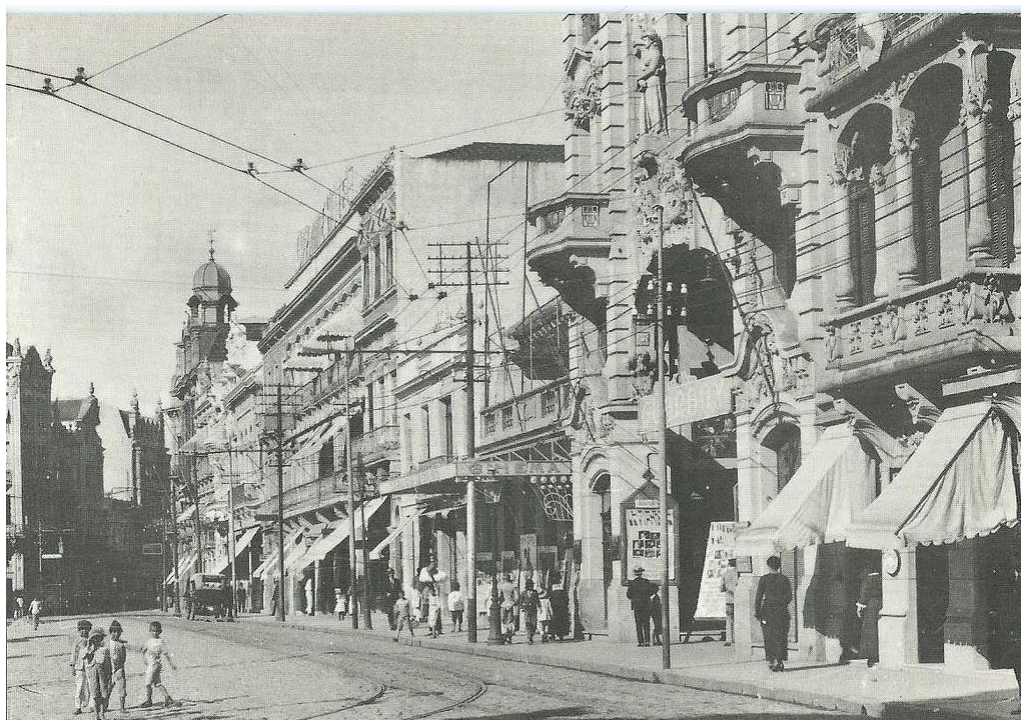
Figura 80: Praça vista de cima do Cinema Central. Ao fundo, relógio dos Correios. (Década 1920)



Fonte: https://c1.staticflickr.com/3/2894/12820168953_c20dd33041_b.jpg, acesso em 02/08/2018.

Entre estas estavam: a terraplanagem enfrente e na rua lateral ao edifício dos Correios e Telégrafos, utilizando-se cascalho, cinza e terra; a macadamização de ruas e o calçamento do espaço entre os dois armazéns centrais (provavelmente seriam os armazéns provisórios, já referidos) e do trecho lateral ao edifício dos Correios e telégrafos; e os reparos no calçamento da Praça Sen. Florêncio.

Figura 81: Rua da Praia defronte à Praça da Alfândega - Foto Virgílio Calegari. Note-se o aumento da rede elétrica



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/15476881447/lightbox/>, acesso em 01/08/2018.

Nessa fase, foi executado o ajardinamento da área fronteira ao edifício dos Correios e Telégrafos, iniciando-se a construção do monumento ao Barão do Rio Branco; foram retirados os barracões que serviram na construção do edifício da Delegacia Fiscal, ficando assim mais uma área livre para embelezamento e ajardinamento, conforme a cidade crescia (figuras 81 e 82).

Segundo Ferraz e Souza (2010), *o cais construído não se destinava a carga, mas tão somente ao embarque e desembarque de passageiros e bagagens. Por isso, não tinham sido projetados os armazéns junto a ele.* (op. cit, p. 79). Para dar continuidade às obras, foi exigida nova licitação. Em 1916 foi inaugurado o monumento ao Barão do Rio Branco, de autoria de Alfred Adolf, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos, na Praça Barão do Rio Branco. Também ocorreu a inauguração provisória do Prédio da Delegacia Fiscal. A nível municipal, foi publicado o levantamento topográfico do edifício da cidade pela Comissão de Melhoramentos. No ano seguinte, foi iniciada a construção do cais do lado leste da Praça Sen. Florêncio, em direção ao Mercado Público central; foi elaborado o projeto de uma avenida portuária, a Av. do Porto (atual Av. Mauá); foram remodelados os passeios que circundavam o jardim da Praça Sen. Florêncio, e foram

reformados os jardins, com a colocação de bancos, a eliminação das árvores velhas e a plantação de 82 plátanos. (informação retirada do Relatório da Intendência Municipal do ano de 1917).

Figura 82: Praça com busto Barão de Santo Ângelo, época das podas dos plátanos - 1915.



Fonte: http://www.leiloesbr.com.br/imagens/img_m/2128/741425.jpg, acesso em 01/08/2018.

Em 1918 foi aberta uma concorrência para a construção do cais no lado oeste da Praça Sen. Florêncio, até a Rua Gel. Vasco Alves; foram construídos passeios na Praça Sen. Florêncio e defronte ao jardim dos Correios e Telégrafos, formados por pedrinhas brancas e pretas, formando mosaicos; foi finalizado o jardim em frente à Delegacia Fiscal, com a inauguração do busto do Barão de Santo Ângelo. Segundo Souza (2010), *os relatórios dos anos seguintes continuaram apresentando o andamento das obras. Informavam sobre a importância dos armazéns, em estrutura de ferro e vidro, trazidos direto da Casa Daydé, da França, destacando o pórtico central.* (SOUZA, 2010, p. 81).

Em 1919 foi elaborada a planta redesenhando o projeto integral do porto; foi realizado o plantio de 24 mudas de acácias, importadas do Rio da Prata, nos “canteiros espaçados” no centro da rua que se dirigia ao cais (futura Av. Sepúlveda). No ano seguinte, começa o planejamento da obra de um edifício, em terreno do Estado atrás do

edifício dos Correios e telégrafos, para sediar a Administração do Porto, a Mesa de Rendas, a Junta Comercial e também a Repartição de Higiene (atual Secr. Da Fazenda e Fórum Cível)¹³³.

Segundo Franco, no relatório de 1920 o Intendente José Montauray diz que o *jardim da Praça Senador Florêncio, por sua posição o mais frequentado, tem passado por transformações radicais*. (FRANCO, 2006, p. 24). Depois que foi retirado o velho edifício em que funcionava a Alfândega e “atrapalhava” o embelezamento da praça, foram construídos abrigos, instalados candelabros, realizadas nova arborização, nova ornamentação de canteiros e relvados e o calçamento com pedras coloridas, na avenida de acesso ao novo cais (Av. Sepúlveda).

No primeiro semestre deste ano foi preciso abater uma linha de paineiras, que pelo seu extraordinário crescimento prejudicava o desenvolvimento das plantas adjacentes, pela sombra que projetava e a avidez com que absorvia os nutrientes do solo. (FRANCO, 2006, p. 24).

Na sequência, foi efetuada a renovação do areião da Praça, para garantir a consolidação das aléas e melhorar o nivelamento das mesmas. Em 1921 foi inaugurado o primeiro trecho do Porto, em 1922 estavam concluídos 924m de cais (sendo parte com calado de 6 metros e parte com calado de 4 metros) e, também, a obra do prédio da Delegacia Fiscal. Em 1923 foi criada a “*Comissão de Obras do Porto da Capital*”. As obras continuaram em andamento, com a construção de muros, armazéns, aterros, etc.

3.2.1.3 Terceira consolidação da área: 1922 - 1978. Grande aterro possível pela aproveitamento da areia do rio, das dragagens do canal de navegação/grandes calados. Obras reiniciadas ao fim da Primeira Guerra Mundial. Inauguração do Porto.

A Praça Senador Florêncio florescia em movimento com o trânsito de veículos, comércio e movimentos populares. Em 1918 foi inaugurado o novo “Grande Hotel”, na esquina da Rua da Praia com a atual Caldas Jr., diferenciando-se pela expressão política de seus hóspedes. Em 1921 foi inaugurado o Cinema Central, no Largo dos Medeiros, na esquina da Rua dos Andradas com a Praça Sen. Florêncio. Em 1922 foram retirados os trilhos de bondes na Rua da Praia “neste trecho tão intensamente frequentado”, incluindo nas obras um requinte: “paralelepípedos de granito em mosaico” (FRANCO, 2006, p. 30),

¹³³ O prédio descrito como sendo de estilo neoclássico foi projetado pelo Eng. Theophilo Borges de Barros e executado pelo Eng. Adolfo Stern.

em duas cores¹³⁴. Foram feitas as transferências dos trilhos de bonde entre as Ruas Vigário José Ignacio e a Praça Sen. Florêncio para a Rua 7 de Setembro, a fim de entroncarem com a linha da Rua dos Andradas, que seguia para a Praça Dom Feliciano. Em 1923. “borgistas e assisistas” ocasionaram um conflito na Rua da Praia, após autoridades darem discursos para a multidão da sacada do Grande Hotel (FRANCO, 2013, p. 199).

Em 1923 ficou pronta a muralha do cais do porto, trecho entre a Praça da Harmonia e a Av. Sepúlveda. Apenas em 1924 foi aberta uma concorrência pública para a construção de mictórios na Praça e, no ano seguinte, o Decreto municipal nº 21, de 30/09/1925 nomeou de “Av. Sepúlveda” a rua que ainda hoje dá acesso ao Cais (figura 83).

Figura 83: Prédio da Alfândega, na Av. Sepúlveda. Note-se o tamanho das palmeiras imperiais - 1924.



http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_img/antigaalfandega1924_lrpoa.jpg, acesso em 01/08/2018.

Segundo Franco (1995), uma cidade moderna tinha que estar de acordo com o ideal de convivência baseado no tripé do Barão de Haussmann, que remodelou Paris: sanear, transportar e equipar. O relatório da SMOV do biênio 1924-25 fez uma referência

¹³⁴ Alguns destes mosaicos ainda permanecem, em trechos de cima da Rua da Praia.

pontual à necessidade de remodelação da Praça Sen. Florêncio, buscando dar-lhe um estilo mais moderno:

(...) de modo que se reúna, com arte, os elementos naturais e artificiais. Devido à sua posição serviria como julgamento do nosso gosto artístico aos visitantes, nacionais e estrangeiros. Atualmente, o excesso de árvores de grande porte não só impede a cultura das flores como prejudica a vista dos edifícios que a circundam. Também seus 195 bancos prejudicam o plano de remodelação, pois eles devem existir como elemento de ornamentação e de descanso, mas não como causa prejudicial da harmonia do conjunto. (Relatório da 5ª Diretoria de Obras 1924-25, p.23 AHMMV).

Nesse sentido, pode-se entender tal proposta como uma mudança de atitudes para com o “povaréu”: nada de bancos para ficar à toa. A questão das árvores da praça, ao longo do tempo, foi associada à necessidade de ter sombra e proteção no espaço social, além de abrigo para animais de carga que compunham a estrutura de transportes consolidada. Com a motorização do centro e a modernidade entrando no cotidiano porto-alegrense, tais presenças são indesejadas em espaços de elite: a verticalização e a monumentalidade do Centro deveriam inibir pessoas simples, demonstrando a pujança e o poder das elites locais (figura 84)

Figura 84: Rua da Praia, plano do chão/pedestre. Ao fundo, rua Gal. Câmara - s/d.



Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/74/93/a3/7493a367337dda09dbb3c1f5d4fbae8e.jpg>, acesso em 31/07/2018.

Com o Plano de Melhoramentos de 1914 em mãos, Otávio Rocha, intendente municipal de 1924 a 1928, pôde pensar em soluções modernas, para o que precisava mais verbas (figura 85). Implementou uma reforma fiscal, taxando propriedades e aluguéis - impossibilitando a permanência de moradores de cortiços, pensões e porões no Centro, e facilitando a compra de terrenos por construtoras, que iriam verticalizar a área nos anos seguintes. Em 1927 começou a operar a Rádio Sociedade Gaúcha, primeira emissora da capital, cujo estúdio era no 6º andar do Grande Hotel, na Praça da Alfândega. De 1927 a 1929 durou o regulamento Municipal que introduziu a “mão-inglesa” no trânsito da cidade (FRANCO, 2013, 218).

Figura 85: Planta geral do porto em construção de Porto Alegre, com indicação do projeto para a nova estação da Viação Férrea do RGS - 1927.



Fonte: Alberto M. Schiavoni. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com rosa dos ventos, escala 1:10.000, com legendas e profundidades do Canal do Guaíba. Impressão: Comissão das Obras do Porto de Porto Alegre/ Escripório Técnico. 90,2X53 cm. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Em 1927, Otávio Rocha anunciou em seu relatório anual a elaboração de um projeto para implantação do novo sistema de iluminação americano NOVALUX, na Praça Sen. Florêncio (e também para as Praças Marechal Deodoro e Independência). Esse sistema substituiria os diversos artefatos já existentes, nos quais predominava o estilo

européu - com isso, mudando o foco do mobiliário urbano, adequando-se às linhas estéticas dos artefatos elétricos modernos americanos.

Nesse ano, teve início a construção do novo prédio do Banco Nacional do Comércio, na esquina da Rua Sete de Setembro com a Praça Sen. Florêncio. Para isso, foram demolidos os dois sobrados que existiam no terreno. Em 1928 foi extinta a referida Comissão de Obras do Porto da Capital, sendo criada a Diretoria da Viação Fluvial. Segundo Franco (1997), de 1925 a 1935 o Centro assistiu a uma operação de “terra arrasada” para a abertura das Avenidas Júlio de Castilhos, Otávio Rocha, Alberto Bins e Borges de Medeiros, enquanto monumentos e espetáculos da modernidade - representações de espaços que liquidaram com antigos espaços de representação. Em junho e em setembro de 1928 ocorreram grandes enchentes que alcançaram a Praça da Alfândega.

Em 1932 foi feita a transferência do busto de Caldas Junior da Praça XV para a Praça Sen. Florêncio e, segundo o relatório da Diretoria de Obras e Viação do biênio 1931-32, foi construído um abrigo junto aos trilhos da Cia Carris Porto-Alegrense (figura 86).

Figura 86: trânsito na Rua Sete de Setembro eq. Cassiano Nascimento, ao fundo prédio da Delegacia Fiscal (esq.) e dos Correios (dir.) - anos 30.



Fonte: <http://www.ispersul.com.br/fotos/correiosmargs.jpg>, acesso em 01/08/2018.

Para Franco (2006), um fator importante para a definição paisagística da Praça foi a inauguração da estátua equestre do Gal. Osório, em agosto de 1933, colocada no centro do logradouro (figura 87). Nesse mesmo ano, foi concluída a obra do novo edifício da Alfândega, depois de várias mudanças no projeto original. Este apresentava uma área construída de 1.613m², na esquina da Rua Siqueira Campos com a Av. Sepúlveda.

Em 1934 a Praça teve nova remodelação: novos canteiros; construção de 1.067m² de calçamento com pedrinhas tipo português; marcação dos canteiros com cordão de grês (que teria a vantagem não só de conservar os desenhos, mas também de evitar que os pedestres pisassem nos canteiros gramados); modificações na iluminação, com a instalação de 3 combustores adicionais e mudança de 4 para outros locais. Nos mictórios, foram reformadas as fachadas, foi construída uma cobertura de cimento armado, e foram feitas modificações nas instalações de águas e esgotos.

Figura 87: Praça Senador Florêncio, década de 1930, ainda sem chafarizes - cartão postal. Ao fundo, edifício do Banco do Comércio. Foto tirada ao meio-dia.



Fonte: <http://prati.com.br/porto-alegre/porto-alegre-postal-praca-senador-florencio-edificio-abelheira-praca-da-alfandega-decada-1930.html>, acesso em 01/08/2018.

O sistema de usos da Praça foi desenvolvido sobre um projeto de ajardinamento baseado nos jardins franceses, cujos percursos não se adequavam às estruturas portuárias, mas sim aos sistemas de recepção de visitantes. Os novos sistemas de iluminação visavam os usos noturnos da Praça, seja através do trânsito para hotéis, cassinos, espetáculos e/ou

cinemas. A circulação na Rua da Praia e a circulação nos espaços de trabalho do Porto configuravam um movimento diário e constante na área, que também ocorria à noite. Os trabalhadores do porto e das embarcações tinham atividades associadas - hotelaria de baixo custo, alimentação, diversão, prostituição, etc. (figuras 88, 89 e 90)

Figura 88: Foto: Praça Senador Florencio vista desde a esquina da Rua Sete de Setembro com Rua Cassiano Nascimento, com a sombra do Banco do Comércio. Foto tirada pela manhã - década de 1940.



Fonte:

http://www.ufrgs.br/leiturasdacidade/imagemgal/POA4_Autor_desconhecido_Praca_Senador_Florencio_Casa_Amador.jpg acesso em 02/08/2018.

Figura 89: Cais do porto de dentro do barco, s/d



Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_img/porticocentralantiga.jpg ,

Acesso em 01/08/2018.

Em 1935 ocorreu a transferência da escultura “A Samaritana” de Alfred Adolf, da Praça Montevideu para a Praça Senador Florêncio - em seu lugar, foi colocada a fonte Talavera, recebida como presente da Colônia espanhola ao Município, em virtude dos 100 anos da Guerra Farroupilha. No ano seguinte, houve a inauguração da herma de Antônio Carlos Lopes, de André Arjonas, além do plantio de 86 árvores (totalizando 437).

Figura 90: ambiência da Praça Sen. Florêncio com o porto consolidado. Detalhe da estátua de Gal Osório apresentado espelho d’água - década de 1940.

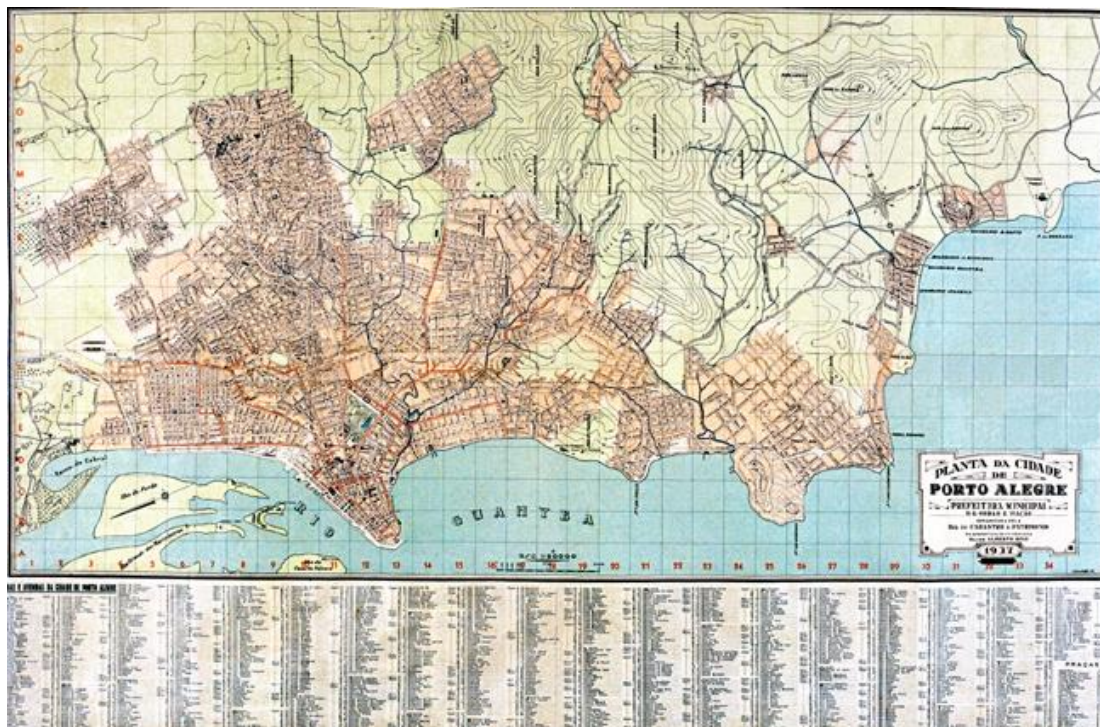


Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_Eca1qQOqNdl/S74ftjgZvOI/AAAAAAAAAFIA/-wIsG48n_U4/s640/2983-12403-1-PB.gif, acesso em 02/08/2018.

No relatório da Diretoria de Obras do Biênio 1937/38 (figura 91), quando este se referia a 14 postos de serviços para automóveis existentes em logradouros públicos, entre os quais um na Praça Sen. Florêncio (figura 96), constatava que a Praça estava *sempre muito danificada pelo público, principalmente à noite, quando é bastante frequentada por crianças que brincam em seu gramado*.

Também informava sobre o replantio de mudas (lista de mudas) e também se referiu à criação de um recanto infantil, que seria limitado por cerca viva de ligustro onde seriam colocados os aparelhos: 2 deslizadores, 1 gangorra e 1 caixa de areia (para crianças até 8 anos). Porém o contingente de plantas crescidas que foram inseridas na área teriam sido de *Ficus*, e não de Ligustro. Ao longo do tempo, o crescimento sem poda ocasionou uma desproporção das plantas em relação ao planejamento inicial, causando danos ao local (acúmulo de parasitas nos galhos e ratos nas raízes, levantamento dos passeios, disputa por sol e água com os jacarandás, etc.) que podem ser vistos na ambiência, hoje.

Figura 91: PLANTA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE – 1937. s/autor. Original impresso, colorido, tinta s/papel, com rosa dos ventos, escala 1:20.000, com legendas, principais ruas e praças. Possui número de série. Impressão: Prefeitura de Porto Alegre – Diretoria de Cadastro e Patrimônio. 106X54 cm.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. Cópia digital: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Figura 92: Enchente de maio de 1941, na Praça Sen. Florêncio.



Fonte: <https://images.sul21.com.br/file/sul21site/2011/07/ENCHENTE41-POA19.jpg>, Acesso em 01/08/2018.

Em abril e maio de 1941 ocorreu a maior enchente da história de Porto Alegre (figuras 92,93 e 94). Após 22 dias de chuva contínua, quando a chuva parou o vento Sul mudou - e a vazão da Lagoa ao invés de descer, subiu. Com isso, os bairros Centro, Cidade Baixa e Navegantes ficaram submersos. Para resolver a situação, o arroio Dilúvio foi canalizado e foram colocados diques nos rios Gravataí e Jacuí. E entre 1971 e 1974 foi construída a cortina de contenção de cheias, na Av. Mauá, com 2,6 km de extensão e 3 m de altura, separando física e visualmente o rio da população.

Figura 93: enchente de maio de 1941, na Praça Sen. Florêncio, subida das águas. Ao fundo, Prédios dos Correios (esq.) e Banco do Comercio (dir.). Imagem Acervo AHRS.



Fonte: https://estado.rs.gov.br/upload/recortes/201803/28114708_1475184_GD.jpg , Acesso em 02/08/2018.

Figura 94: Centro de Porto Alegre. O rio retomando seu leito: descida da Rua Gal. Câmara, esq. Rua dos Andradas - 1941.



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/-Y6dHT86T6_A/U8SoDbkmqXI/AAAAAAAAADD0/DMV2WD2ydA4/s1600/A+GRANDE+ENCHENTE+DE+1941.jpg , Acesso em 01/08/2018.

Em 1947, na Av. Mauá foi inaugurada a sede administrativa do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (depois Secretaria de Portos e Hidrovias-SPH), prédio de seis pavimentos, geminado ao conjunto composto pelo Pórtico Central e armazéns do cais do porto. O Relatório do Prefeito Eliseu Paglioli, de 1951, se referiu à necessidade de formação de uma guarda para praças e jardins, e citava a Praça Sen. Florêncio como um dos recantos mais frequentados pelo público (figura 95), principalmente à tarde e à noite, o que dificultava sua conservação. Os gramados teriam sido refeitos, com leivas, em áreas de aproximadamente 1.750m², e os problemas de irrigação para as plantas foram

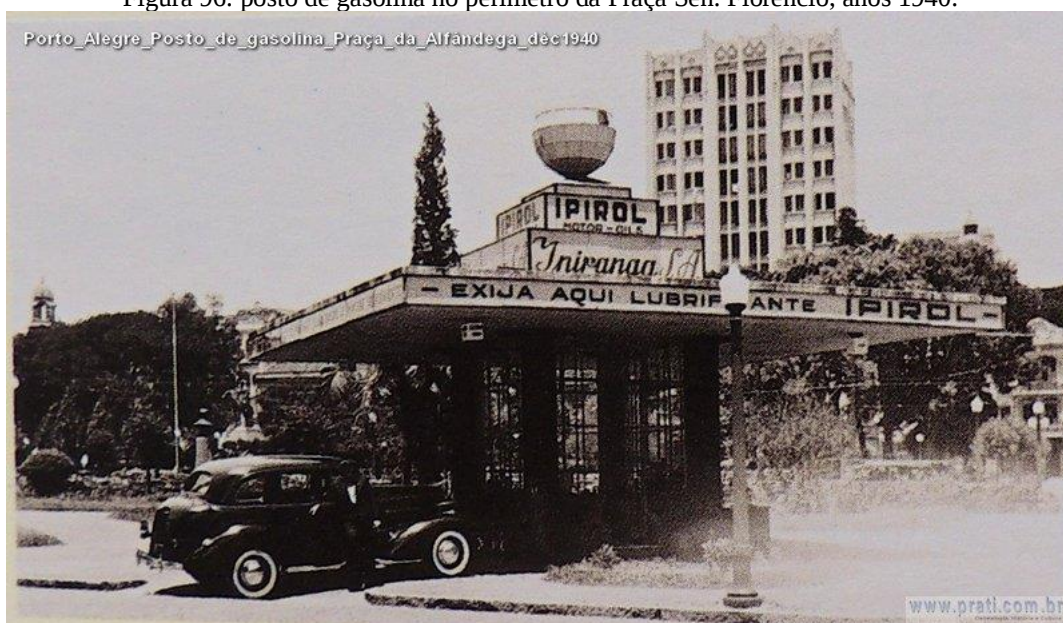
solucionados com a substituição de alguns canos, que já estavam esclerosados. Nas praças em frente à Delegacia Fiscal e aos Correios e Telégrafos, onde haviam várias praças de automóveis, também teriam sido replantados gramados e flores anuais.

Figura 95: Rua da Praia acompanhando a Praça Sen. Florêncio - década de 1950



Fonte: <https://portoimagem.files.wordpress.com/2011/06/por3.jpg?w=700> , acesso em 02/08/2018.

Figura 96: posto de gasolina no perímetro da Praça Sen. Florêncio, anos 1940.



Fonte: https://c1.staticflickr.com/3/2819/11017301963_c544f8718e_c.jpg , acesso em 02/08/2018.

Figura 97: Cais Mauá, interna- década 1930.



Fonte: <http://aspasseadeiras.com.br/wp-content/uploads/2016/07/cais-mau%C3%A1-e1468375672439.jpg>, acesso em 31/07/2018.

Com o advento do suicídio do então presidente Getúlio Vargas, em 1954, no ano seguinte, 1955, ocorreu a instalação do monumento da Carta-testamento, na esquina das Ruas Capitão Montanha e Rua dos Andradas (figura 98).

Figura 98: Cópia em pedra da Carta-testamento de Getúlio Vargas, fixada na esquina da Rua da Praia e a antiga esquina da Rua Gal. Montanha. A placa original, de bronze, fora inaugurada durante o Governo de Leonel Brizola (1959-1963).



Fonte: Foto da autora, 2018.

Nesse ano de 1955 foi realizada a 1ª Feira do Livro de Porto Alegre, no centro da Praça Sen. Florêncio, evento que se repete anualmente, ali, até hoje, organizada pela Câmara Riograndense do Livro. Hoje é considerada patrimônio imaterial da Cidade, inscrita desde 2013 no Livro dos Lugares de Porto Alegre (foto 99).

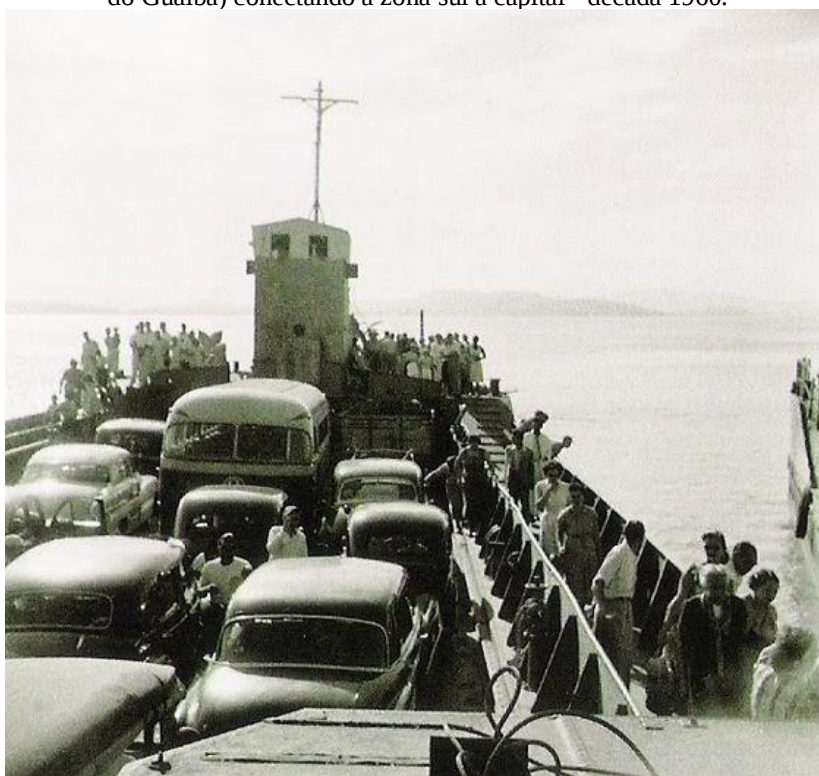
Figura 99: Feira do Livro de Porto Alegre, na Praça Sen. Florêncio. Note-se o movimento de carros e ônibus ao longo da Rua Sete de Setembro e Av. Sepúlveda - s/d.



Fonte:

http://3.bp.blogspot.com/_m08NwDIta84/TKoP9DuHstI/AAAAAAAAAF0/cIYWV5h9W1A/s1600/img_08.jpg, Acesso em 31/07/2018.

Figura 100: Travessia do Guaíba por barca, modificada após a construção da Ponte Getúlio Vargas (Ponte do Guaíba) conectando a zona sul à capital - década 1960.



Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/05/25/6d/05256d83ab4a99d54e35994d37741b52.jpg>, acesso em 02/08/2018.

Ao longo da década de 1950 e 60 se deu a verticalização do centro da cidade. O modernismo exigia novas posturas e novas formas de viver (figura 100). Os programas de auditório transmitidos pelas rádios preenchiam o cotidiano dos horários de almoço, no

centro. A cidade se espalhou, recebendo agricultores que vinha tentar a sorte na cidade grande. A Praça, constituída, mantém suas rotinas de conservação, entre cinemas, lojas e bailes do Clube do Comércio. Em 1968, foi feito um abrigo para a caixa coletora de lixo.

Em 1959, foi lançado o Plano Diretor de Porto Alegre, que pretendia controlar o crescimento da cidade, adotando o sistema de zoneamento, distinguindo o uso do solo para áreas residenciais e para atividades de comércio e indústria. Com a criação de zonas de comércio, muitos moradores saíram do centro e este foi ficando esvaziado de vida noturna. Em 1961, a Campanha da Legalidade deixou os porto-alegrenses em vigília na Praça da Matriz, protegendo o Palácio Piratini dos militares. Com o Golpe civil militar de 1964, iniciou-se uma época de obras para expansão do modal rodoviário no Brasil, desarticulando as estruturas ferroviárias e fluviais.

Em Porto Alegre as linhas ferroviárias foram gradativamente sendo substituídas pelas rodoviárias (figura 101), e desativadas na década de 1980; entre 1971 e 1974 foi construída a cortina de contenção para proteção de enchentes, o Muro da Mauá, separando o rio, da população, permitindo o acesso pelo portão na Av. Sepúlveda; durante a década de 1970, ocorreu a retirada dos bondes e veículos das ruas que circundavam a Praça. Os aterros continuaram ganhando terras ao rio, até o Estaleiro Só, o último.

Figura 101: locomotiva nas docas, em direção à zona sul. Destaque para os três modais de transporte: férreo, rodoviário e hidroviário - décadas de 1960-70.



Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/9f/29/b9/9f29b9ca3c61e6cba51cbe71711fba15.jpg>, acesso em 02/08/2018.

3.2.1.4 Quarta consolidação da área: 1978 - 2002. Calçadas integram as vias de trânsito da Rua da Praia, Rua Cap. Montanha, Rua Cassiano Nascimento e Rua Sete de setembro.

O planejamento urbano implantava calçadas nas cidades brasileiras (figura 103). Após um incêndio no antigo prédio da Caixa Econômica Federal foi efetuada a sua implosão, em 30/10/76. Na Av. Sepúlveda foi implantado o marco comemorativo da Praça da Alfândega, dentro do Projeto de ampliação da Praça, após a negociação para a incorporação do terreno da CEF que permitisse a criação de um parque central/área verde. Para que isso fosse possível, houve a mobilização popular e do Conselho Estadual de Cultura, envolvendo as tentativas de permuta do terreno do canto oeste da praça, entre a Prefeitura e a CEF. No relatório anual do então prefeito Guilherme Socias Vilella, foi citado o novo sistema de iluminação na Praça Sen. Florêncio - implantado também no Parque Farroupilha. Em 1978, o Museu de Artes do RS se instalou no prédio que sediava a Delegacia Fiscal.

No ano seguinte, ocorreu a unificação da Praça Sen. Florêncio e a Praça Barão do Rio Branco, com a integração dos leitos das ruas ao redor da praça: Rua Sete de Setembro, Av. Sepúlveda, Rua Capitão Montanha e Rua Cassiano Nascimento (figura 102). Também se efetivaram: a ampliação da área verde; a manutenção dos 11 monumentos já existentes; a pavimentação com pedra portuguesa; a perda do canto oeste para o novo prédio da CEF. Dessa forma, a Lei Municipal Nº 4583, de 29 de maio de 1978 denominou “Praça da Alfândega” o quarteirão formado pelas Ruas dos Andradas, Cassiano Nascimento, Siqueira Campos e Capitão Montanha.

Figura 102: Av. Sepúlveda funcionando como terminal de ônibus - década de 1970.



Fonte: https://img.comunidades.net/ant/antigaportoalegre/A.v_sep_lveda_dec.70_2.jpg, Acesso em 01/08/2018.

Figura 103: implantação dos calçadões no centro da cidade, exigindo escavação para dutos de gás, luz e telefone na Rua da Praia - década 1970.



Fonte: <https://i.pinimg.com/564x/8f/26/84/8f26844e0b2cc8925a2c3323ca6d531d.jpg>, Acesso em 02/08/2018.

No ano 1980 foi efetuado o tombamento a nível federal (IPHAN) do prédio dos Correios e Telégrafos, enquanto era discutido o projeto de recuperação do prédio do MARGS. Em 1983 foi efetuado o tombamento a nível estadual (IPHAEE) do MARGS¹³⁵ (ex-Delegacia Fiscal), além do tombamento do Cais Central e dos armazéns A e B pelo IPHAN.

Anos depois, em 1987, ocorreu o tombamento a nível estadual (IPHAEE) da “Praça da Alfândega e seu entorno: conjunto composto pela Praça Sen. Florêncio, Largo dos Medeiros, Prédio da Antiga Alfândega, Prédio da Antiga secretaria de Obras Públicas do Estado e o prédio da Secretaria da Fazenda”, através da Portaria 06/87, de 10/03/1987, sob o registro Nº 58 no Livro do Tombo Histórico de 21/12/1992. Também ocorreu o tombamento, a nível estadual (IPHAEE), do prédio da Antiga Agência Central do Banco do Comércio, através da Portaria 07/87, de 10/03/1987, registro Nº 57 no Livro do Tombo Histórico de 21/12/1992. A partir de 1989 foi instituído o Orçamento Participativo em

¹³⁵ Através da portaria 04/83 de 20/03/1983, sob o Registro Nº 22, no Livro do Tombo Histórico de 30/08/1983.

Porto Alegre, quando diversas demandas foram atendidas de acordo com os bairros e a participação popular (figura 104).

Figura 104: Rua da Praia, com os cinemas de rua Guarany e Imperial em funcionamento - década de 1990.



Fonte: <http://xicogoncalves.com.br/wp-content/uploads/2016/08/predpcalfandega3.jpg>, acesso em 03/08/2018.

Uma década depois (1997/98), foram efetuadas novas obras de restauração do prédio do MARGS e, em 1998, tiveram início as obras de restauração do prédio dos Correios e Telégrafos. Estass resultaram na instauração do Memorial do RS no ano 2000, junto com o tombamento, a nível federal (IPHAN), do Sítio Histórico da Praça da Alfândega e da Praça da Matriz, e a posterior inclusão da cidade no Programa Monumenta.

3.2.1.5 Quinta consolidação da área: 2002 - 2010. Revitalização da área da Praça da Alfândega, através do Programa Monumenta-MinC-IPHAN.

Figura 105: Maquete do Programa Monumenta, executado de 2000 a 2012.



Fonte: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTjoYh897CjJYiWe9RCrMenOECmLXZMM1c-otEtLPaGA0jAaCJg1A>, Acesso em 01/08/2018.

Segundo a definição da poligonal de tombamento do sítio histórico de Porto Alegre pelo IPHAN em 2000, dentro do bairro centro Histórico, a área da Praça da Alfândega recebeu uma caracterização de conjunto paisagístico. A partir dessa definição técnica dada à área, foram elaborados projetos para compor a ambiência histórica da Praça da Alfândega. Em 2001 foi feita a restauração do prédio da antiga Agência Matriz do Banco do Comercio, localizado na Praça, para a instalação da sede do Santander Cultural. Também ocorreu a instalação do Arquivo Histórico do RS e do Memorial do Fórum Social Mundial, no prédio dos Correios e Telégrafos. Conforme se efetivavam as tramitações dos projetos, as obras iam sendo executadas pelas Equipes do Monumenta.

Respeitando a delimitação do sítio histórico, os técnicos efetuaram projetos de

revitalização para as áreas da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega, envolvendo também a Igreja das Dores e a Borges de Medeiros. A Praça da Alfândega teve seus percursos internos reorganizados, conforme os projetos antigos da década de 1930. Também foram efetuadas podas, trocas de bancos, de postes de luz, de lixeiras e feitos banheiros novos. Também foram realocadas as bancas de revistas, foram providenciadas cadeiras metálicas para os engraxates e bancas metálicas para os artesãos. Foram realocadas as mesas de jogos, para manter os recantos de dama, e instaladas estruturas fixas no piso para a montagem anual da Feira do Livro, promovida pela Câmara do Livro.

Em 2005, o cais Mauá foi desativado.

Para determinar os lugares onde seriam efetuadas as escavações arqueológicas, foram feitas prospecções com geo-radar, sendo escolhidos três pontos que foram escavados em 2006 (figura 106). Com isso, foram encontradas as bases da escadaria do cais e estruturas do calçamento antigo da Rua da Praia. As escavações ocorreram e foram efetuadas, até onde o lençol freático do local permitiu.

Figura 106: escavação arqueológica na Rua da Praia, Área 1, 2006. Vê-se a presença do calçamento irregular anterior.



Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/arquivos/31409_CIA_7360.jpg, Acesso em 31/07/2018.

Desta forma, as obras e remodelações da Praça continuaram, dentro do planejamento aprovado pelo Programa Monumenta (figuras 105 a 113) até o ano de 2010, quando o Programa Monumenta foi oficialmente encerrado, e suas estruturas foram incorporadas pelo Programa PAC Cidades Históricas.

Figura 107: obra de reconstituição do pavimento em pedra portuguesa, nos canteiros da Av. Sepúlveda.



Fonte: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_img/sepulvedaobra2.jpg, acesso em 31/07/2018.

Figura 108: Praça com tapumes, proteção efetuada durante o andamento das obras - 2001.



Fonte: http://imagem.band.com.br/f_418409.jpg, acesso em 02/08/2018.

Figura 109: área reservada por tapumes, para obras de calçamento em pedra portuguesa. Vê-se a base do poste antigo, sob proteção - 2011.



Fonte: <https://portoimagem.files.wordpress.com/2011/12/alfandega1.jpg?w=700&h=> , Acesso em 02/08/2018.

Figura 110: recolocação da estátua em bronze do escritor Carlos Drummond de Andrade ao lado da estátua do poeta Mário Quintana, durante a montagem da Feira do Livro de 2012.



Fonte: <http://multimidia.correiopovo.com.br/thumb.aspx?Caminho=multimidia/2012/10/25/293286.JPG&Tamano=690> , acesso em 02/08/2018.

Figura 111: cadeiras de engraxates ao pé do prédio da Caixa Econômica federal - 2012.



Fonte:

<http://multimidia.correiodopovo.com.br/thumb.aspx?Caminho=multimidia/2012/02/13/240013.JPG&Tamanho=690> , Acesso em 03/07/2018.

Figura 112: protótipo das bancas de artesãos, entregues em 2017 aos artesãos cadastrados.



http://bancoimagemens.procempa.com.br/imgs_m/56d834b4b019b7.47327410/http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_noticia=184867&CULTURA+AGILIZA+ENTREGA+DE+EQUIPAMENTOS+NA+PRACA+DA+ALFANDEGA , Acesso em 01/08/2018.

Figura 113: Pegada Africana, obra de arte que compõe o Museu do Percurso Negro - 2011.



Fonte: https://4.bp.blogspot.com/-nAtj-M5BXsU/WStXukHVrJI/AAAAAAAAABrg/AiSMALFFY8A9Dm_pk46a4bUFBbl5iYhVgCLcB/s1600/1264082_10200951166036231_1257025290_o.jpg, Acesso em 02/08/2018.

Enquanto isso, a relação com o rio se efetivava de outras formas. Em 2007, o projeto de revitalização do Cais Mauá foi constituído pelo Decreto 45.187, de 27/07/2007. O Edital desenvolvido por Comissão Técnica de Avaliação e Seleção dos Estudos recebeu parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado (SPI nº4510-08.01/08-0). Em março de 2010, a Câmara Municipal de Porto Alegre edita a Lei Complementar 638/2010, estabelecendo regras para a utilização da área do Cais Mauá. A obra seria executada pelo consórcio Porto Cais Mauá do Brasil S.A., em um modelo de concessão de 25 anos, em contrato de arrendamento. Em 2014, a Prefeitura concedeu uma licença para reforma interna nos armazéns do Cais Mauá. Em 2017, a Lei 14.983, de 16/01/2017, extinguiu a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), que se mudou para Rio Grande. O lugar ‘do lado de lá do muro’ só não está mais parado pelo movimento da hidrovieária, instalada em 2011 no armazém B3. O catamarã, sistema de transporte hidroviário, faz a travessia Porto Alegre- Guaíba diariamente, movimentando a economia da orla.

As atividades informais do centro histórico, também históricas, também foram modificadas. Em 2009, com a abertura do Centro Popular de Compras de Porto Alegre - Pop Center¹³⁶, shopping popular com mais de 800 lojas, 20 mil m² de área, que abriga um

¹³⁶ O Centro de compras popular está situado na Av. Julio de Castilhos, com entrada pela Voluntários da Pátria, eixo de abastecimento do comércio a varejo e por atacado. A estrutura do Camelódromo, como popularmente continua sendo chamado, é acessada através de contrato de aluguel de boxes (a preço não tão baixo), oferece estruturas como wi-fi, telefone, banheiros e estacionamento. Em contrapartida, perde-se o contato com o cliente que passa, o movimento constante das ruas do centro e a gratuidade

contingente dos antigos camelôs de rua, localizados na lateral da Praça XV, houve uma reorganização dos espaços de comércio informal do centro. Porém, a paisagem comercial da Praça da Alfândega, aos poucos, voltou a se recompor, readequando-se às normas de administração municipal de atividades ambulantes e de pontos fixos.

Desta forma, o momento histórico-vertical se aproxima das bordas da contemporaneidade. Como bem disse Argan (2005), os cidadãos de Roma conviviam na cidade como peixes, nadando nas diferentes temporalidades/profundidades da cidade. E cita Marc Bloch: não se faz história, a não ser dos fenômenos que continuam (ARGAN, 2005, p. 16). Neste caso, em Porto Alegre, os cidadãos não sabem disso. Convivem em um tecido histórico, com marcas temporais, onde as rupturas são perceptíveis ao analisar a constituição física do lugar - pois os usos, ah, esses usos, permanecem apesar das lógicas constitutivas, dando a ver a vocação de carga e descarga daquele lugar que “se espichou”.

do lugar (caso a caso). Apesar desta estrutura “oficial”, o comércio de rua informal tem retomado os locais de venda ambulante, ao longo dos 10 anos (2009-2019).

3.2 MOMENTO HISTÓRICO-GENÉTICO

A história que se apresenta aos olhos do pesquisador nesta etapa do método regressivo-progressivo é diferente. Mesmo pouco refinada e interpretativa, a sequência temporal apresentada anteriormente permite perceber dimensões de entendimento referentes a um mesmo lugar que constituíram etapas e realidades sobre-encaixadas, cruzantes, em termos de interesses e de soluções dadas pelo espaço social para usos do espaço físico - pelo escopo do espaço social.

As contradições geradas em um lugar específico, a Praça, estabeleceram vácuos informacionais que, aqui, se materializaram através dos aterros, afastando o meio líquido e a beira do rio, ao longo dos anos. Geraram faltas e compuseram enterramentos. Mantendo o canal de navegação, - crucial no início do século XX e desprezado no início do século XXI por ser um modal de transporte ultrapassado, sem maiores perspectivas de lucro imediato a não ser a isenção fiscal - o rio, hoje poluído, está longe da população de Porto Alegre. Porém o maior impacto ao espaço social gerado na área foi o afastamento, hoje definitivo, das atividades relacionadas às práticas náuticas/fluviais do núcleo central da cidade.

Ocorreu a descaracterização da área surgida através deste referencial, usado ao longo de 3 séculos, em função da adequação a outro modal de transporte, dos anos 1950 para cá, baseado em derivados de petróleo. Algumas estruturas de apoio e edificadas ainda permanecem no lugar, algumas com e outras sem uso, dando a entender a dimensão da pujança anterior relacionada a esta atividade. Porém, apresentam-se desconectadas da atividade econômica relevante que a constituiu. entre as antigas atividades cotidianas da área central da cidade. Daquela época, sobraram as corporações financeiras, os tabelionatos, os grandes escritórios de advocacia e algumas estruturas administrativas (que ainda não foram para a área aterrada do Centro Administrativo, costeando o rio em direção à Zona Sul da cidade). Ao acessar a Praça, uma simplificação permitiria ver um grande pátio, com quatro lados, onde dois lados que deveriam ser portas estão fechados - o contato com o rio, através do portão central do cais, e o contato com a parte alta da Praça da Matriz, com a monumentalidade da Av. Sepúlveda, truncada¹³⁷. Atualmente o

¹³⁷ Esta passagem, ocupada pelo prédio do Clube do Comércio, seria o local onde a esplanada subiria a colina e conectaria a porta de entrada hidroportuária da cidade com a sala de visitas do Estado, a Praça da Matriz. Hoje, a avenida interrompida e o cais fechado podem ser consideradas escolhas estruturantes de políticas públicas.

acesso à Praça é feito pelos outros lados, as ruas paralelas à linha d'água - a Rua da Praia, antiga como a praça, e a Av. Sete de Setembro (desde 1865, antes Rua da Alfândega¹³⁸). Outros acessos seriam as pequenas travessas Capitão Montanha e Cassiano Nascimento, ruas incorporadas à Praça em 1977, quando a área foi ampliada e ali efetuados os calçadões. A consolidação urbanística formou ali uma mancha verde, com fluxo contínuo de pedestres (FLORES, 2005).

Acompanhando os ventos do progresso, a área central da cidade, como um todo, se reestruturou: o modal rodoviário foi implementado sem promover a conexão com os outros modais pré-existentes - o fluvial e o ferroviário (trens e bondes). Desconectados, desprezados e preteridos, sofreram impactos de abandono gradual e falência econômica estabelecidos por políticas públicas, até serem desvinculados das práticas sociais da cidade e retirados do cotidiano urbano. As estruturas que vemos hoje, programadas pelos técnicos de suas épocas para terem uma duração determinada às suas funções (KOSELLECK, 2006), perderam os referenciais de uso em virtude do crescimento do núcleo urbano. Seus restos convivem com outros usos, hoje, na Praça da Alfândega - conectados sim pelo espaço, com esparsas relações memoriais e sem conhecimento histórico associado. Chamados de “lugar velho” e desconectados de sentido:

Há dois tipos principais de espaço nas nossas cidades: o construído, fechado e, em maior ou menor grau, privatizado (ex: casas, lojas, fábricas, oficinas, escolas, bares) e o aberto e de uso coletivo (ex: ruas, becos, largos, praças, jardins públicos, praias). Entre esses dois pólos, que servem para armar as representações do urbano, se estabelecem relações de apropriação diferencial. O que se denomina ‘vida comunitária’ é um conjunto de desempenhos suportados por palcos, por cenários que tenderão a ser identificados de acordo com o enquadramento em um dos dois modelos. As manifestações socioculturais características de um grupo que servem para distingui-lo (...) sempre estarão referidas a conceitos de ‘abertura’ de espaços. Irão se dar em locais públicos ou naqueles que, por força de um uso especial, passarão a ser vistos ‘como se fossem públicos’. (SANTOS, 1985, p. 13)

A movimentação de pessoas provenientes do interior para as cidades estabeleceu um eixo de destino de êxodo rural, resultante do modelo de produção agrícola de grandes latifúndios estabelecido nacionalmente como matriz produtiva, a partir da década de 1950. Gerando acúmulo de moradores nas periferias, as condições de trabalho formal modificaram-se, e a qualificação do trabalhador orientou-se para atividades especializadas e bairros transformaram-se em cidades-dormitórios aumentando o contingente de atividades informais, em busca da sobrevivência.

¹³⁸ A resolução cameral de 17/08/1865 mudou o nome antigo da Rua da Alfândega para Av. Sete de Setembro, e a da Rua da Praia para Rua dos Andradas, para homenagear a Independência (FRANCO, 2006, p.385)

Na esfera das relações informais de trabalho, as percepções do espaço social fazem com que este seja o foco do cotidiano, de forma a garantir um local/exercer uma atividade que permita ganhar dinheiro. Mantê-lo exige a convivência: viver entre os comuns nos territórios já formados ao longo do tempo, baseados na tríade *trabalho, família e lazer* (NASSER, 2011). Recomendações, apresentações e contatos tornam-se a porta de entrada nas dimensões do trabalho informal de rua.

Porém, tal qual na Porto Alegre colonial e imperial, manter-se hoje trabalhando na rua exige força física, saúde, alimentação e abrigo, estruturas mínimas básicas de cuidados com as mercadorias, evitando perdas, tendo fornecedores, estabelecendo noções de preços e formando as redes de vigilâncias para garantir segurança. Trabalhar na rua é complexo, é uma luta diária, que faz do espaço social seu ambiente de trabalho. Entender as complexidades que compõem cada espaço torna-se uma labor, atividade que exige continuidade e atenção para exercer uma atividade de venda e/ou de serviços pois, muitas vezes, a rua vira casa (C.N.SANTOS, 1984). Mesmo relacionando este tipo de atividade/condução enquanto habitantes da mesma cidade, parâmetros vinculados a realidades sociais diferentes fazem com que o entendimento desses fazeres seja mal-visto, pelos preconceitos historicamente arraigados relacionados ao trabalhar na rua, trabalhar por conta, ao invés de conseguir um trabalho com carteira assinada (situação oficializada a partir de 1932). Infelizmente, alguns agentes de políticas públicas desconhecem a multiplicidade de dinâmicas cotidianas associadas às atividades sociais em espaços públicos: vêem/percebem tais espaços como lugares a serem resgatados destes elementos, propondo adequações e melhoramentos que visem qualificar/revitalizar¹³⁹ as ambiências, de acordo com os ideais contemporâneos de bem-viver.

Desta forma, a multicomplexidade cotidiana e a diacronia formada, ao longo do tempo em um lugar, instituem sentidos, compõem lógicas baseadas nos micro-poderes que se estabelecem para cada atividade, regendo a vida de centenas de pessoas das diversas comunidades das quais fazem parte. Tais conjuntos tentam se adequar às normas legais e às regras dos espaços sociais dali, constituindo um saber-viver local composto por diversas dimensões. Porém, tais táticas e estratégias (De CERTEAU, 2009) podem

¹³⁹ Sobre o termo “revitalizar”, as áreas com convívio popular do comércio de rua são extremamente vivas e dinâmicas. O comércio formiga, de pequeno valor, movimenta grandes somas de dinheiro via vendas por atacado, permitindo estabelecer redes de abastecimento, venda e reposição ao longo do tempo, das modas e dos preços. Porém a ocupação de vias públicas por atividades informais e/ou terciárias não é bem vista em termos de planejamento urbano, mesmo que o “ponto” já esteja definido pelas práticas sociais locais.

ser transformada pela assinatura de uma única pessoa (geralmente um técnico) que ali está, a trabalho, atendendo à solicitação de um superior o qual, por sua vez, geralmente tem como referência de trabalho outro grupo, com interesses diferentes para aquele espaço visando sua requalificação. São nestas esferas que os espaços sociais se relacionam e se efetivam, através de políticas públicas, com-formadas entre representações de espaços, desvinculadas do espaço social em si e aqueles espaços de representação resultantes da vivência e das práticas sociais. Sobre morfologia social, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1985) diz que a tradição brasileira ataca o *problema* através de uma dicotomia elite/massa enquanto modelo cultural, para pensar o poder na sociedade e estabelecer saberes técnicos para instruir a massa. Porém, segundo Carlos Nelson, essa massa tem outro modo de se ver:

(...) a maioria da população que não tem tido outra alternativa senão aceitar as imposições, acabou por criar mecanismos de defesa e superação. Reverte os significados dos espaços que lhe são impingidos. Cria, às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Acumula-se desta forma um desconhecimento exponencial. Se o pensamento erudito sabia pouco sobre os usuários que pretendia atingir, passa a saber menos ainda sobre os efeitos “distorcidos” de suas intervenções. (SANTOS, 1985, p. 12)

Dessa forma, ao longo do tempo as dinâmicas se organizam em diferentes esferas e dimensões, acavando tempos lineares frente a tempos de vida, cotidianos. Os futuros possíveis que se apoiam no passado são futuros pensados no presente - que já se tornou passado, segundo a métrica temporal. Porém, a dinâmica das dimensões que compõem o espaço social se adequa às modificações. Esperando a poeira baixar, os integrantes do espaço social público reorganizam as informações, repensam práticas e estabelecem novas formas de trabalhar, incorporando tal modificação.

Trazendo esse raciocínio para a Praça da Alfândega, o estudo constatou que a situação de alteração da beira do rio para adequação a atividades de ocupação e de uso do espaço repetiu-se, de forma semelhante, por cinco vezes:

- 1ª consolidação: ambiência natural, primeiro fundeadouro e atracadouro - primeiro trapiche simples. Acompanhando os quartéis, ao longo da Rua da Praia surge o Largo da Quitanda. Ocorrem atividades de carga e descarga de mercadorias, passageiros e volumes (1752 a 1809).
- 2ª consolidação: aterramento da beira da Rua da Praia e construção do muro de contenção e escadaria, e trapiche com galpão - para carga e descarga de mercadorias e passageiros - facilitando os trâmites da Alfândega (1809 -2010).

- 3ª consolidação: aterro compondo uma beira em linha reta, para o novo porto e respectivas estruturas - receber navios de grande calado (1910 -1978).
- 4ª consolidação: incorporação das ruas e dos jardins adjacentes ao Perímetro da Praça. Surgem os “calçadões”: Rua da Praia, Rua Cassiano Nascimento, Rua Sete de Setembro e Rua Cap. Montanha. (1978 -2002).
- 5ª consolidação: revitalização da área pelo Programa Monumenta (2002-2010).

Por mais que se busque justificar a sequência de ações tomadas na perspectiva da história do urbanismo e da evolução urbana, as soluções encontradas não levaram em consideração a formação do espaço social relacionado à ambiência gerada na relação com o rio. As táticas e estratégias usadas nas tomadas de decisões seguem uma coerência de manutenção da ordem social de poder sobre os corpos e sobre a natureza, através de normas, forças, obras e areias. Ganhando terras ao rio, os resíduos de que fala Martins (1996, p. 23) seriam possíveis que não ocorreram. Resíduos das eras que ocorreram convivem, hoje, no espaço físico aterrado, e nas poucas atividades pré-industriais que, teimosamente fazem sentido, hoje. Seguindo a importância da organização dos deslocamentos de Lepetit (1996), sem o vetor fluvial a área se desintegraria.

A leitura do espaço social através do método aplicado aponta que compor o passar do tempo somando decisões questionáveis a formas de planejamento e de gestão pública adequadas a seus contextos, envoltos em miríades de interesses maiores ou menores, compõem o jogo político de cada lugar - compõem, em si, cada lugar. Intenções se mesclam com outras intenções até que se efetivam como políticas públicas. Transitam por diversas esferas de poder, convenientes e coniventes. Tais sequências de decisões são concebidas e efetuadas apartadas dos agentes sociais do lugar, seus detentores que, apropriados das lógicas do vivido, teriam potência para entender o local e a horizontalidade dos cotidianos. Sabendo viver ali, associado à complexificação das necessidades urbanas, o ato de ganhar a vida nas ruas tem seu preço - mas tem que ser feito, diariamente, e acaba dando certo.

A invisibilidade social dos pobres da cidade histórica citada por Pesavento (1998) ainda se efetiva da mesma forma: séries de intervenções diretas do poder público no espaço urbano, reordenando sociabilidades populares e desarticulando condutas referentes a atividades produtivas e/ou serviços. Com o advento da República, o conceito

de cidadão passou a fazer parte da esfera política brasileira: nesta esfera, *o povo via-se como um cidadão de segunda classe, a quem só competiam deveres* (PESAVENTO, 1990, p. 42). Para a autora, a higienização das zonas proletárias da cidade teria feito parte de uma ampla estratégia de disciplinarização social, implementada através de um conjunto de práticas burguesas, interligadas umas às outras, dentro e fora do mercado de trabalho, para “circunscrever espaços, hábitos e atitudes segundo um padrão desejado: conformar um proletariado trabalhador, dócil, morigerado, saudável, satisfeito, adaptado (...) O povo das ruas, habitante dos cortiços, era o objeto preferencial da ‘desodorização’” (PESAVENTO, 1990, p. 46).

Tais formas de ver o trabalhador pobre, formal ou informal se mantêm, hoje, no Brasil. Segundo Jessé Souza (2017), estabeleceu-se um racismo estrutural dos brancos pobres contra negros pobres - onde a distinção visual determinaria uma suposta superioridade. Esses julgamentos sociais são historicamente definidos como formadores da sociedade urbana brasileira (PESAVENTO, 1998; SOUZA, 2017) a qual, ao longo dos séculos, invisibilizou presenças (MARTINS, 2003).

As dimensões das atividades do espaço social chegaram aos técnicos do Programa Monumenta, e foi dada voz aos agentes sociais/usuários da Praça (prática espacial)¹⁴⁰. A intervenção se deu em um formato de busca de convivências culturais e sociais pós-Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, concebida no processo de democratização da sociedade brasileira frente ao Golpe Civil Militar (1964-1985), sob um projeto político humanitário visando um reconhecimento de dívidas históricas (espaço concebido/representação do espaço) frente a processos seculares de exclusão social. O Programa Monumenta foi efetuado (a partir de 2003) em um momento histórico no qual os governos das esferas nacional, estadual e municipal estavam sob a mesma orientação político-administrativa, permitindo efetuar diversos projetos e respectivas implementações, durante um breve lapso de tempo.

No projeto efetuado na área da Praça da Alfândega pelo Programa Monumenta o espaço de representação que congrega as dimensões do cotidiano aparece nas chamadas “ações concorrentes”¹⁴¹, diferentemente do que ocorreu frente às outras adequações urbanísticas efetuadas ali, ao longo do século XX¹⁴². Estas teriam, por referência,

¹⁴⁰ A atividade da Coordenadora Briane Bicca junto aos usuários da Praça foi lembrada, com carinho, pelos entrevistados da pesquisa em campo.

¹⁴¹ O entendimento poderia estabelecer um parâmetro de entendimento relacionado a complementação e não de exclusão do conjunto da obra, seguindo os preceitos da UNESCO.

¹⁴² De acordo com as 4 consolidações anteriores ocorridas na área.

interesses valorativos referenciados pelas tendências de sua época, ou seja, representações do espaço sobre as práticas espaciais adequados a um presente de ascensão do neoliberalismo (1995-2003), o qual foi substituído no pleito de 2003 por um projeto político de inclusão social e legitimidade da esfera pública. Com a reestruturação do Programa Monumenta solidificou-se a atuação do IPHAN, efetivando-se a vinculação com outros programas de governo, como a sustentabilidade.

Contudo, as rotinas definem as sequências de continuidades, sempre e quando sejam respeitadas as formações anteriores, enquanto referências que dão sentido e lógicas ao lugar. Transformações não são adequações. Planejamentos geram bons momentos, quando amparados em entendimentos amplos de rotinas básicas relacionados ao vivido, ali. Nesse sentido, o estudo analisou o dossiê de implantação do perímetro de proteção de sítio histórico e o respectivo parecer positivo, em busca dos *possíveis* vinculados à área em questão, como consta a seguir.

3.3.1 O processo nº 1468-T-00

No IPHAN, o processo enviado pela Superintendência Regional do IPHAN-RS para análise e consideração recebeu o nº 1468-T-00, em 19/07/2000, e foi encaminhado ao Departamento de Proteção - DEPROT/IPHAN. Tinha por objeto o *conjunto urbano-paisagístico (voltado para) Praça da Alfândega e o conjunto histórico (nas imediações) Praça da Matriz* no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

O dossiê técnico apresentou o formato de 4 volumes. Foi solicitado ao Setor de Arquivos do IPHAN para subsidiar a investigação, tendo sido recebido on-line, permitindo sua análise de acordo com o referencial teórico do estudo. O primeiro volume reuniu os dados de maior abrangência: das páginas 75 a 101 contém páginas da publicação¹⁴³ efetuada para apresentar o projeto do perímetro; a partir da página 102 apresenta o informe da vistoria técnica. A seguir, a Arquiteta Ana Luiza Meira apresentou um parecer solicitando o tombamento das duas Praças, da Matriz e da Alfândega (nas duas esferas, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre), vindo a compor o sítio histórico da cidade. Solicitou proteção aos conjuntos, comunicou que os proprietários estariam de acordo com a medida e que ocorreria uma articulação, posto que

¹⁴³ Cabe informar que o Processo é composto por vários volumes, apresentando cada folha carimbada e numerada, em ordem crescente, no alto da página. No entanto, os três volumes apresentam numeração própria crescente, ao pé de página.

haveriam áreas de entorno coincidentes. Apresentou os pareceres sobre as duas praças e plantas baixas dos tombamentos de edificações já existentes nos locais, completando o volume 1.

O volume 2 apresentou as edificações, através de documentos cadastrais dos imóveis que compõem o conjunto edificado da Praça da Alfândega e o conjunto edificado da Praça da Matriz - inclusive consta cópia do documento de cessão de posse da União para o Governo do Estado do Palácio Piratini, de 12/08/1891, após a proclamação da República dos Estados Federativos do Brasil, e a promulgação das Constituições Federal e Estadual. Também incluiu os materiais da Biblioteca Pública e do Theatro São Pedro.

O Volume 3 apresenta o conjunto paisagístico voltado para a Praça da Alfândega, a partir do Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº72/00, de 09 de agosto de 2000, da Arquiteta Claudia M. Girão Barroso, da Divisão de Estudos de Acautelamento-DEPROT. Neste, apresenta dados de história oficial de surgimento da cidade, e fala sobre *as remodelações das áreas das antigas praças da Matriz e da Alfândega que iremos examinar*. (p. 3, vol. 3), a partir de 1889. Sobre os períodos anteriores, nada foi mencionado:

Entre os dias 9 e 11 de julho estivemos na cidade para conhecer esses dois conjuntos, que estão sendo propostos para tombamento pela 12ª Superintendência Regional do IPHAN juntamente como Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No dia 31, recebemos a instrução regional: o material preparado em parceria e o parecer e os laudos de conservação elaborados pela 12ª SR. Apresentamos a seguir a síntese de nosso entendimento sobre as duas propostas. (IPHAN, Vol III, p. 4)

A seguir, a técnica apresenta a área da Praça da Matriz e imediações e, na nota 3, fala sobre informações não concordante sobre os projetos do Theatro São Pedro, *mas não há evidências suficientes, na instrução apresentada e nas poucas fontes que podemos consultar, devido ao pouco tempo de que dispúnhamos para pesquisar a respeito (considerando a urgência requerida)* (IPHAN, Vol III, P. 4 - sublinhado pela pesquisadora)

A seguir, a técnica comenta a situação da documentação recebida:

Tais modificações são mencionadas, embora, sem continuidade, na bem apresentada documentação de instrução do presente processo de tombamento, condição que não se estende às imagens digitalizadas do trabalho, documentando diversas épocas mas sem indicação de datas, e as fotografias atuais, cuja qualidade foi em geral prejudicada pelo uso inadvertido de lente inadequada para um registro documental cuidadoso. Daí o motivo pelo qual é importante assinalar essas modificações: evitar o equívoco de se tomar como atuais imagens que pertencem ao passado, assim como salientar que o registro fotográfico não faz jus à impressão que se tem, ao vivo, dos locais fotografados. Daí também o motivo pelo qual a proposta regional de tombamento de conjunto se resume a um grupo de monumentos isolados, sem continuidade espacial. (IPHAN, vol. III, p. 4)

A presença de indivíduos *populares* no parecer (no caso, relacionados a atividades produtivas/informais) se estabelece esporadicamente no conjunto do processo. Ocorreu em um comentário sobre a figura do gaúcho, presente nas pinturas internas do Palácio Piratini, na nota 13: Weimer menciona a acepção primeva do vocábulo “*gaúcho*” ao se referir à situação que precedeu à Guerra Farroupilha: *em decorrência da instabilidade social vigente em que chefes locais oprimiam seus concorrentes menos poderosos, foi-se formando uma classe marginal de mestiços, de indígenas, portugueses e espanhóis que viviam do contrabando, do assalto e do roubo. Eram os gaúchos que levavam a insegurança a toda a província* (WEIMER, 1987, in IPHAN, 2000, Vol. III, p. 8)

A outra menção a indivíduos populares ocorre no relato sobre o uso contemporâneo de parte da Praça da Matriz. Ao comentar sobre como seria o piso original da Praça da Matriz, a arquiteta da 12ª SR lembrou-lhe que o revestimento de basalto era usado para *skatismo*, e que o revestimento anterior, *o chão ladrilhado em duas cores virava campo de futebol*. Sobre essa atividade, Claudia Barroso comenta: *resta saber se a atividade lúdica que favorece o convívio cultural com o passado e que, neste sentido, não poderia ser mais adequada, não põe em risco, por outro lado, a integridade física do monumento*. (IPHAN, 2000, Vol. III, p. 9). Encerra o parecer sobre a Praça da Matriz dizendo que o Palácio Piratini, Biblioteca Pública, Praça da Matriz e Monumento a Júlio de Castilhos *adquirem importância como marcos de um período expressivo para a história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul e para a compreensão da influência do positivismo na República*, constituindo um conjunto.

Sobre o conjunto urbano-paisagístico voltado para a Praça da Alfândega, repetiu o problema detectado na forma de enviar o material do Dossiê - porém, o conecta com a história do lugar:

como foi comentado com relação à área da Matriz, a documentação de instrução do processo referente à área da Alfândega ressaltava-se de dados mais precisos, sobretudo no que concerne à indicação de datas de antigos registros fotográficos e à documentação gráfica das grandes transformações por que passou. Ocorre que na área fronteira à então Praça Senador Florêncio (primitivamente, Praça da Quitanda) foram executados sucessivos aterros, sendo demolido em 1912 o antigo prédio da Alfândega e acrescida a Praça Barão do Rio Branco, de traçado e composição visivelmente distintos e separada fisicamente da Praça mais antiga, pela Rua Sete de Setembro. Recentemente (1979), o segmento desta rua que separava as duas praças foi fechado ao tráfego de veículos e transformado em via de pedestres. A Rua Sete de Setembro passou, assim, a dispor de dois trechos, e as duas praças passaram a ser conhecidas pela denominação ‘Praça da Alfândega’. (IPHAN, 2000, Vol. III, p. 11)

A técnica desenvolve mais alguns parágrafos, e encerra o parecer solicitando registros fotográficos da evolução urbana da Praça da Alfândega:

A priori, parece-nos adequado o motivador paisagístico da área, conforme sugerido no parecer regional. Contudo, a confirmação de tal indicação dependeria de serem juntados a este processo de tombamento registros fotográficos mais precisos da evolução urbana no trecho da Praça da Alfândega e imediações, documentando-se, desta maneira, as grandes transformações que ali se sucederam. A documentação existe e já foi solicitada à 12ª Superintendência Regional, convindo aguardar o recebimento e o exame de tal material para que se possa apresentar um parecer conclusivo sobre o tombamento dessa área em particular. (IPHAN, 2000, Vol. III, p. 11).

Na mesma data, a técnica solicita a juntada de documentos para dar prosseguimento ao parecer nº 72/00:

registros iconográficos (sobretudo gráficos) que documentem com maior precisão as transformações ocorridas na Praça da Alfândega e em sua área envoltória. Nesse sentido, contratamos por telefone a 12ª Superintendência regional (...) Além de nossa solicitação por telefone, que teve por intuito agilizar as providências necessárias ao atendimento do pedido, parece-nos recomendável que a Direção do DEPROT formalize a solicitação de complementação da instrução do processo (IPHAN, 2000, Vol. III, p. 13)

A seguir, houve mudanças na Diretoria de Proteção e o processo foi agilizado e formalizado, conforme consta. O processo referente às duas áreas foi unificado, conforme proposto, e a poligonal formada conectaria as duas praças, através da Rua Gal. Câmara, e apresenta-se sem interrupções até o Cais Central do Porto. Outros documentos acompanharam o processo. Entre eles, caberia citar os elementos presentes no parecer sobre a proposta de tombamento na área central de Porto Alegre, na folha 323 do processo:

1. Antecedentes;
2. Os objetos da proposta de tombamento
 - 2.1 Caracterização Física
 - 2.2 Caracterização histórica
 - conjunto da Praça da Matriz
 - conjunto da Praça da Alfândega;
3. Caracterização de valor
 - Valor histórico
 - Valor Cultural;
4. O Parecer
 - 4.1 Comentários sobre os critérios teóricos;
 - 4.2 O parecer: aplicação dos critérios aos casos em questão.

Nesse sentido, caberia tecer comentários sobre o item 4, o Parecer. Em Goulart (p. 359), no tópico 4. Parecer - 4.1. Comentários sobre os critérios teóricos, o autor diz:

todas as cidades são históricas, todas são produtos humanos, organizadas no tempo. Não existem cidades fora da História. Ainda na pág. 359, diz: Com o uso do critério de patrimônio ambiental urbano, foi possível abrir caminho para o reconhecimento do valor de áreas edificadas, como partes de um patrimônio urbano. Mas, no caso, a dificuldade maior era (e continua a ser) estabelecer uma escala de valor (...).

Entrando na temática do valor, Goulart comenta a reelaboração de relações entre espaços públicos e privados como projetos de diferentes épocas, realizados ou não:

o reconhecimento do valor é o reconhecimento de uma responsabilidade, como é o reconhecimento de um direito. O reconhecimento do valor histórico e cultural dos projetos urbanísticos implica também necessariamente na compreensão da existência de sucessivos projetos para as mesmas áreas, socialmente relevantes, no reconhecimento da capacidade de integração entre os projetos dessas diferentes épocas, de tal modo que as diferenças arquitetônicas pudessem ser superadas, pela reelaboração das relações entre os espaços públicos e os espaços privados. E o controle dessas relações é necessariamente um projeto. E esses projetos podem ser avaliados. Isto é, podemos estabelecer escalas de valor, para a identificação de suas qualidades culturais, como de suas qualidades técnicas. As análises de valor devem nos permitir o reconhecimento da diversidade dos projetos urbanísticos, dos espaços interurbanos, dos conjuntos urbanos. (IPHAN, Vol. III, P. 87-88)

A responsabilidade e o direito sobre projetos que realmente foram executados, e a posterior formação das dimensões dos espaços sociais - vividos, percebidos e imaginados - caberiam ao conjunto de técnicos envolvidos na projeção e execução dos projetos urbanísticos de cada presente e pensar em seus usos, ao longo do tempo, as possibilidades e os restos. As vivências cotidianas caberiam aos usuários cotidianos do território formado, às gerações de detentores desses saberes associados dos espaços sociais. Pergunta-se: quem constitui o valor do espaço social? Concordamos com a premissa de que algo valioso deva ser valorizado, conforme Varine (2013) e Prats (2008). Valorizar o espaço social dependerá de valorizar as dimensões formadoras, de recompor lógicas de ação que permitam re-conhecer-se em um lugar, identificando-se com o que se faz, se sente, se aprende e se sonha, ali - o que se vive, se percebe e se imagina. Segundo Varine (2013), o patrimônio é uma mina de produtos derivados existentes ou potenciais, que formam um recurso anexo, mas não negligenciável (VARINE, 2013, p. 220) - os restos não vistos, os futuros possíveis.

Na sequência de análises do Dossiê do processo de tombamento federal do sítio histórico de Porto Alegre, podem ser vistas algumas datações explicando peculiaridades do local que, na verdade, não estão explicadas, e se ressentem o esclarecimento. Quando o relator do parecer fala da peculiaridade de que o núcleo dos poderes/Praça da Matriz tenha se edificado, temporalmente, após o núcleo de comércio/Praça da Alfândega, não fica

claro pensar no processo histórico anterior ao papel de Porto Alegre - antes de tornar-se capital. Porém, teria que constar que a sede do Governo do estado, na época, era Rio Grande, e a vila na região do estuário do Guaíba era Viamão. Com a invasão espanhola (1763-1776), a capital foi transferida para Viamão e o General Marcelino de Figueiredo (D. Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda) transferiu os poderes da Vila para o portinho dos casais, que era o porto da Vila de Viamão. As estruturas de poderes administrativo, jurídico e eclesiástico formantes de uma cidade colonial portuguesa já estavam em Viamão. Com isso, parecia que a formação inicial da cidade foi diferente às das cidades portuguesas da época, como é citado no parecer por Goulart.

Com a consolidação do rearranjo político, as estruturas dos poderes foram edificadas nos Altos da Praia¹⁴⁴, conectando o portinho pelo eixo que subia o espigão de granito. Para lá, foi transferida a capela já existente e as outras edificações necessárias foram para a Rua das Flores, hoje Rua Duque de Caxias. A contextualização das origens das estruturas iniciais da cidade ainda está envolta em aspectos heróicos, mais do que focada nas políticas públicas do Império no século XVIII para as zonas de fronteira, em disputas reincidentes com a Coroa espanhola.

Essa é uma das possibilidades de interpretação da área que a pesquisa com o método regressivo-progressivo permitiu constatar, ao estabelecer uma sequência de eventos temporais que visibilizaram outras formas, outros elementos da história, reunindo informações transversais sobre temas comuns ao espaço social. Como gerou uma carga informativa de porte, possibilitou pensar nos diferentes agentes políticos que atuaram nas situações decisórias, configurando as espacialidades sociais - esta e outras possibilidades caberiam ao saber interpretativo histórico. Assim como este ponto, tantos outros podem ser levantados. Porém, essa deliciosa empreitada exigiria muito mais tempo de estudo, elaboração e aprofundamento de análise, a qual não caberia ao volume, aos objetivos e ao cronograma desta dissertação.

Neste momento de retorno ao atual do método regressivo-progressivo, o estudo problematizou resultados de uma ação nacional de financiamento de ações patrimoniais baseada em prerrogativas de proteção de ambiências históricas financiadas pelo Banco Mundial. A proteção de ambiências históricas, no entanto, respondeu a uma caracterização de *permanência* temporal, ou seja, a uma temporalidade de caráter permanente incidente e organizada através de uma delimitação imaginária - uma

¹⁴⁴ Neste local estava situado o antigo cemitério açoriano do povoamento original.

demarcação de temporalidade passada e *valiosa*, ao ponto de ser *revitalizada*. Através da *qualificação* dos espaços envolvidos por tal redoma protetiva institucional, o lugar foi entregue à população, em 2010, encerrando as atividades do Programa Monumenta, seguindo o princípio da conservação *in situ* - porém cabe lembrar que, segundo Soares (2009, p. 140), este atende à necessidade de releitura periódica.

Concomitantemente com essa, também se configuraram outras formas de permanências na área, no caso, através da denominação do bairro Centro da cidade como Centro Histórico¹⁴⁵, numa tentativa de gerar/gerir expectativas de valorização especulativa de próprios privados. A possibilidade de estabelecer formas de higiene social empreendidas na área que estava degradada poderia, por sua vez, ser interpretada de diversas formas, tal como acontecera 100 anos atrás com a demolição de becos do centro (PESAVENTO, 1998). Naquele momento, a higiene social se efetivou dentro das dinâmicas estruturadoras de crescimento urbano. Segundo Harvey (2007), o mercado de ativos financeiros da especulação imobiliária tem interesse em revitalizar áreas socialmente degradadas¹⁴⁶ justificadas através de implementações e pressões exercidas frente aos poderes públicos pelos agentes do mercado, enquanto setores com poder decisório na sociedade. Há cem anos tal atitude administrativa e reguladora foi chamada higiene social, justificada pelas ameaças à moral e aos bons costumes, e tal luta gerou o bem-viver das boas famílias da cidade através dos almejados melhoramentos urbanos. No entanto, gerou também grande impacto social a um amplo contingente da população de então, invisibilizado pela modernização urbana. Mudam nomes, motivos permanecem.

Em certo momento, a elaboração do estudo buscou a continuidade das presenças do mercado de rua na Praça da Alfândega, mas as conexões explicativas não fechavam. O tema só foi solucionado ao entender que a apreensão das dinâmicas sociais da formação da cidade só poderia se dar quando fossem integradas, no escopo explicativo, as demais forças sociais que compuseram o cotidiano da cidade, ao longo de sua formação. No caso, o entendimento dos espaços sociais precisou *localizar* as Praças da Matriz e da Alfândega, porém com o crescimento urbano e da representatividade associada aos poderes presentes em cada praça, sentiu-se a gradativa ausência do comércio popular nesses espaços públicos. Estas áreas se constituíram como são, hoje, porque foi organizado o espaço comercial da Praça XV enquanto o lugar do comércio popular, que permanece até hoje.

¹⁴⁵ A denominação foi fixada pela Lei municipal Nº 10.364, de 22/01/2008.

¹⁴⁶ Segundo Leite (2002), seria gentrificação.

Esta guinada permitiu entender mais sutilezas da composição social da área. Cabe esclarecer como ocorreu.

Em 1804 fora instalado o Consulado da Junta da Real Fazenda em Rio Grande, enquanto a Alfândega se instalou na Vila de Porto Alegre. Ambos obedeciam à Junta da Fazenda do Rio Grande de São Pedro. Fundar estes mecanismos de controle visou a eficiência dos mecanismos de arrecadação do sul do Brasil, que tinha como problemática-fim o contrabando de fronteira com os países do Prata¹⁴⁷. Em Porto Alegre, o espaço na frente do Largo da Quitanda era propício para carga e descarga de mercadorias das embarcações e para o comércio ambulante da Praça, e em 1806 ganhou um muro de arrimo das areias da beira e de acesso ao trapiche. Onde há melhorias, há a ânsia de “embelezamento”: em 1819 houve o primeiro aterro para receber o prédio da Alfândega, e o comércio ambulante foi, aos poucos, sendo “afastado” da Praça, em direção à Praça do Paraíso (no Largo dos Ferreiros, ficaram as bancas de peixe), costeando o rio - mas as quitandeiras, seus barracos e o forte cheiro da banca do peixe prejudicavam as estratégias de valorização (e segurança) da Praça e dos artigos que ficavam no interior do prédio e no trapiche, aguardando despacho e/ou transporte. Quando em 1824 é inaugurado o prédio próprio da Alfândega, as atividades e a segurança do local foram organizadas, conectando os poderes da cidade baixa à cidade alta.

Neste tripé de praças, Praça da Matriz, Praça da Alfândega e Praça XV, se estabeleceram formas de viver o centro da cidade, explicando-se várias lógicas de abastecimento alimentar e de consumo imediato presentes até hoje - o cotidiano vivido. Nesse sentido, a Praça XV poderia integrar o perímetro de proteção referente ao sítio histórico da cidade, pela materialidade secular associada à chegada por terra à capital, compondo camadas de história dinâmica local, soterradas por preconceitos e dívidas sociais.

A investigação que, em um primeiro momento, buscou definir os critérios de definição da poligonal de tombamento e de entorno da Praça da Alfândega através das formas de ocupação do espaço no tempo, continuou buscando um panorama das permanências, perdas e respectivos valores. Com o aprofundamento no referencial teórico apresentou-se o desafio de implementar o método regressivo-progressivo no lugar. Assim, o trabalho de campo necessário para captar o *espaço vivido/ representação do espaço/ espaço de representação* enquanto dimensões do espaço social, permitiram

¹⁴⁷ Tal atividade informal histórica ainda persiste em diferentes setores da economia regional.

perceber e entender a interpretação do espaço pelos órgãos do patrimônio. No caso, o conjunto trabalhado atendia pressupostos do planejamento urbano, dando pouco destaque à formação dos tecidos históricos da cidade, como competiria à caracterização física de um tombamento de sítio histórico, em um centro histórico de uma capital.

Este tipo de tombamento denotaria a reunião dos inúmeros conjuntos formados ao longo do tempo, das camadas de ocupação temporal que a estratigrafia arqueológica permite mensurar com exatidão - e principalmente, as atemporalidades, as lógicas de convivências de tempos históricos. Conforme a documentação que compôs o Dossiê e os respectivos pareceres gerados, a perspectiva de futuro nas áreas tombadas corresponderia à preservação e conservação de elementos de valor desvinculados do cotidiano, do espaço social de convívio contínuo gerado e gerido pela população, nas atividades diárias de trabalho, família e lazer (ARANTES, 2009).

Quando, a partir desse outro enfoque lefebvriano e decolonialista, tornou-se possível ver a multiplicidade /possibilidade de vivências que o lugar oferece, até hoje, pode-se pensar em coincidentes arranjos entre regulamentações e desejos esteticistas de higiene social. Estes perduram no imaginário coletivo, quando se referem ao tratamento e uso social dos espaços públicos. Ao constatar que as possibilidades de futuro trazidas pela fundamentação do Dossiê de tombamento indicavam a manutenção formatada da área através das ações de recuperação de pavimentação e de vegetação, visando assim reintegrar a Praça ao convívio de toda a população, a investigação chegou a um impasse.

Este se deu em virtude da falta de explicações *in loco*, sem informação, sem vestígios descobertos e sem história: tombada, mas com a gestão do espaço público da Praça nas mãos da municipalidade, ao sabor de disputas eleitorais. Segundo Flores (2005), ao analisar o núcleo da praça da Alfândega:

Em relação ao espaço urbano da Praça da Alfândega, reconhecemos que devido a uma condição contemporânea de transformação urbana drástica da área central, acumularam-se intervenções no seu espaço ao longo dos anos que visavam atender à questões pontuais resolvendo situações de urgência momentânea, mas sem um planejamento global que visasse um desenvolvimento econômico e turístico do local. Entendemos que, no caso em questão, esta situação chegou ao seu limite estando a praça absolutamente descaracterizada e depredada. O sítio urbano, como um todo, arranjado de forma equivocada sem as devidas valorizações de seus elementos paisagísticos principais e sua composição eclética da Triade Clássica. (FLORES, 2005, p. 160)

Sobre desenvolvimento econômico e turístico local, infelizmente Flores (2005) também enfoca o turismo “para visitantes”. E comenta que o projeto seria “não inovador”, por propor reorganizar o espaço urbano para recuperar sua *Fase Áurea* (FLORES, 2005, p. 171), devendo ser considerado como uma preparação para futuras

intervenções integrando o Centro Histórico. Para Tavares Ribeiro (2018), através de planos de gestão de áreas de Centros Históricos seria possível instituir um padrão capaz de orientar pensamentos e condutas em relação ao uso de novas metodologias e práticas de gestão. Dentro dos três processos do sistema de gestão de Centros Históricos da UNESCO (2014), o planejamento, a execução e o monitoramento, admite-se que os planos de monitoramento fugiriam ao controle.

No entanto, cabe esclarecer o entendimento anterior que se teria sobre sítio histórico. A construção desse entendimento é trazida por Duarte Jr. (2015, p. 61), através das transformações conceituais que se dividem em três concepções:

- a concepção de cidade-monumento, valorizada pelo olhar rigoroso e seletivo dos pioneiros em patrimônio;
- a cidade-documento, enquanto artefato, em seu processo de formação e evolução urbana
- a cidade-instrumento, em que as características anteriores se somam ao processo de cidadania e elevação do padrão de vida das cidades, sem renunciar ao cotidiano - economia, gestão e mercado.

Estas concepções foram construídas a partir de um entendimento anterior, em que o termo *renovação urbana* teria servido de justificativa para implementar ações destrutivas das áreas urbanas de valor cultural agregado, “num tempo em que progresso e memória não combinavam.” (DUARTE JR, 2015, p. 50). Nesse sentido, a partir do campo latino-americano, a Carta de Quito (OEA, 1964) apontou para as possibilidades da preservação do patrimônio cultural como pressuposto do desenvolvimento socioeconômico, operando “mediante a adoção de um plano sistemático de revalorização do acervo em função do desenvolvimento econômico-social.” (op cit, p. 51). E continua:

Numa palavra: o documento propõe que o fortalecimento dos agentes e das medidas preservacionistas se dê com vistas a que o patrimônio cultural fosse revalorizado em função do interesse público e para benefício econômico dos países, cidades e comunidades. As demais cartas que lhe sucederam só reforçaram essa vertente de pensamento. (DUARTE JR, 2015, p. 51)

Em 1995, o Ministério da Cultura - MinC e a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID deram início aos entendimentos para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país, com ênfase nos sítios e conjuntos urbanos. Financiado pelo BID e apoiado tecnicamente pela Unesco, o Programa Monumenta foi instituído pelo MinC, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O primeiro momento do programa criticava a política oficial de preservação,

considerando-a representativa da cultura branca, portuguesa e católica, baseada na centralidade varguista e no paternalismo. Com o fim da crise dos anos 1980, na década de 1990 foram implementadas novas políticas culturais nas quais iniciava-se a participação de capitais privados, buscando a “conservação sustentável” (op. cit, p. 58). No seu início, o Programa Monumenta foi conceituado como instância autônoma e externa ao IPHAN o que levou o programa, em sua etapa posterior, a uma revisão completa de estratégia, estrutura técnico-administrativa e metas. Para a operação do programa foi necessário constituir um fundo de preservação, mantido em uma instituição financeira por um período de 20 anos, prazo correspondente à duração do empréstimo concedido pelo BID. Assim, a equipe de consultores estabeleceu critérios de representatividade histórica e cultural conformando um “ideário da cidade-instrumento, do patrimônio cultural como recurso social e econômico a ser utilizado como ferramenta do desenvolvimento, situado além do mero empreendimento turístico/de lazer voltado unicamente a visitantes” (op. cit, p. 65). Porém o programa Monumenta teve como resultado, segundo Duarte Jr (2015):

Partindo de um pressuposto no mínimo polêmico (a falência da visão patrimonial do IPHAN), defendeu a valorização da diversidade e riqueza das manifestações culturais regionais, considerando a dimensão documental do patrimônio, a extensão e as imbricações de suas versões materiais e imateriais e as relações da preservação de sítios e conjuntos com a gestão urbana e o desenvolvimento sócio-econômico. Elegendo como parceiros preferenciais as municipalidades e o segmento privado, pugnou abertamente, em diversos fóruns, pela desregulamentação da preservação e o paulatino afastamento do Estado desta esfera de ação. Como suporte financeiro, em vez de instituições bancárias estatais brasileiras ligadas ao desenvolvimento regional ou a programas específicos de fomento e ação, o BID, com aportes ao mesmo tempo volumosos e geradores de aumento da dívida externa. (op.cit, p. 74-75).

Em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o programa que insistia nas parcerias com prefeituras e setores privados de preservação afastando-se do IPHAN, passa a se aproximar dos programas nacionais de desenvolvimento, estimulando a contrapartida de estados e municípios, visando sustentabilidade. Um termo de cooperação técnica é estabelecido entre o IPHAN e os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, visando implementar os planos diretores das cidades.

Numa palavra: é com o Monumenta (principalmente em sua segunda versão) que, efetivamente, as áreas urbanas de interesse cultural, tombadas ou não, deixam de ser consideradas unicamente pelo filtro dos conceitos de cidade-monumento e cidade-documento para se constituírem em instrumentos voltados à viabilização do desenvolvimento sócio-econômico sustentável das comunidades que as habitam. (op.cit, p. 30).

Em 2006, o Coordenador Nacional do Programa Monumenta é nomeado presidente do IPHAN. Em 2010 encerram-se as atividades do Programa Monumenta, e inicia-se a fase do PAC Cidades Históricas¹⁴⁸.

3.3.2 - O momento e os possíveis

A Praça da Alfândega possui uma ambiência que ainda recebe o vento do rio, tem papagaios que gritam, tem vendedores de alimentos, ainda tem prostituição mesmo sem o porto e o movimento de trabalho masculino, tem dominó, tem bancos para sentar à toa. Aterro após de aterro, consolidação após consolidação, a Praça se estendeu e as transformações do espaço urbano acompanharam as transformações políticas.

O contrário nem sempre acontece - a não ser em casos de catástrofes naturais, como na enchente de 1941: entre abril e maio de 1941 choveu por mais de 20 dias, o que ocasionou a subida das águas do Guaíba. Quando parou de chover, o vento Sul (Minuano) mudou e, ao invés das águas escoarem rumo à Lagoa, subiram. Assim, as águas tomaram grande parte do centro, cidade baixa e zona norte da cidade. A política pública de contenção das cheias foi projetada e iniciada, porém com as mudanças nas administrações municipais e os diversos entendimentos dos técnicos, foi efetuada uma tecnologia na/da década de 1970, chamada “cortina de contenção”, um muro, que separa o tecido urbano da costa do rio, na Av. Mauá.

Hoje poluído, o Lago Guaíba é lago nas áreas em que não flui o canal de navegação/correnteza¹⁴⁹. Mas durante séculos o fundeadouro natural (hoje embaixo de centenas de quilos de areia e atrás do paredão de granito) permitiu a proteção do vento sul, a ancoragem e desembarque de cargas e viajantes que traziam, consigo, novidades, fome e sede - o antigo porto alegre acolheu milhares de vidas e cresceu, sob a tríade *espaço-tempo-energia*. Compôs um espaço social particular, passível de ser entendido enquanto conjunto urbano-paisagístico *sempre-e-quando* os aspectos urbanos não se sobrepuserem aos paisagísticos. Espera-se que este conjunto urbano-paisagístico particular possa vir a ser compreendido enquanto paisagem cultural, formada pela ação

¹⁴⁸ O PAC Cidades Históricas de Porto Alegre encontra-se na fase de entrega de projetos das 4 edificações tombadas selecionadas: o Museu de Comunicação Hipólito, o Museu Júlio de Castilhos, o Memorial do RS e o Museu de Arte do RS. Dessas, foram entregues os projetos do MARGS e, recentemente, o projeto do Museu Júlio de Castilhos.

¹⁴⁹ A correnteza é o fator que caracteriza uma ambiência fluvial de rio, diferentemente de lagos, compostos de águas paradas.

humana na área ao longo dos séculos, na costa do rio que oferece, todos os dias, o pôr do sol colorido do paralelo 30°.

Segundo Castriota, o patrimônio cultural de um povo não é dado, mas é produto de uma escolha, *a escolha do que é significativo para aquele povo*. (CASTRIOTA in MIRANDA et al, 2009, p. 42). No caso, ao responder sobre as relações da poligonal com o Centro e com a Cidade de Porto Alegre, frente aos interesses estampados nesta configuração espacial o importante para este povo seria o comércio (FRANCO, 1983).

A teoria dos resíduos de Lefebvre se refere ao fato de que todos os sistemas de poder que se constituem produzem “resíduos”, que escapam a tais sistemas. Entre os resíduos que escapam estão os corpos, o cotidiano, a imaginação e o tempo. As possibilidades de futuro referentes ao espaço social poderiam e deveriam remeter ao patrimônio comunitário, conforme Varine (2013). Porém, voltamos à questão referida no referencial teórico: os conceitos se estabelecem sem que, necessariamente, estes sejam pensados de acordo com cada caso, com cada ambiência, com cada cultura suportada através de seus territórios. A tríade de Varine *território-patrimônio-população* se aplicaria *sempre e quando* se reconhecessem as formas de dominação existentes nos territórios, as construções patrimoniais que o conceito de patrimônio engloba no entendimento cotidiano/específico dessa população. Sem voz nem voto, a população é convencida a se identificar com territórios imaginários - fronteiras imaginárias, símbolos pátrios imaginários, poderes de estado imaginários. Em contraponto, a vivência comum dos lugares poderia estabelecer as formas de entender as dinâmicas cotidianas¹⁵⁰, continuamente desestruturadas pelas lógicas territoriais dos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001). As micro-relações de poder mantêm permanências nos lugares, apesar de tudo. As sutilezas de como demonstrar o espaço social construído, ao longo do tempo dentro de cada indivíduo a partir de seu escopo conceitual é a ideia central da identidade cultural, ao somarem-se as partes dos restos - corpo, cotidiano, imaginação e tempo. Não é à toa que a formação inicial de Lefebvre enquanto filósofo permitiu-lhe tais acepções, e que passou por diversos futuros possíveis ao longo de seu tempo de vida para escrever sua obra polifônica sobre a vida cotidiana.

¹⁵⁰ Na Inglaterra o costume local, ou *lex loci*, conforme abordado por E.P.Thompson (1998) gerou o direito consuetudinário: “esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram decodificados e podiam ter força de lei.” (THOMPSON, 1996, p. 15)

O método inicialmente inofensivo é avassalador quando permite chegar a este momento: pensar os possíveis que, ao contrário da afirmação de Martins, não seriam, especificamente, os restos dos futuros que não aconteceram mas, sim, as diversas dimensões que compõem os possíveis passados e os possíveis futuros¹⁵¹. Como exemplo, caberia citar as milenares relações de troca e dádivas de Mauss (2008), enquanto ação necessária a dar sentido aos contatos e relações sociais que, ao longo do tempo e do espaço, conformaram sociabilidades e espaços sociais. Cada lugar tem maneiras diferentes de fazer essas trocas, onde seus patrimônios/objetos/bens/significados têm valores próprios de territórios próprios, que conformam entendimentos comuns dentro de certos grupos - ao mesmo tempo que as lógicas se replicam, indefinidamente: *necessidade- tática- estratégia- ação*, parodiando De Certeau (2009) À medida que a sequência de tentativa-erro se repete, se estabelece uma invenção e/ou padrão de possibilidade, e esta é incorporada pelo indivíduo, pelo grupo, pela população. Thompson (2008) cita Sir Coke que, em 1641, definiu uma dinâmica dos costumes:

Pois um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira. Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas, elas o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela frequente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume; e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei. (COKE, 1641, apud THOMPSON, 2008, p. 86).

Assim apresenta-se o patrimônio vivo, mutante, dinâmico e experimentado, reinventando-se a cada experiência, tomando a forma de um constructo múltiplo e rico, simbiótica e necessariamente atrelado às vivências do cotidiano, às rotinas e aos costumes enquanto eixos de direção. Então descortinam-se os valores dos resultados, ou seja, os usos dos processos produtivos do cotidiano.

Nesse sentido, a percepção de tempos lentos de Martins (1994) poderia se referir ao tempo da profundidade dos entendimentos, das noosferas das ideias (MORIN, 1992), e de sua incorporação enquanto marcas distintivas, que elaboram e geram os espaços de representação individuais do espaço social, legitimado pelas práticas sociais do cotidiano.

E, enquanto possível, esse patrimônio vivo vivenciado/vivido também estaria no espaço social virtual? Poderia estar, nas formas locais de usar as redes e nas especificidades de usos de inúmeros aplicativos: nas sociabilidades de redes de

¹⁵¹ Seria essa a “poesia” de Nietzsche, os espaços de representação enquanto as apreensões de si e as diversas formas de reconhecer-se nos ambientes íntimos da casa, a fronteira da porta de Bachelard rumo ao espaço social?

informação, a incorporação dos entendimentos passaria para os avatares, o espaço concebido de si que é possível usar/vivenciar no espaço social virtual. Porém, somos seres biológicos com espaços sociais adequados à natureza e à corporeidade, a ritmos de vida e de morte. Nas redes as lógicas são outras, as virtualizações de determinadas necessidades-táticas-estratégias-ação carregam em si enormes cargas de conexões e entendimentos a serem desenvolvidos, baseados nos conhecimentos-reconhecimentos, ainda sem plataformas de acesso, ainda como futuros possíveis. E isso poderia, talvez, ser experienciado quando acaba a bateria do celular e a pessoa se dá conta que está no meio da Praça da Alfândega, os papagaios estão gritando e a caminhada é retomada entre as diversas possibilidades de trajetos pelo centro - onde, mesmo sujo, sempre sei onde estou.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se chegar a diversas considerações sobre o estudo apresentado. Frente ao objetivo inicial de aplicar uma metodologia de análise do espaço social com enfoque patrimonial, efetuada na Praça da Alfândega, pode-se aferir que foi positiva. Exigiu peculiaridades de aplicação e a elaboração de uma metodologia investigativa apropriada, dada a avassaladora dimensão do espaço vivido como cerne de entendimento de espaço social da praça, em virtude de sua con-formação enquanto espaço financeiro, elitizado e subjugador. Cada lugar constrói seu espaço social e seu tempo social.

Nesse sentido, a lista de atividades terciárias/informais diurnas, presentes há mais de 100 nos na ambiência da praça ao longo das transformações antrópicas, torna-se um testemunho da complexidade de um Centro Histórico, pela simultaneidade dos tempos presentes no lugar:

- Carregadores;
- entregadores de água;
- vendedores de jornais (hoje, bancas);
- vendedores de doces com balaio;
- vendedores de café e lanches;
- engraxates;
- cego vendedor de bilhete de loteria;
- carros de Praça (hoje, pontos de taxi);
- catadores;
- profissionais do sexo;
- varredores da Praça (hoje terceirizados) e
- jardinagem.

Entre as atividades de lazer, estão:

- o jogo;
- fumar;
- sentar, ficar parado;
- ver o movimento;
- ler jornais;
- espera e

- contemplação.

Também exigiu construir um entendimento: constituiu-se uma “redoma virtual” de proteção patrimonial da ambiência atual, associada às responsabilidades sobre o local¹⁵² que cabiam ao Programa Monumenta e que, hoje, cabem à Prefeitura, em nível de políticas públicas de patrimônio. As ações do Programa Monumenta na Praça constituíram-no como órgão responsável frente a eventualidades no local¹⁵³. Essa esfera de gestão imaginária abarca também a Praça da Matriz, porém na Praça da Alfândega apresentou-se consolidada¹⁵⁴. Esta gestão imaginária efetivou-se pelas sequencias de implementações, ao longo de anos: as equipes técnicas do Programa Monumenta deram as linhas de atuação no local, ao longo de quase uma década. Mas hoje passou, assim como as águas do rio.

A Praça da Alfândega, antiga Praça Senador Florêncio e, mais antigamente, Largo da Quitanda, ancorada na Rua da Praia, mantém um caráter de via de transeuntes, comércio e finanças. Apresenta-se como uma miscelânea de poderes associados e presentes nas edificações - aos entornos de forma mais branda -, em virtude da natureza comercial consolidada do lugar. A sua efetiva presença da poligonal de tombamento de sítio histórico confirmou que está associada ao passado plasmado no espaço, nas edificações, fruível nos percursos, nas ermas e esculturas reunidas em um espaço amplo caracterizado como Praça. Esse *conjunto paisagístico* constitui um mosaico de estruturas e símbolos de poderes políticos e financeiros que marcaram e referenciaram o desenvolvimento regional. Tal conjunto de elementos de referências históricas e marcas do passado reunido ali, ao longo do tempo compôs uma ambiência própria, de rememoração, acessível aos transeuntes e usuários do Centro e legitimada por um instrumento de política pública de cultura nacional, o tombamento de sítio histórico, que intitulou a Praça como elemento formador da história da cidade - ou seja, uma paisagem cultural, antropicamente formada.

¹⁵² Com o fim do Programa Monumenta e sua transformação em Escritórios do PAC Cidades Históricas desde 2010, isso não fica claro, e a figura da responsabilidade associada está se esvaindo à medida que as obras já foram entregues.

¹⁵³ Os escritórios do PAC Cidades Históricas, antigo Programa Monumenta, contam hoje com equipe técnica para dar encaminhamentos às demandas e/ou acionar órgãos responsáveis.

¹⁵⁴ Poder-se-ia supor que isto ocorra de forma mais sutil na Praça da Matriz, em virtude de esta ter perímetro menor e estar composta por esferas de poder que gerenciam seus espaços e respectivos entornos.

O acesso ao contexto da rememoração não ocorre, porém, pela falta de informação associada sobre o conjunto de estruturas presentes na área da Praça, objetos e lugares. Aos poucos, a naturalização das práticas cotidianas e a perda por morte dos “contadores de histórias” do lugar dilui a possibilidade de associações de conhecimentos, nexos e/ou curiosidades. Dessa forma, o entendimento do lugar fica associado a critérios estéticos e volumes arquitetônicos - um lugar esteticamente “bonito”, gerando dimensões de entendimentos que poderiam ser explicadas e enriquecidas, caso fosse efetivado o Projeto Interpretativo.

A responsabilidade patrimonial sobre conteúdos, por lógica, caberia à Equipe Técnica responsável pela obra de requalificação urbana no local e/ou à equipe técnica da municipalidade que, por lei orgânica municipal, deve zelar pela identidade cultural gerada e vivida em sua cidade. Porém uma ambiência urbana de fluxo constante e demandas contínuas por manutenção deve, sempre, atender prioridades: os cronogramas se estendem e/ou modificam e, dessa forma, prioridades se adequam e/ou deixam de sê-lo. São substituídas pelas dinâmicas da ação do tempo sobre as coisas em seus materiais, sobre as pessoas e suas energias, sobre os espaços e seus entendimentos - impeditivo para a (falta de) instalação do projeto interpretativo da Praça da Alfândega, em Porto Alegre, onde o fato de esse material não ter sido efetivado mantém uma demanda de política pública patrimonial a ser suprida. Isso permite que os conteúdos informacionais possam vir a ser reelaborados sob uma perspectiva contemporânea de patrimônio cultural, baseada no espaço social - a ser captado para cada local que compõe a poligonal de tombamento do sítio histórico.

Dessa foram, ainda poderão ser trazidos à baila conteúdos referentes às constituições físicas, sociais, econômicas e políticas dos lugares e não-lugares constituídos ao longo do tempo, perdidos, em uso contínuo e/ou repaginados, visíveis quando considerada a simultaneidade de tempos históricos. O Centro Histórico e, dentro dele, a Praça da Alfândega, modificaram-se com a desativação da área central do porto (2005). Com o porto desativado, a área enfrentou - e ainda enfrenta - a desconexão de perspectivas históricas¹⁵⁵. Reestabelecer esse vetor seria fundamental para readequar a lógica do lugar para o futuro, o que justificaria a instauração desta poligonal como perspectiva de futuro para as próximas gerações. O vetor dado pela conexão espacial com

¹⁵⁵ A sequência de ações é coincidente em datas, quando referentes à gestão municipal da área e às soluções administrativas correspondentes implementadas pela municipalidade.

o porto permitiria apresentar uma forte estrutura de memória histórica associada - inclusive, ao seu nome.

O estudo constatou que sobre esta área incide proteção patrimonial que, no entanto, apresenta-se descontextualizada dos processos de constituição do espaço social composto, investigado por este estudo. Isso exigiria novas estruturas de identificação, de uso e de valoração. Nesse sentido, pensar em uma proteção patrimonial de longo prazo exigiria pensar no entendimento das permanências e rupturas do lugar, associadas às dinâmicas fortes e vivas presentes na área, visíveis no cotidiano. O espaço social torna-se silencioso pela falta de registros; amplo, nas possibilidades de interpretação; e complexo, na simultaneidade de ações (*espaços-tempos-energias*) que o compõem na contemporaneidade, visível na esfera do cotidiano carregado de simbologias próprias. Nesse sentido, caberia listar algumas das principais conclusões formuladas especificamente sobre as permanências e sobre as rupturas:

- A constatação de que a praça alta da herança lusa estava em Viamão, e a praça baixa estava no portinho dos Casais. Com a transferência dos poderes para cá, constituiu-se a ambiência alta de maneira posterior;
- A permanência do Largo enquanto área espacial que define a maneira de apresentar-se das atividades encontradas: reflete-se o contexto pré-industrial nas formas contemporâneas de trabalhar, de gerir o tempo de trabalho e de não-trabalho - o movimento constante e dinâmico da informalidade, sem poder ficar parado;
- A rica conexão resultante das três antigas praças do Centro Histórico: a praça dos poderes, a praça do dinheiro e a praça da comida. Como ainda se apresentam assim, tudo leva a crer que tal relação estruturadora da identidade da cidade não foi modificada.
- A histórica relação entre a praça e a água, fator de localização do núcleo inicial e marca indelével da história da cidade, conectando-se semanticamente com o lugar pela nominação da cidade em formação. Hoje, a relação está baseada em resoluções políticas, com possibilidades técnicas de reversão da atitude de “dar as costas ao rio”, ao priorizar a abordagem ambiental que formou o lugar, há 300 anos.

Dessa forma, como o estudo comprovou, quando o lugar se apresenta soterrado por relações de poderes intrínsecas, tanto quanto em sua história oficial, são as relações de poder que descrevem o lugar, as administrações e os respectivos propósitos de cada uma. Estas relações estariam em marcas temporais sutis, entremeadas em normas e modificações das vivências urbanas, promovidas pela administração municipal - tipo novos locais de paradas de ônibus, aumentos nas taxas de recolhimento de lixo, itens na regulamentação de venda de lanches de rua, proibição de fumo, etc. Tais ações exigem reações imediatas dos indivíduos, visando manter as práticas sociais/dinâmicas diárias frente às situações concretas da vida cotidiana, nas redes de *trabalho-família-lazer*, formando o *espaço-tempo-energia* contemporâneo - que neste caso, compõe o espaço social da Praça da Alfândega, conforme constatou a aplicação do método regressivo-progressivo, em suas permanências de convívio e práticas sociais ativas.

No viver urbano, a normatividade se impõe. As dinâmicas administrativas da gestão municipal justificam as modificações nas normas das práticas cotidianas através de discursos de poder, da complexificação de rotinas e, em último caso, dos resultados de eleições de representantes municipais. Em suma, os espaços sociais são esquecidos, solapados por prioridades - desconectadas dos usos cotidianos, reprodutoras de (outras) realidades, sem garantias de uso.

O uso do método progressivo-regressivo para analisar o espaço social da Praça da Alfândega, núcleo inicial da cidade e recorte de uma área de sítio histórico, permitiu visibilizar as dimensões da Praça, a coexistência dos tempos históricos e analisar as perspectivas de futuro juridicamente definidas, através dos documentos que compuseram o dossiê de tombamento da área do sítio histórico frente ao IPHAN. As permanências de atividades locais, apesar das modificações nas ambiências, traduziram um uso contínuo da Praça enquanto largo, conectando zonas de atividades centrais com atratores locais e compondo geometrias de percursos, de acordo com os usos da área - que, ainda hoje, constituem forças preponderantes da circulação de pedestres na área central. Mesmo com a verticalização dos entornos da praça, ela continua mantendo uma força de área de travessia, relacionada ao comércio e às atividades financeiras. A vida social da elite saiu dali, mas a vida social diurna acompanha tais atividades - ainda mantendo o tempo do toque de recolher, dado pelo sino da igreja.

O declínio social do Centro ocorrido com o crescimento da cidade e esvaziamento de uso institucional e residencial, acentuou-se com o fechamento das atividades do Porto. Seu entorno sentiu os impactos da atitude arbitrária - pois modificou-se estruturalmente

a atividade tradicional formadora do lugar, a relação com o rio. Na praça, o movimento mudou, os usos mudaram. O impedimento visual causado pelo crescimento da vegetação gera temor ao transpor os percursos internos - principalmente de pessoas “paradas”, associadas imediatamente a violência urbana. Quem está ali, hoje, são pessoas que param na Praça para descansar, para fumar, para fazer hora, para usar o celular, ver o movimento, jogar damas, dominó ou baralho, namorar, pegar sol no inverno ou desfrutar da sombra no verão. Ali também ocorrem furtos e roubos, controlados por câmeras e guardas e, em se tratando de uma praça, com cavalaria da Brigada Militar. Enquanto Praça pública, é usada como local de descanso, lazer, moradia e trabalho. Comporta inúmeras atividades sazonais e permanentes, e concentra árvores e bancos para sentar e descansar, em pleno centro da cidade. Com a Feira do Livro, na segunda semana de outubro, a Praça se transforma e recebe visitantes, pois criou-se um calendário temporal de vivências culturais e afetivas com o centro da cidade. Atividade de comércio interpessoal, a Feira do Livro se adapta com perfeição à ambiência do que um dia foi o Largo da Quitanda - um Largo para espalhar bancas, mercadorias e regateio de preços, atendendo às necessidades de abastecimento da cidade. Mesmo sem o rio, sem a chegada dos visitantes por água, principal vetor de transportes até da década de 1920 - hoje chegam de avião, de uber, bicicleta e/ou patinete -, a orquestração de atividades associadas geradas pela Feira do Livro remonta às dinâmicas anteriores do lugar, pela profusão de comércio de alimentos - no caso, agora, alimentos para o espírito.

Por outro lado, a Praça também apresenta outra dimensão: a de coisas escondidas, de camadas de carga vital soterradas, de luzes que deveriam entrar nas janelas mas já não chegam por estarem atrás de outros prédios, de diferenças sociais gritantes, de pedestres que se cuidam dos buracos, dos amigos do alheio, de alguém estranho que está perto, perto demais. A Praça é palco de neuroses urbanas geradas pela perda de convívio comunitário, pela despersonalização afetiva dos lugares, e pela individuação de percursos cotidianos enquanto risco, não enquanto trajeto diário.

A compressão espaço-tempo resultou em profusões de atividades remuneradas exercidas por um indivíduo ao longo da vida, fazendo-o circular por diversos ambientes urbanos. Atrás de rendas, diversos indivíduos buscam seu lugar ao sol através de atividades legais e/ou ilegais, braçais ou mentais, abonadoras ou desabonadoras. O que importa é a sobrevivência, e se ela puder ser obtida na praça, melhor.

4.1 SOBRE OS CONTRAPONTO

Sobre os contrapontos entre leituras de documentos, nas descrições de ambiências e os diferentes modos de serem vividas, a pesquisa destacou a temporalidade estabelecida em áreas tombadas de centros históricos, compondo sítios - importa aquela temporalidade abarcada, ali e para trás. Mas as territorialidades mudam, conforme as energias vão agindo no tempo e no espaço - a tríade conceitual estabelece que o *continuum* permaneça, rumo ao futuro possível. Haveria a necessidade de rever critérios de temporalidades imobilizadas por mérito legal, estabelecendo também a memoriabilidade da vivência social e cultural, dando-lhe prioridades enquanto referenciais de uso e de vida no local. Dessa forma, manifestações profissionais e afetivas relacionadas aos lugares poderão e deverão ser associadas às análises de espaço social, fazendo parte dos estudos de tombamento *ad infinitum* de áreas públicas¹⁵⁶ - e a atualização de critérios e entendimentos sobre as dimensões do patrimônio cultural, através do espaço social.

O método regressivo-progressivo torna-se potente para análises de áreas de centros históricos sob tombamento, visando aprimorar e direcionar a gestão destes locais. Poderia assim contrapor-se ao descaso e ao abandono que favorece os discursos de crise e justifica a entrega de bens públicos de valor cultural público a interesses privados sem, no entanto, serem apropriados pelos detentores do valor identitário, os usuários, os habitantes da cidade. Assim, as normas manteriam coerência e as ambiências continuariam a fazer parte do cotidiano dos que ali vivem, as usam e as sonham.

Desta forma, o estudo aponta para trabalhos futuros. Aponta para possíveis resgates da antiga e gratificante relação formadora com o rio, dentro das obviedades dos restos que não são, mas que já foram, assim como para possíveis reconfigurações sustentáveis da área, com ênfase no patrimônio cultural como identidade e riqueza.

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Retomando as perguntas da Introdução - por que patrimonializar, o que e como? - aventa-se uma possibilidade de futuro dada pelo entendimento internacional que surge

¹⁵⁶ De 10 em 10 anos os espaços sociais formados nas áreas sob tombamento poderiam ser revistos, como os registros de patrimônio imaterial do IPHAN e como as políticas públicas de geração de informação oficial, como o IBGE.

a partir de 2005, capitaneado pela UNESCO, sobre como pensar os Centros Históricos. Como os planos de gestão desses centros históricos cumpriram um padrão de metodologias e ações de gestão, tal obrigatoriedade ocorre em alguns centros, mas infelizmente sua realização não é norma para todos. As experiências de gestão proativa exigem planejamento, entendimento e recursos, e podem dar certo se forem estabelecidas relações horizontais entre as instituições, as normas e a população, gerando/gerindo a conservação e entendimento patrimonial.

Nesse sentido, a elaboração de um plano de gestão integrado do Sítio Histórico da Cidade de Porto Alegre poderia ser efetuada, tanto a nível municipal, estadual e nacional, enquanto possibilidade de futuro necessária. *Aquele* momento, a coincidência temporal entre administrações de uma vertente política nas esferas administrativas referentes a um local realmente é difícil de se repetir - porém, não impossível. E, sendo possível, a experiência de elaborar um Plano de Gestão Local, instituído e gerido pela municipalidade, com a anuência das esferas estadual e nacional geraria outra situação ao conjunto do Sítio histórico. Por exemplo, o eixo que conforma a poligonal de tombamento que inicia-se no alto da Praça da Matriz e acaba no Cais do Porto hoje está com acesso limitado. O acesso ao conjunto da área sob proteção federal deveria constar no Plano de Gestão do local, e deveria ser apresentado à empresa responsável pela requalificação da área, conforme licitação municipal, e deveriam ser feitas as devidas adequações.

Mas como abordar a temporalidade associada ao dispositivo legal do tombamento, logo que este é eficiente nas esferas de proteção edilícia? Por um lado, tal lógica acompanha o princípio da precaução cultural, quando há risco de perda, e também o princípio da conservação *in situ*, periódica. Porém, torna-se falha enquanto não abranger o conhecimento associado ao local, para que possa ser apropriado e reconhecido na memória coletiva/vivida. As dimensões espaço-temporais da realidade social partem da definição de espaço enquanto um processo de produção, onde não há pensamento puro, abstrato, pois ele vem do mundo, do Ser, do Ser material e de sua experiência vivida. Ao continuar sendo um lugar usado nas dinâmicas cotidianas, dia após dia, estaria contemplada a pergunta de *o que* patrimonializar.

Já a pergunta do *como* patrimonializar envolve a área e os agentes em atividade, sejam de comércio, de serviços, de lazer, etc. A análise destes agentes e suas expectativas quando aos usos do lugar deveria ser apreendida e resolvida baseada na premissa de que a tutela, de por si, corresponde à Instituição pública responsável enquanto representante de uma comunidade, que visará pela disponibilização das ambiências históricas públicas

adequadas a cada vocação temporalmente formada - local dos poderes, local do comércio, local dos bancos, local do porto, etc., em suas contemporaneidades e assincronias. Desta forma, o *por quê* patrimonializar evidenciar-se-á pela conformação das responsabilidades assumidas e das dinâmicas formas de viver a cidade e sua ancestralidade: a espacialidade passa a fazer sentido sempre e quando o espaço social é visibilizado, e usado como referência de políticas públicas de patrimônio cultural (mesmo com outro nome).

Indo às prioridades, através da confecção de um plano integrado de gestão da área do Sítio Histórico de Porto Alegre o rol dos possíveis se adequaria a futuras transformações, ao permitir re-articular velhas soluções - hoje esquecidas, que condensam uma temporalidade tecnológica associada, através de observações, práticas e vivências cotidianas num lugar, numa praça, numa costa de rio - com novas soluções, a serem apreendidas e entendidas à medida que se estabeleçam novas necessidades para viver, ali. O Guaíba pode ser limpo com novos sistemas de despoluição ecológica, a contenção de cheias poderá ter outra solução tecnológica, tipo comportas móveis com sensores métricos, o cais pode ser reativado para travessias locais e turísticas, entre tantos outros possíveis futuros.

No espaço social, gamas de dimensões de entendimentos se conectam: tanto o das práticas sociais, quanto da representação do espaço e também do espaço de representação. Podem ser vistas a partir de escopos interpretativos diferentes, mesmo dentro da área do patrimônio cultural - tanto pelo arquiteto, quanto pelo historiador, e também pelo artista de rua; ou dentro da área da administração municipal - tanto pelo servidor municipal, quanto pelo usuário da praça, e também pelo pipoqueiro que só se estabelece durante a Feira do Livro. As complexidades, triádicas ou não, que a passagem do tempo oferece, de bandeja, num contexto de Centro Histórico poderia e deveriam ser mais estudadas. O espaço social dos sítios históricos pode e deve ser objeto de proteção. Se numa experiência investigativa de aplicação de um método triádico foi possível estabelecer uma miríade de nexos, rupturas e permanências em um recorte de um sítio histórico, que dizer de estabelecer uma metodologia planejada, gerida e gestada em busca de resultados locais, elucidativos para a compreensão dos rizomas da identidade cultural invisibilizada pelas rotinas dos habitantes da cidade a respeito de seu sítio histórico, inserido em um Centro? As rotinas, as necessidades, os usos - enfim, o cotidiano, tornam-se o cimento, o conector entre tudo e todos, ao longo dos tempos de um lugar. Está tudo ali, esperando, sendo usado, sendo motivo de piadas, sendo vivido. Com a produção do espaço social o patrimônio vivo se estabelece, e nos desafia a entendê-lo, trialeticamente.

REFERÊNCIAS:

ABRAHÃO, Sergio Luís. **O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 204.04, Vitruvius, maio 2017. IN: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560>, acesso em 12/02/2019.

ABREU Fº, Silvio; PEREIRA, C. Calvi (Org) - **Porto Alegre de papel: avenida e Praça 1910-1980**. Porto Alegre: PROPAR - UFRGS, 2006.

ABREU, R. e CHAGAS, M. (Org.) - **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AMARAL, João P.P. - **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. (Dissertação) 166f. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Mestrado profissional em preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

ARGAN, Giulio C. - **Historia da arte como história da cidade**. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ASSMANN, Aleida - **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, Gaston - **La poética del espacio**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 1990.

BALLART, Josep et all. - **El valor del patrimonio histórico**. In: *Complutum Extra*, 6(11), 1996: 215-224

BALLART, Josep - **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Editorial Ariel, 2010.

BALLESTRIN, L. - **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. IN: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf> - acesso em 28/10/2018.

BARINGO ESQUERRA, D - **La tesis de la producción del espacio en Henri Lefebvre y sus críticos: un enfoque a tomar en consideración**. *Revista Quid* 16, Nº 3 (119-135), abril de 2013.

BAUDRILLARD, Jean - **O sistema dos objetos**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BENHAMOU, Françoise - **Economia do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.

BENTANCUR, Paulo - **A Feira do Livro de Porto Alegre: 40 anos de história**. Porto Alegre: Câmara Rio-Grandense do Livro, 1994.

BERGSON, Henri - **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 4 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BICCA, Briane (Org.) - **Programa Monumenta**: Porto Alegre. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BHABHA, H.K. - Interrogando a identidade. IN: **O local da Cultura**, 1998, p. 70-104. IN: <http://www.ufrgs.br/cdrom/bhabha/bhabha.pdf>, acesso em 28/07/2019.

BISSON, C. A. - **Sobre Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

BOURDIEU, Pierre - **A economia das trocas simbólicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). IN: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>, acesso em 12/08/2018.

BRAGHIROLI, A. - **Paisagens do Sul**: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Inst.Estadual do Livro: IPHAN: IPHAE, 2009.

BRESCIANI, M.S (Org.) - **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CANDAU, Joël - **Memória e identidade**. São Pulo: Contexto, 2014.

CASTELLO, Lineu - **A percepção de lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS. 2007.

CASTRIOTA, Leonardo B. - **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____- Uma agenda de pesquisa para o patrimônio. IN: ROSADO, A. e GONÇALVES, W. (Org.) **Ciências do Patrimônio**: horizontes transdisciplinares. Belo Horizonte: Secr. Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015.

CASTRO, Iná, GOMES, Paulo, CORRÊA, Roberto - **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, M. L. V. e FONSECA, M. C.L. - **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. (Org). - **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

CHOAY, F. - **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____- **A Alegoria do patrimônio**. 3ed. São Paulo: Ed. Liberdade: UNESP, 2006.

CORUJA, A. - **Antigualhas**: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1983.

CUNEGATTO, Thais - **Etnografia da Rua da Praia**: um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano porto-alegrense. 2009. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. IN: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18434/000728871.pdf?sequence=> , acesso em 20/04/2019.

CUNHA, L.A. - **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2ªed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUTTY, J. - Porto Alegre e seus patrimônios no século XX: evolução de conceitos, valores e feições na materialidade urbana. **Revista Em questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 243-257, julho/dez. IN: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/2983/2020>.

DAMIANI, A. - Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. **Revista do Departamento de Geografia- USP**, especial 30 anos, p. 254-283, 27 dez. 2012. IN: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/53851/57814> , acesso em 23/03/2018.

De CERTEAU, M. - **A invenção do Cotidiano**: 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____ - **A Invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

De TONI, M. - Informalidade. IN: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. (Org). - **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 157-161.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura - **Intervenções em Jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

DUARTE JR., R. - Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010. IN: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15661>, acesso em 12/06/2019.

EPATUR - **Mapa turístico de Porto Alegre**. Empresa Porto-alegrense de Turismo. IN: http://2.bp.blogspot.com/-sxV-UFzJTVM/TzaIa-Z6bWI/AAAAAAAAABjs/a7mcghJvQIA/s1600/porto_alegre%2Bmapa%2Bturismo.jpg, acesso em 28/07/2019.

EZEQUIEL, M. - **Alfândega de Porto Alegre**: 200 anos de história. Porto Alegre: Sindireceita, 2007.

FILHO, Valter A. N. e FRANCO, Sergio da C. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004

FLORES, Anelis R. - **O Núcleo da Praça da Alfândega de Porto Alegre**: Requalificação e Convergência. 2005, 191pg. Dissertação (Teoria e Histórica Crítica de Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. IN:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5646/000517947.pdf?sequence=1&isAllowed=y> , acesso em 20/04/2019.

FONSECA, M.C.L - Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Org.) - **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

_____ - **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FORTINI, Arquimedes - **Porto Alegre através dos tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura de Porto Alegre, 1962.

FRANCO, Sergio da Costa Franco - **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

_____ - **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____ - **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2006.

_____ - **Porto Alegre ano a ano**: cronologia histórica 1732-1950. 2ed. Porto Alegre: Letra & Vida: Editora da Cidade, 2013.

_____ - **A velha Porto Alegre**: crônicas e ensaios. 2ed.Porto Alegre: Edigal, 2015.

FURTADO, Celso - **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GEERTZ, Clifford - **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONÇALVES, J.R. S. - Os Limites do Patrimônio. IN: LIMA Fº, M., ECKERT, C., BELTRÃO, J. (Org) - **Antropologia e Patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. P.239-248. IN: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%203%20-%20GON-ALVES.pdf>, acesso em 19/08/2018.

GUEDES JR., A. F.C - **Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

HARVEY, David - **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

HEIDRICH, A. et al - **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed.ULBRA, Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. - **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000

_____ - **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IEPHA - Inventário Cultural do Rio São Francisco. Cadernos do Patrimônio. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015. IN: http://www.iepha.mg.gov.br/images/com_arismartbook/download/8/Inventario%20Cultural%20do%20Sao%20Francisco.pdf, acesso em 28/07/2019.

IHGRS - **Cartografia virtual histórico-urbana de Porto Alegre** - Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: IHGRS, 2005.

ILAM, Fundación - **Los diversos patrimonios**. Fundación Instituto Latinoamericano de Museos. Heredia - Costa Rica, 2017 IN: https://ilamdocs.org/engine/download/blob/ilamdocs/10/2019/21/Los_Diversos-completo.pdf?app=ilamdocs&class=1&id=3503&field=10&replaced=true, acesso em 09/03/2019.

_____ - **El Patrimonio**. Su definición, gestión y uso local. Fundación Instituto Latinoamericano de Museos. Heredia - Costa Rica, 2018 IN: https://ilamdocs.org/engine/download/blob/ilamdocs/10/2019/13/El_Patrimonio-completo.pdf?app=ilamdocs&class=1&id=3505&field=10&replaced=true, acesso em 09/03/2019.

IPHAÉ - Bem tombado - **Praça da Alfândega e entorno**. IN: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16112>, acesso em 27/03/2018.

IPHAN - **Praça da Alfândega: Porto Alegre, RS**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

_____ - **Declaração de Amsterdam**. Conselho da Europa, 1975. IN: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>, acesso em 10/09/2015.

_____ - **O Registro do patrimônio imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 4ed, 2006.

_____ - IPHAN/MinC-BR, **PROCESSO Nº 1468-T-00**, em 19/07/2000. IN: <\\iphan\brasilia\32 - IPHAN-RS\32.5 - ARQUIVO E BIBLIOTECA\ARQUIVO\Processos Tombamento>, acesso em 12/07/2018.

JACOBS, Jane - **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

JORGE, A.F; VALADÃO, L. - O setor informal no Brasil: metodologia e principais resultados. Revista da ABET, Rio de Janeiro, IE/UFRJ, ano II, n.2, jul.2002. IN: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15430/8802>, acesso em 25/07/2019.

KOSELLECK, R. - **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRUSE, F – **Intervenções em centros urbanos** – o caso da antiga área portuária de Porto Alegre. Dissertação Propur/UFRGS, 2011. IN: http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Fabiana_Kruse.pdf

LEFEBVRE, H. – **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

_____ - **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62 S.A., 1973.

_____ - **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Edicions 62 S.A., 1978.

_____ - **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____ - **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____ - **A construção do Espaço**. IN: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-producao-do-espaco.pdf, acesso em 16/12/2017.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.115-134. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200008>, acesso em 18/07/2018.

LEPETIT, Bernard - Das capitais às praças centrais, mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. IN: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.) - **Cidades Capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 41- 64.

_____ - **Por uma nova história urbana**. 2ed. São Paulo: Edusp, 2016.

LYNCH, Kevin - **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Francisco Riopardense – **Porto Alegre, história e vida da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1973.

_____ - **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

MACHADO, Paulo Affonso Leme - **Direito Ambiental brasileiro**. 14 ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2006.

MALAGUTTI, M. **Crítica à razão Informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira - **A Tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do Direito Ambiental**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2007.

MARTINHO, C., GONÇALVES e SILVA, M. e AJARA, C. - Movimento pendular e ocupação na Região Metropolitana de Recife - PE, **Espaço e Economia** [Online], 9 | 2016, posto online no dia 19 janeiro 2017, consultado 07 maio 2019. URL: <http://journals.openedition.org/espacoconomia/2461> ; DOI : 10.4000/espacoconomia.2461, acesso em 19/05/2019.

MARTINS, José de Souza – **O Poder do Atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____- **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. (Org.) São Paulo: Ed Hucitec, 1996a.

_____- As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. IN: MARTINS, J.S - **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. (Org.) São Paulo: Ed Hucitec, 1996b, p. 13-23.

_____- **A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo**. 35º Reunião Anual da ANPOCS, 2011 - MR 17- Vinte anos sem Henri Lefebvre. IN: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/mr-5/mr17/1279-a-dialetica-do-metodo-regressivo-progressivo-em-dois-temas-brasileiros-cidade-e-campo?path=35-encontro-anual-da-anpocs/mr-5/mr17>, acesso em 01/07/2018.

MAUSS, Marcel - **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

MEIRA, Ana L. G. - Patrimônio Cultural e globalização. IN: Org. POSSAMAI, Z. e ORTIZ, V. - **Cidade e Memória na Globalização**, Seminário das Mercocidades. Porto Alegre: Unidade editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

_____- **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. ... IN: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14319>, acesso em 23/08/2018.

MENEGAT, R. et all (Org.) - **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. 3ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra - **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna – 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, Vol. 1, 2009. IN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf , acesso em 12/02/2017.

_____- Repovoar o patrimônio ambiental urbano. IN: **Patrimônio: desafios e perspectivas**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Nº 36/2017, p. 39 - 52.

METROPLAN - **Os rios na cidade**: as enchentes na evolução urbana da região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: 2001.

MICHELON, F. F. (Org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas públicas e patrimônio cultural**: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MIRANDA, M.P.S., ARAÚJO, G.M, ASKAR, J.A. (Org.) - **Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MIRANDA, M.P.S. - **Direito à reparação de danos ao patrimônio cultural é imprescritível**. IN: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-02/direito-reparacao-danos-patrimonio-cultural-imprescritivel?imprimir=1>, acesso em 17/06/2018.

MONTEIRO, Charles - **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____ - **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Cidade; Letra&Vida, 2012.

MORIN, Edgar - **O Método IV**. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

_____ - **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MUMFORD, Lewis - **Técnica y Civilización**. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO: **Porto Alegre uma história em três tempos**. Porto Alegre. SMC/PMPA, 1998.

NASSER, A.C.A. - **A noção lefebriana de cotidiano em um estudo sobre albergados na cidade de São Paulo**. 35ª Reunião Anual da Anpocs - MR 17- Vinte anos sem Henri Lefebvre - IN: <https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/mr-5/mr17/1277-a-nocao-lefebriana-de-cotidiano-em-um-estudo-sobre-albergados-na-cidade-de-sao-paulo/file>, acesso em 23/07/2018.

NEUTZLING, Simone - **Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano**: proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS. UFPel, 2018 (Dissertação mestrado) IN: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/12/MESTRADO-SIMONE-NEUTZLING.pdf>, acesso em 21/04/2019.

NOAL Fº, V e FRANCO, Sergio C. - **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 - 1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004.

_____ - **Os Viajantes olham Porto Alegre: 1890 - 1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004.

OGLIARI, E. - Porto Alegre restaura Praça para voltar a ser 1924. Jornal O Estado de São Paulo, 24/03/2010. IN: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,porto-alegre-restaura-praca-para-voltar-a-1924,528377>, acesso em 20/04/2019.

OLIVEIRA, Alberto T. D. - **Um estudo em arqueologia urbana**: a carta de potencial arqueológico do Centro histórico de Porto Alegre. Dissertação Mestrado PPG História, Fac. Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Orientador Arno A. Kern. Porto Alegre, 03/2005.

OLIVEIRA, Alberto e TOCCHETTO, Fernanda B. - Uma leitura arqueológica do Centro Histórico de Porto Alegre. IN: POSSAMAI, Zita (Org) - **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 55-81.

OLIVEIRA, Clóvia S. - **Porto Alegre**: a cidade e sua formação. Porto Alegre: Ed. Norma, 1985.

PESAVENTO, Sandra J. - **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____ - **A emergência dos subalternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: UFRGS: FAPERGS, 1989.

_____ - **O cotidiano da República**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1990.

_____ - **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

_____ - **Os pobres da cidade**: vida e trabalho - 1880-1920. 2ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

_____ - **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

PORTO ALEGRE, Achylles - **Através do passado** (chronica e historia). Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.

PORTO ALEGRE – **Programa Viva o Centro** – PMPA. IN: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php>, acesso em 01/05/2016.

_____ - **Decreto 17.986/2012** - Regulamento de Uso de Parques e praças de Porto Alegre. IN: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/0001decretoparques.pdf, acesso em 20/04/2019.

_____ - **Lei Municipal Nº 2022/1959**. Dá denominação aos bairros de Porto Alegre IN: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1959/203/2022/lei-ordinaria-n-2022-1959-da-denominacao-aos-bairros-de-porto-alegre-1959-12-07-versao-original>

_____ - **Lei Municipal Nº 3187/1968**. Normas de Comércio Ambulante. IN: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000016933.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> , acesso em 20/04/2019.

_____ - **Artesãos de Porto Alegre recebem permissão de comércio** - PMPA IN: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=190834&ARTESAOS+DA+PRACA+DA+ALFANDEGA+RECEBEM+PERMISSAO+DE+COMERCIO, acesso em 20/04/2019.

_____ - **Decreto nº 17.718**, de 30 de março de 2012. IN: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000032944.DOCN.&l=20&u=%2Fmetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>

_____ - **Decreto nº 19.516**, de 28 de setembro de 2016. IN: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Decreto%2019516>

POSSAMAI, Zita R. (Org.) - **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

POSSAMAI, Z e ORTIZ, V. (Org.) - **Cidade e Memória na Globalização**, Seminário das Mercocidades. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

POULOT, Dominique - **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç - **El concepto de patrimonio cultural**. Política y Sociedad, Nº 27 (1998), Madrid pp. 63-76.

_____- **Concepto y gestión del patrimonio local**. Cuadernos de Antropología Social. Barcelona, n. 21, p. 19-20, 2005.

PRADO, R., NUNES, C., NUNES, L. - **Ofícios antigos de Porto Alegre**. Bolsa FUNARTE/MinC - Culturas Populares e Tradicionais - Região Sul, 2010. Porto Alegre: do autor, 2011.

REIS Fº, N.G e FINGER, A.L. (Org.) - **Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**: Cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Vol 1. Brasília, DF: Iphan, 2016.

RIBEIRO, F.T. - **O plano de gestão como instrumento de política no planejamento e gestão das áreas urbanas classificadas como Patrimônio da Humanidade**. Tese de doutorado, Universidade do Porto - Portugal, 2018 IN: [file:///C:/Users/Saraiva048/Downloads/Tese Francine Tavares.UPorto CD%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Saraiva048/Downloads/Tese%20Francine%20Tavares.UPorto%20CD%20(1).pdf) , acesso em 02/06/2019.

ROSADO, A., Gonçalves, W. (Org.) - **Ciências do Patrimônio**: horizontes transdisciplinares. Belo Horizonte: Secr. Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015.

RUSCHEL, Nilo - **Rua da Praia**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 1971.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.) - **Cidades Capitais do Século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza - **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. IN: Sociologias/UFRGS PPG Sociologias - V. 1 n. 1(jan/jun 1999). Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: UFRGS.IFCH, 2007. - Quadrimestral; p. 14 - 23.

SANTOS, Carlos Nelson. F. - **Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo**. Rev. Projeto, n. 86. São Paulo, Abril/1986, p. 60-61.

_____- **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Univ. Federal Fluminense, EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Carlos N. e VOGEL. A. (Org.) - **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ªed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton - **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____ - **O Espaço do Cidadão**. 7ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____ - **Espaço e método**. 5ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHMID, C. - **A Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N°32, 2012, p. 89-109.

SENNET, Richard - **O artífice**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERRANO, Eneida - **Lunara Amador 1900**. Porto Alegre: E.S., 2002.

SILVA, A. C. A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre. O Vale de Campan. Estudo de Sociologia Rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 1, p. 25-43, 3 abr. 2015.

SINGER, Paul - **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SITTE, Camillo - **A construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Inês Virginia Prado - **Direito ao (do) patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

SOUZA, C. e MÜLLER, D. - **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2ed., Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SOUZA, Célia Ferraz - **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. 2ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA Fº, Carlos Frederico - **Bens culturais e proteção jurídica**. 2 ed. Porto Alegre, UE Porto Alegre, 1999.

SOUZA, Jessé - **A Elite do atraso**: da escravidão á Lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes - **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPALDING, Walter - **História de Porto Alegre para a infância e a juventude**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

STUMVOLL, D., MENEZES, N. - **Memória visual de Porto Alegre 1880 - 1960**: acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. 2 ed. Porto Alegre: Pallotti, 2008.

TILL, Rodrigues - **Monumentos de Porto Alegre**: ensaio histórico e crítico. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

THOMPSON, E.P. - **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TORRES, Fernanda Valeria. **Henri Lefebvre y el espacio social**: aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina - La organización Barrial Tupac Amaru (Jujuy-Argentina). Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 240-270, Dez/2016.

UNESCO - **Gestión del patrimonio mundial cultural**. Manual de Referencia. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. UNESCO / ICCROM / ICOMOS / UICN, 2014. IN: <https://whc.unesco.org/document/130490> , acesso em 09/03/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2013. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Carmen Lúcia Lobo Giusti e Elionara Giovana Rech. Disponível em: <<http://sisbi.ufpel.edu.br/?p=documentos&i=7>> Acesso em: 22/06/2018.

VARGAS, Heliana C. – **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Senac, 2001.

VARGAS, Heliana Comin; MARASCHIN, Clarice. **Anais do VI Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem-CINCCI**. São Paulo: FAUUSP/LABCOM, 2018. ISBN: 9788580891409.

VARINE, Hugues de - **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. - Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VERÍSSIMO, L. F e FONSECA, J. - **Traçando Porto Alegre**. 9 ed. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 2009.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **Fantasmagoria dos mercados públicos na Europa: A sobrevivência das velhas formas e as novas funções**. In: IV CINCCI, 2014, Uberlândia. Anais. Uberlândia: FAUUSP, 2014.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; PRADO, Rossanna P. Perez; MONTELLI, Clarissa Castro Calderipe. **Comércio com memória: metamorfoses e permanências das atividades terciárias na Praça da Alfândega, Porto Alegre, RS**. In: Caderno de Resumos do VI Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem-CINCCI. São Paulo: FAUUSP/LABCOM, 2018. ISBN: 9788580891430.

VILLAÇA, F. – **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

VIRILIO, Paul - **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ZANETTI, Valéria - **Calabouço urbano**: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860). Passo Fundo: UPF, 2002.

APÊNDICES

- **Apêndice 1: Entrevista a usuários do espaço social - Praça da Alfândega**
- **Apêndice 2: Autorização uso de áudio - entrevistados**
- **Apêndice 3: Entrevista a Técnicos de patrimônio - aplicação on-line.**

• **Apêndice 1: Entrevista a usuários do espaço social - Praça da Alfândega**

Poligonal de Patrimônio Cultural: Praça da Alfândega, Porto Alegre/RS

Rossanna Prado Perez, janeiro- fevereiro de 2019.

Dissertação de mestrado – PPG Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel

Tema: Elaboração da poligonal de patrimônio cultural da Praça da Alfândega – 2000 e posterior execução – 2000 a 2018.

Entrevista a: Usuários do Espaço Social – Praça da Alfândega.

Entrevista Nº Data: Atividade/Uso:

A PRODUÇÃO MATERIAL - ação

1. Dados pessoais:

1.1. Nome ou apelido:

1.2. Cidade de Origem: Cidade onde mora?

1.3. Idade:

2. Formação educacional e/ou profissional?

3. O que faz na praça?

Atividade fixa: Atividade volante: outras: () lazer () espera () proveito -

4. Dê um relato de sua rotina até a praça?

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (responder sim/não) - pensamento

5. Você frequentava a Praça antes da reforma do Monumenta? () sim () não

Como era? () feia () bonita () igual

6. Os usuários foram informados do que ia acontecer? () sim () não

7. Durante a reforma sua rotina mudou? () sim () não. Como?

8. Como ficou a praça? () melhor () pior () igual. Por que?

A PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS - experiencias

9. Você tem amizades na Praça?

10. O que significa a Praça para você?

11. O que tem na Praça que não há em outros lugares?

12. Conte uma lembrança (boa/ruim) que tem da Praça?

Obrigada!

- **Apêndice 2: Autorização uso de áudio - entrevistados**

AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS

Elaboração da poligonal de patrimônio cultural da Praça da Alfândega – 2000 e posterior execução – 2000 a 2018.

Entrevista a Usuários do Espaço Social – Praça da Alfândega.

Eu,

....., CI nº:
 Órgão
 Expedidor....., autorizo o uso dos dados contidos na entrevista aplicada e gravada em áudio pela Pesquisadora Rossanna Prado Perez, na data de como fonte de dados para a sua Dissertação de mestrado do PPG Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel, de título provisório: "POLIGONAL DE PATRIMÔNIO: PRAÇA DA ALFÂNDEGA, PORTO ALEGRE/RS".

De acordo,

.....
 Assinatura do Entrevistado(a)

Atividade:

Porto Alegre, dede 2019.

• **Apêndice 3: Entrevista a Técnicos de patrimônio - aplicação on-line.**

Poligonal de Patrimônio Cultural: Praça da Alfândega, Porto Alegre/RS

Rossanna Prado Perez, outubro de 2018.

Dissertação de mestrado – PPG Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel

Tema: Elaboração da poligonal de patrimônio cultural da Praça da Alfândega – 2000 e posterior execução – 2000 a 2012.

Entrevista a: **Técnicos de Patrimônio – Praça da Alfândega.**

Prazo para resposta: 15 dias a partir do recebimento.

Área () Arquitetura
() História
() Outras:

- 1) Dados pessoais: Nome, área de formação, idade, contato (mail)
- 2) Atividade profissional, hoje:
- 3) Relação com órgãos de patrimônio em 1999-2000. Atividade desempenhada na época em seu órgão – atribuições:
- 4) Atividade específica no projeto de pesquisa e na elaboração da poligonal de patrimônio cultural da Praça da Alfândega – Equipe e função na Equipe, referências:
 - a. Relato da atividade efetuada, na época – etapas, participações:
- 5) Atividade específica na execução das ações do Monumenta na poligonal de patrimônio cultural da Praça da Alfândega – Equipe e função na Equipe:
 - a. Relato da atividade efetuada, na época – etapas, participações:
- 6) Considerações sobre o trabalho feito na época (opinião técnica):
- 7) Considerações sobre os resultados, hoje (opinião técnica):

Agradeço desde já a colaboração!

Favor responder para mail: rossannaprado@gmail.com

ANEXOS

- **Anexo 1: Mapa localização - Praça da Alfândega e entorno**
- **Anexo 2: Pesquisa histórica - Monumenta: Apresentação e Linha do Tempo**
- **Anexo 3: Páginas do Processo 1468-T-00/ IPHAN 2000: Parecer do Tombamento (Vol. III, p. 323 a 333)**
- **Anexo 4: Informação de tombamento definitivo, IPHAN 2011.**

- **Anexo 2 - Pesquisa histórica - Monumenta: Apresentação e Linha do Tempo**

PROGRAMA MONUMENTA

PESQUISA HISTÓRICA

ESPAÇOS PÚBLICOS

PRAÇA DA ALFÂNDEGA, AVENIDA SEPÚLVEDA, CAIS DO PORTO E

MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

APRESENTAÇÃO

Os textos que compõem este volume foram produzidos no âmbito do Programa Monumenta – Projeto Porto Alegre em momentos diversos.

A pesquisa sobre a Praça da Alfândega foi realizada pela historiadora Frinéia Zamin, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), no período entre novembro de 2001 e fevereiro de 2002.

A pesquisa sobre o Cais do Porto foi elaborada pelo historiador João Alexandre Corrêa, bolsista de iniciação científica, no âmbito do Projeto *Centro Histórico de Porto Alegre: lugares*, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e tendo como vigência o período de março de 2002 a fevereiro de 2003.

Pelas suas diferentes origens e finalidades, os textos produzidos adquiriram formas diversas, que neste volume foram mantidas. O objetivo deste volume é reunir as pesquisas realizadas em volume único, afim de facilitar a consulta pelos profissionais que estarão envolvidos diretamente na elaboração dos projetos no âmbito do Programa Monumenta. Desta forma, como qualquer investigação histórica, tem limitações quanto às informações coletadas relacionadas principalmente ao tempo dispendido na pesquisa, podendo vir a ser complementada por pesquisas subseqüentes.

Além das informações escritas, estas pesquisas procederam ao levantamento de imagens (plantas, fotografias, desenhos, etc.) que se encontram localizadas no Escritório da Unidade Executora do Projeto (UEP), nos Altos do Mercado Público. Almeja-se que este material, juntamente, com os levantamentos realizados no âmbito do Projeto Corredor Cultural/Museu de Rua da Rua da Praia, além de contribuir para os diferentes projetos no âmbito do Programa Monumenta (Projeto Interpretativo, Espaços Públicos, Prédios Históricos) venha a fazer parte do Centro de Referência do Centro Histórico.

Zita Rosane Possamai

Responsável pela Pesquisa Histórica

1. PRAÇA DA ALFÂNDEGA: Cronologia da Evolução Física¹⁵⁷

Frinéia Zamin

Meados do Século XVIII - junto ao rio, no sítio que hoje corresponde à parte da Praça da Alfândega entre a Rua da Praia e a Sete de Setembro, estabeleceu-se o ancoradouro e o comércio de abastecimento. Ali teria sido construída a **Capela de São Francisco**, em local onde seria hoje o nº 1035 ou 1049 da Rua dos Andradas

Fim do século XIX – construção da Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus no Alto da Praia (atual Praça da Matriz) e **demolição** da Capela de São Francisco.

1804 - Instalação (em 01/08) da **Alfândega** na Vila de Porto Alegre e seu consulado na Vila de Rio Grande. Foi estabelecida a **cobrança de impostos** dos seguintes gêneros: aguardente “da terra”, aguardente “do reino”, azeite doce, vinho, vinagre, pano de algodão, açúcar branco, açúcar mascavo, fumo em rolo, arroz pilado, sal, farinha de mandioca, café e escravos. O órgão da administração colonial teria sido instalado na **casa do comerciante** Domingos Gonçalves de Amorim, de frente para o Largo da Quitanda, em local onde hoje seria o Cinema Imperial, na Rua dos Andradas. Na época existiam três largos principais, todos na beira da praia: Praia do Arsenal, Largo da Força e Largo da Quitanda, sendo que os dois últimos eram os principais centros de diversões populares naquele período. O **Largo da Quitanda** era um espaço com a conformação dos largos tradicionais do período colonial, sem edificações, no alinhamento norte da Rua da Praia, à beira do rio.

1806 - Provável construção de um **trapiche** que partia do meio do Largo da Quitanda, em direção ao rio, mais ou menos onde, no início do século XX, seria construída a Av. Sepúlveda. Dois anos depois (em 1808) o local era referido como um porto no rio com *“meia légua da largura, uma ponte e uma casa da alfândega, onde podiam ancorar até*

¹⁵⁷ Pesquisadores envolvidos: Luiz Armando Capra Filho (estagiário– IPHAE) e Allysson Arthur Roque dos Santos (estagiário – SMC)

200 embarcações”. O trapiche também era chamado de **ponte da alfândega** e teria sido construído sobre 24 pilares de cantaria, rio adentro, defronte ao prédio da Alfândega. Em sua extremidade havia um armazém, construído sobre oito pilastras.

Década de 1810 - tentativa de transferir a Alfândega para a Casa dos Armazéns Reais, o que foi impedido pela mobilização de comerciantes locais, dos quais destacaram-se Domingos Gonçalves Amorim e João Inácio Teixeira.

1818 - Documento do Desembargador, Juiz e Ouvidor da Alfândega refere-se ao local como **Praça do Comércio**, nome que passa a substituir o de Largo da Quitanda. Para o local confluíam as atividades da carga e descarga do grande comércio e a venda de gêneros alimentícios, tanto em quitandas como por ambulantes.

1819 – Tem início a **construção** de prédio próprio para a **Alfândega**, cuja responsabilidade era do engenheiro João Batista Alves Porto. O prédio a ser construído defrontava-se com o rio no alinhamento da atual Rua Sete de Setembro. (imagem da planta de 1819) A construção da Alfândega gerou alguns conflitos entre o comerciante Silvestre de Souza Telles e a Câmara Municipal sobre a posse de terreno na Rua da Praia com fundos para o lado oeste do novo prédio que era construído no Largo da Quitanda. Para a construção do edifício teria sido feito um pequeno aterro para compensar a declividade da margem e elevar o terreno ao nível da Rua da Praia.

1820 – o viajante francês **Saint-Hilaire**, na sua descrição sobre Porto Alegre, faz referências ao prédio que estava sendo construído no centro do largo, considerando-o “*pesado e rústico*” e obstruindo a vista da cidade. O trapiche da Alfândega também é descrito por ele, como sendo de madeira, guarnecido por peitoris e sustentado por pilares de pedra.

1824 - a Alfândega é instalada em **prédio próprio**, de propriedade nacional, no centro do largo, que ainda não era calçado. Nessa fase tenta-se remover os quitandeiros da Praça da Alfândega, transferindo-os para a Praça Paraíso e adota-se a postura de não permitir outras construções no largo, que poderiam obstruir os serviços de embarque e desembarque na Alfândega.

Década de 1830 – o lado leste da Praça era o mais solicitado para o comércio e ali formou-se a **Rua Nova da Praia** (parte leste da atual Rua Sete de Setembro), onde o governo da Província começou a ceder terrenos, por aforamento, a particulares. A rua, cujo nome aparece oficialmente a partir de 1844, logo tornou-se uma importante via comercial. Há registros da existência de um pequeno trapiche particular no início dessa rua, provavelmente do comerciante Silvestre de Souza Telles.

1831 - o Código das Posturas Municipais limita o lado oeste da Praça para uso dos **quitandeiros**.

1834 - José Joaquim Alves de Moraes, tenente-coronel, encarregado de obras, envia correspondência ao Presidente da Província informando sobre a sobra de tábuas compradas para a “**Casa do Trapiche**”. O mesmo tenente solicitava o pagamento aos trabalhadores que executaram obras no trapiche no mês de agosto de 1833. Do mesmo ano são os relatos de viagem de **Arsène Isabelle**, que referindo-se à capital escreve: “ *À margem do rio está erguida a alfândega, edifício quadrado, solidamente construído e disposto para proporcionar as maiores vantagens ao comércio, da porta que dá sobre o cais, parte um paredão ou molhe de madeira suportado por pilares de alvenaria, e prolongando-se uma centena de passos para dentro do rio ou melhor para a bacia que dá nascimento ao rio.*”

1845 – a ata da Câmara de Vereadores do dia 30 de outubro registra o comunicado sobre o estabelecimento de uma tipografia na casa 17 da Praça da Alfândega.

1846 - o 2º Tenente de Engenheiros, Frederico Augusto do Amaral Sarmiento Menna envia ao presidente da Província orçamento para realização de **reparos** na “caixa do trapiche” e faz algumas considerações sobre o estado do edifício, propondo seu aumento:

“ *A caixa do trapiche da Alfândega desta cidade consta de um telheiro com 100 palmos de comprimento e 66 de largura, construído em 1806, sobre 20 pilares de cantaria, 12 em que descança todo o edifício e 8 que suportam o tecto. Este edifício está completamente arruinado e não preenche os fins a que é destinado,*

não só por ser muito pequeno, mas também por não ter em quase todo o verão água suficiente para junto a ele atracarem os barcos”.

(Obras Públicas/ Documentação avulsa – Correspondência de 24 de setembro de 1846 - AHRGS)

1848 - o Chefe de Engenheiros da Comarca, brigadeiro Lopo de Almeida Henrique Botelho e Mello envia correspondência ao Presidente da Província, sobre as obras de reparação do trapiche e detalhes técnicos da construção. Foi contratada obra de reparos e aumento do trapiche com Sebastião Ribeiro Pinto. Ainda no mesmo ano, o Major Imperial do Corpo de Engenheiros, José da Victória Soares d' Andréa, envia orçamento e **projeto para o telhado** da Alfândega (provavelmente substituição do existente pois ele prevê aproveitamento de material) , muro ao redor e portão de ferro que deveria ser colocado na entrada do corredor lateral da direita e, para simetria, na esquerda, deveria-se formar as portadas e muro, imitando o portão. Ele faz considerações sobre a conveniência de se fecharem os corredores laterais que estão por fora do edifício da Alfândega e dão comunicação com a ponte da mesma. O documento faz referências ao sistema de *“tesouras com penduraes”* .

(Obras Públicas – Documentação avulsa - Correspondência de 15 de novembro de 1848– AHRGS)

1856 a 1858 - são executadas importantes obras: um grande **cais**; construção de **paredões** nos lados da Praça em direção ao rio; **aterro** de toda a frente da Praça; construção de **escadarias** a leste e a oeste do trapiche. A ata da Câmara de Vereadores de 03 de fevereiro de 1857, registra o pedido de licença à Presidência da Província para mandar demolir o paredão e quarto do lado oeste da Alfândega antes de iniciar as obras de alinhamento e do novo paredão. É comprado carvão de baixa qualidade para ser utilizado nos aterros que estavam sendo executados. A beira do rio teve sua configuração redesenhada, com um cais de pedra, duas escadarias, assentos e parapeitos. Foi o primeiro espaço à beira rio que teve um **tratamento definido**, com calçamento do espaço aterrado e sistema de escoamento das águas. Configurou-se, à beira do rio, na continuidade da Rua Nova da Praia ,uma via que recebeu a denominação de **Rua da Alfândega**, a partir de 1856 . Nesta rua movimentava-se o grande

comércio exportador e importador, com o embarque e desembarque das companhias de navegação. A Rua da Alfândega configurou, por um curto espaço de tempo, uma linha definida de frente para o rio. Completou-se, no início da década de 1860 um conjunto de modificações que dotaram o litoral entre a Praça da Alfândega e a Praça da Harmonia de um tratamento unitário, com um cais ao longo da Rua da Alfândega. Não tardou para que novos aterros e trapiches ultrapassassem esta linha. (Escosteguy: 1993) Ainda no ano de 1858, a ata da Câmara de Vereadores do dia 26 de agosto registra o recebimento da informação de que a tipográfica do Correio do Sul havia mudado-se da Rua da Ponte para a Praça da Alfândega. No mesmo ano, no dia 14 de fevereiro, é fundada a **Praça do Comércio** de Porto Alegre, associação dos comerciantes, capitães, mestres de navios e outros empregados no comércio, com um nº de sócios superior a 90. Esta **associação** instalou-se em casa que alugou de Manoel Ferreira Porto Filho, futuro Barão do Caí, na esquina da Rua Sete de Setembro com a Praça da Alfândega. (Não foi possível precisar até quando a associação ficou ali)

1860 - Charles Neate apresenta parte de relatório sobre projeto de ampliação do cais, novos aterros e mudança da Alfândega (sem especificar para onde). O projeto dividia o litoral em quatro seções entre o Largo do Mercado e a ponta da Macega.

1863 - Antonio Augusto de Arruda, Capitão de Engenheiros manda correspondência (em 19/01) ao Presidente da Província com o orçamento para o **retelhamento** do edifício da Alfândega. O mesmo foi finalizado em abril do mesmo ano (correspondência em 14/04).

1864 - Luis Vieira Ferreira, engenheiro da Província, dirige correspondência (em 08/06) à presidência da Província comunicando a finalização das obras de **reconstrução** da **ponte** de descarga da Alfândega dentro do prazo estipulado. Dois meses antes (23/04/1864) o engenheiro Antonio Mascarenha Teles e Freitas informava sobre o exame das obras que estavam sendo realizadas , segundo ele, com material de má qualidade , por isso sugeria a suspensão das mesmas. O relatório da Presidência da Província desse ano aponta que o edifício

da Alfândega necessitava de reparos, tendo sido mandado proceder minuciosos exames e orçar as despesas para levá-los a efeito. Foi celebrado contrato com Manoel Alves de Oliveira para a execução dos reparos.

1865 – a Câmara de Vereadores resolve que as ruas da Praia e da Alfândega passem a chamar-se, respectivamente, **Rua dos Andradas** e **Rua Sete de Setembro**.

1866 - Francisco Nunes de Miranda comunica ter entregue à Tesouraria da Fazenda os desenhos necessários para a execução de novas obras da alfândega (os desenhos não acompanham a documentação). É aprovado o plantio de nove árvores. É implantado o **chafariz** “A Imperatriz” de ferro bronzeado, em frente à porta da Alfândega, próximo à Rua da Praia, pela Cia. Hidráulica Porto– Alegrense.

1867 - Inocêncio Veloso Pederneiras, Coronel de Engenheiros, emite parecer (em 23 /08) sobre **obra** da “**ponte da Alfândega**” para que o executor pudesse receber a última prestação. Ele refere-se ao fato da obra já ter desmoronado anteriormente e que o atual executor teria tomado as medidas necessárias, além do previsto no contrato, para o reforço e segurança da obra. Pederneiras faz ressalvas sobre as proporções do material utilizado na argamassa e no reboco. Faz referências ao uso do cal gorda, único encontrado no mercado da Província mas que era impróprio para obras localizadas em locais úmidos. Afirma que o ideal seria o uso do cal hidráulico, mas que isso não fôra especificado no contrato, e sugere ao presidente que se atente para futuros contratos. Ele faz uma série de considerações sobre a argamassa e outros detalhes técnicos .

1868 - a Câmara Municipal autoriza moradores das redondezas a **arborizar** e **ajardinar** a Praça da Alfândega.

1870 - Antonio Augusto de Arruda, Major de Engenheiros, passa ao presidente da Província descrição das obras indispensáveis para o **trapiche**, recomendando que não seja colocado peso na parte da ponte que se acha quebrada.

1871 - Arruda comunica à presidência (em 15 /03) que dera início às obras do **trapiche**, tendo ajustado empreitada com Manoel Alves de Oliveira. Em 03 de junho, o mesmo passou orçamento para o conserto do **telhado** da Alfândega e informa que o edifício está muito estragado, sendo conveniente a construção de outro com acomodações para a Tesouraria da Fazenda no piso superior e para a Alfândega no piso inferior. No fim do mesmo ano (17/11), o major Júlio Anacleto Falcão de Frota entrega ao major engenheiro João Luiz D' Andrada Vasconcellos , projeto e orçamento de um edifício para a Alfândega e Tesouraria da Fazenda.

1873 – Carlos Resiu Filho informa a Presidência da Província sobre novo desabamento do **telhado** da Alfândega e comenta sobre a necessidade de construir-se novo prédio.

1875 – Luis Manoel Martins da Silva encaminha orçamento para **conserto** do prédio da Alfândega fazendo comentários sobre seu estado de “ arruinamento”.

1879 - a Repartição de Obras Públicas elabora orçamento para **lajeamento** dos passeios de vários edifício públicos, entre os quais o da Alfândega.

1880 – Almeida e Travassos pedem licença para instalar **quiosque** para venderem bilhetes da Loteria Provincial e outros produtos permitidos, num dos pontos extremos da praça. O quiosque, que era removível, já estava pronto, medindo 1 metro de circunferência e 2 metros de altura. (Não foi encontrada documentação para confirmar se a licença foi concedida)

1883 - a Praça da Alfândega passa a chamar-se **Praça Senador Florêncio** em homenagem a Florêncio Carlos de Abreu e Silva, político da Província e Senador do Império, falecido em 1881. Chaves e Almeida pedem licença para construírem, sobre “pernas francesas” ,um corredor de madeira com 1,20 m de largura que partiria da esquina da Praça em direção ao rio, acabando nos fundos do edifício de sua propriedade, alugado para a Tesouraria Geral, na esquina da Praça Senador Florêncio com a Rua Sete de Setembro.

(Requerimento à Câmara de Vereadores, de 10/07/1883 – AHMMV)

1897 - são feitos cordões, boeiros, lageamento e empedramento na Praça .

1898 – o Governo Federal **extingue** a Alfândega de Porto Alegre, o que causa a mobilização de comerciantes locais.

1899 - a Secretaria de Obras do Estado apresenta ao presidente do Estado o projeto de **cais** para o **porto**, prevendo uma extensão de 3.200 metros de porto e quatorze armazéns. É restabelecida a Alfândega de Porto Alegre.

1901 – aumento do número de **combustores** na Praça (eram quatro).

1903 – o relatório da SMOV faz referência à **remoção do chafariz** da Praça Senador Florêncio e sua transferência para o Campo da Redenção, além da autorização pelo Congresso Nacional para a demolição do prédio (caracterizado como um “velho barracão em ruínas”) onde “*funcionou a Alfândega*” . Segundo o mesmo relatório, havia começado os trabalhos de **nivelamento** do local, transporte de terra vegetal e areia grossa para os passeios, com a execução de reforma do antigo jardim. São também retiradas as grades que cercam a Praça (segundo texto de Ferraz no processo do Monumenta).

1905 - é construída uma gruta para guardar ferramentas do pessoal empregado na Praça .

1909 - é apresentado pela Secretaria de Obras do Estado, o anteprojeto do **cais** em frente à Praça Senador Florêncio, destinado a fazer o contato entre o porto e a cidade, promovendo o embelezamento da capital e construindo-se edifícios para repartições federais sobre o **terreno** conquistado ao rio. A capital não dispunha ainda de um local apropriado para o desembarque de passageiros, que o faziam, de forma inconveniente e até perigosa, pelo interior de trapiches.

1910 - alterado o **projeto do cais** apresentado em 1899 com o objetivo de reduzir custos:

“Porto da Capital – (...) A extensão total do cais, previsto, é de 3.200 metros, com 14 armazéns gerais. Todavia o orçamento atual comporta a construção apenas de 800 metros de cais e 5 armazéns de 200 metros quadrados de superfície cada um, e a instalação de 5 guindastes elétricos de ½ tonelada, um de cinco toneladas e um de 30 . A rua do cais terá 60 metros de largura, e a parte reservada para o porto ocupa uma faixa de 25 metros, separada do resto da rua por um gradil de ferro.

A parte do cais considerada, partindo da Praça Senador Florêncio, terá 400 metros em cada sentido, com 5 metros de profundidade para atracação à justante, e 3 metros à montante, de acordo com as condições que oferece o ancoradouro.

No trecho fronteiro à Praça serão dispostas as escadarias para movimento de passageiros. Sobre o terreno a formar foram reservados os espaços necessários para os edifícios de Correios e Telégrafos e da Alfândega, que o governo da União vai construir já, e os da Delegacia Fiscal e da Mesa de Rendas do Estado (...).”

(Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. 1910. P.12)

No mesmo ano é demolido (segundo Günter Weimer) o antigo prédio da Delegacia Fiscal (ele aparece em fotos posteriores? A confirmar). Início das obras do prédio dos Correios e Telégrafos, de propriedade nacional.

1911 - é firmado contrato com Rodolfo Ahrons para a construção de 140 metros de **cais** para profundidade de 4 metros, **em frente à praça**. A obra inicia em 28 de outubro do mesmo ano. Início da construção de novo edifício para a Alfândega pelo governo federal em terreno com área de 3.642 m² na esquina da Rua Siqueira Campos e Av. Sepúlveda.

1912 – **demolição** do prédio da Alfândega (São também apontadas outras datas por alguns autores. O certo é que esta data é mencionada no relatório da SMOV do ano de 1924) .

1913 – finalizada a obra do cais em frente à Praça Senador Florêncio:

“ Cais da Capital

Está concluído o trecho de 140 metros de cais, defronte à Praça Senador Florêncio, contratado com o engenheiro Rodolfo Ahrons. A fim de utilizar-se essa obra e poder franqueá-la ao público, torna-se necessário aterrar a parte entre a Rua das Flores (atual Siqueira Campos) , construindo-se na parte aterrada e no alinhamento da projetada rua do Porto dois armazéns provisórios para receber carga.

Conforme vossa resolução, foi já atacado esse serviço.

*Na parte aterrada entre a Rua das Flores e a do Porto será construído o edifício para a **Secretaria da Fazenda**. “*

(Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado . Ano de 1913. p. 23)

Esta parte do cais seria destinada exclusivamente ao embarque e desembarque de passageiros, por isso não haveria armazéns junto a ela. No entanto, a documentação aponta a construção de armazéns provisórios cuja localização parece ter sido na atual Av. Mauá, próximo à Sepúlveda. Os aterros contíguos à Praça Senador Florêncio não estavam incluídos no contrato com Ahrons e continuaram até o ano seguinte. Finalizadas as obras do prédio dos **Correios e Telégrafos**. Início da construção do novo prédio para a Delegacia Fiscal.

1914 – concluídas as obras de aterro em 31/08. As obras do porto e adjacências continuam, entre as quais, a terraplanagem em frente e na rua lateral ao edifício dos Correio e Telégrafos, utilizando-se cascalho, cinza e terra; a macadamização de ruas e calçamento do espaço entre os dois armazéns centrais (provavelmente sejam os armazéns provisórios já referidos) e do trecho lateral ao edifício dos Correios e Telégrafos; reparos no calçamento da Praça Senador Florêncio. Nessa fase é executado o ajardinamento da área fronteira ao edifício dos Correios e Telégrafos onde inicia-se a construção do monumento ao Barão do Rio Branco; são retirados os barracões que serviam para a construção do edifício da **Delegacia Fiscal**, ficando mais uma área livre para embelezamento e ajardinamento.

1916 – inauguração do **monumento a Barão do Rio Branco** de autoria do Alfred Adlof, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos (Praça Barão do Rio Branco). Inauguração provisória do prédio da Delegacia Fiscal.

1917 - é iniciada a construção do cais, no lado leste da Praça Senador Florêncio, em direção ao Mercado Público Central, sendo elaborado projeto de uma avenida portuária – **Av. do Porto** (atual Av. Mauá). São remodelados os passeios que circundam o jardim da Praça Senador Florêncio; reformam-se os jardins com a eliminação de árvores velhas; são colocados bancos e plantados 82* plátanos.

* Esse número merece ser conferido ou relevado pois é bastante elevado. A informação foi retirada do Relatório da Intendência Municipal do ano de 1917 . p. 72.

1918 - é aberta concorrência para construção de cais no lado oeste da Praça Senador Florêncio até a Rua Vasco Alves; são construídos passeios na Praça Senador Florêncio e defronte ao jardim dos Correios e Telégrafos com pedrinhas brancas e pretas, formando um mosaico; é finalizado o jardim em frente à Delegacia Fiscal. Inauguração do **busto do Barão de Santo Ângelo** de autoria do escultor Eduardo Sá.

1919 - é elaborada planta redesenhando o projeto integral do porto; é realizado o plantio de 24 mudas de acácias importadas do Rio da Prata, nos “canteiros espaçados” no centro da rua que se dirigia ao cais (futura Av. Sepúlveda).

1920 - é referida a obra do edifício em terreno do Estado atrás do edifício dos Correios e Telégrafos, para sediar a Administração do Porto, a Mesa de Rendas, a Junta Comercial e a Repartição de Higiene (atual Secretaria da Fazenda e Fórum Cível). O prédio descrito como sendo de estilo neoclássico foi projetado pelo engenheiro das obras Theopilo Borges de Barros, sendo executado pelo engenheiro Adolfo Stern. São construídos abrigos, instalados candelabros, realizada arborização e calçamento com pedras coloridas na avenida de acesso ao novo cais (atual Av. Sepúlveda). São feitas transformações radicais no **jardim** da Praça depois que dali foi retirado o velho edifício em que funcionava a Alfândega e atrapalhava o embelezamento da praça; é derrubada uma linha de paineiras devido ao seu tamanho que impedia o crescimento de outras vegetações.

1922 - estavam concluídos 924 metros de cais, sendo parte com calado de 6 metros e parte com calado de 4 metros. Conclusão definitiva do prédio da **Delegacia Fiscal**. Renovação do areião da Praça para a consolidação das aléias e melhor nivelamento das mesmas.

1923 - foi criada a “Comissão de Obras do Porto da Capital”. As obras continuam em andamento com a construção de muros, armazéns, aterros, etc. Retirada dos **trilhos** do trecho da Rua dos Andradas entre a Rua Vigário José Inácio e a Praça Senador Florêncio, sendo transferidos para a Rua Sete de Setembro, a fim de entroncarem com a linha da Rua dos Andradas que segue para a Praça Dom Feliciano.

1924 – abertura de concorrência pública para construção de **mictórios** na praça.

1925 – Decreto Municipal nº 21, de 30/09 nomeia de **Av. Sepúlveda** à rua que dá acesso ao cais. O relatório da SMOV do biênio 1924-25 faz referência à necessidade de remodelação da Praça Senador Florêncio no sentido de dar-lhe um estilo mais moderno *“de modo que se reúna com arte os elementos naturais e artificiais. Devido sua posição serviria como julgamento do nosso gosto artístico aos visitantes, nacionais e estrangeiros. Atualmente, o excesso de árvores de grande porte, não só impede a cultura das flores como prejudica a vista dos edifícios que a circundam. Também seus 195 bancos prejudicam o plano de remodelação, pois eles devem existir como elemento de ornamentação e de descanso, mas não como causa prejudicial da harmonia do conjunto”*.

(Relatório da 5ª Diretoria de Obras 1925-1925. P. 23. AHMMV)

1927 – o intendente Otávio Rocha anuncia em seu relatório anual, a elaboração de projeto para implantação do **novo sistema de iluminação** americano Novalux, na Praça Senador Florêncio (também para as praças Marechal Deodoro e Independência). O sistema Novalux substituiria os diversos artefatos já existentes, nos quais predominava o estilo europeu. Início da construção do novo prédio do Banco Nacional do Comércio (atual Santander) na esquina da Rua Sete de Setembro com a praça. Foram demolidos os dois sobrados que existiam no terreno.

1928 - é extinta a já referida Comissão de Obras do Porto da Capital e criada a Diretoria da Viação Fluvial.

1932 – transferência do **busto de Caldas Júnior**, autoria de Luís Sanguin, da Praça XV para a Praça Senador Florêncio. O relatório da Diretoria de Obras e Viação do biênio 1931-1932 aponta a construção de um abrigo na Praça Senador Florêncio junto aos trilhos da Cia. Carris Porto-Alegrense.

1933 – inauguração da **estátua eqüestre do General Osório** de autoria de Leão Veloso, no centro da Praça, cercada por bancos, espelhos d' água e chafarizes. Conclusão do **novo edifício da Alfândega**, após várias mudanças no projeto original, com área construída de 1613 m² , na esquina da Rua Siqueira Campos com Av. Sepúlveda.

1934 – remodelação dos canteiros e construção de 1.067 m² de **calçamento** com pedrinhas tipo português; marcação dos canteiros com cordão de grês, que teria a vantagem não só de conservar melhor os desenhos, mas também de evitar que os pedestres pisassem nos canteiros gramados; modificações na iluminação com a instalação de três combustores adicionais e mudança de quatro para outros locais. Foram reformadas as fachadas, construída cobertura de cimento armado e feitas modificação nas instalações de águas e esgotos dos **mictórios** da praça.

1935 – transferência da escultura “**A Samaritana**” de Alfred Adloff da Praça Montevideu para a Praça Senador Florêncio.

1936 – inauguração da **herma de Antonio Carlos Lopes** do escultor André Arjona. Plantio de 86 árvores, totalizando 437 (?)

1937 – 1938 – o relatório de Diretoria de Obras deste biênio refere-se a 14 **postos de serviços para automóveis** existentes em logradouros públicos, entre os quais, na Praça Senador Florêncio, administrados por concessionários e fiscalizados pela referida diretoria.

1949 – o prefeito Ildo Meneghetti, em seu relatório apresentado à Câmara Municipal, faz referências à necessidade de criação de uma **guarda especial** para a Praça Senador Florêncio, que segundo ele estava “*sempre muito danificada pelo público, principalmente à noite, quando é bastante freqüentada por crianças que brincam em seu gramado.*” Ele informa sobre o replantio de 5 mudas de *buxus semgervirgers*, 100 hortênsias, 13 ciprestes e 12 caixas de flores. No relatório seguinte, do ano de 1950, o prefeito comunica o plantio de 18 caixas de mudas de flores diversas, 20 de azaléias, 20 bulbos de dália, 100 de cana da Índia, 80 de hortênsias, 1454 de *buxus semgervirges*, 300 de *cydonia japônica*, 250 *alocásia*, 4 de *hibíscus sinensis*, 250 *citrus frifoliata*, 20 *eufhorbia splendens* e 4 roseiras enxertadas. É também referida a criação um **recanto infantil**, limitado por cerca viva de *ligustro*, sendo colocados os seguintes aparelhos para crianças de até oito anos: 2 deslizadores, 1 gangorra e 1 caixa com areia.

1951 – o relatório do prefeito Eliseu Paglioli faz referências à formação de uma guarda para praças e jardins, citando a Praça Senador Florêncio como um dos locais mais freqüentados pelo público, principalmente à tarde e à noite, o que dificultava sua conservação. Os **gramados** foram refeitos com leivas em áreas de aproximadamente 1750 m². Os problemas de irrigação foram solucionados com a substituição de alguns canos que estavam esclerosados. Nas praças em frente à Delegacia Fiscal e aos Correios e Telégrafos, onde havia várias praças de automóveis, também foram replantados os gramados e flores anuais.

1955 – instalação do monumento com a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Realização da **1ª Feira do Livro** na Praça Senador Florêncio.

1956 – inauguração do **busto de Francisco Leonardo Truda**, de autoria de José Lunardi.

1962 – inauguração do **busto de Arnaldo Ballvé**, obra do escultor Paulo Ruschel.

1968 – construção de um abrigo para a caixa coletora de lixo.

Década de 1970 - retirada dos bondes e veículos das ruas que circundam a Praça.

1974 – implantação da escultura de torso masculino na Praça Senador Florêncio de autoria de **Vasco Prado**.

1976 – implosão do antigo prédio da **Caixa Econômica Federal** em 30/10. Implantação de marco Comemorativo da Praça da Alfândega - s/ autor. Projeto de ampliação da Praça com a incorporação do terreno da CEF e criação de um Parque Central. Mobilização popular e do Conselho Estadual de Cultura. Tentativas de permuta do terreno do canto oeste da Praça, entre a Prefeitura Municipal e a CEF. No relatório do prefeito Guilherme Socias Vilela, há referência sobre novo sistema de iluminação na Praça Senador Florêncio (também no Parque Farroupilha).

1978 – instalação do **Museu de Artes do Rio Grande do Sul** no prédio que sediava a Delegacia Fiscal.

1979 – **unificação** da Praça Senador Florêncio e Barão do Rio Branco, além da integração de partes das ruas Sete de Setembro, Sepúlveda e Cassiano Nascimento; ampliação da área verde; manutenção dos 11 monumentos já existentes; pavimentação com pedra portuguesa; perda do canto oeste para a construção do novo prédio da Caixa Econômica Federal . Lei Municipal nº 4563, de 29 de maio , denomina de “**Praça da Alfândega**”, o quarteirão formado pelas ruas dos Andradas, Cassiano Nascimento, Siqueira Campos e Capitão Montanha.

Década de 1980

1980 – tombamento em nível federal (IPHAN) do prédio dos Correios e Telégrafos. Instalação da **escultura “ Equilíbrio da Forma”** de Cláudia Stern na Praça da Alfândega.

1981 – obras de recuperação no prédio do MARGS.

1983 – tombamento, em nível estadual (IPHAE) do Museu de Artes do Rio Grande do Sul (ex- Delegacia Fiscal) através da portaria 04/83 de 20/06/1983/ Registro nº 22 no Livro Tombo Histórico, em 30/06/1983.

1987 – Instalação da **escultura “Fuga”** de Miriam Obino (no mês de maio). **Tombamento** da Praça da Alfândega e Entorno (conjunto composto pela Praça Senador Florêncio, Largo dos Medeiros, prédio da antiga Alfândega, prédio da antiga Secretaria de Obras Públicas do Estado e prédio da Secretaria da Fazenda), em nível estadual (IPHAE), através da Portaria 06/87, de 10/03/1987. Registro nº 58 no Tombo Histórico em 21/12/1992. Tombamento, em nível estadual (IPHAE) do prédio da Agência Matriz do Banco Meridional, através da portaria 07/87, de 10/03/1987. Registro nº 57 no Livro Tombo Histórico em 21/12/1992.

1997/1998 – obras de **restauração** do prédio do MARGS

1998 – início das obras de **restauração** do prédio dos Correios e Telégrafos.

2000 – instalação do **Memorial do Rio Grande do Sul** no antigo prédio dos Correios e Telégrafos. Tombamento, em nível federal (IPHAN) do Sítio Histórico da Praça da Alfândega e inclusão do mesmo no **Programa Monumenta**.

2001 - restauração do prédio da antiga Agência Matriz do Banco Meridional, localizada no entorno da Praça, para a instalação do **Santander Cultural** (o Banco Santander é o novo proprietário do prédio) . Instalação do **Arquivo Histórico** do Rio Grande do Sul e do Memorial do Fórum Social Mundial no antigo prédio dos Correios e Telégrafos.

1.1. LOCAIS, FONTES E BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Obras Públicas/ Documentação Avulsa até o ano de 1891
- Relatórios da Secretaria de Obras Públicas do Estado / Anos de 1891; 1894; 1895; 1896; 1898; 1899; 1900; 1902; 1903-1904; 1905-1907; 1908; 1909.
- Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Anos de 1846, 1855, 1857, 1858, 1859 e 1864.
- DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro. Introdução e Notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: IEL, 1961.

- ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastro. Produção e Uso dos Espaço Centrais à Beira Rio em Porto Alegre (1809 – 1860). Dissertação de Mestrado. PUC/RS. Porto Alegre. 1993.

Arquivo Histórico Municipal Moisés Vellinho

- Atas da Câmara de Vereadores período 1855 – 1863
- Relatórios Gerais da Secretaria Municipal de Obras e Viação / Anos de 1896; 1897; 1914-1915; 1916-1917; 1917 – 1918; 1918-1919; 1919-1920; 1922-1923; 1924-1925; 1926-1927; 1941; 1957; 1958; 1962; 1972.
- Relatórios e Projetos de Orçamento do Gabinete do Intendente/ Prefeito Municipal/ Anos de 1900-1909; 1911; 1913-1916; 1917-1920; 1921; 1922; 1923; 1924; 1925-1926.
- Relatórios do Gabinete do Intendente/ Prefeito Municipal apresentados à Câmara de Vereadores/ Anos de 1927; 1928; 1929; 1937; 1949; 1950; 1951; 1954; 1956; 1968; 1969-1973; 1974; 1975-1979.
- Relatórios do Gabinete do Prefeito apresentados ao interventor federal Flores da Cunha/ Anos de 1930-1935 e 1938.
- Coletânea de Reportagens Jornais/ Década de 1970
- Levantamento da Praça Senador Florêncio de 1929
- Planta da Cidade de Porto Alegre de 1839
- Planta de Porto Alegre de 1872
- Planta do Litoral Norte da Cidade de Porto Alegre levantado em 1877
- Planta da Cidade de Porto Alegre por Henrique Breton de 1881
- Planta de Porto Alegre de 1888
- Planta da Cidade de Porto Alegre por Alexandre Ahrons de 1896
- Planta da Cidade de Porto Alegre de 1916
- Planta para Estudos de Colocação de Painéis na Praça Senador Florêncio, durante campanha eleitoral. s/ data.
- Projeto de Aumento e Construção do Serviço Sanitário para Senhoras na Praça Senador Florêncio. 1950 (2 plantas)
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e Seu Comércio. Assoc. Comercial de Porto Alegre, 1983.

Arquivo Público do Estado

- Inventário de Domingos Gomes de Amorim do 1º Cartório Cível de Porto Alegre, de dezembro de 1833.

Biblioteca do DEPREC

- SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. Assessoria de Estudos e Pesquisas. Cronologia das Obras do Porto de Porto Alegre 1897-1930. Porto Alegre, 1993, xerografado.
- ALVES, Augusto. O Porto de Porto Alegre na Evolução Urbana e no Imaginário da Cidade. Relatório de Pesquisa. (Relatório de Pesquisa) Faculdade de Arquitetura UFRGS. GEDURB. Depto. de Urbanismo.

Biblioteca da Secretaria de Obras Públicas do Estado

- Relatórios da Secretaria de Obras Públicas do Estado/ Anos de 1909 a 1920.

Centro Cultural Santander / Museu Meridional

- Iconografia de Porto Alegre

Equipe do Patrimônio Artístico Histórico e Cultural de Porto Alegre- EPAHC

- Representações Esquemáticas dos Mapas da Região da Praça da Alfândega e Mercado Público Central. Anos de 1752-1810; 1839; 1862; 1881; 1888; 1896; 1916; 1937; 1941; 1956; 1973; 1982 e 1987.
- ALVES, Hélio Ricardo. Rua da Praia foi assim... Porto Alegre: FUMPROARTE/PMPA, 1997.
- TELLES, Leandro Silva. Breviário Histórico Sentimental da Vila de Nossa Senhora de Madre de Deus de Porto Alegre. POA: Ed. Renascença , 1980.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE

- Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul. 1835 – 1869. Coord. Eni Barbosa. Porto Alegre, IEL/AHRGS, 1982.
- Processo de Tombamento da Praça da Alfândega e Entorno.
- ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. Tradução e Notas de Dante de Laytano. 2ª ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983.
- MIRANDA, Márcia Eckert. Continente de São Pedro. Administração Pública no Período Colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/ Ministério Público do Estado do RS/ CORAG, 2000.

- MACEDO, Fransciso Riopardense de. Porto Alegre: Origem e Crescimento. 2ª ed. Porto Alegre: UE, 1999.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. 2ª ed. ampl. Porto Alegre: Ed da Universidade/ UFRGS, 1992.

Memorial do Mercado Público de Porto Alegre

- Relatório de Pesquisa/ Corredor Cultural de Porto Alegre

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

- Iconografia de Porto Alegre

- **Anexo 2 - Páginas do Processo 1468-T-00/ IPHAN 2000: Parecer do Tombamento (Vol III, p. 323 a 333)**

Parecer sobre proposta de tombamento na área central de Porto Alegre
Processo nº 1468-T-00-IPHAN



1. Antecedentes

O processo está bem fundamentado, tendo sido informado por uma série de documentos, encaminhados ao relator pelo ofício nº368, enviado pela 12ª SR/IPHAN, de 29/08/2000. O dossiê inclui os seguintes documentos:

- 1- Instrução de Tombamento
- 2- Parecer da 12ª Superintendência Regional do IPHAN
- 3- Minuta de portaria e disciplinamento do entorno
- 4- Relatório das vistorias técnicas nos bens tombados em nível federal e estadual, na área do sítio histórico.

Foram ainda anexados uma publicação do Museu de Porto Alegre (Porto Alegre – Uma história em três tempos) e um livro, para informar sobre as obras escultóricas contidas na área de tombamento (Porto Alegre – 1900 – 1920 – Estatuária e Ideologia, de Arnaldo Walter Doberstein).

Foi enviado também, a 27 de outubro, um estudo de alternativa do perímetro de tombamento e de proteção, elaborado pela Drª Louise Ritzel, chefe do Departamento de Proteção.

É necessário registrar um elogio ao trabalho realizado pelas equipes de profissionais de Porto Alegre, responsáveis pelos órgãos de proteção, em nível federal, estadual e municipal, com diversos autores, sob o título "Instrução para o tombamento dos conjuntos urbanos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega – Porto Alegre". O mesmo se pode dizer do "Parecer sobre a solicitação de tombamento", da arquiteta Ana Lúcia G. Meira, da 12ª SR/IPHAN, como dos autores dos demais documentos que informam o processo.

2. Os Objetos da Proposta de Tombamento

2.1. Caracterização Física

A proposta tem em vista o tombamento de dois conjuntos urbanos interligados, na área central de Porto Alegre, compreendendo:

a) Praça Matriz: a própria praça, o edifício do teatro São Pedro, o Palácio Piratini, o Monumento a Júlio de Castilhos, no centro da Praça, e o prédio da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Praça da Alfândega: a própria praça, o portão central do cais de Porto Alegre, o prédio dos Correios e Telégrafos, a Avenida Sepúlveda e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

A Minuta de Portaria inclui também proposta de tombamento de armazéns do cais do porto e da casa do visconde de Pelotas (Solar dos Camará). Do parecer da vistoria técnica, assinada pela arquiteta Elizabeth Schoenardie se depreende que os armazéns laterais são os que se situam junto ao pórtico central do antigo Cais do Porto, ao qual "complementam e dão sentido, bem como escala".

Essa relação inclui um conjunto de bens culturais, que na sua grande maioria pertencem ao poder público e, apenas no caso do Solar, há uma propriedade privada.

Os perímetros de tombamento, como proposto, incluem uma articulação entre os dois conjuntos, passando pela rua General Câmara.

2.2. Caracterização Histórica

Ambas as praças se constituem como centros de conjuntos urbanísticos, que correspondem às áreas de origem da cidade de Porto Alegre. A Praça da Alfândega e a Rua da Praia (Rua dos Andradas) são referências espaciais da instalação de alguns dos primeiros povoadores. Ao que consta, ali teria sido erigida uma pequena capela, dedicada a São Francisco de Chagas (na Rua da Praia e de frente para o terreno que depois foi a atual Praça da Alfândega) desde 1747, por iniciativa de colonos fugidos dos ataques espanhóis à Colônia do Sacramento, como lembra o parecer da arquiteta Ana Lúcia G. Meira. A colonização foi reforçada com a chegada de famílias açorianas em 1752. Em 1773 o governador transferiu a capital de Rio Grande para o "Porto de São Francisco dos Casais" (depois Porto Alegre). Nessa ocasião, a área denominada "Alto da Praia" correspondente à atual Praça da Matriz, foi escolhida para construção dos primeiros edifícios da administração civil e religiosa, a saber: a Igreja Matriz, a "Casa da Junta" (Casa da Câmara) e o Palácio do Governador. No lado oeste desse espaço aberto, por volta de 1794 teria sido construído um barracão, no qual foi instalada a "Casa da Comédia", que alguns anos depois passaria a chamar-se "Casa da Ópera", como lembra a arquiteta Nara Helena Naumann Machado, em um dos textos que constituem a "Instrução para o Tombamento". Na parte mais alta, junto à atual Rua Duque de Caxias, ficavam o



antigo Palácio dos Governadores (conhecido depois como Palácio de Barro) e a primitiva Matriz, que aparece, em sua simplicidade, em desenhos antigos e fotografias de época.

Na parte mais baixa da praça, do lado norte, em terrenos com vista para o Guaíba, iniciou-se em 1833 a construção de um teatro. As obras foram interrompidas durante a revolução Farroupilha (1835-1845) e retomadas em 1849, com projeto e construção sob responsabilidade do arquiteto alemão Georg Karl Philipp Theodor von Normann (1818-1862). O Teatro, denominado São Pedro, teve suas obras concluídas em 1858. Ao seu lado, formando um conjunto, foi construído o prédio destinado à Câmara Municipal, inaugurado em 1874. Os edifícios eram quase idênticos, em evidente simetria. Entre eles, o eixo da atual Rua General Câmara assegurava uma vista sobre a Rua da Praia e, ao seu lado, sobre a Praça da Alfândega, junto ao Porto.

A Praça da Matriz foi ajardinada entre 1878 e 1881.

Com a República, a praça passou por uma reforma, com a construção do Palácio Piratini e do Monumento em homenagem a Júlio de Castilhos, no centro da praça, cujo paisagismo foi totalmente remodelado. Do lado leste da praça, na esquina da Rua Jerônimo Coelho, foi construída a Biblioteca Pública do Estado. O projeto foi elaborado em 1912 pelo engenheiro Affonso Hebert e o edifício ampliado entre 1919 e 1922, com projeto do mesmo engenheiro. A velha Matriz, cujas obras haviam sido inauguradas em 1794, concluída com sua forma definitiva em 1846, foi demolida em 1929. As obras foram realizadas em períodos diferentes mas, tendo a praça como centro, seus projetos foram elaborados tendo em vista, sempre, que estariam fazendo parte de um conjunto: as obras iniciais, na parte mais alta, com a antiga Matriz e o Palácio do Governador, com seus anexos posteriores, o conjunto do teatro e a Casa da Junta (Casa de Câmara), como a biblioteca e os projetos de paisagismo da própria praça, o que se pode comprovar pelo exame de fotografias e desenhos antigos. O edifício da Casa da Junta foi destruído por um incêndio, por volta de 1950, mas o Teatro São Pedro se conserva, com suas formas neoclássicas, depois de uma restauração.

Trata-se de um conjunto de evidente interesse histórico, não apenas em âmbito regional, como em âmbito nacional. Os edifícios remanescentes, a praça como sítio urbano, bem como os desenhos e fotografias que nos revelam suas feições anteriores, fazem desse conjunto um documento fundamental para a compreensão da história da vida urbana e da arquitetura urbana no Brasil.

O valor desse conjunto é ressaltado quando compreendemos sua relação com o conjunto da Praça da Alfândega.

A velha Matriz, cujas obras haviam sido inauguradas em 1794, foi concluída com sua forma definitiva em 1846, e foi demolida em 1929.



O Conjunto da Praça da Alfândega

Em 1803 foi criada a Alfândega de Porto Alegre, instalada no ano seguinte no espaço aberto, que era então conhecido como Praça da Quitanda. A primeira alfândega ficava provavelmente instalada no alinhamento da Rua 7 de Setembro. Foi depois substituída por outro edifício, construído no centro da praça, como nos informa Gunter Weimer, em um texto incluído na "Instrução para o Tombamento", ilustrado com um desenho que mostra a forma do edifício, em 1865. Ao seu lado, foi construído um prédio para a Delegacia Fiscal que Weimer supõe ter sido concluído no fim do Império, edificação demolida em 1910. Os terrenos à frente da alfândega foram preservados, formando o principal logradouro público, no centro da cidade junto ao rio.

Em 1910 foi elaborado um projeto de autoria do arquiteto Wilhelm Ahrons, para a realização de um aterro, que ampliaria as áreas de construção da cidade junto ao rio, com a construção de um cais de granito para a instalação do porto. A área entre a antiga Praça da Alfândega e o novo cais foi utilizada para a construção de vários edifícios públicos, sendo os dois primeiros destinados ao Correio e a uma nova sede para a Delegacia Fiscal (ambas repartições federais) e outros dois edifícios para abrigar repartições estaduais, mais ao norte, em direção ao rio. Os edifícios da Delegacia Fiscal e do Correio foram projetados pelo arquiteto Theodor Wiederspahn, que trabalhava nessa época no escritório de Ahrons. Os dois edifícios foram construídos com características arquitetônicas semelhantes, sem serem rigorosamente simétricos, apresentando ambos torres nas esquinas, junto à nova avenida que os separava, denominada Sepúlveda, que passou a constituir um eixo entre a rua da praça e o cais. Nesse ponto foi situado o grande pavilhão metálico, com os portões de entrada para o cais de atracação de navios destinados a passageiros. Formou-se assim um eixo monumental, bem como um conjunto arquitetônico, que conferiu uma nova dimensão urbanística à Praça da Alfândega.

O projeto inicial da avenida Sepúlveda pretendia estabelecer uma ligação com o chamado Alto da Praia, isto é, a Praça da Matriz, o que era o outro grande conjunto urbanístico da cidade. A obra não foi completamente realizada mas, ainda assim, a relação espacial é evidente.

3. Caracterização do Valor

Valor Histórico



A parte de imagem com identificação de relação r5018 não foi encontrada no arquivo.

encontra, tem pelo menos uma importância histórica que recomendaria sua preservação ou, pelo menos, o estabelecimento de limites rigorosos para quaisquer alterações futuras.

Uma linha de raciocínio quase idêntica deve ser estabelecida no que se refere à Praça da Alfândega. Os dois edifícios de Wiederspahn, que estabelecem uma referência direta com as duas obras de Normann, felizmente se conservam ambos. Foi também preservado o pavilhão de passageiros, com seu portão. Também aqui, é necessário reconhecer que o valor cultural da arquitetura, respeitado o seu contexto, é indiscutível. Mas também nesse caso, os edifícios foram projetados como partes de um conjunto urbanístico, cujo valor supera o de suas partes. O quadro se completou com a construção de outros edifícios importantes, na face oposta da praça, junto à rua da Praia (rua dos Andradas), numa fase em que esse setor da cidade se tornou o centro social indiscutível, para as classes de mais alta renda, com cinemas, confeitarias, etc. A preservação de alguns dos edifícios públicos, como partes do cenário desse conjunto urbanístico deve conduzir, em breve, a uma discussão equivalente, a propósito do valor de outros edifícios da área, que já vêm sendo objeto de medidas de proteção dos órgãos do estado e do município. Não se trata, no caso, de discussão sobre o valor arquitetônico em âmbito estadual e municipal, ou em âmbito nacional. Mas de discussão sobre sua participação, ou não, em um conjunto urbanístico, de interesse nacional.

4. O Parecer

4.1. Comentários sobre os critérios teóricos

Os critérios de caráter doutrinário, que orientaram no passado os processos de proteção dos bens culturais, dificilmente eram utilizados para o reconhecimento do valor cultural de conjuntos urbanísticos. Os critérios de tombamento se extremavam, quase sempre, na proteção e tombamento de edifícios isolados ou de cidades ou mesmo de bairros inteiros, em algumas delas. As análises estavam de início extremamente vinculadas às discussões sobre o valor artístico, como base para as discussões sobre o valor cultural, o que promovia um estreito engajamento dos responsáveis, segundo as correntes críticas, às quais se vinculavam. Os vazios deixados por este tipo de análise começaram a ser preenchidos a partir dos anos 70, com as análises do valor dos edifícios, como partes de um patrimônio ambiental urbano. Essas análises conseguiram um nível de neutralidade, que permitiu a superação dos radicalismos anteriores, baseados na discussão do valor artístico dos edifícios. Foram importantes, na difusão desses critérios, as contribuições de alguns arquitetos, como o professor Carlos Lemos. Esses procedimentos entraram em uso



no momento em que as questões relativas à preservação dos bairros mais antigos tiveram que ser incorporadas pelas práticas de planejamento urbano.

As mudanças na linguagem revelavam as mudanças nos critérios. De início, os tombamentos se referiam às "cidades históricas", revelando os limites dos critérios adotados: limite de um lado, porque todas as cidades são históricas, todas são produtos humanos, organizadas no tempo. Não existem cidades fora da História. De outro, porque essa expressão estaria enfatizando o que se poderia entender como "cidades de valor histórico", o que significava o reconhecimento de seu valor, não no plano cultural, mas no plano histórico. A excepcionalidade jamais era analisada em termos urbanísticos, pois não se reconhecia o urbanismo como critério de valor cultural. Ou, utilizando esse critério com suas características extremadas, teríamos cidades pouco históricas ou muito históricas, o que seria um absurdo.

Com o uso do critério de patrimônio ambiental urbano, foi possível abrir caminho para o reconhecimento do valor de áreas edificadas, como partes de um patrimônio urbano. Mas, no caso, a dificuldade maior era (e continua a ser), estabelecer uma escala de valor, pois tende-se a extremar a subjetivação desses critérios, que, em alguns casos, poderiam estar sendo estabelecidos a partir da votação "democrática" dos habitantes do local. Nesse caso, se os habitantes de Ouro Preto ou Olinda deixassem de considerar esses conjuntos urbanísticos como dotados de valor ambiental, os demais brasileiros estariam privados do contato com essa parcela do patrimônio cultural do país. Ou, teremos que reconhecer, o valor ambiental tem que ser estabelecido a partir de critérios mais objetivos.

O que estamos querendo destacar aqui é a possibilidade de realizarmos análises baseadas no valor estético, partindo de projetos urbanísticos.

Em outros trabalhos, já temos discutido o conceito de conjuntos urbanísticos, geralmente denominados conjunto urbanos. Nos últimos 40 anos, desenvolveu-se sistematicamente uma discussão sobre a existência ou não de projetos urbanísticos no Brasil colonial. Nesse caso, as discussões tendiam a considerar que esses projetos urbanísticos estariam sendo limitados ao traçado do sistema viário, das quadras, ruas e praças, com um conceito de urbanismo que poderíamos chamar de bidimensional. Hoje, superado esse debate, é fundamental desenvolvermos estudos para o reconhecimento da história dos projetos intra-urbanos no Brasil, em suas três dimensões físicas e em suas dimensões simbólicas, não apenas no Período Colonial, como no Império, na primeira República e após 1930. O não reconhecimento da importância desses conjuntos não se deve apenas a uma desinformação mas também à falta de uma perspectiva histórica adequada, sobre a continuidade do desenvolvimento urbano, no Brasil. A partir dos anos 30, com a aceleração do processo de urbanização, a objetividade de análise foi substituída pela miragem de um crescimento urbano contínuo, de abertura sempre crescente de novos bairros, da



chegada contínua de novos habitantes. Segundo esse ponto de vista, os bairros mais antigos estariam sendo abandonados, como as terras foram sendo abandonadas pela agricultura itinerante, principalmente nas regiões de cultura do café, na região sudeste.

O reconhecimento do valor é o reconhecimento de uma responsabilidade, como é o reconhecimento de um direito. O reconhecimento do valor histórico e cultural dos projetos urbanísticos implica também necessariamente na compreensão da existência de sucessivos projetos para as mesmas áreas, socialmente relevantes, no reconhecimento da capacidade de integração entre os projetos dessas diferentes épocas, de tal modo que as diferenças arquitetônicas puderam ser superadas, pela reelaboração das relações entre os espaços públicos e os espaços privados. E o controle dessas relações é necessariamente um projeto. E esses projetos podem ser avaliados. Isto é, podemos estabelecer escalas de valor, para a identificação de suas qualidades culturais, como de suas qualidades técnicas.

As análises de valor devem nos permitir o reconhecimento da diversidade dos projetos urbanísticos, dos espaços intraurbanos, dos conjuntos urbanos. Um critério importante há de ser o de separar o valor arquitetônico dos edifícios que se integram em um conjunto, do valor do projeto urbanístico. De um lado podemos ter conjuntos de edifícios extremamente simples, como os sobrados que existiram no século XVIII na Bahia, formando muitas quadras com soluções semelhantes, nas quais cada um dos edifícios tinha pouca relevância arquitetônica mas os conjuntos adquiriam caráter monumental. De outro lado, são freqüentes os exemplos como da Praça XV, antigo pátio do Carmo, no Rio de Janeiro, como os das Praças da Matriz e da Alfândega em Porto Alegre, cujas referências principais eram constituídas por edifícios de caráter monumental, cujos arquitetos pretendiam que tivessem, em si mesmos, qualidades arquitetônicas, independentes do projeto urbanístico em que estavam inseridos.

4.2. O parecer: aplicação dos critérios aos casos em questão

As áreas das praças da Matriz e da Alfândega em Porto Alegre devem ser reconhecidas, sem dúvida, como conjuntos urbanísticos, cujo valor supera os limites do valor arquitetônico de suas partes. À semelhança do caso do conjunto da área da Luz em São Paulo, cujo processo foi recentemente aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, devemos propor o tombamento com base no valor cultural desses conjuntos, bem como no seu valor histórico, pelo reconhecimento da sua excepcionalidade.

Esse dois conjuntos urbanísticos e suas respectivas praças, por um lado são característicos das tradicionais "cidade alta e cidade baixa", de tantos núcleos



urbanos brasileiros, dos tempos coloniais. Por outro lado, são certamente um caso excepcional. Nas vilas e cidades mais antigas, principalmente nas fundadas até 1650, o caso mais comum era a instalação da Matriz e da Casa de Câmara junto a uma praça, em local elevado, dando origem à "cidade alta", a partir da qual se desenvolvia a povoação. Depois de algum tempo, com a ampliação das atividades econômicas voltadas para a exportação, tornava-se necessária a instalação de uma área urbana em local adequado para atividades portuárias, onde terminavam por se definir ruas e praças, com a formação da "cidade baixa". No caso de Porto Alegre foi o contrário. A povoação se formou de início ao redor da área da Praça da Alfândega e ao longo da rua da Praia, junto às instalações portuárias, com o trapiche e a alfândega. Depois, com a elevação à condição de vila e sede da capitania, foram instaladas as sedes tradicionais do poder civil e religioso, a Matriz, a Casa de Câmara e o Palácio do Governador, ao redor de outra praça, em local elevado, dando origem à "cidade alta". Essa inversão talvez se explique pela ameaça constante de ataque dos castelhanos, inclusive porque a maior parte da população que ali se reunia era proveniente de regiões próximas, como a Colônia do Sacramento e a Vila do Rio Grande de São Pedro, que haviam sido tomadas pelos castelhanos. A escolha do sítio da Praça da Matriz corresponde certamente aos padrões das vilas em acrópole, fundadas pelos portugueses desde o século XVI. O exame das plantas e das fotografias antigas permite perceber que a área escolhida não era apenas um sítio elevado, mas confrontava com desníveis acentuados, em três de seus lados, a saber: o lado norte, que se voltava para as ladeiras, que despencavam para a área da Rua da Praia, a partir da Rua do Riachuelo, em cujo alinhamento foram depois construídos o Teatro São Pedro e a Câmara (Casa da Junta). Na parte superior, pelo cume da colina, em cujos limites foram construídos o Palácio dos Governadores, a igreja Matriz e a igreja do Espírito Santo. Do lado oeste, por um desnível tão acentuado, que não permitiu a ampliação da área da praça, desse lado, como foi intenção da administração estadual, durante um período. Ficava portanto apenas um lado para ser defendido militarmente, com mais facilidade, no caso de ataque castelhano. Esse mesmo esquema foi adotado por Luis Dias, ao tempo da fundação da cidade de Salvador, em 1549, que se valeu, mesmo na cidade alta, de um sítio inicial cercado de três lados por desníveis acentuados.

Trata-se, portanto, de uma solução típica de construção de núcleos urbanos ao redor de praças em sítios muito específicos, de "cidade alta", cercados por desníveis acentuados; e a construção de praças de comércio, na "cidade baixa", frente ao porto. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de exemplo excepcional, de uma significativa inversão da ordem, na qual a praça de comércio antecedeu à construção da praça na acrópole.



Ficam ainda umas poucas dúvidas. Nas iniciais dos processo, estariam sendo incluídas algumas obras particulares, como o Solar dos Camará (Casa do Visconde de Pelotas). A exclusão dessas obras nos termos dos perímetros sugeridos no parecer da doutora Louise Ritzel, permite uma rápida decisão sobre o processo. Tratando-se no caso de conjuntos urbanísticos, como foi observado, seria possível uma discussão posterior do interesse de inclusão de outros edifícios, também como partes dos conjuntos. Considerações semelhantes podem ser feitas em relação às qualidades paisagísticas de parte das duas praças, que poderiam ser objeto de estudos posteriores. Outra dúvida que nos fica é a da conveniência de explicitação ou não, no caso Palácio de Piratini, do pavilhão anexo, onde atualmente está instalada a casa civil do governo estadual. O prédio foi construído a partir de 1773 para sediar a Tesouraria da Real Fazenda e, entre 1835 e 1967, ali funcionou a Assembléia Provincial, depois a Assembléia Legislativa do Estado. No processo, não há referência explícita a esse edifício. Seria conveniente que houvesse.

Discussões sobre esses tópicos não devem retardar a discussão sobre o fundamental, que neste momento é a proposta de tombamento dos conjuntos urbanísticos, sobre a qual este relatório se manifesta favoravelmente.

É o parecer s.m.j.

Novembro de 2000


Nestor Goulart Reis Filho
Conselheiro



• **Anexo 3 - Informação de tombamento definitivo, IPHAN 2011.**

MINISTÉRIO DA CULTURA		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL		Memorando nº 049	Data: 06/07/2011
 IPHAN				PRESI	



01450.009843/2011-05

À **Sr^a. Ana Lúcia Goelzer Meira**
Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul

Assunto: Dar ciência do tombamento definitivo do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, situado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, constante do Processo de Tombamento n.º 1.468-T-00 (Processo n.º 01450.011610/2008-69).

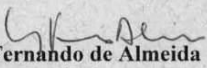
Senhora Superintendente,

Dirijo-me a Vossa Senhoria para ratificar o tombamento definitivo dos bens objeto do processo abaixo arrolado, em conformidade com a cópia da certidão de tombamento, em anexo, cujo teor foi extraído dos Livros do Tombo desta Instituição.

Processo n.º 1.468-T-00, Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, situado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A inscrição do referido tombamento foi realizada no Livro do Tombo Histórico.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.S^a. protestos de estima e de consideração.

Atenciosamente,


Luiz Fernando de Almeida
 Presidente

1ª via destinatário – 2ª via processo – 3ª via arquivo

A investigação apresentada buscou estabelecer uma forma de ver e pensar o patrimônio cultural, garantindo a proteção de bens culturais e naturais tangíveis e intangíveis em áreas históricas. Buscou elaborar uma metodologia que abarcasse as dimensões do patrimônio cultural baseada no espaço social constituído, a partir da análise de um lugar e dos documentos gerados que fundamentaram ações patrimoniais.